

GILVANA DA SILVA MACHADO

**A QUALIDADE DE VIDA É SUSTENTÁVEL?
UM ESTUDO DE CASO EM FLORIANÓPOLIS/SC**

FLORIANÓPOLIS
2016

GILVANA DA SILVA MACHADO

**A QUALIDADE DE VIDA É SUSTENTÁVEL?
UM ESTUDO DE CASO EM FLORIANÓPOLIS/SC**

Tese aprovada como requisito parcial à
obtenção do grau de Doutor em
Psicologia, Programa de Pós-
Graduação em Psicologia, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Federal de Santa
Catarina

FLORIANÓPOLIS
2016

Ficha Catalográfica

Gilvana da Silva Machado

**A QUALIDADE DE VIDA É SUSTENTÁVEL?
UM ESTUDO DE CASO EM FLORIANÓPOLIS/SC**

Tese aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor em Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis, 30 de março de 2016.

Dra. Carmen Leontina Ojeda Ocampo Moré
Coordenadora PPGP/UFSC

Dra. Ariane Kuhnen
PPGP/UFSC - Orientadora

Banca Examinadora:

Dra. Zulmira Áurea Cruz Bomfim
PPGP/UFSC - Examinadora

Dra. Teresinha Maria Gonçalves
PPGCA/UNESC - Examinadora

Dr. Sérgio Luís Boeira
CPGA/UFSC - Examinador

Dra. Carmen Leontina O. O. Moré
PPGP/UFSC – Examinadora

AGRADECIMENTOS

À Deus, por existir.

À minha família, especialmente ao meu filho, amo muito vocês e sou grata por tudo que fizeram por mim.

À minha orientadora, por acreditar, e me incentivar, com suas críticas, a buscar sempre melhorar meu trabalho.

Às minhas colegas de Laboratório de Psicologia Ambiental – LAPAM, pelos diálogos, reuniões, grupo de pesquisa e contribuições para o aprimoramento da minha tese.

Aos professores da pós-graduação da Universidade Federal de Santa Catarina, que contribuíram para o meu aprendizado. Suas aulas foram essenciais para o desenvolvimento deste trabalho.

Ao Programa de Demanda Social (DS) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por me conceder uma bolsa de doutorado que viabilizou minha dedicação exclusiva a este trabalho.

Agradeço também, e principalmente, aos meus vizinhos, por me acolherem no compartilhar de seus modos de vida, me proporcionando o acesso a uma vida mais frugal e sustentável.

Vida de Pescador

*Tudo era bonito, eu acredito, que até já mudou
Rosinha pequena enfeitava o altar
Pra rezar, nosso amor
O engenho de farinha, que já acabou
A bença dindinha
Que a mamãe mandô*

Vida de pescador, vida de pescador

*Ele vai para o mar, com as redes pescar,
Ela fica em casa cuidando do lar,
Assando a tainha, pirão de farinha, pro filho jantar*

*Vida de pescador, vida de pescador (...)
Aaaaah! Ó vida!*

Êee, esse é o jeitcho que pescador gosta , Êee

*Hoje a vida mudou, o filho estudou
E deixou, a tradição
Uns exploram o turista e também o artista
Que tem coração
Perdendo as raízes, ficam infelizes
Vendem o seu chão*

*Vida de pescador, vida de pescador (...)
Meu pescador, meu irmão pescador (...)
Aonde está o valor? Onde?*

Letra de Valdir Agostinho
Autóctone da Barra da Lagoa

RESUMO

A sustentabilidade possibilita compreender o funcionamento das comunidades favorecendo equilíbrio entre as dimensões ambiental, econômica e social para correntes e futuras gerações. A Qualidade de Vida (QV) é o resultado da congruência entre estas dimensões e se expressa mediante a utilização de indicadores objetivos e subjetivos baseados em informações de indivíduos de determinada população. Este estudo foi realizado em uma comunidade tradicional açoriana, de uma ilha no sul do Brasil, sob o objetivo de avaliar a sustentabilidade da QV desta comunidade. Para tanto, foram acessadas individualmente 12 pessoas autóctones, provenientes de 4 subfamílias de uma família extensa, representantes de três gerações consecutivas que elaboraram um mapa afetivo sobre QV no local e foram questionados sobre consumo, práticas sociais e estilo de vida durante mapeamento de transectos e através de questões abertas e fechadas. Os dados foram organizados e analisados com auxílio do software NVivo obtendo-se uma descrição do perfil socioeconômico dos participantes, os critérios de avaliação de QV utilizados por eles, a descrição de como se dá a relação entre pessoa e ambiente e de expectativas e possibilidades de desenvolvimento no local. Como resultado obteve-se uma descrição da interação das pessoas com seu entorno, se estabelecendo uma análise prospectiva que aponta que a QV desta comunidade é insustentável a partir de evidências de incongruência entre as dimensões social, econômica e ambiental relacionados à crise na relação entre pessoa e ambiente.

Palavras-chave: Qualidade de Vida, Desenvolvimento Sustentável, Comunidade Tradicional.

ABSTRACT

Sustainability enables understanding the function of communities which favors balance between environmental, economic and social dimensions of current and future generations. Quality of Life is the result of socio-economic and environmental conditions and it is expressed through the use of objective and subjective indicators based on information from individuals of a given population. This study was conducted in an island in southern Brazil where is located a traditional Azorean community in order to investigate whether the QoL of that place is sustainable. Therefore, it was accessed individually 12 autochthonous persons from four subfamilies of an extended family, representatives of three consecutive generations. They produced an affective map of the QoL in place and they were asked about consumerism, social practices and lifestyle while mapping their own transects. The data were analyzed using the software NVivo that ended up with a description of the socioeconomic profile of the participants, their QoL assessment criteria, a description of how is the relationship between people and environment, and their expectations and possibilities of development there. As a result it was obtained a description of the interaction between people and their surroundings, establishing a prospective analysis of QoL in that place that defends that QoL in this community is untenable from evidences of incongruity between the social, economic and environmental dimensions that causes a crisis in the relationship between person and environment.

Keywords: Quality of Life, Sustainable Development, Traditional Community.

RIASSUNTO

La sostenibilità consente la comprensione del funzionamento delle comunità favorendo l'equilibrio tra le dimensioni ambientali, economiche e sociali per le attuali e future generazioni. La qualità di vita è il risultato delle condizioni socio-economiche-ambientali e si esprime mediante l'utilizzo di indicatori oggettivi e soggettivi basati in informazioni di individui di una certa popolazione. Questo studio fu realizzato in una comunità tradizionale delle Azzorre, di un'isola nel sud del Brasile con l'obiettivo di valutare la sostenibilità della QV di questa comunità. Quindi fu dato accesso a 12 persone autoctone, provenienti da 4 sottofamiglie di una famiglia estesa, rappresentanti di tre generazioni consecutive che elaborarono una mappa affettiva sulla QV del luogo e furono intervistati su questioni come il consumo, pratiche sociali e stile di vita durante la mappatura dei cammini percorsi e attraverso questioni aperte e chiuse. I dati furono organizzati e analizzati con l'ausilio del software NVivo ottenendo una descrizione del profilo socio-economico dei partecipanti, i criteri di valutazione della QV da loro utilizzati, la descrizione della relazione tra la persona e l'ambiente, e le aspettative e possibilità di crescita nel territorio. Come risultato si ottenne una descrizione sull'interazione delle persone con l'ambiente circostante, che stabilisca una analisi prospettica della di questa comunità è insostenibile a partire dalle evidenze di incongruenza tra le dimensioni sociali, economiche e ambientali, che incide in una crisi di relazione tra persona e ambiente.

Parole chiavi: Qualità di vita, Crescita Sostenibile, Comunità Tradizionale.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Batera sendo remada com bambu (capturada pela autora), registrada em diário de campo	34
Figura 2 - Modelo conceitual de QV sob uma perspectiva ecológica humana adaptado de Shafer, Koo Lee, e Turner (2000).	69
Figura 3 - Modelo conceitual adaptado pela autora inspirado em CECCA (2001), Gatersleben (2001), Perlaviciute e Steg (2012) e Shafer et al. (2000).	72
Figura 4 - Modelo construído pela autora inspirada em Corraliza (1997), Moser (2009), Pinheiro (1997) e Pol (1993), sobre a congruência e a crise na relação pessoa-ambiente.	73
Figura 5 - Modelo de práticas sociais inspirado em Spaargaren (2003).	76
Figura 6 - Mapa da Ilha de Santa Catarina – Florianópolis - Leste do Estado de SC.....	106
Figura 7 - Leste da Ilha de Santa Catarina - Lagoa da Conceição – Barra da Lagoa.	114
Figura 8 - Lagoa da Conceição – Canal da Barra da Lagoa – Oceano Atlântico.....	115
Figura 9 - Molhe na entrada do Canal da Barra da Lagoa.	116
Figura 10 - Margens do Canal da Barra da Lagoa – Abaixo Morro do Jacinto e acima “Campo da Portobello”.	118
Figura 11 - Tracejado em verde que delimita, a partir do topo do morro, a área do Parque Municipal da Galheta.	120
Figura 12 - Casas da comunidade do Morro do Jacinto.....	121
Figura 13 - Faixas de terra que dividem o Morro do Jacinto entre quatro subfamílias.	122
Figura 14 - Esquema representativo das etapas do processo de análise dos dados.	130
Figura 15 - Desenho representativo da própria QV no local feito por DA.	148
Figura 16 - Desenho representativo da própria QV no local feito por DB.	149
Figura 17 - Desenho representativo da própria QV no local feito por DC.	149

Figura 18 - Desenho representativo da própria QV no local feito por DD.	150
Figura 19 - Desenho representativo da própria QV no local feito por DescA.	151
Figura 20 - Desenho representativo da própria QV no local feito por DescB.	152
Figura 21 - Desenho representativo da própria QV no local feito por DescC.	152
Figura 22 - Desenho representativo da própria QV no local feito por DescD.	154
Figura 23 - Desenho representativo da própria QV no local feito por Desc2B.	155
Figura 24 - Desenho representativo da própria QV no local feito por Desc2B2.	156
Figura 25 - Desenho representativo da própria QV no local feito por Desc2C.	157
Figura 26 - Desenho representativo da própria QV no local feito por Desc2D.	158
Figura 27 - Leito do córrego, capturada durante mapeamento de transecto com Desc2B2.	177
Figura 28 - Resíduo sólido depositado à beira do canal pela COMCAP - foto capturada pela autora durante mapeamento de transecto com Desc2B2.	179
Figura 29 - Fotos capturadas pela autora de vestígios de práticas de “eliminação” de resíduos sólidos empreendidas na comunidade e registradas em diário de campo.	182
Figura 30 - Cabra invadindo terreno do vizinho. Foto registrada em diário de campo.	184
Figura 31 - Trajetos percorridos pelos voluntários durante mapeamento de transectos.	187
Figura 32 - Vista interna de escritório localizado na entrada do “campo da Portobello”. Foto capturada durante mapeamento de transectos com DescA, registrada em diário de campo.	200
Figura 33 - Área destinada à garagem de embarcações (lanchas e iates) à beira do canal. Foto registrada em diário de campo.	200
Figura 34 - Heliporto sendo construído e pronto para pouso e decolagem.	201

Figura 35 - Esquema representativo da prospecção dos autóctones para o desenvolvimento socioeconômico-ambiental no local	206
Figura 36 - Modelo conceitual da QV adaptado pela autora inspirado em Shafer et al (2000), Perlaviciute e Steg (2012), Gatersleben (2001) e CECCA (2001) e Costanza et al. (2007).....	213

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quantidade de voluntários participantes de acordo com o sexo.....	138
Tabela 2 - Grau de instrução dos voluntários participantes.....	138
Tabela 3 - Profissões exercidas mencionadas pelos participantes.	139
Tabela 4 - Participantes que alugam ou não alugam suas casas.....	140
Tabela 5 - Respostas obtidas quanto a participação em grupo ou associação comunitária.	167
Tabela 6- Procedência de recursos financeiros dos autóctones.....	192

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Indicativo de critérios de sustentabilidade inspirados em CECCA (2001), Gatersleben (2001) e Perlaviciute e Steg (2012).....	71
Quadro 2 - Informativo do cronograma executado na coleta de dados nesta pesquisa.....	127
Quadro 3 - Representativo da sequência metodológica adotada nesta pesquisa.....	131
Quadro 4 - Como se dá a relação pessoa-ambiente em termos de estima + e - atribuída ao morro/local de moradia.	169
Quadro 5 - Síntese de como se dá a relação pessoa-ambiente em termos de estilos de vida e práticas sociais dos autóctones.....	171
Quadro 6 - Critérios de avaliação da sustentabilidade da QV no local envolvendo as dimensões ambiental, econômica e social.	208

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Representativo da Renda média mensal/pessoa em reais.	140
Gráfico 2 - Quantidade de casas que possui, número de pessoas que dividem a mesma casa e da quantidade de cômodos em cada casa....	142
Gráfico 3 - Quantidade de diferentes modais que mencionaram possuírem os respondentes.	143
Gráfico 4 - Quantidade de eletrodoméstico relacionado a comunicação que declararam possuir os respondentes.	144
Gráfico 5 - Quantidade de eletrodoméstico relacionado à produção e armazenamento de alimentos.	145

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEC	Análise Experimental do Comportamento
Ap	Aparelho
APP	Área de Preservação Permanente
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCSH	Capital Construído, Social e Humano
CECCA	Centro de Estudos sobre Cultura e Cidadania
CIDASC	Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina
CN	Capital Natural
CO ₂	Gás Carbônico
COMCAP	Companhia Melhoramentos da Capital
CTReS	Centro de Transferência de Resíduos Sólidos
DS	Demanda Social
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
FATMA	Fundação do Meio Ambiente – Órgão Estadual de Santa Catarina
FLORAM	Fundação Municipal do Meio Ambiente
Há	hectares
IA	Impacto Ambiental
ICGPSIA	Interorganizational Committee on Guidelines and principles for Social Impact Assessment
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IF	Impacto Físico Biológico
IPUF	Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis
IS	Impacto Social
MMA	Ministério do Meio Ambiente
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG's	Organizações Não-Governamentais
PA	Psicologia Ambiental
pH	Potencial Hidrogeniônico
PIB	Produto Interno Bruto
PMGC	Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro
PNGC	Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro

PNPCT	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
Qtd	Quantidade
QV	Qualidade de Vida
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
SC	Santa Catarina
SCBD	Secretariat of the Convention on Biological Diversity
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UDESC	Universidade Estadual de Santa Catarina
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	31
2. OBJETIVOS DA PESQUISA	39
2.1. OBJETIVO GERAL	39
2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	39
3. REVISÃO DA LITERATURA	41
3.1 CONTEXTOS PARADIGMÁTICOS DESTA PESQUISA: transição entre a simplificação e a complexidade	41
3.1.1. Questões paradigmáticas subjacentes ao advento da psicologia ambiental.....	50
3.2. A QUALIDADE DE VIDA PODE SER SUSTENTÁVEL?	55
3.2.1 Como vem sendo gerida a QV sob processo de urbanização ..	77
3.2.2 Populações tradicionais: vivendo sob impactos socioambientais	94
4 METODOLOGIA.....	103
4.1 A DELIMITAÇÃO DA UNIDADE DE PESQUISA.....	103
4.1.1 Um breve histórico do contexto socioambiental deste estudo	104
4.1.2 Descrição do contexto socioambiental local.....	112
4.2 ACESSOS AOS PARTICIPANTES DESTA PESQUISA.....	124
4.3 INSTRUMENTOS UTILIZADOS E PROCESSO DE COLETA DOS DADOS	126
4.3.1 Procedimentos Éticos para a Coleta de Dados.....	128
4.4 ORGANIZAÇÃO E MÉTODO DE ANÁLISE DOS DADOS	128
5. RESULTADOS.....	133
5.1. DESCRIÇÃO DO PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS PARTICIPANTES	133
5.2. EM BUSCA DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA.....	147
5.2.1 Os desenhos feitos por cada participante ao serem solicitados a desenharem algo que representasse a QV no local e os seus significados	147
5.2.2 Sentimentos despertados e as palavras utilizadas para resumir este sentimento ao fazer o desenho.....	160
5.2.3 Sobre o que os autóctones pensam sobre a QV no local.....	160
5.2.4. Comparação da QV no local – uso de metáforas.....	162

5.2.5. Caminhos percorridos no cotidiano dos autóctones	165
5.2.6. Participação em grupo ou associação comunitária no local.	166
5.3. COMO SE DÁ A RELAÇÃO ENTRE PESSOA E AMBIENTE NO LOCAL.....	168
5.3.1. Como se dá a relação pessoa-ambiente em termos de estima positiva (+) e negativa (-) atribuída ao morro/local de moradia....	168
5.3.2 Como se dá a relação pessoa-ambiente em termos de estilos de vida e práticas sociais.....	170
5.3.3. Como se dá a relação pessoa-ambiente em termos de apropriação do espaço.....	186
5.3.3.1 Relação com plantas e animais	189
5.3.3.2 Construção de casas	189
5.3.3.3 Fonte de renda obtida na exploração do entorno	190
5.3.3.4 Intervenção ambiental comunitária	193
5.3.3.5 Venda de terra, migração	194
5.3.3.6 Conflito territorial associado ao “campo da Portobello”	195
5.4 AS EXPECTATIVAS E POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO NO LOCAL	196
5.4.1 Perspectivas das idosas.....	196
5.4.2 Perspectivas dos filhos.....	197
5.4.3 Perspectivas dos netos	197
5.4.4. Perspectiva intergeracional.....	198
6. DISCUSSÃO DOS DADOS: COMPREENDENDO O FENÔMENO DA SUSTENTABILIDADE DA QUALIDADE DE VIDA	203
7. CONCLUSÕES.....	215
8. REFERÊNCIAS.....	221
APÊNDICES	239
APÊNDICE A - TERMOS DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	239
APÊNDICE B – INSTRUMENTO GERADOR DE MAPA AFETIVO SOBRE A QV NO MORRO DO JACINTO (ADAPTADO DE BOMFIM, 2003)	243
APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO PARA INVESTIGAÇÃO DO PADRÃO DE CONSUMO DOMÉSTICO, PRÁTICAS SOCIAIS E ESTILOS DE VIDA DAS FAMÍLIAS DO MORRO DO JACINTO.	245

1. INTRODUÇÃO

Sou moradora do lugar onde desenvolvi esta tese desde outubro de 2005, ou seja, conheço este lugar há 10 anos. Neste período de tempo venho me questionando em relação ao modo de vida no local e de como este, por vezes tão caótico, se mantém em cotidianos rotineiros de pessoas que permanecem neste lugar há várias gerações. Muito tive que aprender e descobrir sob e sobre este modo de vida, pois é nele que me mantive e no qual pretendo me manter. Atentando preliminarmente para o fato de que pretendo me colocar sob uma perspectiva transacionalista¹, considero necessário situar o leitor, desde já, sobre o ponto de vista sob o qual venho me fazendo tais questionamentos. Ao longo do tempo vivendo neste lugar tive a oportunidade de conhecer D. Manu² (senhora de 83 anos, neta dos primeiros moradores desta localidade e viúva de Seu Jacinto, o qual empresta o nome ao morro) que, dentre outras coisas, me contou sobre um tempo quando, ao invés da casa onde mora, havia rochas e uma praia, isso há mais ou menos 30 anos, ou seja, na década de 80.

Sob esta condição, o recorte de tempo desta pesquisa poderia ser considerado longitudinal, ao se considerar o período de permanência e convivência no local, que proporcionou familiarização e certo nível de intimidade com a situação observada e que, além de possibilitar o confronto com fenômeno a ser investigado – a possível (in)sustentabilidade da Qualidade de Vida (QV) -, me fez aspirar o acesso a mais conhecimentos sobre como ele ocorre neste local e em outros lugares do mundo.

Além disso, considerando-se que eu posso dizer que sinto na pele “o amor e a dor” de se viver neste lugar e que pretendo permanecer nele, este estudo envolveu e esteve condicionado pela forte aspiração de promover a manutenção da sustentabilidade da QV no local, visto estar genuinamente atrelada a preocupação com as gerações futuras, considerando-se que sou mãe de mais um autóctone³ deste lugar, hoje

¹ Sob esta perspectiva Ittelson, Proshansky, Rivlin, e Winkel (2005) e Pinheiro (2003) alertam para o fato de que o observador, estando imerso no ambiente, está a influenciar e ser influenciado pelo contexto da investigação, sendo que o fenômeno pode ser parcialmente definido por certas qualidades do investigador.

² Todos os nomes de sujeitos citados neste estudo são nomes fictícios para garantir privacidade e anonimato dos envolvidos.

³ Natural do país em que habita e proveniente das raças que ali sempre habitaram. Aplica-se aos fenômenos que se produzem no próprio lugar onde são

no auge dos seus oito anos.

Sobre este contexto, cabe aqui mencionar que morar no morro do Jacinto não é uma tarefa fácil pelo simples fato de que para acessá-lo é necessário atravessar o canal de batera⁴ conforme ilustrado na Figura 6. Saber guiá-la neste trajeto envolve o conhecimento sobre a maré, o vento e a velocidade dos barcos motorizados (que por vezes obedecem ao limite de velocidade de três nós, outras vezes não). Superados sustos e contratempos, hoje posso dizer que esta travessia não é tão difícil quanto se julga à primeira vista e que, coincidência ou aprendizado, foram raríssimas as vezes em que uma tempestade, e até mesmo a chuva fina, me surpreendeu ao percorrer este trajeto.

Apesar e além deste aspecto, morar à beira do canal também estive e está associado ao benefício de poder usufruir de um microclima peculiar agradabilíssimo. Pude escolher os dias de água mais translúcida para mergulhar e também o fiz nos dias mais quentes, sendo que dentro ou fora da água pude admirar vários seres vivos silvestres, marinhos, terrestres e voadores, como: tartarugas, lontras, lulas, siris, gaivotas, pinguins, biguás, morcegos, uma inumerável quantidade de espécies de peixes e outros animais que compõem esta paisagem. Dentre eles o espécime humano, nativo, autóctone, “manezinho”, dentre outros nomes que vêm sendo rotulados ou classificados.

Ressalto que apesar de este trabalho adotar a nomenclatura proposta por Diegues, Arruda, Ferreira da Silva, Figols, e Andrade (2000), de populações tradicionais açorianas para classificar a comunidade da qual são provenientes os participantes deste estudo, para mim, eles são os meus vizinhos, donos de tudo que havia e há ali, visto que usufruem deste entorno há várias gerações. Com efeito, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT⁵ - distingue os PCT's como: "Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando

percebidos. Pessoa, animal ou planta, originários do lugar que habitam. Fonte: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=aut%F3ctone>

⁴ Barco de madeira de mais ou menos 3m de comprimento que é empurrado com bambus em contato com o fundo do canal utilizando-se uma ou ambas as mãos para segurá-lo.

⁵ Estabelecida através do Decreto Federal nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007.

conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”.

Assim, reconhecendo de antemão a íntima relação de interdependência coevolutiva entre pessoa e ambiente implicada neste contexto, foi com preocupação que me deparei, desde os primeiros dias no local, com o fato de que o uso do “bem comum” veio, vinha e vem sofrendo de alguns impactos ambientais com efeitos sazonais e/ou permanentes, cumulativos e por vezes, irreparáveis. Dentre eles, o assoreamento e abertura do canal que ligou definitivamente a Lagoa da Conceição ao mar, na década de 80 e um projeto urbanístico de caráter náutico habitacional proposto na década seguinte e investigado por Villasbôas (2003) em estudo de caso realizado nas proximidades de onde se desenvolveu esta pesquisa.

Estas e outras intervenções ambientais apresentam impacto social⁶ sobre a comunidade local de várias formas. A abertura definitiva do canal influencia, por exemplo, a peculiar rotina dos moradores deste morro, já que não é somente subindo ladeiras que chegam às suas casas, é preciso também atravessar o canal com embarcações de madeira que se movem empurradas por bambus, em contato com o fundo do canal (Figura 1).

⁶ O Impacto Social (ICGPSIA, 1995) se refere às conseqüências para as populações humanas de qualquer ação, pública ou privada, que altere a maneira como as pessoas vivem, trabalham, atuam, se relacionam com os demais, se organizam para satisfazer suas necessidades e, em geral, como se comportam como membros da sociedade.

Figura 1 - Batera sendo remada com bambu (capturada pela autora), registrada em diário de campo.



Fonte: Acervo pessoal.

Com efeito, sendo eu bióloga, mestre em psicologia desde 2004, e passados dez anos, vivido dez vezes a alternância sazonal do verão/inverno (no que se refere à quantidade e variabilidade de pessoas, disponibilidade e qualidade da água, produção e destino de resíduos sólidos, contaminação da água com dejetos humanos e outros resíduos sólidos e líquidos, dentre outros fatores que afetaram diretamente minha QV ao morar neste lugar por tanto tempo), posso dizer que além destas mudanças sazonais, algumas permanentes, além das que já ocorreram no passado, vêm ocorrendo, como aumento do número de casas que vem ocupando este espaço e suas evidentes consequências (diretas ou relacionadas) exploradas na discussão deste trabalho.

Para tanto, além da rica convivência no contexto deste estudo e o acesso amplo à literatura, a construção, análise e discussão dos dados deste trabalho foram feitas sob inspiração de disciplinas cursadas nos programas de Pós-Graduação em Psicologia, Sociologia Política, Geografia, Antropologia e de Engenharia e Gestão do Conhecimento da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), sendo que me proporcionaram novos pontos de vistas e indicaram referências muito úteis na elaboração deste estudo.

Não obstante, muito além dessas condições favoráveis, ao me propor este trabalho parti do pressuposto de que aqueles que vivem e

fazem parte da comunidade do Morro do Jacinto, seriam os mais habilitados para saber quais são e como lidar com os problemas relacionados à QV neste lugar. Deste modo, sem subestimar o fator tempo como variável fundamental deste processo, muito pelo contrário, considere também que os participantes desta pesquisa seriam muito mais indicados para falar sobre isso que eu, que, apesar de melhor graduada, não tenho o conhecimento fatídico do que vem ocorrendo neste lugar ao longo de um período de tempo maior que dez anos e que poderiam justificar, ou ao menos ajudar a explicar, aquilo que a primeira vista pode parecer um desrespeito ao lugar de origem e a própria identidade destas pessoas. Afinal, o cotidiano neste lugar me fez perguntar: Porque estavam vendendo suas terras? Por que estavam indo morar do outro lado do canal, deixando no local uma casa em cima da outra para alugar para “pessoas que não se sabe de onde vêm e nem para onde vão”? Porque continuavam a jogar o óleo, tinta, veneno, dentre outros resíduos, na água da qual tiram e onde limpam o peixe que consomem? Porque descartam o resto das obras das casas no canal? Ao invés de julgar, me propus a tentar entender.

Sob esta demanda e admitindo que a revolução paradigmática que ocorre na ciência também vinha ocorrendo em mim, saliento que os pressupostos metateóricos que fundamentavam minha concepção da realidade e que orientavam minha ação tiveram que mudar. Esta mudança acabou afetando minhas crenças a respeito da noção de realidade (ontologia), o que inevitavelmente interferiu na forma como eu vinha me relacionando com ela (epistemologia), afetando, por sua vez, a forma como eu vinha procedendo para conhecê-la (metodologia). Sob este processo, busquei por um método completamente diferente do qual estava apropriada ao exercer docência ao longo de dez anos, sob o paradigma tradicional, na disciplina de Análise Experimental do Comportamento (AEC). De fato, há tempos me sentia frustrada com a pouca efetividade dos métodos tradicionais que funcionavam em condições controladas, mas dificilmente em condições reais, de forma que quanto mais ia me deparando com a complexidade da realidade, a menção da relação causa-efeito, me parecia cada vez mais ingênua. Sendo assim, o resultado da busca por um novo método, mais coerente ao paradigma da complexidade, me proporcionou a vivência de uma metodologia nunca antes utilizada por mim.

No percurso desta busca, o encontro com a Psicologia Ambiental me favoreceu o acesso a uma nova postura metodológica dentro da psicologia, sendo que muitos autores que trabalham sob esta perspectiva forneceram fontes de leitura cruciais neste processo. Dentre eles,

Günther, Elali, e Pinheiro (2004) que esclarecem que a Psicologia Ambiental (PA) faz parte de um conjunto heterogêneo de áreas de estudo dedicadas a compreender as inter-relações entre pessoas e ambientes, e que a variedade de formação e interesses dos pesquisadores envolvidos implica no uso de uma multiplicidade metodológica entre áreas. Além disso, estes autores defendem que as limitações de cada metodologia deveriam ser supridas com o uso de métodos múltiplos de forma que, neste tipo de pesquisa, o modo de se coletar e trabalhar os dados costuma mesclar métodos e técnicas provenientes de áreas distintas da ciência.

Outros autores encontrados que também defendem o uso de multimétodos (Bergman, 2011; Creswell, 2007; Creswell, Klassen, Plano Clark, & Smith, 2011; Flick, 2012; Gray, 2012; Tréz, 2012), ressaltaram a importância de que os dados decorrentes do uso dos diferentes instrumentos utilizados, aplicados em etapas e mesmo simultaneamente, sejam triangulados. A triangulação é o delineamento de pesquisa onde há combinação de vários métodos, qualitativos e/ou quali-quantitativo, para compreender um mesmo fenômeno, ou seja, se utiliza mais de um método para estudar a mesma coisa. Este delineamento é utilizado com o propósito de compensar fragilidades de alguns instrumentos e possibilita a verificação da exatidão e estabilidade dos dados. A triangulação busca convergência, corroboração, correspondência de resultados de diferentes métodos. Nestes casos Gray (2012) sugere ser interessante que a mesma população que responde ao questionário seja entrevistada, nesta pesquisa isto aconteceu aplicando-se três diferentes instrumentos à mesma população, conforme citados adiante.

Com efeito, a opção pelo uso deste tipo de metodologia se deu pela necessidade de compreender o significado de um conceito extremamente subjetivo e relativo, a Qualidade de Vida (QV), a partir do ponto de vista peculiar de indivíduos de uma comunidade tradicional açoriana, construído ao longo de várias gerações num mesmo local, sob efeito de mudanças no entorno associados ao processo de urbanização. Ressalto desta forma que, entre os paradigmas de pesquisa comumente operantes nos desenhos metodológicos identificados por Tréz (2012), esta pesquisa se identifica com o tipo pragmático onde: ontologicamente falando se admite a diversidade de pontos de vista, considerando que as melhores explicações estão dentro de um sistema de valores pessoais, epistemologicamente é abordado o ponto de vista objetivo e subjetivo, valorizando ambos os conhecimentos, e onde, metodologicamente, se dá primazia de importância ao problema ou questão de pesquisa (Creswell,

Klassen, Plano Clark, & Smith, 2011). Saliento, desta forma, que esta investigação tem caráter descritivo e exploratório, sendo que meu interesse esteve em entender o significado de QV para autóctones em diferentes dimensões (ambiental, social/cultural, econômica) e em diferentes gerações, num espaço em plena transformação.

Sendo assim, a partir destes instrumentos foi dada atenção às atividades da vida cotidiana e o foco de interesse esteve na interação de pessoas nas atividades que elas desenvolvem em seus contextos imediatos, concebendo a realidade social como um produto incessantemente construído pela atividade de todos os membros de um grupo em sua ação cotidiana (Iñiguez, 2004). Para tanto procurei levar em consideração a inseparabilidade e a interdependência dos dados subjetivos (significados, intencionalidade, interação, participação) e objetivos (indicadores, distribuição de frequência e outros) na compreensão da realidade.

Entre tantas possibilidades de instrumentos utilizáveis sob estes termos, o mapa afetivo elaborado por Bomfim (2003), que propõe acentuar a interdisciplinaridade na busca de teorias e métodos alternativos ao conhecimento do urbano, me pareceu extremamente apropriado e adaptável aos objetivos desta pesquisa. Estes mapas são indicados pela autora para acessar a apropriação do espaço visando a superação dos paradigmas tradicionais das ciências, adquirindo novos significados com dimensões ampliadas, colocando em evidência o entorno como uma dimensão da identidade dos indivíduos. Bomfim (2008) também aponta que mapas afetivos são representações do espaço, sendo que nesta pesquisa adaptei este instrumento para que fornecesse uma representação de QV no local de estudo. Mesmo sob esta adequação considero que permaneceu a sua função no que concerne revelar a implicação do indivíduo a um determinado ambiente.

Outro instrumento que utilizei, e que também está pautado pela intenção de superação do paradigma tradicional, foi o mapeamento de transectos, indicado por Vieira, Berkes, e Seixas (2005) e Thompson, Aspinall, e Bell (2010) como ferramenta fundamental para melhor entender em que nível a viabilidade e/ou qualidades da paisagem são importantes ou relevantes para a saúde e QV de diferentes pessoas. Ele serve para registrar a experiência de se mover ao longo do espaço em relação às mudanças de padrões envolvidas na paisagem. Vieira, Berkes, e Seixas (2005) explicam o uso desta ferramenta, resumidamente, da seguinte forma: “durante o transecto, o coletor de dados é acompanhado

por um ou mais informantes-chave⁷ conhecedores do local” (p.93), nesta pesquisa cada informante foi acessado individualmente.

Além destes dois instrumentos, construí um questionário estruturado com questões sócio demográficas, relacionadas à investigação do padrão de consumo doméstico, práticas sociais e estilos de vida inspirada em Gatersleben (2001). A concordância para determinadas afirmações (elaboradas por mim adaptando assuntos mencionados em diversas conversas informais durante a convivência no local e de fácil compreensão aos voluntários) foi avaliada com o uso de uma escala de 1 a 10 em ordem crescente para o quanto se concordava com as afirmações relacionadas às práticas sociais e estilos de vida do local. Também utilizei questões abertas sobre consumo doméstico e o diário de campo para coleta de dados complementares, sendo este instrumento uma ferramenta comum nas mãos de biólogos e antropólogos, onde informações são registradas pelo próprio pesquisador que utiliza suas anotações para finalidades de estudo, podendo combiná-las, ou não, com outras técnicas de coleta de dados (Pinheiro et al., 2008)

Assim, a partir da análise dos dados coletados e de reflexões com base nos fragmentos teóricos em torno da QV e da sustentabilidade procurei responder a pergunta guia desta tese que questiona se QV desta comunidade tradicional açoriana é sustentável.

⁷ Os informantes-chave são as pessoas mais capazes de informar sobre um tópico especial ou de fornecer pontos de vista particulares (Vieira, Berkes, & Seixas, 2005).

2. OBJETIVOS DA PESQUISA

2.1. OBJETIVO GERAL

Analisar a Sustentabilidade da Qualidade de Vida sob a perspectiva de autóctones de uma comunidade tradicional açoriana localizada em uma ilha na região Sul do Brasil.

2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Nesta pesquisa foi empenhado esforço em alcançar os seguintes objetivos específicos:

- a) Caracterizar socioeconomicamente os autóctones de uma comunidade tradicional açoriana;
- b) Identificar os critérios utilizados pelos autóctones para avaliar sua própria Qualidade de Vida;
- c) Verificar como se dá a relação entre pessoa e ambiente em termos de estima positiva e negativa atribuída ao morro/local de moradia, em termos de práticas sociais e estilos de vida dos habitantes nativos do local e em termos de apropriação do espaço;
- d) Conhecer as expectativas dos autóctones quanto às possibilidades de desenvolvimento no local e sobre como isso afetará a QV de seus descendentes.

3. REVISÃO DA LITERATURA

Este capítulo está dividido em dois subcapítulos. O primeiro está direcionado a elucidar ao leitor o contexto paradigmático em que se desenvolveu esta pesquisa (item 3.1), que precede a discussão de questões paradigmáticas subjacentes ao advento da Psicologia Ambiental (3.1.1), sob a qual estão pautados os pressupostos epistemológicos desta tese. O subcapítulo seguinte questiona a relação entre a qualidade de vida e a sustentabilidade (3.2), descrevendo aspectos relacionados à como a gestão da qualidade de vida está se dando sob o processo de urbanização (3.2.1) e sobre como populações tradicionais vêm vivendo a partir de ecossistemas sob impactos socioambientais (3.2.2).

3.1 CONTEXTOS PARADIGMÁTICOS DESTA PESQUISA: transição entre a simplificação e a complexidade

Na Idade Média os camponeses submetiam-se às condições meteorológicas e ao ciclo das estações para que pudessem satisfazer suas necessidades básicas de sobrevivência, entretanto, com o surgimento das cidades tudo mudou e “bastavam minutos para que aparecessem ou desaparecessem fortunas” (Sennett, 1997, p. 175). O tempo se tornou mercadoria, avaliada em horas de labor remuneradas por salários fixos e para o *Homo economicus*, contemporâneo desta época, o nascimento das cidades fez com que se passasse a viver no espaço, não no lugar e a imprudência lhe passou a ser inerente (Sennett, 1997).

Com o passar dos anos, algumas cidades surgidas na Europa nesta época, deixaram de ser espaço e se tornaram lugares⁸, sendo que durante a Revolução Industrial estas se espalharam abrigando uma população mundial de 1,5 bilhões de pessoas em 1900, que passou para 6,3 bilhões em 2003 (aumento de 4,2 vezes em 103 anos). Sob este processo o êxito passou a estar associado ao crescimento econômico,

⁸ Segundo Sennett (1997) a diferença entre os conceitos de espaço e lugar está envolvida com o fator tempo, na medida em que, com o passar dele, a relação entre o indivíduo e ambiente passa a ter uma história, assim o espaço transforma-se em lugar. Similarmente, para Tuan (1983) “o espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado, (...), além disso, se pensarmos no espaço como algo que permite o movimento, então lugar é pausa: cada pausa no movimento torna possível que a localização se transforme em lugar” (Tuan, 1983, p. 151).

evidenciado pela “febre do consumo” (PIB⁹ mundial teve aumento de quase 37 vezes no mesmo período) e pela multiplicação extraordinária do impacto ambiental da sociedade, por meio da utilização de quantidade cada vez maior de matérias-primas, que gerou (e vem gerando) grande quantidade de dejetos sob a forma de matéria ou energia (Cavalcanti, 2004).

Pertinente e coerentemente, Lohn (2007) argumenta que a partir de 1950 os projetos de vida das camadas médias urbanas ocidentais corroboraram com a justificação do consumismo e das atitudes individualistas, visto que os paradigmas de ação social se orientavam para a conquista e a ascensão. Similarmente a reflexão de Campbell (2001) sugere que a sociedade do consumo se caracteriza pelo desejo socialmente expandido pela aquisição de supérfluos, do excedente e do luxo, marcada pela insaciabilidade e constante insatisfação, em que uma necessidade satisfeita gera quase automaticamente outra necessidade, num ciclo que não se esgota, sendo que à medida que surgem novas necessidades da sociedade, o desenvolvimento científico-tecnológico busca atendê-las, porém, ao fazer isto, mais incentivo é dado ao consumismo que, em contrapartida, exige maior produtividade a fim de atender ao crescimento populacional (Young, 2004). E assim, em termos absolutos, ao se produzir mais, serão exigidos uma nova parcela de recursos energéticos e materiais, o que, segundo vários autores como Hirsch (1979), Romeiro (1999), Sachs (2007), dentre outros, implica num processo incompatível com reconhecimento do limite ambiental, sendo que parece ser cada vez mais plausível a possibilidade de que não haverá recursos suficientes para todos para sempre.

Sob este contexto, a economia global além de desconsiderar a natureza como fonte primordial e insubstituível de vida, promove o desperdício e esgotamento de recursos naturais, favorece a reprodução insustentável de padrões de consumo e não proporciona benefício efetivo relacionado ao bem-estar humano da sociedade como um todo (Cavalcanti, 2004). Em contrapartida, ao se considerar que o meio ambiente apresenta limites absolutos ao crescimento econômico, considerando-se a imensa escala de extração de recursos naturais (e o seu esgotamento) e utilização da capacidade máxima do meio ambiente (com a poluição), preconiza-se uma catástrofe humana.

⁹ Produto Interno Bruto - Representa a soma em valores monetários de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região, durante determinado período. Tem o objetivo de quantificar a atividade econômica de uma região.

Envolvendo e envolvida neste processo, a mudança da paisagem ao longo de meio milênio implicou em algumas mudanças nas regras, na relação, na cultura e na percepção humana sobre tempo e espaço, culminando, desde o final do século passado, em uma fase de transição, onde “a ambiguidade e complexidade do tempo atual se defrontam com a urgência em se dar respostas a perguntas simples, elementares, inteligíveis” (Santos, 1988, p. 71). Santos (2010) afirma que é neste momento que devemos nos perguntar pelo papel de todo o conhecimento científico acumulado no enriquecimento ou no empobrecimento prático das nossas vidas e pelo contributo positivo ou negativo da ciência para a nossa felicidade, pois, segundo ele, estamos passando por uma revolução paradigmática, na transição para uma ciência pós-moderna, no fim de um ciclo de hegemonia de certa ordem científica e de organização social. Para Amorim e Neto (2011) a causa desta mudança de paradigma é, sem dúvida, a situação de decadência do ocidente capitalista e a necessária reorganização das visões de mundo. Segundo estes autores e também de acordo com Serva, Dias, e Alperstedt (2010), esta mudança de paradigma já aconteceu em outras épocas e vem acontecendo atualmente, assinalando um momento do desenvolvimento intelectual e prático da humanidade.

Kapp (1979) e Boeira (2005) que também consideram a ocorrência desta transição paradigmática apontam para a falência da usual dicotomia indivíduo-sociedade e meio ambiente-economia das ciências econômicas e propõem a necessidade de integrar o estudo das esferas econômica, ambiental e social seguindo uma perspectiva que considere a interação entre as partes e o “princípio da causalidade circular cumulativa” (ou causalidade recursiva) que a metáfora de Morin (1995) – “o produtor é produto daquilo que o produz” – tenta traduzir. Para Montibeller Filho (1993) o surgimento de um novo paradigma é importante porque pode significar o início de uma revolução científica, além de revelar que aqueles já existentes já não são capazes de encontrar soluções para os problemas colocados, culminando em um período de crise que indica que chegou a hora de se renovar os instrumentos.

Com efeito, o termo paradigma alude aos pressupostos metateóricos que fundamentam uma ciência ou disciplina enquanto concepção da realidade e que orienta a sua ação, dessa forma o paradigma implica no fato de que para falsificar teorias e denunciar seus erros, o cientista precisa admitir algo, em certo sentido, não passível de falsificação e erro. Sendo assim, “tais pressupostos constituem crenças a respeito de três questões básicas: a noção de realidade (ontologia), a forma de relação com aquela (epistemologia) e a forma como se

procederá para conhecê-la (metodologia)” (Uzzel, 2004, p. 198).

Sendo assim, o paradigma é um modelo ou padrão compartilhado pelos membros de uma comunidade, e no caso de uma comunidade científica ele é o referencial para as investigações e muda quando a antiga teoria ou modelo não consegue mais explicar as evidências disponíveis (Kuhn, 1992). Sob esta concepção, Santos (2003) argumenta que a crise paradigmática pela qual estamos passando tem a ver com o colapso geral da modernidade com transições epistemológicas, sociais, políticas e culturais que coadunam com a crise global, envolvida por aspectos econômicos e ambientais. Desta forma, um paradigma rival, resultante de caminhos lógicos e metodológicos diferentes daqueles do paradigma vigente, acaba demonstrando melhores condições de responder as questões que o paradigma tradicional já não consegue.

Retrospectivamente falando sobre este processo de paradigmas transitórios, na “Introdução ao pensamento complexo” fornecida por Morin (1995) ele argumenta que o “Paradigma da simplificação” controlou a aventura do pensamento ocidental desde o século XVII e “sem dúvida permitiu os maiores progressos ao conhecimento científico e à reflexão filosófica” (Morin, 1995, p. 11). Todavia, sob as suas contribuições para o bem estar e saúde, impulsionou-se também o crescimento explosivo da população humana mundial que acabou envolvida, no último século, em uma crescente necessidade de exploração dos recursos naturais para a produção de alimentos e bens de consumo. Para Barrella (1990), sob este contexto, o progresso tecnológico desenvolvido em prol do bem-estar e saúde humana “... não teve a preocupação de conciliar as estruturas sociais com o equilíbrio dos ecossistemas explorados” (Barrella, 1990, p. 111). Sob este contexto, os índices mais difundidos e divulgados na mídia, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)¹⁰, não incluíram a dimensão ambiental (Leff, 2002; Santana, Nogueira, & Santos, 2006) e, indicadores socioambientais de QV, produzidos por organizações da sociedade civil como o Centro de Estudos sobre Cultura e Cidadania (CECCA, 2001), usualmente foram pouco divulgados.

Enquanto isso, o surgimento de novos fenômenos físicos e sociais (como os congestionamentos, os desabamentos de casas construídas em locais de risco, a degradação de áreas férteis, a crise hídrica, dentre

¹⁰ Mede o nível de desenvolvimento a partir de indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (esperança de vida ao nascer) e renda (PIB per capita), varia de 0 (nenhum desenvolvimento) a 1 (desenvolvimento humano total).

outros exemplos), que ultrapassam a capacidade de conhecimento e previsão de seus efeitos e escapam do controle científico por meio de mecanismos de mercado, provocou uma noção de meio ambiente associada à degradação dos ecossistemas produtivos (Barbosa & Campbell, 2006).

Leff (2002) considera que sob o paradigma tradicional, por ele denominado disjuntorredutor, mas também denominado *paradigma científico analítico-reducionista* por Bertalanffy (1995) e *paradigma de simplificação* (Morin, 1995), imperam os princípios de disjunção, de redução e de abstração. Este paradigma parte de uma interpretação disjuntiva da relação pessoa-ambiente semelhante ao que é apresentada nos relatos bíblicos acerca da criação e é parte das fundações conceituais e do desenvolvimento da biologia, química e física desde o século XVII, incluindo as contribuições de Newton e Darwin. Este tipo de interpretação das leis da natureza estabelece que os seres humanos tenham uma posição única e superior em relação a todos os outros organismos, devido à capacidade da cultura humana de monitorar, controlar, explorar e modificar elementos constituintes da Terra.

De fato, a ideia de uma natureza objetiva e exterior ao homem, o que pressupõe uma concepção de ser humano não-natural e fora da natureza, cristalizou-se concomitantemente à inauguração da civilização capitalista, e, paralelamente, as ciências da natureza se separaram das ciências dos homens (Gonçalves, 1989). A partir dessa perspectiva, os seres humanos tornaram-se externos e desvinculados do ambiente natural de tal forma que se concebeu que poderiam agir independentemente dele. Lawrence (2004) afirma que o ponto de vista resultante desta concepção ignorou o fato de que aquelas atividades humanas que têm impacto negativo nos elementos constituintes do ambiente, podem ter consequências também negativas para as sociedades humanas. Com efeito, “o esbanjamento de energia não-renovável, a degradação ambiental, a marginalização social e política de importantes grupos sociais e a exploração irracional da mão de obra e dos recursos naturais” (Diegues, 1992, p. 22), parecem ainda insuficientes para se pressupor que o modelo de sociedade industrial capitalista, espalhado pelo ocidente, não poderá se manter em longo prazo sob os mesmos padrões de produção e consumo.

Considerando-se que o conhecimento atrelado ao paradigma tradicional acabou desintegrando realidades-chaves que escaparam por entre as disciplinas, chegando ao ponto de não se ter mais necessidade da noção de homem, constata-se que o paradigma tradicional vem baseando todo seu rigor e sua operacionalidade na medida e no cálculo,

e assim, cada vez mais, se desintegra os seres e os entes, para considerar como únicas realidades as fórmulas e equações que governam as entidades quantificadas. Morin (1995, p. 12) critica este contexto paradigmático afirmando que: “enquanto as mídias produzem a baixa cretinização, a universidade produz a alta cretinização” e que devido a academia manter esta visão unidimensional, ela é incapaz de conceber a complexidade da realidade antropossocial, pagando-se assim bem caro nos fenômenos humanos, tanto na microdimensão (o ser individual), como na macrodimensão (o conjunto da humanidade planetária), conduzindo-se a uma tragédia.

De qualquer forma para vários autores como Bertalanffy (1995), Boeira (2005), Diegues (1992), Garcia (1994), Kapp (1979), Leff (2002), Morin (1995), Santos (1988), dentre outros, o paradigma tradicional está experimentando sua decadência enquanto que ocorre, simultaneamente, a emergência de um novo. Para Morin (1995) este novo paradigma é o da complexidade, designado como um tecido (*complexus*: o que é tecido junto) de constituintes heterogêneos inseparavelmente associados: “ela coloca o paradoxo do uno e do múltiplo” (Morin, 1995, p.13). Ele admite também que fenômenos antropossociais respondem a princípios de compreensão tão complexos quanto aqueles requeridos para os fenômenos naturais e que “precisamos enfrentar a complexidade antropossocial, e não dissolvê-la ou ocultá-la” (Morin, 1995, p. 14). Surge então a proposta de uma visão que implica em encarar nos fenômenos socioambientais como um conjunto de aspectos econômicos, políticos, culturais, sociais e ambientais buscando se analisar como as várias dimensões se interpenetram e interdependem (Montibeller Filho, 1993).

De fato, sob paradigma emergente (denominado de várias formas – complexo, sistêmico, sistêmico-complexo, ecológico, da ecologia profunda – ver Diegues, 1992; Garcia, 1994; Morin, 1995; Ost, 1995; Vasconcellos, 2002; Vieira, 2009; dentre outros) há a compreensão de que há uma inter-relação contínua entre os componentes ecológicos, biológicos e culturais dos ecossistemas humanos. Este paradigma está fundado nos princípios da coação integrada, o que significa que um conjunto de componentes não pode mudar independentemente dos outros, considerando-se assim a existência de uma dependência crucial na medida em que “todos os produtos da cultura – incluindo economia, instituições e tecnologia – só são viáveis desde que a sociedade humana que os produz satisfaça princípios biologicamente determinados pela Terra e vida humana” (Lawrence, 2004, pp. 264 - 265).

Sob esta perspectiva busca-se por uma simbiose¹¹ duradoura entre o ser humano e a terra, o que supõe um manejo do solo, da água e da mata, diametralmente oposto às atividades predatórias e degradantes que acompanham cada vez mais a exploração de recursos naturais. Além disso, também se busca evitar que atividades implícitas da rentabilidade mercantil imediata, envolvidas por uma racionalidade estritamente produtivista, propiciem que iniciativas privadas monopolizem recursos naturais e deixem sobre a coletividade a carga dos custos sociais e ecológicos da produção, fenômeno este conhecido pelos economistas como externalidade negativa¹².

Sendo assim, a generalização e globalização da problemática socioambiental - envolvidos na poluição pela acumulação de dejetos, no esgotamento ou superexploração dos recursos naturais, na deterioração da QV e na desigualdade na distribuição dos custos ecológicos do desenvolvimento - impuseram sobre diversas disciplinas científicas o imperativo de internalizar em seus paradigmas teóricos e metodológicos um conjunto de efeitos críticos e problemas práticos do desenvolvimento econômico, que busca internalizar as suas externalidades ambientais (Leff, 2002).

As externalidades ambientais são efeitos colaterais de produção de bens ou serviços sobre pessoas que não estão diretamente envolvidas com a atividade. Em outras palavras, as externalidades referem-se ao impacto de uma decisão sobre aqueles que não participaram da decisão. As externalidades podem ter efeitos positivos e negativos, isto é, podem representar um custo à sociedade, ou podem gerar benefícios à mesma. Com efeito, aquelas oriundas do processo produtivo configuram-se numa estreita e conflituosa área entre economia e ecologia, sendo que e a normatização desta antagônica relação deve se dar pelo direito. Um

¹¹ Simbiose: associação íntima e frequentemente obrigatória de duas espécies, normalmente envolvendo co-evolução. As relações simbióticas podem ser mutualísticas ou parasíticas (Glossário de Ricklefs, 1996, p. 456). Mutualismo: relação entre duas espécies que beneficia ambas (Glossário de Ricklefs, 1996, p. 451). Parasitismo: quando um organismo vive sobre ou dentro de um organismo de espécie diferente e obtém seus nutrientes a partir deste. A associação é benéfica para o parasita e prejudicial para o hospedeiro (Glossário de Raven, Evert & Eichhorn, 1996).

¹² Economistas usam o termo *externalidade negativa* para expressar o erro de alocação ou efeitos discordantes dos sistemas econômicos. Riscos, degradação e dilapidação de recursos são aceitos como impacto de cada externalidade que pode ser retribuída pelo pagamento de um preço justo que deve ser negociado com aqueles que são prejudicados.

exemplo de externalidade negativa é a da fábrica que polui o ar, afetando negativamente a comunidade do seu entorno, entretanto, o estímulo à economia local gera demandas de serviços para a mesma comunidade que passa a vê-la como aspecto positivo associado à geração de emprego. Desta forma, sob efeito das externalidades, muitas cidades têm experienciando o aumento populacional, com consumo do solo inadequado, proporcionado pela conversão de áreas de agricultura e de floresta em espaço urbano, oferecendo fortes sinais de desequilíbrio entre as esferas bióticas e não-bióticas (Keles, 2012; Slemp et al., 2012).

Na contramão deste processo e aliada às perspectivas que combatem esta tendência, a abordagem sistêmica e evolucionária da Ecologia Humana, consistente e coerente com o paradigma emergente, intenta compreender como o indivíduo de uma comunidade interage com o seu ambiente, influenciando-o e sendo influenciado por ele, ao longo de várias gerações (Sachs, 2007). Esta abordagem tem sido definida de diversas formas: Olivier (1979) a apresenta como o estudo quer da ação do homem sobre a natureza, quer da ação da natureza sobre o homem, entendido esse homem na sua totalidade. Boyden, Newcombe, e O'Neil, (1981) a define como estudo das inter-relações dinâmicas entre o homem e os aspectos físicos, bióticos, sociais e culturais do seu ambiente. Já Machado (1985) define ecologia humana como o estudo interdisciplinar das interações entre o homem e o meio ambiente, realizado sob inspiração sistêmica e com objetivos prospectivos. A noção de sistema envolve o conjunto de elementos em interação, onde toda e qualquer modificação de um elemento, ou subconjunto, afeta todos os outros e a própria dinâmica do conjunto (Garcia, 1994). O pressuposto essencial da visão sistêmica do mundo é: *o todo e as partes condicionam-se mutuamente* e, sob este, a complexidade sistêmica é tomada como a hipótese de que sistemas abertos tendem a se reorganizar em pontos críticos de instabilidade, num processo em aberto crescimento, evolução e renovação. Assim, de forma pertinente e mais ajustada ao novo paradigma (Nicolescu, 2005), o enfoque ecológico propõe uma mudança drástica de perspectiva (Sachs, 1980).

Todavia, esse processo inerente a transição paradigmática pela qual estamos passando, implicado e implicando na emergência do pensamento complexo, “não produz por si só a compreensão do universo e nem vem nos fornecer um novo modelo metodológico pronto, mas constitui antes um desafio que nos incita a desenvolver novas formas de pensar e agir” (Vasconcellos, 2002, p. 118). Desta forma, neste momento nenhum de nós pode visualizar projetos

concretos de investigação que correspondam inteiramente ao paradigma emergente, afinal: “Sabemo-nos a caminho, mas não exatamente onde estamos nesta jornada” (Santos, 1988, p. 71).

Sob estes termos Trevizan (2000) argumenta que a ciência, que é um processo de descoberta e geração de conhecimentos necessários para as mudanças sociais, historicamente não tem sido usada para a melhoria da QV, sendo que a educação de cientistas sociais mais aptos a se apropriarem do novo paradigma e que levem em conta a globalidade da problemática ambiental, implica na necessidade de uma reforma profunda nas universidades. A partir deste argumento ele defende que a universidade que pretenda atuar na melhoria da QV no meio em que se insere, necessariamente, terá que orientar suas linhas de pesquisa, ensino e extensão, na busca de alternativas de serviços e bens de qualidade aos menos afortunados, acessando problemas sociais num enfoque interdisciplinar, ao invés de abordagens segmentadas do conhecimento. Freitas, Morin, e Nicolescu (1994), ao perceberem as limitações da fragmentação do conhecimento, vão mais além nesta indicação ao redigirem a *Carta da transdisciplinaridade* em 1994 (Nicolescu, 2005, pp. 161 – 165), onde propõem que não se busque simplesmente o domínio de várias disciplinas, mas a abertura de todas elas àquilo que as atravessa e as ultrapassa. Para eles o exagero da objetividade, incluindo a exclusão do sujeito, leva ao empobrecimento. Sob esta concepção eles defendem a valorização do *Rigor* na argumentação, que leva em conta todos os dados e é a melhor barreira em relação aos possíveis desvios; A *abertura*, que comporta a aceitação do desconhecido, do inesperável e do imprevisível, e; A *tolerância* que se refere ao reconhecimento do direito às ideias e verdades contrárias às nossas.

Desta forma, sob este processo de transição paradigmática, o ambiente como campo de pesquisa científica caminha no sentido da renovação, da superação da mesmice, da dinâmica predatória e desgovernada no uso do tempo e energia, principalmente ao que se refere ao âmbito acadêmico. Concebe-se que o treinamento em disciplinas isoladas acaba deixando de lado a visão panorâmica das subáreas, indicando-se a necessidade de pensar em termos de integração que resultem da investigação de problemáticas genéricas que cada subárea aborda (Vieira, Berkes, & Seixas, 2005). Desta forma, a pesquisa ambiental envolve a investigação interdisciplinar voltada para a ação de sistemas socioambientais, no intuito de descrever, explicar e prever, admitindo-se o indeterminismo, a causalidade recursiva e uma interdependência dinâmica, que podem promover projeções para o futuro a partir da elaboração de cenários tendenciais (Jollivet & Pavê,

2000).

3.1.1. Questões paradigmáticas subjacentes ao advento da psicologia ambiental

Atrelado às demandas provenientes do processo de transição paradigmática, a psicologia ao atrelar-se ao sufixo ambiental inaugurou uma subdisciplina de caráter interdisciplinar, a Psicologia Ambiental (PA), com a evidente intenção de resolver problemas concretos de contextos reais, preocupando-se com a aplicação de princípios que melhorem a QV dos seres humanos (Pinheiro, 2003). Seu foco de estudo e intervenção está na relação pessoa-ambiente, na busca a compreensão da totalidade humana inter-relacionando aspectos biológicos, evolutivos, sociais e históricos dos indivíduos, considerando-se não só a reação das pessoas aos ambientes como também sua atuação sobre eles (Moser, 1998, 2004).

Além de se apresentar caracteristicamente interdisciplinar, a PA tem um âmbito de investigação ampliado, que, além dos já clássicos referentes à cidade e entornos construídos (hospitais, locais de trabalho, escolas, etc.), toma também como tema os entornos naturais, comportamentos pró-ambientais, marketing e gestão ambiental, dentre outros (Weisenfeld & Zara, 2012). Sobre este aspecto, Pinheiro (2003) evidencia o papel importantíssimo desta subdisciplina no que concerne entender e ajudar o cidadão comum diante de um desenvolvimento científico e tecnológico intenso, que interfere e altera a paisagem ocupada por humanos no curto tempo de uma vida. Para ele, ao se constatar ser o estilo de vida, o principal responsável pela grande maioria dos problemas ecológicos com os quais a sociedade se depara, faz cada vez mais sentido a psicologia se dedicar ao "ambiental".

Com efeito, Pol (2003) aponta que a ênfase psicossocial da Psicologia Ambiental põe em evidência o entorno como uma dimensão da identidade dos indivíduos e está vinculada à forma de estar no mundo, aos estilos de vida, às dinâmicas sociais, às implicações vivenciais e comportamentais das pessoas e das coletividades. Sendo assim, esta psicologia está sendo entendida como a aquela que privilegia a concretude da experiência humana no ambiente (Tassara, Rabinovich, & Goubert, 2004), pois parte da constatação de que estamos sempre imersos, situados em algum entorno (Valera, 1996). Um pouco mais específico quanto ao caráter da PA, Moser (1998, p. 21) aponta que: “A Psicologia Ambiental estuda a pessoa em seu contexto, tendo como tema central as inter-relações – e não somente as relações – entre a

pessoa e o meio ambiente físico e social”. Além disso, a PA, apresenta forte caráter aplicado, voltado à resolução de problemas práticos do cotidiano, onde o conhecimento psicológico obtido sobre a conduta avaliada é posto em prática para resolver problemas concretos (Uzzel, 2004).

Sendo assim, dentre os tópicos mais explorados pela PA, segundo Pinheiro (2003), encontram-se: Comportamento socioespacial humano: conhecimento ambiental, adaptação humana às variáveis ambientais; Comportamento ecologicamente responsável: atitudes, crenças, normas e valores ambientais, e; Percepção social de riscos ambientais. Já Pol (1993) distingue seis áreas principais de aplicação da PA, principalmente ao que se refere a possibilidades do exercício profissional: a) planejamento urbano; b) via pública e transporte; c) marketing, promoção e educação ambiental; d) ecologia do local de trabalho; e) auditorias ambientais; f) avaliação do impacto ambiental. Com efeito, ela não tem um objeto definido e isto ocorre, aparentemente, devido a: Multiplicidade de enfoques teórico-metodológicos; Localização fronteiriça em relação a outras disciplinas, e; História relativamente recente (Valera, 1996). Coerentemente e de forma mais ampla Gonçalves (2004, p. 17) sustenta que a PA se concentra “no estudo do significado simbólico do espaço e a compreensão dos processos psicossociais derivados das relações e interações entre as pessoas, grupos, comunidades e seus entornos”.

Considerando-se que a PA, sob o contexto de transição paradigmática, estuda a relação que se estabelece entre o território – espaço e tempo – e o indivíduo (Tassara, Rabinovich, & Goubert, 2004), se pressupõe a necessidade de situar o leitor no tempo e espaço da elaboração dos princípios e pressupostos da mesma. Ela nasce a partir da demanda gerada no início da industrialização com o surgimento de um novo cenário. Com a explosão do êxodo rural e início das cidades, dois aspectos passam a serem alvos de preocupação no séc. XX: o ambiente construído nas cidades, cada vez mais inadequado como contexto de vida, e uma maior conscientização em relação ao meio natural (Ittelson, Proshansky, Rivlin, & Winkel, 2005). Na década de 50, seu histórico foi marcado por estudos em hospitais psiquiátricos e, como foi um período pós-guerra, nesta e nas duas décadas subsequentes houve forte concentração urbana e a necessidade da reconstrução urbanística com grande demanda para a arquitetura e urbanismo, sendo que nesta fase a PA foi reconhecida como Psicologia Arquitetural (Pol, 1993).

Já a partir da segunda metade da década de 80, o desenvolvimento urbano trouxe preocupações com o meio ambiente

(poluição, desequilíbrio ecológico, desenvolvimento sustentável, dentre outros, ver Ittelson, Proshansky, Rivlin, & Winkel, 2005; Valera, 1996), sendo ampliada sua área de atuação para englobar questões relacionadas à conservação dos recursos naturais e à preservação do meio ambiente. Surge então o que Pol (1993) chamou de “A Psicologia Ambiental Verde” que assume um desafio que implica em pelo menos duas dimensões: uma de intervenção (gerar mudanças no meio ambiente) e outra de gestão (tomar decisões a partir de uma escala de valores implícita ou explícita), ambas com base em parâmetros de sustentabilidade necessários para a sobrevivência da espécie humana (Pol, 2003).

Já a forma mais recente de encarar a realidade da relação entre a pessoa e o ambiente considera que as pessoas não só reagem aos ambientes, mas também atuam neles (Moser, 1998, 2004). Todavia, quatro perspectivas teóricas distintas são consideradas (Valera, 1996) e correspondem ao passar dos anos, sob o qual ocorreu a transição de um modelo tipicamente individualista, passando por uma perspectiva interacionista, que proporcionou o surgimento de um modelo sistêmico e depois transacionalista. Este último enfoca a relação pessoa-ambiente na busca da compreensão da totalidade humana e promove pesquisa e intervenção baseadas na ideia de que o comportamento humano relaciona-se com o lugar onde este ocorre (Raymundo & Kuhnen, 2009). Desta forma, considera-se que a psicologia, em geral e enquanto ciência vem passando por transições paradigmáticas que resultaram nas seguintes perspectivas:

- Individualista: estuda o indivíduo, a mente e os processos mentais e psicológicos. Tem o foco na pessoa, suas qualidades e processos psicológicos. O entorno e contexto tem papel secundário. As mudanças são pré-estabelecidas e a causalidade é material, de forma que a causa é intrínseca ao fenômeno.
- Interacionista: considera os aspectos ambiente e pessoa em uma relação de causa e efeito, onde a causalidade envolve sistema associativo de antecedentes e conseqüentes, onde o comportamento, ainda que mediado por características do indivíduo, está em função do contexto ambiental. O movimento da relação é o da unidirecionalidade: pessoa e ambiente tendem a formar unidades de análise distintas e, embora tenham o mesmo peso para a investigação (ambas são base para a explicação dos fenômenos psicológicos),

comparecem como entidades separadas, uma exercendo influência sobre a outra. Seus estudos aspiram à predição e o controle da conduta e de processos psicológicos, sendo que as mudanças resultam da interação da pessoa com entorno. Na perspectiva interacionista a unidade de análise é a pessoa e o ambiente, em uma relação de causa e efeito.

- Organísmica: estuda os sistemas dinâmicos e holísticos em que a pessoa e o entorno mostram complexas e recíprocas relações e influências. As entidades holísticas são consideradas como um todo, que é mais que a soma das partes, sendo que as mudanças têm como objetivo a estabilidade do sistema. Parte da pressuposição de uma causalidade final – o fenômeno se move em uma determinada direção em função de algum princípio que o governa.
- Transacionalista: pessoa e ambiente interagem dinamicamente e admite-se que não só o meio exerce influência sobre os indivíduos, mas os indivíduos, reciprocamente, exercem influência sobre o meio. Estuda as relações em mudança entre aspectos psicológicos e ambientais de entidades holísticas, o que envolve o movimento da bidirecionalidade - pessoa e ambiente são partes constituintes de um sistema integrado de correlações - , cuja compreensão torna-se necessária para o entendimento de quaisquer aspectos da relação humano-ambiental. A unidade de análise é a pessoa no ambiente, sendo que ambos são partes de um sistema. Esta vertente não se restringe à visão de interação do indivíduo com o ambiente como um cenário em que um interfere no outro, mas põe em evidência o entorno como uma dimensão da identidade do indivíduo (Bomfim, 2008). Sob esta perspectiva, a componente pessoa é investigada, não à parte, mas inserida em seu contexto. Apesar da ausência de referências claras relacionadas ao transacionalismo em trabalhos atuais, Corral-Verdugo (2005) não descarta uma postura transacional por parte dos pesquisadores, no entanto reconhece que apesar de considerarem a natureza dinâmica da relação pessoa-ambiente, tendem a privilegiar apenas alguns aspectos desta relação, que envolve a busca de uma causalidade formal implicada numa relação entre o padrão de coerência,

configuração e fluxo do fenômeno.

Sendo assim, concomitantes a este processo de paradigmas transitórios, os pressupostos da pesquisa pessoa-ambiente (leia-se Psicologia Ambiental (PA)) recente têm evitado paradigma de investigação mais individualista para assumir cada vez mais um perfil social (Valera, 1996; Weisenfeld & Zara, 2012) compatível com o que se observa no aspecto geral da transição de ciência moderna para pós-moderna mencionada por Santos (1988). Isto significa que a PA está passando de uma abordagem que privilegia uma análise individual, com vistas à generalização e à busca de princípios universais de comportamento, para uma abordagem social que entende a pessoa como parte de uma comunidade, definida e modulada por um contexto histórico-cultural.

Sendo assim, a PA está cada vez mais estudando modos pelos quais o aspecto social e físico do ambiente influencia o comportamento das pessoas e como as ações das pessoas, por sua vez, afetam os entornos, sendo definida por Corral-Verdugo (2005) como uma área ou subdisciplina da Psicologia que estuda a “Mútua influencia de fatores ambientais e comportamentais no enfoque dos problemas específicos e de suas soluções” (p.75) e que, conseqüentemente, considera que ao estudar o efeito do comportamento sobre o ambiente, é necessário estudar também quais influencias ambientais são promotoras de comportamento ambiental responsável, sob este ponto de vista o seu foco está em dois aspectos da realidade que constituem o ambiente sócio físico.

Sob estes termos a PA tende a envolver esforços interdisciplinares a fim de abranger uma variedade de dimensões influenciadas ou afetadas pelo comportamento, sendo que seus empreendimentos não se limitam a uma formulação teórica única, pois envolvem um conjunto de atividades centradas em problemas e não em teoria (Günther, 2003). Deste modo, atualmente, antigos e novos paradigmas estão em vigor e não são excludentes, ou seja, fazem parte de nossa contemporaneidade e se desenvolvem dentro de uma tendência geral da PA, que vai do molecular (ou seja, focada nas experiências individuais) ao molar (fenômenos de grupo), do interacionismo ao transacionalismo (Valera, 1996) e considera o fato de sermos, ao mesmo tempo, seres individuais e sociais.

Apesar da multiplicidade de definições, orientações metateóricas, metodológicas e de investigação, e considerando que diferentes paradigmas coexistem na atualidade, a PA atual compartilha uma série

de características e pontos de encontro. Alguns dos seus fundamentos teóricos, por exemplo, lhe asseguram caráter distintivo. É o caso da percepção ambiental – elo fundamental na cadeia de processos psicológicos que compõem as interações humanas com os ambientes (Corral-Verdugo, 2005). A noção de percepção e ambiência segue de mãos dadas, alimentando-se mutuamente, sendo que a última delimita uma área de pesquisa e de práxis que aborda os vários elementos perceptíveis do espaço construído e está relacionada com o modo como agimos e nos comportamos, que resulta de um dinamismo que contribui para uma atividade social em andamento (Thibaud, 2004, pp. 348-353).

Consistentemente, a partir da concepção de que o comportamento interfere no ambiente físico, se assume também que ele pode produzir mudanças significativas na composição da atmosfera, solo e florestas, qualidade e disponibilidade da água, recursos naturais inorgânicos e biodiversidade, o que justificaria por si só a necessidade de desenvolver modos apropriados para estudar as relações comportamento-ambiente, conforme defende Corral-Verdugo (2005) que também menciona que diferenças culturais e as especificidades dos problemas sociais e ambientais produzem explicações particulares do comportamento humano em uma cultura específica, o que envolve também a compreensão de que o comportamento humano está enraizado em um contexto cultural particular. Sendo assim, considerando-se o objetivo deste trabalho e que esta tese se desenvolve sob os preceitos da Psicologia Ambiental, torna-se coerente e pertinente elucidar a pergunta do item a seguir.

3.2. A QUALIDADE DE VIDA PODE SER SUSTENTÁVEL?

Aderindo e adentrando na perspectiva do novo paradigma e constatando-se as necessidades, pressupostos e tendências envolvidas nas condições descritas nos itens anteriores, considera-se necessário evidenciar que, apesar desta tese ter sido desenvolvida em um programa de pós-graduação em psicologia, a busca de literatura que embasa este estudo se deu tanto nas bases de dados e revistas do âmbito da psicologia, como em outras bases multidisciplinares.

Para tanto, preliminarmente foi realizado um levantamento sistematizado da literatura na coleção de periódicos científicos brasileiros *Scielo*¹³. A busca nesta coleção de periódicos foi realizada a

¹³ É uma biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros.

partir das palavras *quality of life* e *sustainability* no título e nenhuma referência foi encontrada. Procedeu-se então uma busca com as palavras *quality of life* e *sustainable* e uma referência foi encontrada na revista Estudos de Psicologia (Vlek, 2003).

A base de dados *Web of Knowledge*¹⁴ também foi acessada iniciando com a pesquisa por textos com a palavra *quality of life* e *sustainable* resultando em 69 documentos, refinando-se para o domínio de pesquisa das ciências sociais selecionando-se as seguintes áreas de pesquisa: *Environmental Sciences Ecology, Urban Studies, Public Administration, Geografy, Psychology, Sociology, Government Law, Social Sciences, Other topics, Agriculture, Social Issues*, obteve-se 31 documentos que foram selecionados mais uma vez de acordo com o tipo de documento, elegendo-se revisões e artigos, finalizando com 16 documentos encontrados. Estes foram divididos em três grupos: artigos teóricos (5), empíricos (4) e resumos (um referente a simpósio e outros seis referentes à revisão de livros). Os artigos teóricos foram encontrados em diferentes revistas: *Ecological Economics* (2), *World Development* (1), *Cities* (1), *Journal of Environmental Psychology* (1). Dentre os empíricos, cada artigo foi encontrado em uma revista diferente, são elas: *Environment and Behavior*(1), *Soc Indic Res* (1), *Cities* (1), *Habitat Internacional* (1).

Na base de dados *Psycinfo*¹⁵ também foram utilizadas as palavras-chaves *quality of life* e *sustainable* resultando em um artigo (que também já havia sido acessado através de busca aleatória), localizado na revista *European Psychologist* (Schmuck & Vlek, 2003). Além disso, em duas revistas importantes no âmbito restrito da Psicologia Ambiental (*Environment and Behavior* e *Journal of Environmental Psychology*) foram encontrados 23 artigos.

A informação obtida a partir dos textos reunidos conforme sistematização descrita e outros textos correlatos obtidos de modo aleatório (a partir de indicação de colegas e/ou da orientadora e também indicados nas disciplinas cursadas nos programas de pós-graduação em: psicologia, sociologia política, geografia, antropologia e engenharia e gestão do conhecimento da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)), resultaram no texto que se segue - se propondo a responder a pergunta que intitula este subitem - e introduzindo os próximos subitens

¹⁴ Base de dados internacional que disponibiliza textos completos multidisciplinares.

¹⁵ A PsycINFO é uma base de dados internacional de textos completos referenciada na área de Psicologia.

desta revisão bibliográfica.

Nesta busca, primeiramente foi objetivado encontrar informações a respeito do conceito de QV que, desde o início, demonstrou ser uma ousada tarefa, considerando que Qualidade de Vida (QV) é um conceito extremamente complexo e difícil de definir, visto que familiares, comunidade e lugar de nascimento influenciam nossos pontos de vista sobre o que é importante na sua definição, e talvez por isso, apesar de ser um fenômeno mundial da atualidade, que envolve bilhões de pessoas de países desenvolvidos e subdesenvolvidos, não há concordância sobre este termo nos discursos, sejam eles acadêmicos ou políticos (Costanza et al., 2007; Forattini, 1991; Keles, 2012; Massan, 2002; Vlek, 2003). Por outro lado, usualmente há consenso sobre fato de que a vida é vivida de forma pública e privada, podendo ser imaginada como uma composição de benefícios público-privados que implica num tal grau de complexidade que fez com que Schalock, Bonham, e Marchand (2000), Schalock (2004) e Keles (2012) considerassem QV um fenômeno multidimensional, que envolve diferentes domínios da vida, - como condição de moradia, educação, emprego, equilíbrio entre lazer e trabalho, acesso e interação com instituições e serviços públicos, - e que, agrega informação sob pontos de vistas subjetivos provendo um retrato do “bem-estar” do indivíduo na sociedade.

Diversos autores que trabalharam sob os conceitos de QV, como Diegues (1992), Sachs (2007), Shafer, Koo Lee, e Turner (2000) e Vieira (2009), argumentam que existem várias formas de relações entre os seres humanos em diferentes ecossistemas que interagem nos âmbitos da comunidade, ambiente e economia, sugerindo que a existência de uma grande diversidade entre os povos é fundamental para a satisfação de necessidades e desejos de diferentes tipos, provenientes de diferentes demandas. Entretanto salientam que a busca por esta satisfação promove a transformação do entorno que, em um processo de *feedback*, acaba transformando as necessidades e desejos dos diferentes grupos, mas não suas necessidades básicas de sobrevivência, como o acesso à água e à comida, por exemplo.

Ainda sob a demanda da elucidação do conceito de QV, optou-se pela consulta ao glossário temático sobre promoção de saúde do ministério da saúde do nosso país (Brasil, MS, 2012), sendo que neste ele é apresentado como grau de satisfação das necessidades da vida humana - como alimentação, acesso à água potável, habitação, trabalho, educação, saúde, lazer e elementos materiais - que tem como referencia noções subjetivas de conforto, bem-estar e realização individual e coletiva. Ao significado deste conceito, de acordo com esta fonte,

somam-se duas notas complementares, a primeira acentua a necessidade de ser levar em conta três aspectos: 1) Histórico - que uma determinada sociedade tem um parâmetro de QV diferente da mesma sociedade em outro momento histórico; 2) Cultural - os valores e necessidades são construídos hierarquicamente diferentemente pelos povos, revelando suas tradições; 3) Estratificações ou classes sociais - em sociedades em que as desigualdades e as heterogeneidades são muito fortes, os padrões e as concepções de bem-estar são também estratificados, de forma que a ideia de QV está também relacionada ao bem-estar das camadas superiores e à passagem de um limiar ao outro. A segunda nota complementar ressalta a importância de se levar em consideração também valores não materiais, como: amor, liberdade, solidariedade, inserção social, realização pessoal, felicidade.

Segundo Vlek (2003) a QV pode ser entendida de forma genérica como a condição de vida humana real (não apenas possível), existente em determinado tempo e lugar, e em conformidade com os desejos, sonhos ou aspirações idealizados. Sob este conceito, fica evidente que aspectos subjetivos apresentam-se fundamentais na qualificação e quantificação de QV, sendo que reflete a situação da vida individual e percepções em torno da QV da nação (Costanza et al., 2007). No que concerne a QV coletiva não se pode deixar de levar em conta que vários aspectos agem de maneira interativa, constituindo verdadeira rede de determinantes do tipo de vida que levam as pessoas e que, apesar da forte influência subjetiva, alguns aspectos que integram o conceito de sadia QV são universais, sendo essenciais à todos, independente de suas crenças, origens, ideais ou condição social. Se estes aspectos universais não são satisfeitos surgem diferenças que podem embasar a discussão a respeito da relativização da realização da QV.

Assim, enquanto a satisfação com a QV da população de baixa renda pode estar atrelada a implementação de aspectos universais básicos (como o saneamento básico, por exemplo), a população de alto poder aquisitivo pode pautar a avaliação da sua QV pela possibilidade de comprar um carro novo ou de fazer viagens ao exterior. Além das diferenças entre classes sociais também podemos verificar tal relativização nos diferentes tipos de cidade. Numa cidade litorânea, por exemplo, o mar, a pesca e os turistas podem fazer com que a população de baixa renda tenha razoável QV (terá lazer grátis atrelados a praia e seus esportes e trabalho informal na orla, principalmente durante período de férias escolares). Bem diferente das condições da população que vive na periferia de grandes cidades, sem lazer, onde o excesso de gente traz insegurança, desconforto e violência (Puglisi, 2006).

Pertinentemente, concebe-se que o conceito de QV envolve a articulação de percepções subjacentes às dimensões subjetivas/qualitativas e às condições objetivas/quantitativas, com os níveis individuais e coletivos. Marques (2002), por exemplo, baseando-se no que os inquiridos geralmente manifestam ao serem questionados sobre QV, propôs três abordagens (“Ser”, “Ter”, “Amar”), como indicadores que podem ser utilizados para análise dos componentes objetivos e subjetivos. A abordagem relacionada ao “Ser” envolve as necessidades de crescimento pessoal, trata da necessidade de integração na sociedade e de viver com a natureza. Esta abordagem pode ser medida pelas oportunidades (de emprego, de atividades de lazer, de poder usufruir a natureza ou de participação ativa na vida familiar e social) e pela participação em atividades políticas. Já em relação ao “Ter”, que envolve necessidades materiais pessoais, se analisa indicadores relativos a recursos econômicos, habitação, educação, emprego, condições de trabalho, saúde e de ambiente, sendo que a abordagem relacionada ao “Amar” remete para as questões de necessidade de relacionamento com os outros e de construção de identidades sociais, basicamente direciona-se para a interação social.

Assim sendo, dimensões subjetivas/qualitativas e objetivas/quantitativas, com níveis individuais e coletivos (comunidade), são permeadas e influenciadas pelo entorno dos sujeitos e sobre este aspecto, ressalta-se que é o meio ambiente que se apresenta como limite absoluto, seja em relação ao crescimento econômico ou à satisfação de necessidades básicas de sobrevivência humana. Por outro lado, também se considera a existência de uma “influência mútua” entre ambiente e sociedade, comunidade e/ou indivíduos, que significa que, a todo o momento o ambiente afeta o modo como percebemos, sentimos e agimos a fatores contextuais físicos e/ou normativos, e que as percepções, sentimentos e ações afetam os componentes sóciofísicos do ambiente. Sendo assim, o ambiente físico é considerado um importante aspecto da realidade que se impinge sobre os seres humanos e que influencia as cognições, sentimentos e ações (Corral-Verdugo, 2005) e que, por sua vez, influenciam no ambiente físico retroativamente.

Desta forma, esta indissociabilidade é mais um aspecto do caminho arduo traçado pela tentativa de conceituação da QV, sendo que, além de Marques (2002), Forattini (1991), Pelicioni (1998) e Keles (2012) também argumentam que ao falar dela não há como dissociar indivíduo e sociedade, pois ela é o resultado da organização e do desenvolvimento cultural suportados por condições sócioambientais e estruturais, agregando informação sobre diferentes domínios da vida

humana. Com efeito, estes domínios envolvem e estão envolvidos na presença ou ausência de determinados componentes do entorno que, ao longo do tempo, influencia o modo de vivenciar o cotidiano. Deste modo pressupõe-se que aspectos objetivos são avaliados sob um filtro subjetivo que envolve crenças, valores, estima e outros elementos, construídos ao longo de várias gerações e envolvidos no “bem-estar” individual e coletivo, reportando-se novamente ao aspecto fundamental da subjetividade na avaliação da QV.

Coerente a esta concepção Marans (2012) propôs que experiências passadas podem moldar o ponto de vista dos indivíduos, ou seja, suas percepções, de forma que o acesso aos diferentes atributos do cenário pode ser influenciado por certas características dos ocupantes, o que inclui experiências que envolvem e estão representadas no conjunto de padrões e critérios utilizados para avaliar a própria QV, incluindo suas aspirações. Não obstante, a análise da complexa relação entre pessoa e ambiente em transformação também envolve constatações controvertidas, como a de que altos níveis de satisfação na percepção de QV podem ser independentes de condições objetivas de vida. Foi o que concluíram Pol, Moreno, Guardiã, e Ñíguez (2002) a partir da análise descritiva de uma área suburbana da cidade de Barcelona, que constatou que indivíduos residentes em áreas urbanas bem-estruturadas apresentavam uma avaliação de boa adaptação, porém com um modelo de identificação pobre e indicam um crescimento desigual em diferentes localidades. Por outro lado, perceberam que em áreas pobres padronizadas havia uma identidade social positiva, ajustada a um modelo de coesão social relacionado à propensão à sustentabilidade. Sob perspectiva semelhante Romice (2000) propõe que envolver grupos no processo de design - no que concerne sua cidade ou vizinhança – resulta na criação responsiva de ambientes que alcançam um alto nível de satisfação para os membros da comunidade.

Concebe-se assim, que o conceito de QV envolve parâmetros que estão relacionados à satisfação das necessidades básicas e também daquelas criadas pelo grau de desenvolvimento econômico e social de determinada sociedade e que, conseqüentemente, envolve parâmetros objetivos, que incluem uma avaliação subjetiva, que se apóia no contexto cultural, social e ambiental e reflete a percepção dos indivíduos de que suas necessidades estão sendo satisfeitas e que eles tem oportunidades para atingir a felicidade e a plenitude (Minayo, Hartz, & Buss, 2000). Todavia, de acordo com Debord (2004), esta satisfação pode ser confrontada por uma fabricação de pseudonecessidades, sendo importante o reconhecimento de dois tipos de necessidades específicas:

as concretas (como alimentação, moradia, taxa de desemprego, densidade habitacional) e as abstratas, estas últimas de aspecto mais particular, como aquelas relacionadas à autoestima (ver Pelicioni, 1998). Sob este aspecto, o conceito de QV de determinado grupo social pode estar totalmente em desacordo com a proposta de desenvolvimento que não cause estresse que o sistema ecológico não possa absorver, o que implicaria na condição em que o processo econômico só produzisse bens e serviços levando em conta simultaneamente todos os custos (ou males) que lhes são inevitavelmente associados (Cavalcanti, 2004).

A partir desta concepção, é importante salientar que a preocupação das sociedades com o desenvolvimento esteve sempre atrelada às questões econômicas, sendo o crescimento econômico visto como meio e fim do desenvolvimento. Esta ênfase em promover desenvolvimento econômico vem limitando a visão dos planejadores, desviando seu olhar da QV da população (Sebastiany, 2012) e impedindo a apropriação de um conceito multidimensional que considera a somatória de fatores decorrentes da interação entre sociedade, ambiente e economia, mediada por uma trama complexa em que se desenrola a vida humana, onde a componente ambiental assume papel relevante nas propostas de indicadores para sua avaliação (Forattini, 1991).

Pertinentemente, o Centro de Estudos de Cultura e Cidadania (CECCA, 2001) aponta que falar sobre QV é falar sobre como as pessoas vivem, onde valores de uso são medidos qualitativamente pelo bem que podem produzir para a vida, desta forma considera que colocar o cálculo ecológico no centro das contabilidades de nossas qualidades de vida, apesar da dificuldade conceitual, se torna fundamental. Demonstrando a necessidade de se suprir esta demanda, Pol (2003), argumenta que modificações do entorno atreladas ao desenvolvimento urbano, implicam em um impacto ambiental que pode afetar mais do que o meio ambiente local. Pol cita sua constatação (em monografia publicada em 2001) de que todo impacto ambiental (IA) como alteração no sistema geral, gera um impacto social (IS) e um impacto físico biológico (IF) e formula a partir daí a seguinte sentença: (IA → IS+IF). Esta sentença, sob a perspectiva de causalidade recursiva, poderia agregar mais uma flecha, na direção do fim para o início, para representar como as coletividades humanas vivenciam as transformações socioambientais por elas geradas, cujas consequências para a QV são, na maior parte das vezes, destrutivas e deteriorantes, expondo-as a diferentes riscos, danos, agravos e incapacidades.

Desta forma, sendo o meio ambiente entendido

predominantemente como fonte de recursos, depósito de rejeitos, suporte da vida e da biodiversidade, pressupõe-se que uma vertiginosa produção de mercadorias resultaria na degradação do bem-estar, na deterioração dos bens e recursos naturais, no empobrecimento crítico das maiorias e na limitação do Estado para prover serviços básicos a uma crescente população marginalizada sendo que a privatização das riquezas materiais e dos recursos estratégicos acabaria submetendo a maioria da população mundial a níveis restritos de sobrevivência (Arreaza, 2012).

A partir desta perspectiva constata-se a necessidade da adoção de índices que retratem o contexto de vida e a qualidade ambiental e que sejam realmente capazes de medir a QV em seus múltiplos domínios, superando-se o ponto de vista de que o desenvolvimento esteja vinculado exclusivamente à questão do crescimento econômico. Sob este processo, é imprescindível deixar exposto o contexto da exclusão e destruição ambiental frente a crescente urbanização e suas consequências socioambientais, o que de fato já vem acontecendo considerando-se que o debate sobre desenvolvimento vem resultando no deslocamento da questão central do "quanto se produz" para a questão "como o que se produz afeta a vida das pessoas" e assim a menção única e exclusiva do PIB (Produto Interno Bruto) para designar o desenvolvimento de determinada nação, por exemplo, passa a ser contestado devido à necessidade de se contemplar também a dimensão ambiental na avaliação da QV. Desta forma, concebe-se que até mesmo o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) necessitaria de uma ampliação em suas variáveis indicadoras, pois o mesmo ainda não acessa os níveis de QV, visto que não incorpora a dimensão ambiental, sendo que as pessoas podem ter boa escolaridade, longa expectativa de vida, acesso às riquezas geradas, mas se morarem ou trabalharem em locais poluídos, sujeitos a riscos, conviverem com águas sujas, respirarem poluentes e habitarem compactamente, haverá inconsistência e incoerência entre os critérios de avaliação e a realidade como ela se apresenta. Para tanto, Sebastiany (2012) sugere que critérios ambientais deveriam ser agregados aos outros itens mensurados pelo IDH para que de fato ele possa espelhar a QV de determinada população.

Pertinentemente Grostein (2001) aponta que assentamentos habitacionais para população de baixa renda retratam as fragilidades e deficiências deste processo, visto que a redução de alternativas de acesso à moradia para esta população leva a um agravamento da informalidade, que pode ser constatada tanto pela diminuição da oferta de loteamentos legais quanto pela oferta crescente de loteamentos

irregulares e clandestinos em áreas de proteção aos mananciais. Sob este contexto, a autora argumenta que desde a década de 80 o crescimento da população residente em favelas vem aumentando drasticamente e, geralmente, ocupando áreas de preservação ambiental, como dunas, mangues e encostas. A escala e a frequência com que estes fenômenos se multiplicam nas cidades, revelam que o grande desafio envolvido na relação entre QV e meio ambiente está em atender aos interesses dos moradores e à necessidade dos bairros, condicionado pelos interesses difusos da população, sendo que em alguns casos, a satisfação das necessidades dos indivíduos podem ser/estar, paradoxalmente, incompatíveis com os interesses da coletividade e com a manutenção da qualidade ambiental de seu entorno.

De fato, além do impacto ambiental, essa sociedade do crescimento desgovernado e irracional vem criando uma ilusão de bem-estar evidenciada por algumas armadilhas pelas quais “optamos”: “Para aumentar supostamente a segurança, as estradas têm de ser alargadas, as curvas melhoradas, contudo, na verdade, nestas estradas melhoradas transitamos um pouco mais depressa, e, portanto mais perigosamente” (Lorenz, 1974, p. 44).

Com efeito, o ser humano, enquanto ser coletivo, tem caído frequentemente em diferentes tipos de armadilha, um deles designado como “armadilha social” ou a “tragédia dos *commons*” elaborada por Hardin (1968)¹⁶ pode ser exemplificada por situações onde indivíduos ou grupos perseguem benefícios próprios em curto prazo promovendo danos ou custos sobre populações futuras ou de outras regiões, apresentando implicações ao longo do tempo. Esta armadilha social promove que indivíduos tirem vantagem sobre outros para promover condições benéficas à si próprios, mas sem contribuir para prover o sistema que gera tais condições. A tragédia dos *commons* tem sido amplamente discutida, pois captura a tensão entre interesses individuais e coletivos sendo que Schmuck e Vlek (2003) defendem que seja dada mais atenção ao lado coletivo do comportamento humano e mais incentivo a uma estrutura que viabilize a interdisciplinaridade,

¹⁶ O artigo *The tragedy of the commons* de Hardin (1968) afirma que recursos naturais mantidos em regime de apropriação comunal tendem a ser explorados de forma predatória, pois envolve racionalidades antagônicas (individual *versus* coletivo). A tragédia dos *commons* “Envolve imagem de indivíduo que coloca em primeiro plano a busca egoísta de vantagens individuais em detrimento dos interesses relacionados ao bem comum” (Vieira, Berkes, & Seixas, 2005, p. 45)..

favorecendo a sintonia com as ciências ambientais. Sob a concepção do modelo de “Dilema dos *Commons* Ampliado” (DCA), Vlek (2003) argumenta que a liberdade individual, estimulada pelo mercado, tem sido insuficientemente considerada em políticas governamentais destinadas a assegurar bens coletivos vitais. Em adição ele questiona se o crescimento econômico, trabalho e renda servem como fatores determinantes do bem-estar humano futuro e a partir disso recomenda que estudos na área das relações pessoa-ambiente devam ser alinhados a este modelo, que pode ser aplicado, por exemplo, ao domínio e expansão do transporte motorizado.

Além da “armadilha social”, há também a “armadilha temporal” e a “armadilha espacial”. Na primeira, os custos de uma ação imediata em prol de um indivíduo, ou determinado grupo, prejudicam só mais tarde outros atores (geralmente seus descendentes), que pode ser exemplificada neste caso quando os pais degradam suas terras deixando os filhos sem a possibilidade de utilizar o solo para produção de alimentos no futuro. A segunda se configura quando determinadas pessoas são beneficiadas em determinado lugar promovendo efeitos prejudiciais em outros lugares, afetando pessoas desconhecidas, que é o que ocorre no caso da exploração de recursos naturais não renováveis de determinada região, que são exportados ou utilizados na produção de mercadorias de custo inacessível para a população impactada pela extração de tal recurso (Oskamp, 2002).

Envolvida e envolvendo os processos que pautam estas armadilhas, a seleção intraespecífica, que ocorre através da competição entre indivíduos de mesma espécie, apresenta efeitos admiravelmente resumidos na célebre frase: “*Homo homini lupus est*” (Hobbes, 1993) visto que, ao contrário da seleção causada por fatores externos, provoca modificações no patrimônio hereditário da espécie, reduzindo as possibilidades de sobrevivência, ao invés de aumentá-las. Para Lorenz (1974), a competição homem contra homem destrói a maioria dos valores criados ao longo da evolução de sua espécie, “onde acabam por prevalecer criações puramente comerciais em detrimento de todos os valores reais de sobrevivência” (p. 136). Desta forma, ele vislumbra a necessidade de restrição cada vez maior dos interesses do indivíduo em detrimento dos interesses da sociedade, evidenciada pela constatação de que: “(...), a humanidade aprendeu a dominar todas as forças do mundo externo, mas sabe tão pouco sobre si mesma que está entregue indefesa, às consequências fatais da seleção intraespecífica” (p. 42).

Sob estes termos, é importante salientar que, enquanto caímos nestas armadilhas, em muitas áreas do mundo as mudanças ambientais

têm sido relativamente lentas, tanto que raramente são noticiadas. Em adição, mudanças atmosféricas, como a deterioração da camada de ozônio e aumento no CO₂ e outros gases, não são observados por humanos sem instrumentos sensíveis de mensuração, sendo que as pessoas não podem perceber o que está acontecendo através de seus próprios sentidos. Desta forma, apesar do aumento da destruição ambiental, a maioria das pessoas se sente intocada por isto, ocorrendo processo semelhante ao que acontece quando se coloca um sapo numa água que gradualmente vai aumentando sua temperatura até que o sapo é cozido vivo sem reação (Oskamp, 2002).

Dito isto, configura-se como fundamental que práticas convencionais de planejamento e gestão do desenvolvimento levem em conta fatores biológicos, psicológicos, socioculturais e ecológicos, principalmente para a avaliação de consequências possíveis de propostas de intervenções ambientais. Sendo assim, a partir deste ponto, torna-se pertinente o esforço em prol da elucidação do segundo conceito que compõe a questão que intitula este capítulo. O conceito de “Sustentabilidade”, assim como o conceito de QV, é definido no glossário temático sobre promoção de saúde do ministério da saúde do Brasil (Brasil, MS, 2012). Neste ele é tratado como “conjunto de iniciativas com objetivo de garantir a continuidade, a manutenção e a durabilidade de processos, ações, projetos e políticas que resultem na melhoria da QV a médio e longo prazo. Ao significado deste conceito sob esta fonte, somam-se duas notas complementares, a primeira acentua que “as iniciativas para obtenção da sustentabilidade envolvem aspectos políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais”, e a segunda aponta que “para promover sustentabilidade, é necessário o envolvimento de atores e instituições dos vários setores da sociedade para enfrentar os desafios complexos da contemporaneidade”. De modo geral, a sustentabilidade é concebida como conceito central para o manejo de novas e existentes áreas em desenvolvimento, pois pode oferecer um discurso compreensível do funcionamento das cidades, sob a meta de encontrar um equilíbrio entre padrão ambiental, econômico e social para correntes e futuras gerações (Abdel-Galil, 2012).

O princípio do desenvolvimento sustentável, desenvolvido há mais de 40 anos, é proveniente dos debates na Conferência Mundial do Meio Ambiente em 1972, em Estocolmo na Suécia, mencionado formalmente a primeira vez no relatório Brundtland (1987). Este princípio considera que os recursos naturais não são inesgotáveis e que, portanto, não devem ser utilizados sem considerar este fato. Sendo assim, para que os recursos existentes hoje não se esgotem, o

desenvolvimento deveria ser planejado e sustentável. Uma sociedade sustentável, segundo este relatório, implicaria numa estrutura que busca a satisfação das necessidades do presente, sem comprometer as possibilidades das futuras gerações de satisfazerem suas próprias necessidades. A partir desta concepção, o uso dos recursos naturais, que tradicionalmente alimentam o desenvolvimento econômico global (servindo de combustível para sustentar o crescimento), deveria ser equilibrado para que as próximas gerações não paguem pelos erros decorrentes do mau uso de tais recursos (Lopes, Carioni, & Vaz, 2014).

Sob estes termos, o desenvolvimento sustentável implica no reconhecimento de que os critérios utilizados para a avaliação da QV atual necessitam ser compatíveis com a manutenção da QV das gerações futuras, envolvendo a capacidade do sistema humano de resistir ou se adaptar a mudança endógena ou exógena por tempo indeterminado, respondendo às necessidades da população presente contemplando-se o controle da degradação ambiental. Para tanto necessita-se de uma constante reorientação para a busca de resiliência ecossistêmica¹⁷ conforme também concebem Dovers e Handmer (1992) e Garcia (1994). Sendo assim, o uso de recursos mundiais deve ser planejado e executado de forma que se permita que o ser humano continue a existir na terra com adequada QV (Oskamp, 2002), designando-se assim o bom uso dos recursos naturais da terra, como a água e as florestas, de forma haja uma estratégia de desenvolvimento ecologicamente correta, viável no âmbito econômico, socialmente justo e com diversificação cultural. Com efeito, etimologicamente, a palavra sustentável tem origem no latim “*sustentare*” que significa sustentar, apoiar e conservar, implicando no desafio da humanidade de preservar o padrão de vida e manter o desenvolvimento sem exaurir os recursos naturais.

Deste modo podemos pressupor que os critérios de avaliação da QV, para serem considerados sustentáveis, devem estar pautados no contexto descrito acima, dependendo, para tanto, de vários aspectos e processos que promovam o enfrentamento de desafios, como o da degradação ambiental relacionada aos custos sociais. Sob esta perspectiva, Kapp (1979) aponta que, na análise de estratégias de desenvolvimento aplicadas ao Terceiro Mundo, fica evidente o fracasso

¹⁷ A resiliência ecossistêmica pode ser definida como a medida da magnitude dos distúrbios que podem ser absorvidos por um ecossistema, sem que este mude sua capacidade de se regenerar. Deste modo, somente são consideradas sustentáveis as atividades econômicas, quando os ecossistemas que as alicerçam são resilientes (Romeiro, 2011).

de uma visão monodimensional, centrada apenas na esfera econômica que tem produzido políticas pouco relacionadas com as especificidades locais e ao contexto sócio institucional, desembocando em elevados custos sociais refletindo em uma geral desumanização das condições de vida das pessoas e das relações de grupo, o que tende a destruir de forma acumulativa as bases da sociedade e da cultura.

Sendo assim, além da complexidade de se abordar múltiplas dimensões e domínios da vida, tanto ao que se refere às variações nas escalas espaciais e temporais, assim como na relação dos âmbitos subjetivo e objetivo, há também a implicação de tentar intervir sobre o modelo hegemônico de sociedade baseado no consumo de grande escala, desenvolvimento tecnológico e exploração dos recursos naturais, que provocam profundos desequilíbrios em micro e mega escala (Pinheiro, 1997). Sob este contexto, Pinheiro (1997), Oskamp (2002) e Schmuck e Vlek (2003) apontam o crescimento demográfico como uma das principais causas envolvida nesta crise pela qual estamos passando. Para o primeiro, estamos totalmente despreparados para lidar com a perspectiva de que a população mundial deve dobrar a cada 35 anos e considera que o mundo que um avô tem em mente ao contar suas histórias (ou realizar todas as suas atividades como ser humano) não tem quase nada em comum com o mundo de aspirações de seus netos. Ele também argumenta que na América Latina esta crise se vê agravada, ou seja, se sofre muito mais as consequências sociais, econômicas e ambientais, devido ao crescimento demográfico de 2,1% ao ano, com índice de urbanização mais elevado do planeta (72%). Todas estas mudanças humano-ambientais afetam e provocam mudanças nos estilos de vida das pessoas, o que, por sua vez, interferem na QV dessas mesmas pessoas.

Sob constatações semelhantes Oskamp (2000) aponta três formas para evitar o impacto destrutivo da humanidade no ambiente mundial que envolveria: 1. Diminuir a população, 2. Diminuir a influência por pessoa na degradação ambiental (consumo, desperdício, produção de resíduos), e 3. Aumentar a eficiência tecnológica no reaproveitamento de materiais e para a restrição de desperdício e produção de resíduos. Sob esta concepção ele argumenta que a segunda proposta não é atrativa, considerando que os países de terceiro mundo almejam padrões de vida do primeiro mundo, sendo assim aposta nas outras duas propostas. Desta forma, do ponto de vista dos países mais ricos, o controle populacional (das populações pobres) seria uma das ações pró-ambientais mais importantes para a sustentabilidade, já para as sociedades subdesenvolvidas, a austeridade e a justiça social (a ser

praticada pelas sociedades mais ricas), seriam as alternativas mais acertadas (Corral-Verdugo, 2005).

Para Corraliza (1997), dentro deste complexo e relativo contexto, a psicologia usufrui de dupla oportunidade: desenvolver teórica e cientificamente conhecimentos sobre a forma de agir das pessoas e influir nos rumos da sociedade em seus aspectos mais fundamentais. Entretanto, para conhecer e entender quais são estes aspectos e como interagem, a perspectiva ecológica humana, utilizada em vários estudos que envolvem o conceito de QV como os de Dias (1989), Perlaviciute e Steg (2012), Shafer, Koo Lee, e Turner (2000), dentre outros, consideram que o ecossistema humano consiste em um sistema coerente de fatores biofísicos e sociais (individual, familiar, comunitário, social, cultural, ambiente construído e natural) que estão conectados uns com os outros sob uma estrutura hierárquica. Sob o ponto de vista desta perspectiva a comunidade é o círculo de convivência, que ao sobrepor o círculo do ambiente (viável), indica condições habitáveis. Na intersecção entre o círculo da comunidade e o da economia encontra-se a acessibilidade, que nem sempre é viável. No espaço de intercruzamento entre ambiente e economia encontramos a sustentabilidade ambiental, que equivale a relações econômicas equilibradas entre os humanos e seus ambientes, mas não necessariamente a convivência social equitativa acessível. A QV, por sua vez, encontra-se no eixo central que intersecciona condições habitáveis, ambientalmente sustentáveis e acessíveis aos indivíduos, ou seja, a QV encontra-se no eixo central de uma tríplice aliança que envolve: a comunidade, o ambiente e a economia e que se dá somente em condições de completa congruência entre estas três dimensões. Shafer, Koo Lee, e Turner (2000) apontam e relacionam estes fatores que contribuem para a QV da comunidade, conforme pode ser observado na Figura 2.

Figura 2 - Modelo conceitual de QV sob uma perspectiva ecológica humana traduzido de Shafer, Koo Lee, e Turner (2000).



Fonte: Shafer, Koo Lee, e Turner (2000).

Interessante observar, que os ângulos de sobreposição dos círculos da Figura 1 (que representam as diferentes dimensões envolvidas na QV), ao se movimentarem e dependendo das variações dos movimentos destes círculos – relacionados às mudanças no espaço ao longo do tempo em determinado local-, pode resultar na inexistência de sustentabilidade, e conseqüentemente da QV. Sendo assim, de acordo com a representação de Shafer, Koo Lee, e Turner (2000) e a proposição da mobilidade dos círculos representados na Figura 1, a QV só existirá em condições ambientalmente sustentáveis. Logicamente, sob este ponto de vista, a resposta à pergunta deste subitem é sim, QV pode ser sustentável, e mais: a sustentabilidade ambiental é uma pré-condição para que exista QV em determinada comunidade, assim como a habitabilidade¹⁸ e a acessibilidade segundo os pressupostos da ecologia humana.

A partir desta perspectiva, concebe-se uma interdependência multimensional onde a sustentabilidade envolve a congruência (Shafer,

¹⁸ *Liveability* traduzido pela autora. Envolve conforto térmico, grau de umidade, ruídos, ventilação, odores, iluminação, salubridade. Para esta pesquisa também inclui condições de moradia, saúde, segurança, trabalho e lazer.

Koo Lee, & Turner, 2000) e a sinergia (Puglisi, 2006) entre as dimensões ambiental, social e econômica do desenvolvimento. Desta forma considera-se que a elaboração de um índice multidimensional de sustentabilidade, que tomaria em conta, ao mesmo tempo, variáveis ambientais, sociais e econômicas, seria necessária para tornar operacional o conceito de desenvolvimento sustentável partindo-se do pressuposto de que a intervenção sobre uma das dimensões - ambiental, social ou econômico – pode afetar a sustentabilidade das outras duas e que, portanto, para se mensurar o grau de desenvolvimento e se é sustentável ou não, diferentes tipos de indicadores deveriam ser utilizados em conjunto, conforme defendem Ditaso (2007) e Perlaviciute e Steg (2012).

Como exemplo desta implicação, o Brasil ilustra negativamente esta interdependência entre as diferentes dimensões ao proporcionar que se considere que a ocorrência de crescimento econômico pode não resultar em benefícios no aspecto social. Montibeller-Filho (2007), ao examinar o desempenho da economia brasileira durante um século (todo o século XX), aponta taxas médias de crescimento anual, tanto do PIB quanto da renda *per capita*, com um dos melhores desempenhos dentre todos os países do mundo. No entanto observa que ocorreu concentração gradativa e profunda de renda nas classes mais elevada, a ponto de hoje o país apresentar o segundo maior índice de desigualdade social do mundo. Com efeito, o Brasil exemplifica como que o crescimento econômico pode não corresponder a melhorias sociais e que, ao invés disso, pode acentuar as desigualdades sociais e não diminuí-las, de forma que possa estar associado à insustentabilidade social.

Sob esta perspectiva considera-se que cada uma das três dimensões deva apresentar seus próprios indicadores de sustentabilidade, conforme pode ser observado no Quadro 1. Os indicadores econômicos envolveriam distribuição de recursos, níveis de consumo e refletem o nível de prosperidade econômica; Indicadores sociais, que se refeririam aos aspectos relacionados à saúde, segurança, educação, moradia, qualidade do trabalho e tempo de lazer; Indicadores ambientais que envolveriam a mensuração do nível de poluição do ar, a depredação de recursos naturais e refletiriam o nível de degradação ambiental (Gatersleben, 2001; CECCA, 2001; Perlaviciute e Steg, 2012).

Quadro 1 - Indicativo de critérios de sustentabilidade inspirados em CECCA (2001), Gatersleben (2001) e Perlaviciute e Steg (2012).

Crítérios de Sustentabilidade		
Sustentabilidade Ambiental	Sustentabilidade Social	Sustentabilidade Econômica
Indicadores		
Poluição do ar Depredação de recursos	saúde segurança educação moradia qualidade do trabalho Tempo para o lazer	Distribuição de renda Níveis de consumo
Mensuram		
degradação ambiental	qualidade de vida	prosperidade econômica

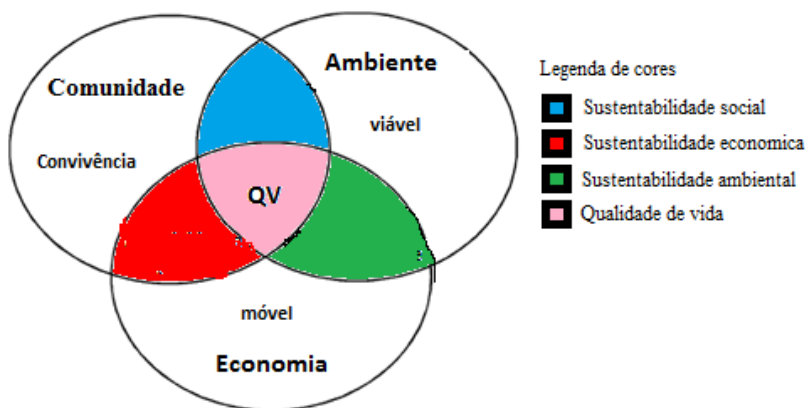
Fonte: CECCA (2001), Gatersleben (2001) e Perlaviciute e Steg (2012)

Considerando-se o modelo conceitual de Shafer, Koo Lee, e Turner (2000) e os critérios utilizados para avaliar a sustentabilidade mencionados por CECCA (2001), Gatersleben (2001) e Perlaviciute e Steg (2012), a mensuração da degradação ambiental equivaleria a avaliação da incongruência entre o ambiente e a economia, já os critérios de sustentabilidade econômica avaliam a congruência entre a comunidade e a economia através da mensuração da prosperidade econômica em condições de acessibilidade equitativa. A congruência entre a comunidade e o ambiente é medida através de critérios de sustentabilidade social que equivalem a condições habitáveis (saúde, segurança, educação, moradia, etc.) que proporcionam a QV. Cabe ressaltar aqui que, segundo o ponto de vista das três últimas referências citadas, a QV é medida por indicadores de sustentabilidade social, entretanto Shafer, Koo Lee, e Turner (2000) a contemplam de modo mais amplo, sob o modelo da congruência da tríplice aliança (comunidade, ambiente, economia), desta forma neste trabalho considera-se a sustentabilidade social a partir de indicadores de condições habitáveis, sendo que a QV tratada como um conceito multidimensional que envolve a congruência entre a comunidade e o

ambiente e a economia, conforme representado na Figura 3 que representa o modelo conceitual desenvolvido por estes autores adaptado pela autora deste trabalho.

A partir destas perspectivas considera-se que QV depende da congruência entre condições de sustentabilidade ambiental, social e econômica, de forma que a sustentabilidade social pode ser acessada através da mensuração das condições de vida no nível individual, mas esta se referirá a apenas a um dos aspectos do tripé da sustentabilidade integral que corresponde a QV.

Figura 3 - Modelo conceitual adaptado pela autora inspirado em CECCA (2001), Gatersleben (2001), Perlaviciute e Steg (2012) e Shafer et al. (2000).



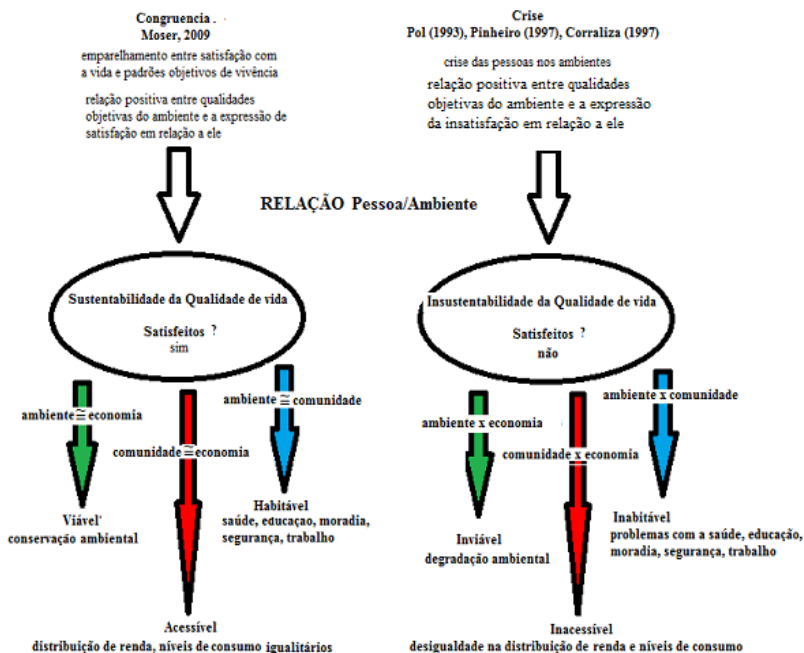
Fonte: CECCA (2001), Gatersleben (2001), Perlaviciute e Steg (2012) e Shafer et al. (2000).

Considerando este aspecto multidimensional, se aspira que o crescimento da economia tenha impacto reduzido sobre o meio ambiente e com melhorias significativas nas condições de vida da sociedade, tratando-se então da sustentabilidade econômica aliada à sustentabilidade social e à sustentabilidade ambiental. Para tanto, é de fundamental importância planejar o desenvolvimento para que seja sustentável, definindo práticas que respondam as necessidades do presente sem modificar a capacidade das gerações futuras de responder às suas próprias necessidades, envolvendo uma economia que canalize os modos de produção e de consumo para vias que preservem a capacidade de regeneração dos recursos naturais, e, de uma forma mais geral, os ciclos, processos e equilíbrios locais e globais que asseguram a reprodução do ser vivo (Ost, 1995).

Sob perspectiva semelhante, Layrargues (1997) considera que o

desenvolvimento e meio ambiente não podem ser tomados como realidades antagônicas e, ao invés disso, devem ser analisados como realidades complementares, visto que envolvem e permeiam a relação entre a pessoa e o ambiente, que pode ser sustentável (quando ocorre congruência entre as dimensões econômica, social e ambiental), ou insustentável (quando estas dimensões competem e são incompatíveis entre si). Considerando estas duas possibilidades, Corraliza (1997), Pinheiro (1997) e Pol (1993) propõem que a crise ambiental se materializa numa crise das pessoas-nos-ambientes delimitada por condições insustentáveis (incongruentes). Em contrapartida, Moser (2009) aponta que a sustentabilidade da QV ocorre somente quando as pessoas interagem com seus ambientes de forma respeitosa, o que conduz e é resultado de uma situação de congruência, onde ocorre uma relação positiva entre qualidades objetivas do ambiente e a expressão de satisfação em relação a ele, evidenciando-se que a relação entre pessoa e ambiente pode se dar conforme representado a seguir (Figura 4).

Figura 4 - Modelo construído pela autora inspirada em Corraliza (1997), Moser (2009), Pinheiro (1997) e Pol (1993), sobre a congruência e a crise na relação pessoa-ambiente.



Fonte: Corraliza (1997), Moser (2009), Pinheiro (1997) e Pol (1993).

Além do uso de diferentes tipos de indicadores relacionados aos aspectos ambiental, social e econômico, a sustentabilidade também tem sido classificada como forte ou fraca de acordo com a importância dada ao capital natural no planejamento e processo de desenvolvimento (Veiga, 2010). Sendo assim, sob os princípios da sustentabilidade forte considera-se como única possibilidade de sustentabilidade a manutenção do capital natural¹⁹ atual e que as consequências imprevisíveis e irreversíveis da perda deste capital devem pautar uma atitude prudente²⁰ para que se mantenha ou mesmo aumente o nível de capital natural (Sebastião, 2012). Já a sustentabilidade fraca entende ser possível substituir o capital natural por um artificial (criado pelos homens), onde importa mais manter o capital total (natural + artificial). A ideia subjacente a sustentabilidade fraca é a possibilidade de substituição do capital natural por outros tipos de capitais, compensando-se as gerações futuras pelas suas perdas causadas pelo consumo e produção (Romeiro & Maia, 2011).

Com efeito, apesar de indicadores de sustentabilidade envolverem a mensuração do consumo de energia e água, geração de resíduos sólidos, dentre outros, o aspecto de sustentabilidade predominante ainda é altamente influenciado pela suposição equivocada da possibilidade de substituição completa de capital natural por capital produzido, com foco na sustentabilidade econômica e social em detrimento da ambiental, preconizando-se assim uma sustentabilidade fraca. O que vem ocorrendo de fato, segundo Layrargues (1997), é que o desenvolvimento sustentável, da forma que está sendo implementado, não dá conta da incompatibilidade entre a meta pretendida e os meios utilizados, pois quando se fala em justiça social planetária pretende-se melhorar o padrão de vida dos países pobres, aumentando o consumo de energia per capita, sem considerar, contudo, que se todas as sociedades adquirirem

¹⁹ O Capital natural são bens e serviços renováveis e não-renováveis providos por ecossistemas (Costanza et al., 2007).

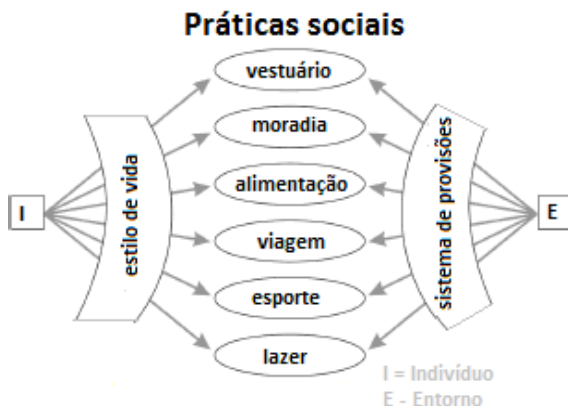
²⁰ Segundo Puglisi (2006), a prudência, é um dos princípios do direito ambiental e serve de critério básico para a exata interpretação de todas as normas que compõem o sistema jurídico ambiental. O princípio da precaução (que resulta na prudência) prescreve que se previna o dano ambiental através da preservação do meio ambiente e não se utilize do argumento de ausência de absoluta certeza científica como razão para postergar medidas eficazes e economicamente viáveis para prevenir a degradação ambiental. É mais amplo que o princípio da prevenção, visto que pretende evitar o risco ambiental e não somente o dano ambiental.

as mesmas condições de vida de um norte-americano, o sistema ecológico não suportará a pressão. Este autor argumenta que há diferenças entre dois estilos de desenvolvimento, o desenvolvimento sustentável e o ecodesenvolvimento, visto que apesar de muitas vezes serem tomados erroneamente como sinônimos, diferem com relação à justiça social, sendo que o primeiro estabelece um piso de consumo e o segundo um teto.

Evitando maiores aprofundamentos na diferenciação entre estes tipos de desenvolvimento, ambos sustentáveis dentro dos critérios relacionados à categorização de sustentabilidade forte ou fraca, Diegues (1992) propõe que, ao invés de diferentes estilos e modelos de desenvolvimento, procuremos pela conceituação de sociedades sustentáveis, que se pautem na necessidade de se manter a diversidade ecológica, social e cultural dos povos e dos diferentes modos de vida. A partir desta perspectiva, ele propõe que se mude a qualidade do crescimento, para se tomar em conta o decréscimo do estoque de recursos naturais de cada país para aumentar a resistência a crises. Sob estes termos, ele também considera que avanços na elaboração de indicadores de QV e a análise da sustentabilidade, durante a última década, têm aumentado significativamente o entendimento da importância destes conceitos e de seu uso, causando impactos em programas de desenvolvimento e estratégias de gestão de recursos.

Desta forma, presume-se que uma sociedade sustentável apresenta um efeito institucional positivo não somente nos cenários ecológico, social, político e econômico (Corral-Verdugo, 2005) como também compreenda a satisfação dos indivíduos em relação a sua QV. Sob esta demanda e enquanto prática, a sustentabilidade apresenta-se na forma de comportamentos pró-ambientais, que estão tanto ligados às suas consequências psicológicas como também aos seus antecedentes em estilos de vida sustentáveis (Corral-Verdugo, 2010). A partir desta perspectiva, a agência humana passa a ser analisada em termos de conceitos pareados como os de estilo de vida e práticas sociais. O estilo de vida de cada indivíduo é construído por uma série de blocos correspondentes aos cenários de práticas sociais, que dependem de uma estrutura que envolve um sistema de provisionamento de recursos, conforme ilustrado na figura 5, inspirada em Spaargaren (2003), que afirma que em relação às ciências socioambientais, a análise da produção sustentável deveria ser complementada pela condução de padrões de consumo e estilos de vida sustentáveis.

Figura 5 - Modelo de práticas sociais inspirado em Spaargaren (2003).



Fonte: Spaargaren (2003).

Sob esta concepção, a busca pelo desenvolvimento sustentável ocorre tanto na direção do presente quanto na direção do futuro (Anand & Sen, 2000), sendo que a efetividade de qualquer programa de mudança comportamental em prol da sustentabilidade, deve se pautar no conhecimento sobre a QV atual e expectativas de QV em função da mudança no estilo de vida, o que requer inovações abrangentes e em múltiplos níveis, conforme argumentam Schumuk e Vlek (2003). Estes autores também argumentam que uma aproximação contextual do comportamento de consumo e estilos de vida pode oferecer alternativas praticáveis que possibilitariam o envolvimento das pessoas em práticas específicas ou estilos de vida a partir de considerações ambientais. Como evidencia desta possibilidade Jacob, Jovic, e Brinkerhoff, (2009) verificaram que um segmento específico da população (praticantes de meditação) não apresentou conflito entre a moldura da verificação da QV pessoal e o estilo de vida ambientalmente responsável. Despontam-se assim cenários alternativos em elaboração teórica para novos estilos de desenvolvimento, com a concepção de estilos de vida mais frugais, solidários e ecologicamente responsáveis, que norteiam a nova dinâmica de formação de novos sistemas produtivos e novos hábitos de consumo (Tonneau & Viera, 2006).

Nesta transição, Diegues (1992) defende que o ponto de vista de domínio do homem sobre a natureza – com o meio ambiente sendo visto somente como recurso -, está sendo substituído pelo reconhecimento da natureza constituída por seres vivos com direitos à existência

independente de seu valor de uso. Além disso, ao invés de objetivos materiais e de crescimento econômico, estão entrando em vigor objetivos não-materiais que requerem a sustentabilidade ecológica que considera a finitude dos recursos naturais. Em detrimento do consumismo, considera-se a satisfação de necessidades básicas e a importância da reciclagem, superando-se assim as estruturas repressivas e autoritárias a partir da descentralização e é considerada a efetividade da produção em pequena escala mantida por estruturas democráticas.

Pertinentemente, há que se considerar que a conceituação e implementação de sociedades sustentáveis está sendo executada sob a transição para novos paradigmas, o que torna esta empreitada não somente mais substantiva, mas portadora de grandes desafios como por exemplo a gestão da QV sob processo de urbanização que é abordada no item a seguir.

3.2.1 Como vem sendo gerida a QV sob processo de urbanização

Dentre os processos ditos mundializados, a urbanização tem sido definida como a modificação antropogênica do habitat natural ou da área de cobertura agrícola (Morin & Kern, 1995). Desta forma, De fato, o desenvolvimento urbano tem prejudicado ecossistemas por meio de construções sobre áreas férteis e sensíveis, permeado pela falta de compreensão do efeito do crescimento e desenvolvimento sobre a funcionalidade de sistemas socioambientais, sendo que alguns dos pontos mais discutidos sob este processo é certamente a degradação biológica e estética da paisagem (Buchecker, Hunziker, & Kienast, 2003).

Sobre este processo pouco se sabe sobre experiências vividas e percepções daqueles que experienciaram a mudança associada ao seu crescimento em primeira mão (Antrop, 2005), por outro lado, se sabe muito bem que nas cidades urbanizadas é possível viver sem produzir e pouco do que se consome é produzido por quem consome (Beatley, 2011). Não obstante, viver sem consumir é uma situação bastante improvável, uma vez que o ser humano depende do consumo para garantir sua sobrevivência e sob esta condição cada cidadão urbano é um consumidor da cidade a partir do consumo de bens coletivos (ou públicos) através da infraestrutura urbana que é oferecida pelo setor público e pelos mecanismos de mercado (Barbosa & Campbell, 2006). Considera-se assim, que o uso da cidade está implícito e implicado na condição de ocupação do território, na forma como o Estado (poder local) interage com os habitantes, nas atividades econômicas e demais

interesses (Nunes, 2007). Com efeito, a análise deste uso permite perceber que o ritmo de trabalho dos cidadãos urbanos das grandes cidades está atrelado à avalanche crescente da produção e do consumo de supérfluos, que, numa escala grupal, originam práticas econômicas que acabam implicando em efeitos colaterais como a poluição, o congestionamento e outros processos que afetam a qualidade do ar, a disponibilidade de parques e ruas, ocupação desordenada associada a externalidades negativas, dentre outros elementos, que afetam os bens públicos e prejudicam a QV de todos (Hirsch, 1979) sendo evidente que a proposta de estilo de vida moderno industrializado das sociedades individualistas não conduz ao bem estar mental (Gullone, 2000). Sob este processo Forattini (1991) aponta que o processo de urbanização praticamente desvincula o ser humano de seu relacionamento com a natureza, pois a cidade, resultado de processos urbanizatórios, implica um grau de artificialidade que atinge seu nível mais elevado.

Sob esta perspectiva, o conceito de ecodesenvolvimento está adaptado às áreas rurais do terceiro mundo e compreende a utilização criteriosa dos recursos locais sem compreender o esgotamento da natureza. Este estilo de desenvolvimento envolve três pilares: eficiência econômica, justiça social e prudência ecológica e parte do princípio que a satisfação das necessidades das gerações futuras deve ser garantida, para tanto pressupõe-se a necessidade do amplo conhecimento das culturas e dos ecossistemas, sobretudo em como as pessoas se relacionam com o ambiente e como elas enfrentam seus dilemas cotidianos (Sachs, 2007). Este estilo de desenvolvimento envolve uma estratégia onde os cidadãos se impõem voluntariamente um teto de consumo material, procurando gratificação em esferas não materiais da nossa vida e desse modo enfatizando a dimensão cultural da natureza humana ao invés de proporcionar a corrida acelerada de aquisição de um número cada vez maior de bens (Sachs, 1980).

Existem semelhanças e diferenças entre os conceitos de desenvolvimento sustentável e ecodesenvolvimento, entre as semelhanças ambos consideram o direito das gerações futuras a satisfação das suas necessidades básicas e que o componente ambiental deve entrar concomitante com o critério econômico no processo decisório, com o aval das comunidades envolvidas, além disso apresentam a mesma meta: alcançar uma sociedade ecologicamente sustentável, contudo apresentam diferentes estratégias de execução. Entre as diferenças, que são sutis, está o fato de que no desenvolvimento sustentável o estado está fora de cena, a resposta estaria somente no mercado e não em uma ação conjunta. No desenvolvimento sustentável

há incompatibilidade entre a meta pretendida e os meios utilizados, pois quando se fala em justiça social planetária pretende-se melhorar o padrão de vida dos países pobres aumentando o consumo de energia per capita, mas se todas as sociedades adquirirem as mesmas condições de vida de um norte-americano, o sistema ecológico não suportará a pressão (Sachs, 2007), assim defende que a solução da crise ambiental virá com a instalação do mercado total na economia das sociedades modernas (Sachs, 1980).

Envolvido por estas divergências práticas e conceituais, o conceito de desenvolvimento, e até mesmo de desenvolvimento sustentável, tem sido utilizado sob diferentes enfoques, inclusive para ratificar posições político-ideológicas que defendem os interesses capitalistas. Sob estes interesses, o campo econômico é regido pela busca incessante do maior e imediato lucro, o que induz os capitais a produzirem enormes quantidades de mercadorias ocorrendo uma pressão sobre a natureza, acelerando os seus processos naturais para a produção de bens que alimentam o sistema produtivo. Esta pressão faz com que seja ultrapassada a capacidade de absorção ou de reciclagem de resíduos e de rejeitos advindos das atividades humanas de produção e de consumo (Pelicioni, 1998). Sendo que esta pressão vem aumentando desde a década de 50 (após segunda guerra mundial), considera-se que a expansão da economia mundial vem provocando progressivamente um profundo impacto ambiental gerado pela atividade produtiva (Montibeller-Filho, 2007).

Com efeito, a partir da década de 50, o conceito de desenvolvimento passou a direcionar os países desenvolvidos e subdesenvolvidos para uma corrida de domínio da natureza e das matérias primas sem limites e sem maiores preocupações com a sustentabilidade (afinal o conceito de desenvolvimento sustentável ainda não havia surgido), sendo que hoje vivemos num mundo que conseguiu globalizar o comprometimento da QV (Minayo, 1998). De fato, na década de 1970, a economia passou a ser apontada como inimiga do meio ambiente. Foi quando se tornou evidente que a natureza e suas leis de produção e reprodução dos ciclos naturais acabaram submetidas às leis da racionalidade econômica (Montibeller-Filho, 2007), culminando, somente a partir da segunda metade da década de 80, em preocupações com o desenvolvimento urbano relacionadas ao meio ambiente, como a poluição, desequilíbrio ecológico, esgotamento de recursos naturais, ameaças de extinção de espécies, desastres ecológicos, desenvolvimento insustentável, dentre outros.

Sob este contexto, Tonneau e Viera (2006) argumentam que o

conceito de desenvolvimento sustentável predominante emergiu ao mesmo tempo em que se intensificou a generalização do modelo que preconiza a mercantilização indiscriminada de todas as dimensões da vida em sociedade, o que pode ter deturpado um pouco a lógica deste conceito no momento de sua implementação. Sob este contexto, para Diegues (1992) há fortes indícios de que "... o desenvolvimento sustentável possa se converter em mais um dos modismos gradualmente incorporado pelas elites, que vêm nele uma ocasião de buscar financiamentos para a conservação ambiental, entendida, em sua dimensão mais restrita, como a luta contra a poluição gerada pelo sistema socioeconômico que elas mesmas produziram e administraram" (p.28). Com efeito, ele aponta que o aparente consenso a respeito do termo "desenvolvimento sustentável", difere segundo o grupo social que o utiliza:

Para certos setores do movimento ambientalista, significa uma proteção do "verde" independente da realidade social envolvida. Para os empresários, trata-se do desenvolvimento que possa garantir a "sustentabilidade da taxa de lucro", baseada, sobretudo, na criação e venda de equipamentos contra a poluição. Para certos governos, o termo muitas vezes constitui o preâmbulo de documentos oficiais para solicitação de empréstimos internacionais a organismos financeiros que foram obrigados a introduzir em seus critérios de aprovação de projetos, as variáveis ambientais. (Diegues, 1992, p.29)

Apesar do reconhecimento de que velhos discursos "verdes" se apropriaram do termo "desenvolvimento sustentável", este conceito, segundo Corral-Verdugo (2010), partilha da visão conservacionista que estabelece que seja possível (e desejável) a proteção do ambiente, enquanto, simultaneamente, são satisfeitas necessidades humanas. Em contrapartida, a noção de limite do crescimento, que deriva de uma perspectiva preservacionista, prescreve a interrupção do impacto humano na natureza até a garantia de restauração do ambiente que teve dano causado por ação humana. Esta perspectiva, em sua versão mais radical, determina que a proteção de recursos naturais prevaleça sobre a opção que vai de encontro à satisfação das necessidades humanas, preconizando-se assim a satisfação de necessidades básicas, bem-estar e QV das gerações futuras. Um modelo alternativo de desenvolvimento e estilo de vida compatível com a perspectiva preservacionista, proposto

por Gandhi e mencionado por Roy (1979), insiste na minimização de desejos e engajamento em trabalhar pelo “pão de cada dia”, na autossuficiência de pequenas comunidades, completa descentralização do poder político e econômico e participação no processo de tomada de decisão. Segundo o mesmo autor, a prescrição de Gandhi é: “quanto menos coisas você possui, menos você precisa e melhor você está”, sendo que a imposição voluntária de um teto de consumo material, a busca de gratificação em esferas não materiais da nossa vida e a ênfase na dimensão cultural da natureza humana, ao invés da corrida acelerada de aquisição de um número cada vez maior de bens, é coerente com esta proposta e compatível com o ecodesenvolvimento (Layarargues, 1997).

Coerente e consistentemente, sob concepção ecológica, Odum (1985) reconhece a cidade moderna como um parasita do ambiente rural, porquanto produz pouco ou nenhum alimento, polui o ar e recicla pouca ou nenhuma água e materiais orgânicos e inorgânicos. Além disso, os alimentos consumidos na cidade representam a produtividade de solos e outros recursos materiais de outras áreas. Desta forma ele considera que as cidades precisam progredir do atual de estágio de parasita para o de mutualista na sua relação com a natureza, sob pena de, como parasita imprudente, explorar o seu “hospedeiro” ao ponto de morrerem juntos.

Pertinentemente Forattini (1991) também evidencia que nas cidades há necessidade de entrada maciça de energia que é captada em lugares distantes, e que, como resultado final, promove intensa produção de resíduos, que são constituídos principalmente de dejetos e calor que o ecossistema urbano não tem como absorver, resultando na poluição e em externalidades negativas. Sob este processo Newton e Meyer (2010), Slemph, et al. (2012) e Shen, Ochoa, Shah, e Zhang (2011) consideram que estudos buscando pelo entendimento dos determinantes do consumo de recursos urbanos, são cada vez mais importantes para identificar pontos prospectivos para a existência de intervenção de políticas públicas. Eles inferem que em 2050, 70% da população mundial de 9 bilhões de pessoas viverá em área urbana e, a partir desta inferência, antecedem o desafio em relação a disponibilidade de recursos para a população das cidades com níveis de consumo recordes dos principais elementos de uso cotidiano, como energia, deslocamento, moradia e água, assim como aumento da geração de lixo, o que afetará a QV da população urbana.

Com efeito, a publicação intitulada “Panorama da Biodiversidade

nas Cidades – Ações e Políticas”²¹ (SCBD, 2012) aponta que a urbanização é uma das principais causas da conversão de habitats, sendo uma causa importante de perda da biodiversidade, evidenciando problemas comuns de áreas urbanas como: carência de recursos naturais (como a água) e degradação ambiental; Mudança do clima - aumento no nível do mar, temperaturas mais elevadas, variação na pluviosidade e enchentes, secas, tempestades, ondas de calor mais frequentes e mais severas; Mudanças demográficas e sociais com tendência contraditória de aumento da riqueza e aumento absoluto do número de pobres²². Sob estes termos, a perspectiva do pensamento complexo de Morin e Kern (1995) que aponta que o desenvolvimento no qual as sociedades industrializadas atingem a QV e bem-estar, reduzindo as desigualdades extremas e dispensando aos indivíduos o máximo de felicidade, é um mito global, é corroborada constatando-se que na verdade “estamos vivendo o paradoxo da elevação do nível de vida associado à degradação da QV” (p. 66). Aliás, as evidências são muitas visto que a urbanização continua afetando o meio ambiente com resultados desastrosos, tanto nos ecossistemas quanto na QV das pessoas, sendo uma das principais causas da conversão de habitats, especialmente em sistemas costeiros, implicando em importante perda da biodiversidade (Rosetto, Orth, & Rosetto, 2006).

Zonas costeiras, por exemplo, abrigam ecossistemas de alta relevância ambiental e apresentam grande diversidade biológica, oriunda de ambientes terrestres e marinhos, marcada por uma fragilidade que requer atenção especial do poder público, visto que a saúde, o bem-estar e a própria sobrevivência das populações costeiras depende da sustentabilidade das atividades humanas nestas áreas. Todavia, nestas zonas, associado ao processo de urbanização, tem se verificado que o aumento do turismo está relacionado com o aumento de níveis de degradação ambiental e social. Green (2005), por exemplo, ao realizar estudo sobre percepção comunitária da mudança ambiental e social e do

²¹ Panorama da Biodiversidade nas Cidades - Ações e Políticas. Secretariat of the Convention on Biological Diversity (SCBD, 2012). Cities and Biodiversity Outlook. Montreal, 64 pages. Link: www.cbd.int/authorities/cbo1.shtml

²² Apesar deste apontamento, este documento, produzido pela secretaria de convenções sobre diversidade biológica de Montreal (Canadá), apresenta uma postura otimista ao conceber que o lado bom destes problemas está no fato de que uma crise do modelo urbano em vigor pode promover o replanejamento da sociedade, aumentando a colaboração entre as pessoas, além de frear o seu crescimento.

desenvolvimento do turismo em uma ilha da Tailândia, atentou para a rápida mudança pela qual vem passando e para o fato do governo tailandês ver a exploração ambiental e de recursos culturais pelo turismo, como uma forma de manter a sobrevivência econômica de muitas comunidades.

Ao se considerar que a maior parte da população mundial vive em zonas costeiras e que há uma tendência permanente do aumento da concentração demográfica nestas regiões (ver Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC²³), se prevê (e se observa) acelerado processo de ocupação e urbanização que direcionam tendências associadas à dinâmica econômica emergente (a exemplo do turismo) e refletem na utilização dos espaços, na forma de aproveitamento dos recursos e impactam negativamente as comunidades tradicionais que habitam estas zonas há várias gerações. Sendo este um fenômeno mundial, tanto pode ser observado na costa brasileira, como em outras zonas costeiras espalhadas por vários países de diferentes continentes como: Tailândia, Hong-Kong, Austrália, Reino Unido, dentre outros (Green, 2005; Kamalipour, Yeganeh, & Alalhesabi, 2012; Ng, Kam, & Pong, 2005; Radford & James, 2013; Rogan, O'Connor, & Horwitz, 2005) e implica na constatação de que o desenvolvimento urbano e as transformações dos lugares estão sendo mais rápidos que a mudança do entendimento do lugar ocupado por seus residentes.

A Costa da Austrália é outro exemplo de área costeira que sofreu um crescimento muito rápido. A mudança da paisagem ocorrida foi narrada e imagens de identidade de lugar foram interpretadas no estudo de Kamalipour, Yeganeh, e Alalhesabi (2012). Os resultados deste estudo sugerem que a identidade de lugar tinha sido criada e imposta pela força da globalização desenvolvimentista e estava mais evidenciada que aquela emanada pela perspectiva dos residentes locais, sendo que algumas vozes foram bloqueadas pelo discurso a favor da urbanização. Ao apresentarem estes resultados os autores concluem que a geografia de poder desigual, que molda a paisagem regional, necessita ser conhecida ao longo do processo de transformação do lugar, pois para eles as paisagens mudam porque elas expressam a relação dinâmica entre forças naturais e culturais do ambiente, sendo que os critérios e valores mudam de acordo e devido a forma como a paisagem é usada e transformada. Outro estudo que retratou a transformação na zona costeira australiana, de Rogan, O'Connor, e Horwitz (2005) investigou a

²³ Instituído pela lei Nacional de Gerenciamento Costeiro n.º. 7661 de 1998, já possuindo uma segunda versão (PNGCII).

percepção da mudança ambiental e do impacto na relação das pessoas com o lugar. A partir da suposição de que as pessoas se empenham em complexa e íntima relação com seus ambientes, este estudo qualitativo em profundidade, com análise de conteúdo temático para identificar temas emergentes, verificou que atitudes comunitárias em torno do ambiente foram mencionadas pelos participantes como tendo influência nos valores ambientais e na manutenção de relacionamentos sociais. Além disso, foi constatado que mudanças ambientais, manifestadas como degradação de componentes biofísicos, emergiram como tendo uma grande influência sobre o modo dos participantes estruturarem seus relacionamentos com seus entornos. A partir destes resultados, os autores defendem que administradores de recursos naturais precisam conhecer a consciência e percepção das pessoas sobre as mudanças na qualidade ambiental local, já que alguns lugares estão associados a importantes significados pessoais e veiculados a aprendizagem e crescimento pessoal, e que, além de representar a continuidade familiar, tem importante significado espiritual, favorecendo a regulação emocional.

Corral-Verdugo e Pinheiro (2009) ressaltam que a América Latina, sóciobiologicamente rica em diversas regiões, apresenta multiplicidade de problemas causados por perigos e danos a sua biodiversidade, o que requer especial aproximação conceitual e metodológica para o estudo e resolução destes problemas. No caso específico brasileiro, a zona costeira compreende mais de 8500 quilômetros, abrangendo 17 estados e mais de 400 municípios, e enquanto a população urbana no Brasil multiplicou-se em média 2,64 vezes entre 1970 e 2000, em alguns municípios litorâneos do estado de Santa Catarina, a população multiplicou-se 4,6 vezes sob o efeito do fenômeno da litoralização (Pereira, 2007).

Apesar do conhecimento de que atividades econômicas na zona costeira brasileira compreendem cerca de 70% do PIB nacional, segundo o Ministério do Meio Ambiente (Brasil, MMA, 2015), a expansão urbana nesta zona vem ocorrendo sem planejamento efetivo, com a ocupação irregular das encostas, dos mangues, das restingas, sob um contexto de omissão, onde o lançamento de esgotos domésticos e comerciais (de restaurantes, bares, hotéis, pousadas, dentre outros) no mar, foram e são mantidos pela quantidade incipiente de capacidade para tratamento de efluentes, em relação a quantidade de pessoas que freqüentam determinados lugares, seja de forma periódica, esporádica ou permanente (Sartor & Santos, 2005).

No caso da Ilha de Santa Catarina, onde está localizada a capital

do Estado de Santa Catarina, o modelo atual de crescimento urbano vigente vem privilegiando o adensamento, a verticalização das construções e o transporte individual, levando à crescente impermeabilização do solo. Além disso, o incremento da ocupação e a valorização de certas áreas, principalmente aquelas ocupadas por povos tradicionais, têm empurrado a população de baixa renda para as partes mais altas, íngremes e perigosas dos morros, aumentando riscos de deslizamento. Concomitantemente, o poder público aprova loteamentos em áreas impróprias e tende a induzir surtos de crescimento que ocorrem em detrimento da QV e do conforto ambiental de moradores e visitantes desta Ilha (CECCA, 2001). Com efeito, o padrão deste processo está associado a uma crise na relação entre pessoa e ambiente, que segundo vários autores (Corraliza, 1997; Moser, 2009; Pinheiro, 1997; Pol, 1993) torna-se evidente através da expressão de insatisfação do indivíduo em relação às qualidades objetivas do ambiente de entorno.

Sob esta condição de crise, os indicadores urbanísticos envolvidos na gestão da QV em ambiente urbano no Brasil refletem ocupação inadequada do solo, comprometimento de áreas ambientalmente sensíveis (como beira de córregos, mangues, dunas), crescimento exponencial de favelas e das ocupações ilegais, a ocorrência de freqüentes enchentes (devido à impermeabilização do solo e o comprometimento das linhas de drenagem), desmoraçamento com mortes devido à ocupação de encostas, comprometimento de recursos hídricos marítimos através do despejo indiscriminado de esgotos, entre outros. Inerente a este processo, o território brasileiro vem sendo segregado por um mercado imobiliário altamente restrito e especulativo e por investimentos públicos aplicados de forma concentradas. Desta forma proliferam-se áreas marcadas pela ilegalidade com ausência de controle sobre o uso e ocupação do solo, implicando em uma exclusão ambiental e urbana, visto que despontam áreas mal servidas pela infraestrutura e por serviços urbanos (água, esgoto, coleta de lixo, drenagem, iluminação pública, varrição, transporte, telefonia, etc.). Sendo assim, uma grave consequência que decorre do expressivo crescimento de áreas ocupadas desta forma diz respeito ao meio ambiente, considerando-se que a localização de favelas se dá mais frequentemente em áreas ambientalmente frágeis: beira de córregos, fundos de vales inundáveis, áreas de mangues, encostas íngremes, áreas de proteção ambiental, entre outras, onde geralmente há coincidência entre localização destas e dos mananciais hídricos, que em geral são protegidos por lei. Sob esta condição urbanizatória Maricato (2001, 2006) argumenta que dar visibilidade à

dimensão gigantesca do que está oculto e trabalhar para diminuir a desigualdade é a tarefa mais importante da atualidade, tanto nas metrópoles do Brasil como de todo o mundo.

De fato e independentemente de localizações geográficas planetárias, em geral, se considera que o desenvolvimento urbano tem prejudicado ecossistemas de inúmeras formas e em escala global, permeado pela falta de compreensão do efeito do crescimento e desenvolvimento sobre a funcionalidade de sistemas socioambientais, sendo que as alterações provenientes deste processo tem implicado em queda do senso de comunidade e ocasionado conflito cultural, evidenciando-se assim a importância do monitoramento de impactos socioculturais do uso do solo, que permitam a identificação de consequências potenciais do crescimento urbano. Sob concepção semelhante, Abreu (1990) argumenta que as intervenções sobre contexto urbano devem preferencialmente se pautar em consultorias e que devem ser abrangentes, tendo em vista a multiplicidade de fatores relacionados às causas das doenças associadas aos processos urbanizatórios, entre elas: a pobreza, a densidade populacional, a exploração das minorias, a discriminação da mulher e a alienação política. Nesse sentido, o autor vislumbra a necessidade de que a ação do psicólogo, em específico, se volte ao sistema, antes do que ao indivíduo, e que os seus esforços priorizem o bem-estar da pessoa através da análise, avaliação e aperfeiçoamento do sistema no qual ela vive.

A partir desta concepção, se admite que a dimensão social tenha fundamental importância para sustentabilidade da QV no contexto urbano, configurando-se sua base estrutural. Afacan e Afacan (2010), por exemplo, propuseram que o veículo para a promoção de bem-estar humano-ambiental deve envolver os princípios da democracia participatória e que existe maior iniquidade e crescimento da complexidade nas vidas sociais em cidades que conduzem para a exclusão e para o aumento da diferenciação social. Este estudo questiona a relação entre o alastramento do tapete do urbano e desenvolvimento sustentável, contribuindo para a abertura a novos significados em torno dos quais novas cidades e vilarejos possam ser planejados e ordenados pela promoção da inclusividade social, atrelada a responsabilidade ambiental. Neste sentido, percebe-se que o sentimento de comunidade pode contribuir positivamente para a promoção de programas de desenvolvimento sustentável sendo que, de acordo com o estudo de Elvas e Moniz (2010), quanto maior a integração, participação e satisfação perante uma comunidade, maiores serão os benefícios individuais e comunitários.

Coerentemente, Holmes e Joseph (2011) enfatizaram que a participação em associações pode ajudar a proteger contra morbidade e mortalidade. Eles apresentam como exemplo uma estratégia de baixo-custo desenvolvida no Sri Lanka que favorece o aumento da interação social entre idosos. Relatam a experiência na formação de grupos, sugerindo muitos benefícios, incluindo suporte social e participação, contato intergeracional, voz coletiva, acesso facilitado a atividades de promoção e para o cuidado com a saúde e serviços de bem-estar social. Este exemplo mostra que a formação de clube de idosos ou associações de pessoas desta faixa etária pode ser altamente benéfica, pois através da promoção deste tipo de participação se aumenta a saúde e bem-estar de idosos e de seus familiares. Os autores concluem que a participação em grupos merece mais atenção como fator protetivo tendo um importante papel na prevenção e manejo de doenças crônicas.

Outro tema recorrente e atrelado à questão da gestão da QV, contudo mais focado na dimensão ambiental, se refere aos serviços de ecossistemas, que são considerados vitais e responsáveis pelo aumento e manutenção da QV dos cidadãos visto que regulam o clima, protegem contra riscos, satisfazem necessidades energéticas, dão suporte à agricultura, previnem erosão do solo e propiciam oportunidades para recreação e inspiração cultural. Um relevante serviço de ecossistema está atrelado aos benefícios das áreas verdes no que concerne conforto e bem-estar térmico da população urbana no verão, sendo que no meio urbano, os parques e a vegetação reduzem o efeito das ilhas de calor urbanas. Smith e Levermore (2008) apontam que as ilhas de calor urbanas são responsáveis por diferenças de temperatura de 1 a 7°C entre cidades e distritos no Reino Unido e consideram cenários futuros de mudança climática e de urbanização que indicam que estas ilhas serão cada vez mais frequentes. Eles evidenciam o potencial perigo destas altas temperaturas demonstrando que a maioria das mortes relacionadas ao calor durante o verão de 2003 foi em áreas urbanas. Isto significa que o resfriamento do ambiente urbano tem grande prioridade e, sabendo-se que áreas verdes podem contribuir para a abertura da área urbana e que favorecem a passagem de ventos refrigerados, futuros planejamentos podem ajudar adicionando às construções áreas de evapotranspiração com espaços verdes. Com efeito, no Reino Unido, 10% de aumento no dossel das árvores resultou em redução de 3 a 4°C favorecendo a economia de eletricidade no uso de condicionadores de ar (SCBD, 2012).

Convergentemente, um estudo de caso feito em Taiwan sobre corredores ecológicos também reconhece e evidencia a importância da

dimensão ambiental associada à presença de áreas verdes em ambientes urbanos. Nele, os autores Chang, Tu, e Chen (2010) argumentam que os parques, áreas verdes e os rios de áreas urbanas dão suporte à biodiversidade e à promoção de ideais de desenvolvimento sustentável, criando ricas e excitantes paisagens entre as cidades. O estudo procurou verificar se corredores ecológicos de áreas urbanas poderiam favorecer o balanço do ecossistema e aumentar a QV de residentes. Como resultado foi constatado que a arborização e corredores ecológicos podem ser usados para direcionar o vento pela convecção natural, abaixando a temperatura da cidade, o que, conseqüentemente, resulta na diminuição do uso de aparelhos de ar-condicionado e do consumo de energia.

Com efeito, diferentes serviços ambientais também são elencados em diferentes artigos como exercendo fundamental importância para a QV em ambiente urbano. O estudo de Radford e James (2013), também realizado no Reino Unido, focou em nove serviços de ecossistemas – estético, espiritual, recreação, regulação de fornecimento de água, sequestro de carbono, adaptação à mudança climática, polinização, potencial de biodiversidade e atenuação de ruídos. Este estudo de caso, sobre mudança na valoração de serviços de ecossistemas ao longo de diferentes gradientes rural/urbano, constatou que a degradação e perda de funções vitais do ecossistema e de seus serviços tem sido um incontestável resultado da urbanização. Para eles um entendimento de como serviços do ecossistema são mantidos ao longo de diferentes gradientes é crucial nas metas de conservação e manutenção de serviços vitais em ambientes urbanos que visam um futuro sustentável. Já Gómez-Baggethun e Barton (2013) em revisão teórica sobre classificação e valoração de serviços de ecossistemas para planejamento urbano, afirmam que conservando e restaurando serviços de ecossistemas em áreas urbanas pode se reduzir as pegadas ecológicas²⁴ e

²⁴ Quantidade de terra necessária para sustentar o estilo de vida de cada cidadão, considerando não apenas os alimentos, mas também energia, água e outros recursos naturais. Em 1995 a pegada ecológica de Londres era 125 vezes o tamanho da cidade. Foi quando se deu início ao projeto rumo a Londres sustentável: reduzindo a pegada ecológica na capital. Contudo a aplicação deste conceito é difícil, pois é fácil medir as pegadas no nível local, mas é difícil abordá-las e controlá-las (SCBD, 2012, link: www.cbd.int/authorities/cbo1.shtml). Segundo Oskamp (2002) se todas as áreas do mundo consumissem no mesmo nível recursos naturais tal qual tem sido feito pelos Estados Unidos e Canadá, necessitaríamos de três planetas terra para

débitos ecológicos das cidades, enquanto se proporciona resiliência, saúde e QV para seus habitantes. Para tanto, consideram fundamental para o planejamento urbano sintetizar o conhecimento e métodos para classificar e valorar serviços de ecossistemas e evidenciam a assimetria de conhecimento apontando a abundância relativa de estudos biofísicos e econômicos que contrasta com a escassez de estudos endereçados a valores não econômicos, incluindo social, cultural e outros, demonstrando-se uma limitação da capacidade para entender e capturar tipos específicos de valores.

De fato, todos os ecossistemas geram uma grande variedade de serviços, mas nem todos esses serviços podem ser traduzidos em números e há uma grande dificuldade em atribuir um valor econômico amplo a um ecossistema como um todo. Não obstante, ignorar o valor dos ecossistemas traz o risco de perder os benefícios que a natureza propicia, roubando-os das gerações futuras, sendo que informações e estimativas de custos detalhados podem embasar decisões de planejamento. Dados deste tipo são úteis no argumento a favor de investimentos no manejo ecossistêmico propiciando a criação de esquemas de pagamento por seus serviços oferecendo incentivos a proprietários de terra e agricultores para manejarem suas terras de forma sustentável. Vários exemplos podem ser citados neste sentido, a cidade do Cabo, na África do Sul, recentemente calculou que, para cada dólar que o município gastava no meio ambiente, geravam-se quase oito dólares e meio de bens e serviços ecossistêmicos. Já a cidade de Nova Iorque passou a fazer pagamentos substanciais a proprietários de terras localizadas a montante na bacia de Catskill/Delaware para melhorar as práticas de uso da terra e assim garantir o fornecimento de água potável de qualidade (SCBD, 2012).

Desta forma, o termo capital, em geral, designa estoques de materiais ou informações existentes num determinado período que geram fluxos de serviços que podem ser usados para transformar outros materiais ou sua configuração espacial, contribuindo para a melhoria do bem-estar humano. O capital natural, por sua vez, fornece serviços de ecossistemas como reciclagem de resíduos, captação de água e controle de erosão. Inclui todo estoque natural (qualquer coisa que não é feita por humanos) e não traz nenhum custo de produção, exceto o custo da extração, podendo ser alterado por humanos, mas não reproduzido por

satisfazer esta demanda. Esta estimativa demonstra que a pegada ecológica atual de nações desenvolvidas é muito maior do que pode ser sustentado e precisam ser reduzida.

eles. Concebe-se assim que a proteção do capital natural acaba contribuindo para a criação de empregos, economia financeira e complementa serviços supridos pelos municípios, como o controle do risco de desastres e a segurança alimentar, sendo que os líderes municipais deveriam ser incentivados a tomar decisões que favoreçam o meio ambiente, em vez de prejudicá-lo. Em contrapartida, Collados e Duane (1999) apontam que a destruição deste capital prejudica a QV de uma região, conduzindo-a para padrões não sustentáveis de desenvolvimento.

Além do capital natural, outros tipos de capitais estão envolvidos na satisfação das necessidades humanas e manutenção da QV sendo que, a habilidade dos humanos para se desenvolverem (individual e coletivamente) e satisfazerem suas necessidades básicas, depende de oportunidades viáveis de usufruir, além do capital natural, também do social, do construído, do humano e de tempo. Costanza et al. (2007) definiu estes outros diferentes tipos de capitais, além do natural, da seguinte forma: Capital social - redes e normas que facilitam a ação cooperativa; Capital humano – aquele conhecimento e informação armazenada nos cérebros, assim como no trabalho; Capital construído – bens manufaturados como ferramentas, equipamentos, construções. Todavia, apesar desta variedade de capitais, vale salientar que podemos criar ou destruir capital humano, social e construído, mas as possibilidades de aumentar capital natural são remotas e qualquer ato irreversível hoje, significa uma opção a menos para as gerações futuras.

Com efeito, o conceito de capital natural é a extensão da noção econômica de capital (meios de produção fabricados) para bens e serviços ambientais de forma que todos os ecossistemas são considerados essenciais para o desenvolvimento sustentável de longo prazo, não somente devido as suas funções para a economia, mas principalmente como bem comum das pessoas excluídas do sistema econômico e para outros seres vivos.

Coerente a esta perspectiva, Collados e Duane (1999) e o Manual sobre Integração de Serviços Ecossistêmicos ao Planejamento do Desenvolvimento (elaborado pelo Ministério Federal do Meio Ambiente de Proteção da Natureza e da Segurança Nuclear da Republica Federal da Alemanha, publicado no Brasil por uma iniciativa do Ministério do Meio Ambiente (Brasil, MMA, 2012)), defendem que o capital natural não é substituível e que o modelo de avaliação de desenvolvimento regional sustentável deve diferenciá-lo, visto que são considerados recursos preciosos que contribuem para a QV de duas formas complementares: primeiro, por prover diretamente serviços ambientais

que não podem ser importados, e segundo, pelo suplemento de recursos naturais que são requeridos pelo processo de produção humana. Desta forma, ao aplicar este modelo de avaliação, diferentes tipos de capital natural regional devem ser identificados, principalmente em função do tempo do uso destes a favor de bem-estar humano.

Para Collados e Duane (1999) ao se planejar o desenvolvimento sustentável de determinada região, o esforço deve se dar na elaboração de respostas às seguintes questões: (1) “Como o uso do capital natural da região afeta a QV?” e (2) “Quais alternativas de desenvolvimento são sustentáveis sob modelo com critérios que diferencia capital natural em categorias mais precisas?”. Para eles, as respostas para estas perguntas determinam o atalho que deve ser tomado para o desenvolvimento sustentável de cada região. De forma semelhante, o Manual sobre Integração de Ecossistemas ao Planejamento de Desenvolvimento (Brasil, MMA, 2012) sugere que se analise e priorize os serviços ecossistêmicos, sendo que algumas perguntas norteadoras envolvidas neste processo são: “Como o plano de desenvolvimento impacta e depende dos serviços ecossistêmicos?”; “Quais são os principais atores afetados pelos serviços ecossistêmicos?”, “Como são distribuídos os custos e benefícios entre os diferentes grupos?”, “Quais são os serviços ecossistêmicos prioritários para o plano de desenvolvimento e por quê?”. Este manual deixa evidente que se o plano de desenvolvimento depende de um serviço ecossistêmico e este se torna escasso ou se degrada, o plano de desenvolvimento, ou parte dele, pode falhar ou tornar-se mais dispendioso, visto que, por exemplo, o plano de desenvolvimento costeiro deveria se pautar na dependência dos serviços ambientais de proteção contra tempestades, fornecidas pelas zonas úmidas ou manguezais.

Sem dúvida, há que se considerar que grande parte do bem-estar das pessoas está atrelada aos serviços ecossistêmicos. Andrade e Romeiro (2009, 2013), Costanza (2001), Costanza et al. (1997), Romeiro e Andrade (2009), Romeiro (2011, 2013), por exemplo, partem da premissa básica de que as atividades econômicas, a coesão das sociedades e o bem-estar humano são dependentes destes serviços que possuem várias funções, dentre elas: provisão (ou abastecimento), serviços culturais, serviços de regulação e serviços de suporte. Romeiro e Maia (2011) evidenciam alguns serviços ecossistêmicos do solo, como: mobilização de nutrientes, capacidade de armazenamento da água, capacidade de enraizamento e aeração, capacidade de produção de metabólitos fitossanitários, sendo que cada um desses serviços tem expressão monetária fora do cálculo realizado com base

em uma visão reducionista. Desta forma defendem que é preciso conhecer de que forma fenômenos antrópicos, como o crescimento econômico e populacional, assim como a urbanização, afetam a capacidade dos ecossistemas de gerarem serviços essenciais à vida no planeta.

Desta forma, os serviços de ecossistemas e o estoque de capital natural são considerados críticos para o funcionamento do sistema de suporte à vida na terra, pois eles contribuem para o bem-estar humano, de forma direta e indireta, e representam uma parte do total do valor econômico do planeta. Costanza et al. (1997), por exemplo, estimaram o valor econômico de 17 serviços de ecossistema de 16 biomas, baseados em estudos publicados e em alguns cálculos originais. Verificaram que somente os serviços ecossistêmicos da biosfera equivalem a 33 trilhões de dólares por ano, entretanto, devido a natureza cheia de incertezas deste cálculo, o consideram como uma subestimativa

Considera-se assim que a aplicação da concepção da economia ecológica deveria estar na base do desenvolvimento sustentável (dentro dos critérios de sustentabilidade forte), favorecendo o encontro de possibilidades que apresentam crescimento econômico, ou não, neste caso a QV poderia ser incrementada pelo aumento da produção de serviços ambientais (Cavalcanti, 2004; Romeiro, 2013). Este modo de avaliar a sustentabilidade, que envolve a priorização e mensuração de QV sob um modelo de avaliação para as soluções regionais de desenvolvimento, é muito semelhante à estratégia de implementação da sustentabilidade utilizada no Reino Unido em 1999, quando se recorreu a dados comensuráveis sobre QV no intuito de verificar a magnitude da sustentabilidade. A partir da publicação dos resultados desta estratégia, Higgins e Campanera (2011) observaram que foi alcançada a legitimidade de governança²⁵ a partir do construto de “QV”, que tem sido remodelado sob contexto político para acomodar a dimensão intergeracional.

Pertinente a esta demanda cabe perguntar, por exemplo, qual o valor da água? Todos sabem que este é um recurso insubstituível à sobrevivência da maioria dos organismos vivos do planeta, incluindo

²⁵ Refere-se a padrões de articulação e cooperação entre atores sociais e políticos e arranjos institucionais que coordenam e regulam transações dentro e através de fronteiras do sistema econômico. Inclui partidos políticos, redes sociais informais (fornecedores, famílias, gerentes), hierarquias e associações de diferentes tipos, engloba a sociedade como um todo (Santos, 1997).

nossa espécie. Este recurso é um capital natural, ou seja, não pode ser produzido pelo ser humano, depende de um complexo processo ecossistêmico e apesar de ser renovável, não é um recurso substituível. Ultimamente a escassez deste recurso vem sendo promovida pela degradação dos mananciais que estão sendo gradativamente substituídos por ambientes urbanizados caracterizados pela impermeabilização do solo. Com efeito, esta situação de escassez foi apontada como justificativa para estudos publicados em dois artigos, um sobre armazenamento de água de chuva em região mediterrânea (Farreny, Gabarrell, & Rieradevall, 2011) e outro sobre a conservação de reservatórios de água (Story & Forsyth, 2008).

O primeiro artigo (Farreny, Gabarrell, & Rieradevall, 2011) aponta que o armazenamento de água da chuva pode apresentar muitos benefícios para a sustentabilidade e que emerge como estratégia-chave na adaptação das cidades à escassez de água. A principal meta desta pesquisa estava na análise custo-benefício de algumas estratégias de armazenamento de água da chuva e foi baseada em estudo de caso, consistindo de uma densa vizinhança de moradias sociais (600 habitantes/ha) com construções multi-divididas. Os resultados indicaram que estratégias de armazenamento de água da chuva, sob condições mediterrânicas, apresentam-se economicamente desvantajosas e que é necessário encontrar uma escala apropriada para a infraestrutura de água da chuva que a tornem economicamente praticável nesta região. Já os autores do segundo estudo (Story & Forsyth, 2008) investigaram o comportamento de participação na conservação de reservatórios de água. Neste estudo os autores predisseram e confirmaram que indivíduos estariam mais propensos a responder aos desafios ambientais quando eles estivessem atentos ao perigo ambiental, acreditassem que o risco de escassez poderia ser grande, e se sentissem responsáveis pelo encaminhamento dos problemas ambientais, demonstrando-se uma íntima relação entre a participação e a preservação de serviços ambientais.

Outro aspecto importante na gestão da QV em ambiente urbano, mas que neste caso envolve a congruência entre as dimensões ambiental e econômica, concerne na produção e no manejo do resíduo sólido produzido nas cidades. Sob este tema Baud, Grafakos, Hordijk, e Post (2001) examinaram a contribuição que novas alianças no sistema de manejo de lixo urbano sólido podem fazer pela QV, aumentando a provisão deste serviço urbano básico. Para tanto se basearam em estudos de caso de três cidades com populações milionárias em países em desenvolvimento: Chennai, na Índia, Manila, nas Filipinas e Lima, no

Peru. A análise das alianças formadas em torno de atividades de manejo de lixo sólido urbano deu-se através de um exame sistemático de muitos tipos de alianças formadas em torno destas atividades (incluindo coleta formal, transporte e disposição, assim como a coleta informal, comércio, reuso e reciclagem). Verificaram a ocorrência de alianças público-privada, público-comunitária, comunitária-privada e privada-privada. A principal conclusão deste trabalho foi que autoridades locais trabalham junto com grandes empreendimentos e ONG's (Organizações não governamentais), mas rejeitam cumprir acordo diretamente com empreendimentos informais de reciclagem que recolhem grande porção do lixo. Além disso, os resultados mostraram que a corrente contribuição de alianças entre autoridades locais e grandes empreendimentos falham principalmente no que se refere a aumentar a área de coleta de lixo, vizinhança mais limpa e viabilidade financeira. Em contraste, alianças entre autoridades locais, ONG's ou organização comunitária, a partir de empreendimentos de reciclagem informal, contribuem mais fortemente para a viabilidade financeira, trabalho e limpeza da vizinhança, assim como são responsáveis pela maior fração de reuso e reciclagem de resíduos.

A partir destes dados da literatura percebe-se que a gestão da QV, sob processo de urbanização, demanda ainda de mais análises e intervenções que levem em conta a complexidade, transacionalidade e multidimensionalidade envolvidas, ficando evidente a necessidade de uma maior abertura em relação aos pressupostos epistemológicos adotados e ao amplo conhecimento atrelado as temáticas transversais envolvidas. Uma destas temáticas, considerada fundamental neste trabalho, envolve questões relacionadas aos impactos sobre o modo de vida tradicional de populações que estão desaparecendo sob o efeito destes processos, implicando em mudanças no cenário físico, nos tipos de uso e nas atividades ao ar livre e privando-as daquilo que é precioso e imprescindível à manutenção de suas QV, conforme mencionado no item a seguir.

3.2.2 Populações tradicionais: vivendo sob impactos socioambientais

Sachs (1980, 2007) argumenta que a apresentação e reconhecimento dos múltiplos modelos de sociedade do passado podem favorecer o resgate de futuros possíveis, constituindo importante fonte de informação e de pistas que podem nos levar às novas formas e estilos de desenvolvimento. Sob esta demanda, o desenvolvimento endógeno tende a ser incentivado na contramão das injustiças sociais e do

esfacelamento cultural, que vem ocorrendo sob o desenvolvimento convencional, atribuindo-se grande relevância ao quadro cultural local (Layrargues, 1997)²⁶. Além disso, Sachs (2007), considerando que mudanças ambientais apresentam uma grande influência sobre o modo dos sujeitos estruturarem seus relacionamentos com seus entornos, defende ser de fundamental importância que administradores de recursos naturais conheçam a consciência e a percepção das pessoas sobre as mudanças na qualidade ambiental local, a partir da investigação de situações concretas.

Em contrapartida, verifica-se que populações tradicionais (ver Diegues, Arruda, Ferreira da Silva, Figols, & Andrade, 2000) há muitas décadas tentam se adaptar ao recorrente surgimento de megaprojetos de alto impacto ambiental, com investimento público, privado, nacional e internacional (Lopes, Carioni, & Vaz, 2014; Sartor & Santos, 2005). Entretanto, são justamente estas populações, com fortes vínculos culturais com os ambientes, que tem conservado os ecossistemas naturais (Diegues, 1992), sendo responsáveis pela manutenção da diversidade biológica da qual dependem (e dependeram) a sobrevivência de diferentes gerações²⁷ (Diegues, Arruda, Ferreira da Silva, Figols, & Andrade, 2000).

Segundo Silva (2007) as especificidades dos povos e das comunidades tradicionais implicam em processos produtivos marcados pela economia de subsistência, onde a produção é determinada por questões singulares pertinentes ao seu modo de vida. Estas populações se definem pelo uso sustentável da terra, respeito aos ciclos naturais necessários às práticas produtivas, uso de recursos renováveis e práticas de uso comunitário dos mesmos, com a sua organização social implicada na estrutura de família extensa. Considerando tais especificidades, Corral-Verdugo (2005) pressupõe a necessidade de estudar o modo como a cultura influencia as visões de mundo, normas, sentimentos e comportamentos das pessoas, reconhecendo-se a necessidade de saber como estes aspectos participam da própria adaptação ao ambiente/entorno, seja ela de uma maneira eficiente e

²⁶ Layrargues (1997) considera que para se desenvolver, o terceiro mundo teria que refletir sobre suas especificidades se engajando na pesquisa de modelos qualitativamente diferentes do norte-americano.

²⁷ Como exemplo, a singularidade das paisagens naturais incidentes na orla marítima decorrentes de sua ocupação esparsa por assentamentos de pescadores artesanais, cujos modos de vida e práticas de manejo estão atrelados ao bom estado de conservação dos atributos naturais dessas paisagens.

responsável, ou não.

As populações tradicionais não indígenas são resultado da miscigenação entre os portugueses colonizadores, a população indígena nativa e o escravo negro. Constituíram-se no período colonial através da monocultura e outros ciclos econômicos desenvolvidos de acordo com os ecossistemas que vêm ocupando ao longo de várias gerações. Desempenham modos de vida particulares que envolvem grande dependência e conhecimento profundo em relação aos ciclos e recursos naturais, implicando em tecnologias de baixo impacto ambiental. A diversidade cultural fica bem evidente nas regiões litorâneas brasileiras onde populações tradicionais vivem de forma relativamente isolada, em ecossistemas ricos em biodiversidade (mangues, restingas, florestas tropicais), sendo que os indivíduos que as compõem são geralmente analfabetos ou possuem baixo grau de instrução e têm pouco poder político. Além disso, geralmente não têm títulos de propriedade das terras que ocupam, o que os tornam passíveis de desapropriação fácil, sem terem compensação real pela terra que habitam. Também há grande dependência em relação às atividades de subsistência e produção de mercadorias pela unidade familiar, que implica e está implicada em uma relação com o mercado com reduzida acumulação de capital econômico formando sociedades mais homogêneas e igualitárias que as capitalistas, com pequena capacidade de acumulação de capital, o que dificulta a emergência de classes sociais.

Com efeito, apesar de se encontrarem articulados ao modo de produção capitalista, que tem levado a uma maior ou menor desorganização das formas que se relacionam e tratam do mundo natural e seus recursos, vivem em geral em comunidades autossuficientes e independentes em relação à economia urbana, contudo, seu modo de vida se dá numa relação funcional com a cidade, em equilíbrio de complementaridade (Diegues, 2001). Suas formas comunitárias de apropriação de espaços se caracterizam pela utilização comunal de determinados espaços por meio do extrativismo vegetal, animal e da pequena agricultura, que são permeados e regidos por uma extensa teia de parentesco, de ajuda mútua, de normas e valores sociais que privilegiam a solidariedade intergrupual e que regulam o acesso aos recursos naturais, impedindo sua degradação. Desta forma são consideradas sociedades sustentáveis devido ao respeito e a conservação dos recursos naturais (Diegues, Arruda, Ferreira da Silva, Figols, & Andrade, 2000).

Entretanto, Diegues, Arruda, Ferreira da Silva, Figols e Andrade (2000) e Diegues (2001) salientam que as culturas tradicionais estão em

constante mudança, seja por fatores endógenos ou exógenos, o que não significa necessariamente uma mudança radical de padrões culturais básicos. Ao contrário, gradual e progressivamente, em muitos casos, os sistemas tradicionais de manejo, altamente adaptados a ecossistemas específicos, acabam caindo em desuso, seja pela introdução da economia de mercado e pela desorganização social, seja pela substituição por outros sistemas impostos de fora da comunidade (Diegues, 2001).

Apesar deste processo, estas populações ainda são detentoras de um conhecimento tradicional a respeito do mundo natural que é transmitido oralmente de geração em geração, sendo que estes conhecimentos, diversos e dinâmicos, passam constantemente por adaptações (Hanazaki, 2003) ligadas à maneira de pensar, sentir e atuar em relação aos componentes desta diversidade (Ulysséia, Hanazaki, & Lopes, 2010). Concebe-se assim que estes conhecimentos, que estão constantemente se adaptando e sendo transmitidos oralmente, são vulneráveis às rápidas mudanças. Além disso, cabe salientar que estas populações exercem impacto sobre os recursos naturais, quantitativamente e qualitativamente, distinto do impacto causado pelas sociedades modernas/urbanas, pois partem da compreensão dos ciclos ecossistêmicos utilizando, muitas vezes, práticas de manejo que favorecem a conservação de seus recursos, proporcionando a preservação e evitando a destruição ou sobre exploração (Hanazaki, 2003). Daí a necessidade e a justificativa para que planos de manejo considerem saberes locais e incorporem as contribuições das experiências sociais, organizações locais, regras e valores dessas comunidades (Ramires, Molina, & Hanazaki, 2007).

Sob esta demanda, na relação entre populações tradicionais e o seu entorno, é importante considerar o conceito de território, definido como uma porção da natureza sobre a qual se reivindica direitos estáveis de acesso, controle e/ou uso. Este espaço fornece os meios de subsistência, os meios de trabalho e produção, os meios de produzir aspectos materiais das relações sociais que compõe a estrutura determinada de uma sociedade. Territórios existem e são construídos nas mais diversas escalas – por exemplo, um quintal, uma rua, um bairro - e são constituídos em escalas de tempo diversas, como séculos, anos, dias, podendo ser permanentes ou cíclicos. Milton Santos (1996) em *A Natureza do Espaço* caracteriza território como espaço apropriado socialmente de forma que o “uso” do território é o seu principal delimitador, ou seja, seu limite não está submetido às imposições das escalas geográficas, mas se dá a partir da interação entre a natureza e a

cultura. A “territorialidade”, por sua vez, deve ser vista como algo que se inscreve no quadro da produção, da troca e do consumo das coisas, sendo que para as sociedades tradicionais de pescadores artesanais, o território é muito mais vasto que para as terrestres, sendo explorados diversos habitats como a floresta, os estuários, mangues e áreas já transformadas para fins agrícolas (Ramires, Molina, & Hanazaki, 2007).

Grande parte dos territórios destas culturas tradicionais vêm experimentando uma desorganização social implicada no fato de que vem sendo transformada em áreas privadas ou protegidas dentro do processo urbano, resultando em graves limitações às suas atividades de agricultura, caça, pesca e extrativismo, contribuindo para uma migração para áreas urbanas, onde passam a viver em favelas e submetidos ao desemprego e subemprego (Diegues, Arruda, Ferreira da Silva, Figols, & Andrade, 2000). Como evidencia desta dinâmica, Seixas e Berkes (2005) apontam que agricultores e pescadores tradicionais do município de Imbituba, localizado na região sul do estado de Santa Catarina, vêm experimentando a perda progressiva de espaços para a reprodução de seu modo de vida, como os acessos ao mar, às lagoas, aos campos de agricultura e aos recursos advindos destas áreas, deslocando essas comunidades para os centros urbanos e para outras atividades econômicas, servindo como mão de obra na indústria, no turismo e na construção civil. A partir da concepção de que as comunidades tradicionais têm uma representação do espaço associada aos meios de subsistência, aos meios de trabalho e produção e aos meios de produzir as relações sociais que compõem sua estrutura (relações de parentesco, etc.), considera-se que a expulsão de suas terras implica inevitavelmente na impossibilidade de continuar existindo como grupo portador de determinada cultura, de uma relação específica com o mundo natural domesticado.

Sob estes termos, os estudos de Hanazaki (2001, 2002) têm demonstrado que nativos habitantes de áreas de Mata Atlântica usam e manejam uma elevada diversidade de recursos naturais em função de suas atividades de subsistência e que, inerente à continuidade destas atividades, está a sustentabilidade do uso continuado de recursos naturais. Em contrapartida, Hanazaki (2003) e Diegues (2001), partem da concepção de que regiões naturais usualmente correspondem a áreas manipuladas por populações indígenas e tradicionais e, sob esta constatação argumentam que os esforços conservacionistas deveriam estar endereçados aos problemas socioeconômicos das populações humanas que dependem diretamente da biodiversidade como fonte de alimentos, fármacos e matérias primas, de forma que as estratégias de

manejo de capital natural e de desenvolvimento traçadas por instituições públicas deveriam atuar em conjunto com os interesses e com o conhecimento das populações humanas locais, ao contrário do que acontece em políticas governamentais que favorecem o crescimento do turismo e da urbanização.

De fato, a existência de sistemas de manejo de recursos marcados pelo respeito aos ciclos naturais é um relevante aspecto inerente a estas populações, que promovem sua exploração dentro da capacidade de recuperação da espécie de animais e plantas utilizadas. Consistentemente é evidente que a representação de ciclos é forte nestas sociedades que pautam suas atividades através de um complexo calendário agrícola/pesqueiro - há o tempo para semear, para colher, como também há o tempo de se esperar as espécies de peixes migratórios, como a tainha. Com efeito, esta exploração de diferentes habitats exige um conhecimento aprofundado dos recursos naturais, das épocas de reprodução das espécies e na utilização de um calendário diferenciado através do qual se guiam. Os sistemas tradicionais de manejo revelam a existência de conhecimento adquirido pela tradição herdada dos mais velhos, que levam a manutenção e ao uso sustentado dos ecossistemas naturais. Desta forma considera-se que as culturas e sociedades tradicionais se caracterizam pela simbiose com a natureza, a partir da qual se constrói um modo de vida que envolve conhecimento aprofundado dos ciclos ecossistêmicos oriundo da ocupação de um mesmo território por várias gerações (Diegues, 2001) e que isto não deve ser subestimado ao se planejar o desenvolvimento das áreas que estas populações ocupam.

Com efeito, as restrições para a extração de recursos naturais do entorno e o uso de bens industrializados estão atrelados e relacionados a migração de populações humanas, que estão relacionadas às mudanças neste conhecimento que poderão incidir na diminuição na diversidade do uso de plantas nativas com a passagem do tempo, sendo que uma evidência deste processo é o fato de que o conhecimento de pessoas mais jovens tende a ser menos diversificado que o conhecimento dos mais velhos que tiveram mais oportunidades de usar e usufruir de recursos naturais (Hanazaki, 2000; Poderoso, Hanazaki, & Dunaiski Jr, 2012).

Em relação à pesca, Berkes (1985) aponta que os pescadores exploram e mantêm diversas formas de interações diretas com o ambiente marinho ao longo do tempo. Sob este aspecto é importante considerar que a formação de várias das comunidades litorâneas no Brasil se deu entre o século XVIII e início do século XX, e que seus

membros viviam, principalmente ou parcialmente, da atividade pesqueira. Entretanto, a crise do setor pesqueiro em escala mundial na década de 70, interferiu de tal forma na pesca artesanal que até hoje não há consenso sobre equilíbrio na proteção e regulação da biodiversidade e dos recursos naturais. Sob este processo constata-se que os sistemas tradicionais de manejo dos recursos, que vêm sendo transmitidos de geração a geração, vem passando por adaptações ao contexto contemporâneo, sendo que muitas práticas tradicionais estão evoluindo ou desaparecendo como respostas às pressões sofridas. Deste modo, muitos pescadores têm abandonado suas profissões em troca de outros empregos e assim, quanto mais pessoas vão trabalhar em outros setores e tem acesso a produtos industrializados, mais decresce a frequência de interação com o ambiente natural e conseqüentemente seu conhecimento sobre ele (Hanazaki, 2000; Poderoso, Hanazaki, & Dunaiski Jr, 2012). Com efeito, considera-se que o uso e relação direta e proximal com o ecossistema de entorno pode estar ameaçada pela interferência de fatores como: maior exposição das comunidades tradicionais à sociedade urbano-industrial, às pressões econômicas e culturais externas; e maior facilidade de acesso a medicina moderna e mercados onde se vendem frutas e verduras que implica na redução da biodiversidade (Giraldi & Hanazaki, 2010).

Enquanto se encaminha este processo, o conhecimento fragmentado das disciplinas individuais tem levado a simplificações, reducionismos refletindo em dificuldades para lidar com a complexidade dos sistemas ecológicos e econômicos, limitando e impedindo um planejamento adequado para o desenvolvimento que vise a manutenção da qualidade de vida, tanto de populações tradicionais como de toda uma nação. Por outro lado, ao se considerar que ecossistemas são estruturas complexas e evolutivas, dotadas de resiliência com limiares específicos que, uma vez ultrapassados, podem levar a rupturas irreversíveis e perda de capacidade de geração de serviços, pressupõe-se a necessidade de conhecer de que forma fenômenos antrópicos, como o crescimento econômico e o crescimento populacional, afetam a capacidade dos ecossistemas manterem determinados modos de vida e de gerarem serviços essenciais à vida no planeta. Com efeito a degradação dos fluxos de serviços ecossistêmicos tem sido vista como parte de uma armadilha social em que as falhas nas leis de propriedade comunal e os incentivos econômicos que abrangem apenas bens e serviços de mercado, são responsáveis pela destruição dos serviços de suporte à vida. Sendo assim, ao se considerar as ligações entre bem-estar humano e o serviço prestado pelos

ecossistemas, torna-se claro que qualquer ação que vise aumentar a qualidade de vida das populações e acelerar o processo de desenvolvimento deve reconhecer explicitamente a importância dos serviços prestados pelos ecossistemas para as condições de vida humana (Romeiro, 2013; Romeiro & Maia, 2011).

De fato, serviços ecossistêmicos beneficiam as sociedades humanas com a provisão de alimentos, regulação climática, formação do solo, etc. O solo, por exemplo, produz diversos serviços ecossistêmicos que são apenas imperfeitamente substituíveis, quando o são. Portanto seu mau gerenciamento pode resultar na destruição de vários de seus serviços, dentre eles: 1) infiltração e capacidade de estocagem de água; 2) estrutura física para o enraizamento das plantas; 3) capacidade de mobilização de nutrientes; 4) oferta de metabolitos fitossanitários. Entretanto, equivocadamente, os serviços ecossistêmicos oferecidos gratuitamente pelo solo têm expressão monetária fora do cálculo realizado com base em uma visão reducionista, e assim passa a ser ignorado que a sustentabilidade da agricultura, por exemplo, depende da conservação do solo em longo prazo. Assim como o solo, uma complexa cadeia de outros serviços ecossistêmicos e a influência das populações tradicionais na manutenção dos mesmos também são ignorados e/ou subvalorizados deixando de se computar a produção primária de nutrientes, a produção de oxigênio atmosférico, formação e retenção da terra, ciclagem de nutrientes, ciclagem da água e provisão de habitat, fornecimento de alimentos e fibras, madeira, recursos genéticos, produtos farmacêuticos. Deste modo é coerente considerar que a transformação dos ecossistemas biodiversos incide em paisagens cultivadas com características mais homogêneas, associadas às mudanças econômicas e sociais, enfraquecendo, substancialmente, as conexões entre ecossistemas e diversidade/identidade cultural.

Com efeito, a ênfase apenas a dimensão econômica, vem desconsiderando outras fontes não associadas à utilidade, como aspectos culturais e de regulação emocional, aferindo valor econômico aos recursos ambientais somente a partir do somatório dos valores de uso e não uso. Todavia, ecologicamente falando, quando a capacidade de assimilação do meio é ultrapassada não há equilíbrio, como é o caso quando a poluição permanece, e, se isto acontece, se reduz a capacidade de assimilação no período seguinte, e assim sucessivamente, podendo resultar em uma perda irreversível de alguns serviços ecossistêmicos,

revertendo-se em custos adicionais ao desenvolvimento das futuras gerações (Romeiro & Maia, 2011).

Sendo assim, a partir de uma perspectiva ecológica, ecossistêmica e multidimensional, coerente e consistentemente ao que foi apontado sobre as populações tradicionais e serviços ecossistêmicos até aqui, considera-se fundamental o inventário dos conhecimentos, usos e práticas das populações tradicionais concebendo-se que a conservação da biodiversidade, populações tradicionais e desenvolvimento são elementos inseparáveis. A partir destas considerações esta tese busca por um diagnóstico prospectivo da sustentabilidade da QV de uma comunidade tradicional, conforme descrito a seguir.

4 METODOLOGIA

Este capítulo está organizado por meio de tópicos, passando pela pela delimitação da unidade de pesquisa (4.1), seguida pela descrição de como foram recrutados os voluntários participantes (4.2) e o detalhamento do processo de coleta dos dados (4.3). Por fim é descrito como se deu a organização e o método de análise dos dados (4.4) sintetizando-se integralmente o método de pesquisa utilizado nesta pesquisa.

4.1 A DELIMITAÇÃO DA UNIDADE DE PESQUISA

A urbanização e suas influências na QV ocorrem de forma semelhante na maioria dos lugares habitados por pessoas no planeta, desta forma se concebe que os diferentes lugares do mundo podem ser vistos como hologramas²⁸, ou seja, partes que refletem o todo. Sendo assim, apesar das informações constantes nesta contextualização serem provenientes de diário de campo, também reúnem informações obtidas na literatura que refletem, permeiam e compõe o universo complexo desta unidade de estudo.

Para Morin e Kern (1995) da mesma forma que cada ponto de um holograma contém a informação do todo de que faz parte, cada indivíduo também recebe ou consome as informações e as substâncias vindas de todo universo, de modo que estamos implicados no mundo e o mundo está implicado em nós, o que está implícito e o que está explícito são faces da mesma moeda. Qualquer que seja a dimensão observada, nela se vê o efeito conjugado de todas as demais: indivíduos, grupos, sociedades e entorno que se espelham mutuamente e refletem o todo. Trata-se de um campo dinâmico configurado pelo mundo subjetivo, pelo mundo de relações, pela sociedade e pelo ambiente que nos envolve (Pilon, 2006).

Sob esta concepção supõe-se a necessidade de informar que este se dá numa comunidade da América do Sul, na região sul do Brasil e que apesar do seu foco estar em uma unidade de pesquisa específica, vale salientar que a mesma está incluída em um sistema muito mais amplo, que está contido e contém padrões e processos à semelhança de um holograma. Sendo assim, segue a descrição do contexto desta

²⁸ Os hologramas possuem uma característica de que cada parte possui informação do todo, ou seja, um pedaço de holograma possui informações da imagem do mesmo holograma completo.

investigação buscando-se levar o leitor ao conhecimento de aspectos, mudanças e processos ocorridos neste lugar, indo do macro ao microssocial.

4.1.1 Um breve histórico do contexto socioambiental deste estudo

O processo de urbanização disseminado pelas diversas regiões costeiras do mundo, inclusive na América Latina e Brasil, prevê que seja necessário conhecer melhor e adaptar estratégias do passado transmitidas de geração a geração e que tornaram possível a permanência de descendentes até a atualidade. Desta forma, ressalta-se a fundamental importância na realização do inventário dos conhecimentos, usos e práticas das sociedades tradicionais, pois são elas as principais depositárias do saber sobre a diversidade biológica hoje conhecida pela humanidade (Diegues, 1992), independente da região do planeta em que se encontram. No Brasil, segundo Diegues, Arruda, Ferreira da Silva, Figols, e Andrade (2000), existem dois tipos de populações tradicionais: a indígena e a não indígena. Elas apresentam características comuns no que diz respeito ao conhecimento sobre a biodiversidade, mas também apresentam diferenças. As etnias indígenas²⁹ têm uma história sociocultural anterior e distinta da sociedade nacional, além de língua própria, diferente daquela das populações tradicionais não-indígenas que utilizam o português, ainda que com diversas variações. Entre as populações tradicionais não-indígenas distribuídas pelo Brasil encontram-se: caixaras, caipiras, babaqueiros, jangadeiros, pantaneiros, praieros, quilombolas, caboclos, ribeirinhos, varjeiros, sitiantes, pescadores, sertanejos/vaqueiros e açorianos. A comunidade em estudo nesta pesquisa é entendida como uma comunidade tradicional açoriana.

Diegues (1992) considera que as populações tradicionais de

²⁹ A Ilha de Santa Catarina, localizada no sul do Brasil e que abriga a comunidade foco deste estudo, por exemplo, foi habitada por populações indígenas há mais de 4500 anos, de acordo com datações de sambaquis presentes na ilha. Os primeiros moradores desta ilha, foram sucedidos pelos povos itararés (vieram logo após os povos dos sambaquis e foram os primeiros a produzir vasilhas de cerâmica e urnas funerárias), que precederam os povos carijós (ocupavam terrenos arenosos e dunas e plantavam mandioca, assim como inhame, algodão, amendoim, pimenta, tabaco e cabaça). Atualmente não há mais populações tradicionais indígenas habitando a ilha. Ao longo das margens do canal, à beira do qual se localiza a comunidade em estudo, existem cinco sítios arqueológicos que retratam a ocupação destas populações antigas.

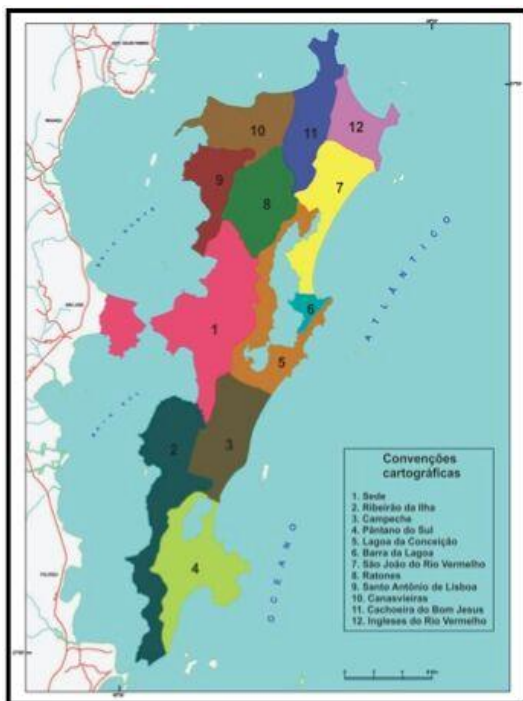
coletores, pescadores e etnias indígenas são grandes responsáveis pela manutenção da diversidade biológica e que há forte relação entre manutenção desta diversidade e a manutenção da diversidade cultural que proporciona a sobrevivência de diferentes gerações. Entretanto, as ameaças envolvidas nas mudanças nos entornos têm sido associadas a uma evolução negativa devido à perda de diversidade, coerência, identidade e de características das paisagens construídas por culturas tradicionais que estão desaparecendo (Carter, Dyer, & Sharma, 2007).

De acordo com o que já foi mencionado, neste trabalho o foco está sobre uma comunidade tradicional açoriana que está localizada na região sul do Brasil (composta pelos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul). Esta região apresenta índices sociais acima da média brasileira, possuindo o maior IDH do país (0,831) e o terceiro maior PIB per capita do Brasil³⁰ e também possui alta taxa de alfabetização (95,2% da população)³¹. A porção central desta região corresponde ao Estado de Santa Catarina, que tem uma costa oceânica com cerca de 450 km, sendo que sua capital está localizada numa ilha, a Ilha de Santa Catarina, que possui uma área de 424,4Km² correspondente a 97,3% da porção territorial do município de Florianópolis, conforme pode ser observado na figura a seguir (Figura 6)

³⁰ IBGE. *Contas regionais do Brasil – 2005-2009: tabela 8 – Produto interno bruto, população residente e Produto Interno Bruto per capita, segundo as grandes regiões e as Unidades da federação, 2009 (página 27)*

³¹ Síntese dos indicadores Sociais 2010. IBGE, *tabela 8.2- taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por cor ou raça, segundo as grandes Regiões, Unidades da Federação e regiões Metropolitanas.*

Figura 6 - Mapa da Ilha de Santa Catarina – Florianópolis - Leste do Estado de SC.



A expansão urbana neste município, conforme aponta Boppré (2003) em sua dissertação intitulada: “Conflitos entre cidade real e a cidade legal”, desde a década de 50, se fez através da repetição de um ‘discurso desenvolvimentista’, com o objetivo de tirar Florianópolis do ‘atraso’, da ‘estagnação’ e “apontava para a necessidade de transformar a cidade em uma ‘metrópole’, em uma ‘grande cidade’ via intervenção do Estado, principalmente por meio do planejamento urbano” (p.34). A promoção do crescimento urbano nesta década representou a apropriação de imagens pautadas a partir da associação direta entre progresso, destino e felicidade. Artigos deste período, citados por Lohn (2007), demonstravam que “participar de todo esse processo, além de uma necessidade de crescimento, deveria ser um prazer, sendo que as dificuldades fariam parte de uma época a ser logo esquecida e deixada para trás” (p. 303).

Entretanto, ao completar 290 anos (em 26 de março de 2016) de

emancipação, esta cidade/ilha sofre de problemas típicos deste “desenvolvimento” tão almejado. Entre 1980 e 2010 (em 30 anos), o município de Florianópolis ocupando uma área de 436 Km² teve sua população duplicada, passando de 187.880 habitantes para cerca de 420 mil (IBGE, 2010)³² sem adequação urbanística proporcional (Lohn, 2007). Considerando-se o espaço físico como um recurso restrito e limitado (ainda mais sob o contexto real de uma ilha), o aumento populacional por si só já seria motivo de preocupação, adicionalmente, torna-se um problema urgente ao se constatar a falta de planejamento urbano que considere e atue sobre esta realidade.

Lohn (2007) aponta que em Florianópolis várias propostas estruturais apresentadas no Plano Diretor na década de 1950, jamais foram colocadas em prática ou foram contrariadas por completo, visto que estavam em jogo as escolhas políticas para o crescimento urbano e as opções econômicas a serem tomadas na cidade para futuros investimentos. Ele relata que artigos da imprensa daquela época demonstravam que havia uma tendência dos grupos dirigentes e empresariais a favor do desenvolvimento desta cidade para o turismo, visto que investimentos imobiliários importantes, que estavam em andamento, encontrariam valorização na medida em que o poder público atuasse como indutor dessa opção econômica, e assim: “grupos políticos e empresariais atuaram em conjunto e, por vezes, foram os mesmos atores representando os mesmos papéis, numa interação entre interesses públicos e privados” (p. 314).

Assim, investimentos públicos foram empregados na melhoria de sistemas viários de algumas regiões da ilha que passaram a ser visadas pela especulação imobiliária, sem a correspondente melhoria dos transportes coletivos. Como resultado, a população mais pobre foi desalojada de regiões que passaram a servir para grandes negócios imobiliários (como exemplo Jurerê Internacional do Grupo Habitasul). Antigos engenhos de farinha de mandioca, as pequenas lavouras e a criação de gado foram substituídos por luxuosas residências à beira da praia, cujo acesso ficou restrito a uma população de alto poder aquisitivo (Lohn, 2007).

De fato, talvez não seja obra do acaso, e sim do descaso, que nos últimos anos esta cidade/ilha tenha sido palco de conflitos intensos, que vão dos protestos por melhorias no transporte público e pelo passe livre,

³²Fonte:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_santa_catarina.pdf

greve dos servidores municipais - principalmente da área da saúde e educação. São muitas as evidências em relação ao fraco controle social para monitoramento, cobrança e avaliação dessas ações do poder público. Conforme constata Rossetto, Orth, e Rossetto (2006) e Souza (2003), embora de indiscutível importância, o planejamento desta cidade não tem cumprido seu papel, nem em sua versão regulatória de caráter físico-territorial, nem no planejamento estratégico mercadológico, sendo que esta omissão acaba proporcionando que áreas submetidas às intervenções humanas estejam sujeitas aos diversos impactos que afetam, por exemplo, a disponibilidade e qualidade hídrica.

A partir da constatação da manutenção deste tipo de “planejamento” e considerando o alerta de Lorenz (1974) de que, “acreditar na possibilidade de se produzir um novo tipo de homem preparado para suportar as consequências negativas do empilhamento num espaço limitado é uma ilusão perigosa” (p.14). Concebe-se ser urgente e de fundamental importância a elaboração de princípios norteadores para o planejamento urbano desta cidade/ilha que admitam os seus reais limites ambiental, evitando assim que aquilo que mais atrai as pessoas a permanecerem morando, passeando e trabalhando aqui, seja degradado e exaurido.

Em contrapartida, de acordo com o Código Florestal Brasileiro (Lei no. 12651, de 25 de maio de 2012) cerca de 42% do território da Ilha de Santa Catarina é enquadrado como Área de Preservação Permanente (APP³³) e sendo que esta ilha desempenha um papel

³³ Área de Preservação Permanente – Segundo a lei n.º. 12651, de 25 de maio de 2012 do Código Florestal Brasileiro – Art3º (II) – área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico, de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas. Segundo esta mesma lei, no capítulo II, (da delimitação das áreas de preservação permanente), Seção I, Art. 4º, as faixas marginais de qualquer curso de água natural, perene e intermitente, desde a borda do leito deverão ter largura mínima de (incluído pela lei n.º. 12727 de 2012): 30 m para cursos de água com menos de 10m de largura, 50m para os cursos que tenham 10 a 50m de largura, 100m para cursos de água que tenham de 50 a 200m de largura, 200m para cursos que tenham entre 200 a 600m de largura e 500m para cursos de água com largura superior a 600m. No entorno de lagos e lagoas a faixa deverá ter largura mínima de 30m em zonas urbanas. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm, acessado em: 10/03/2015. Cumpre mencionar que além desta lei federal, o plano diretor dos balneários e do interior da ilha de Santa Catarina, elaborado pelo Instituto

fundamental como núcleo de preservação de ecossistemas costeiros. Todavia, a intervenção humana resultou numa ocupação que destruiu, na maioria dos casos, os solos mais ricos e as regiões mais belas, trazendo uma mudança definitiva e irreversível dos ambientes naturais (CECCA, 1996). Reis (2010) e Sartor e Santos (2005) descrevem, numa perspectiva histórica, a forma e o modelo de ocupação urbana adotada em Florianópolis a partir de 1970, quando as terras agricultáveis foram ocupadas por loteamentos, residências unifamiliares e empreendimentos turísticos. Tendo em média dobrado sua população a cada 20 anos, a migração contribuiu para a alteração dos equilíbrios no espaço natural, visto que foi necessária a implantação de uma infraestrutura imediata que usualmente desconsiderou questões ambientais e a legislação vigente.

Permanecendo um fluxo migratório recorde, aliado à especulação imobiliária e a ausência de planejamento de longo prazo, a cidade de Florianópolis é um retrato fiel do que ocorre em várias regiões costeiras do mundo, sem possibilidades de frear a tendência de aglomeração urbana em torno das praias. Sob este processo, no caso de Florianópolis, o poder público, com anuência dos órgãos ambientais, permite que empreendimentos que visam à ocupação das paisagens de forma exclusiva, dirigidos a pessoas com nível econômico elevado - tais quais Jurerê Internacional, Costão do Santinho, a transformação da Praia Brava e outros projetos de intervenção urbana (como os descritos no estudo de caso da tese de Villasbôas (2003), Sartor e Santos (2005) e por Lopes, Carioni, e Vaz (2014)), que acabaram promovendo que bens de uso comum fossem utilizados de forma injusta ao longo de pelo menos três décadas de degradação ambiental consentida.

Enquanto segue este processo, a especulação desordenada e a ocupação caótica do espaço urbano da ilha se revelam contraditórias e contra a própria cidade, resultando em poluição com deficiências graves em seu planejamento urbanístico que tende a conduzir para padrões de insustentabilidade da vida social urbana. No atual estágio de desenvolvimento da cidade de Florianópolis, a estrutura básica não se encaixa e a Prefeitura continua concedendo licenças para construções, a

de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF) institui através da lei municipal 2193/85, no Art. 21, APP como áreas necessárias à preservação dos recursos e das paisagens naturais, à salvaguarda do equilíbrio ecológico. Esta mesma lei determina que estas áreas não são edificáveis (Art. 93) sendo vedada nelas a supressão da floresta e das demais formas de vegetação, a exploração e destruição de pedras, bem como depósitos de resíduos sólidos.

CELESC (Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.) instala luz, a CASAN (Companhia Catarinense de Águas e Saneamento) distribui água, sendo que a Prefeitura cobra o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) de novas residências e condomínios (Sartor & Santos, 2005).

Inadvertidamente, verifica-se que os planos e regras instituídos no intuito de preservar o bem comum e a qualidade de vida dos cidadãos tem sido ignorados em sua prática nesta cidade/ilha. Outra evidência deste descaso se refere ao Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), que compreende um instrumento elaborado no intuito de suprir esta demanda e que foi estabelecido a partir da concepção de que zonas costeiras são áreas de patrimônio nacional, segundo a constituição brasileira (pois abrigam um complexo ecossistema de alta relevância ambiental), exige atenção especial do poder público no planejamento da ocupação destas áreas ao considerar que a sustentabilidade das atividades humanas nestes espaços depende do meio marinho e terrestre saudável que, por sua vez, depende de atividades humanas sustentáveis. Considerando esta interdependência, o PNGC parte de alguns princípios fundamentais, entre eles: 2.7. Que estabelece a “necessidade da não fragmentação, na faixa terrestre, da unidade natural dos ecossistemas costeiros, de forma a permitir a regulamentação da utilização de seus recursos, respeitando sua integridade”; O 2.8. Que demanda “a consideração, na faixa terrestre, das áreas marcadas por atividade socioeconômica cultural de características costeiras e sua área de influencia imediata, em função dos efeitos dessas atividades sobre a conformação do território costeiro” e; 2.10. A preservação, conservação e controle de áreas que sejam representativas dos ecossistemas da Zona Costeira, com recuperação e reabilitação das áreas degradadas e descaracterizadas.

Entretanto, apesar do PNGC ter sido proposto em 1998, Diederichsen et al. (2013), que avaliaram o estágio de desenvolvimento do gerenciamento costeiro do município de Florianópolis com base em indicadores de gestão e governança costeira, concluíram que o município ainda se encontra nos primeiros passos deste processo, visto que verificaram que os técnicos do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF) e Fundação Municipal do Meio Ambiente (FLORAM) desconheciam o PNGC, apesar de há 4 anos a Lei municipal nº 7975/09, que institui o Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro (PMGC), estar em vigor. Ainda sob esta análise, vale ressaltar que esta Lei Municipal instituída em 2009, não menciona aportes financeiros para a gestão costeira e que até os dias atuais não há responsáveis por ela neste município.

De fato, o modelo de crescimento urbano que vem sendo implantado na Ilha de Santa Catarina, ao invés de se guiar por leis e políticas públicas instituídas no intuito de preservar a QV dos cidadãos, promove a concentração de edificações e a intensa circulação de automóveis que tornaram mais nítida à presença de ilhas de calor que já ocorriam na área central da ilha na década de 1990. Além disso, o CECCA já em 1996, ao publicar o relatório sobre os problemas socioambientais da Ilha de Santa Catarina, apontou que o modelo de ocupação da orla marítima desta ilha resultou numa alta densidade de edifícios de mais de 12 andares que ocasionaram ilhas de calor ou de frio devido ao sombreamento. Além disso, constataram que houve drástica redução das áreas verdes na área central resultando em 3m^2 por pessoa, segundo dados obtidos junto a Assessoria de Meio Ambiente e Secretaria Municipal de Educação, sendo que a OMS recomenda 12m^2 (CECCA, 1996)

Este mesmo relatório também aponta que nesta ilha, onde se encontra a maior parte da população urbana do município, ocorreu em toda sua extensão uma fragmentação das propriedades que foram transformadas em lotes para residências, na maioria das vezes de forma irregular, sendo que historicamente aqueles que estavam assentados no lugar anteriormente, subsistiam a partir da combinação entre a pesca artesanal e as pequenas propriedades, também denominadas sítios, onde e quando se encontravam pequenas hortas e alguns animais destinados ao consumo próprio, sendo, além de espaço de suprimento e habitação, também um espaço de produção da vida simbólica do *modo ilhéu de viver*. Com a chegada das propriedades, suas cercas e suas proibições (de criar boi solto no campo, por exemplo), passaram a ser cada vez mais raras e difíceis suas práticas costumeiras, sendo cada vez mais expropriadas de seu antigo espaço e até mesmo proibidas de serem executadas (como exemplo a Farra do Boi³⁴). Sob este processo, a

³⁴ Prática cultural trazida há 200 anos por descendentes de açorianos. Acontecia frequentemente na época da páscoa, quando bois eram torturados e mortos em um martírio que começava dias antes, quando o boi que era deixado faminto e sedento. Após isto era solto na rua e cercado por pessoas que iniciavam a “brincadeira” que começava quando o boi era perseguido pelos “farristas” (homens, mulheres e crianças), que carregavam pedaços de pau, facas, lanças de bambu, cordas, chicotes e pedras. Eles perseguiam o boi que, no desespero de fugir, frequentemente corria em direção ao mar, onde acabava se afogando; ou em direção às vilas, podendo invadir casas, hotéis ou qualquer lugar onde o animal pudesse se abrigar. Quando isso acontecia era comum pessoas serem

maioria dos filhos e netos dos ilhéus passou a ser assalariada e foi absorvida por subempregos como o de empregadas domésticas, faxineira, arrumadeira, garçom, pedreiro, devido à formação escolar bastante limitada e uma habilitação profissional restrita à experiência familiar e às suas tradições. Desta forma, o ilhéus, ao disputarem mercados de trabalho, acabaram ficando em desvantagem em relação aos profissionais de nível médio e superior e estudantes universitários que vieram para a capital.

Sendo assim, a maioria da população do município de Florianópolis trabalha hoje no setor de serviços, que emprega, além dos ilhéus, moradores de outros municípios. No entanto, a abundância de ofertas deste tipo de trabalho está sujeita a marcante sazonalidade imposta pela atividade turística da ilha que durante o verão, apesar do aumento do custo de vida neste lugar, também amplia a capacidade de absorver mão-de-obra não especializada, oferecendo a falsa imagem de ampla oportunidade de emprego e melhores condições de vida.

4.1.2 Descrição do contexto socioambiental local

É nesta ilha, que engloba a maior parte do município de Florianópolis, que se localiza a comunidade tradicional açoriana originada a partir da migração de açorianos, madeirenses e portugueses continentais que se estabeleceram no litoral catarinense e do Rio Grande do Sul (RS) a partir de meados do século XVIII e se misturaram com a população indígena que já habitava o local e com negros africanos fugidos da escravidão. Os imigrantes eram agricultores e pescadores em seus lugares de origem e, quando se fixaram no litoral sul do Brasil, passaram a combinar a agricultura com a pesca. De 1748 a 1756 desembarcaram em Santa Catarina cerca de seis mil imigrantes das ilhas de Açores e Madeira, nos primeiros cinco anos a imigração açoriana ampliou uma vez e meia a população da Capitania de Santa Catarina (CECCA, 1996).

Como grande parte deles vivia isolada ao chegarem, garantiram sua subsistência adotando técnicas e espécies cultivadas pelos indígenas, como por exemplo, a mandioca. Estes açorianos que eram pastores e plantadores de trigo e linho na sua terra de origem não tiveram aqui as mesmas possibilidades visto que o solo da Ilha de Santa Catarina não

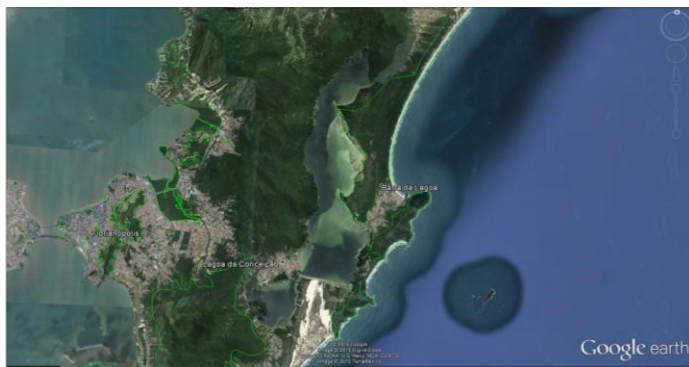
feridas e danos materiais. Esta prática foi proibida a partir da lei Federal no. 9605 de fevereiro de 1998, mas ainda acontece no bairro onde se desenvolve este estudo, contudo, de forma velada.

oferecia a fertilidade da terra vulcânica das ilhas de onde migraram. Assim, embora tenham iniciado as tradicionais culturas de trigo e linho, eles foram aos poucos absorvendo as técnicas indígenas do cultivo da mandioca, confecção de canoas em pau de garapuvú (árvore nativa - *Schizolobium parahyba*), captura de tainhas, armadilhas, salgamento e defumação de pescados e produção de farinha, sendo que o modo de subsistência oscilava entre a roça e a pesca, no outono e inverno pescavam tainhas, anchovas e camarões, e na primavera e verão colhiam produtos agrícolas. A farinha de mandioca se tornou o principal produto de exportação da Ilha de Santa Catarina no século XIX. Hoje os engenhos de farinha são raros na Ilha, tendo a maioria dos funcionado até 1963 (Barbosa, 2003).

Na região leste desta ilha há uma laguna de água salobra, que é conhecida como “Lagoa da Conceição” (Figura 7), apesar de estar ligada ao mar. Esta ligação era sazonal e periódica conforme alterações de maré e estações do ano, entretanto, a partir de 1982 passou a ser definitiva devido a intervenção antrópica (assoreamento e abertura do canal) que facilitou o escoamento para o mar dos dejetos despejados nesta laguna, a cada ano em maior frequência e quantidade. Entretanto além de causar mais impactos no ecossistema lagunar por conta de alteração de salinidade, pH³⁵ e outros efeitos decorrentes desta intervenção, o problema em questão não foi completamente resolvido, conforme descreve Martini, Mattos, Barbosa, e Rech (2006) que aponta que a Lagoa da Conceição é um típico corpo hídrico lagunar sujeito aos impactos que resultam da ocupação urbana ao longo de sua bacia hidrográfica. Desta forma, cargas originadas do lançamento de esgoto residencial e comercial sem tratamento, das águas pluviais e de outros despejos urbanos contribuíram para progressivo decréscimo da qualidade de suas águas. Afora os danos ao ecossistema aquático e à paisagem natural, impactos mais relevantes, como um eventual processo de eutrofização (proliferação de microrganismos) acelerado, tem tornado suas águas inadequadas às atividades de lazer e turismo, com sérios reflexos à economia local (Martini, Mattos, Barbosa, & Rech, 2006).

³⁵ Potencial Hidrogeniônico – índice que indica acidez, neutralidade ou alcalinidade de um meio qualquer.

Figura 7 - Leste da Ilha de Santa Catarina - Lagoa da Conceição – Barra da Lagoa.



Fonte: Foto de satélite.

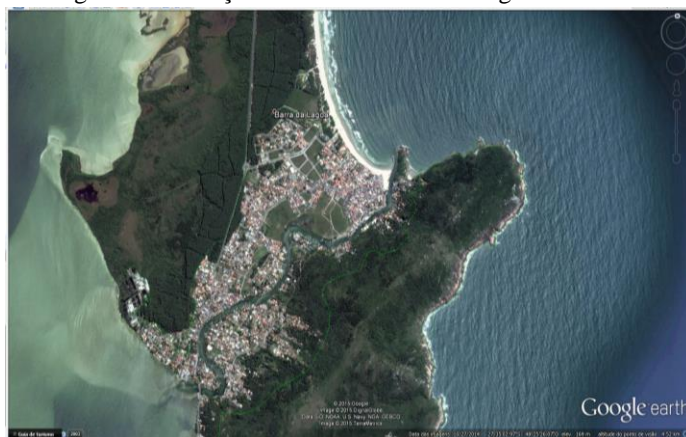
Ao se constatar a situação caótica sob a qual vem se desenvolvendo a ocupação urbanística nesta região, surge a necessidade de tentar entender os processos envolvidos que levaram até ela. Sendo assim, cabe ressaltar que a migração para a região leste teve como ponto de partida a região central da ilha, posteriormente a Freguesia Nossa Senhora da Conceição (atualmente denominado Bairro Lagoa da Conceição) e, por último a Barra da Lagoa. Estes lugares foram ocupados por construções muito próximas ou em continuidade, feita pelos filhos sobre o lote paterno, com pequena testada e grande comprimento (Bueno, 2006).

Leal e Horn Filho (2004) ao analisarem fotografias aéreas captadas nos anos de 1956, 1978 e 1994 da Barra da Lagoa, afirmam que no ano de 1956 havia pouca ocupação urbana no local, com pequenos núcleos localizados próximos ao canal e próximo ao mar onde havia apenas ranchos de pescadores, sendo que a maior parte, hoje urbanizada, naquela época era utilizada como área agrícola. A ocupação era pequena, com pessoas vivendo nas sedes das chácaras que se localizavam a leste do canal e nas proximidades da lagoa (Bittencourt, 2005; Claramunt, 2008).

A partir de 1970, com incentivos fiscais, a indústria da pesca ganhou grande impulso no sul do Brasil, no entanto, em menos de dez anos foram sentidos os sinais da sobre pesca, relegando as comunidades tradicionais açorianas a se dedicarem a pequena pesca (Diegues, Arruda, Ferreira da Silva, Figols, & Andrade, 2000). Concomitantemente à expansão urbana se concentrava ao redor das estradas principais e a área

utilizada para a agricultura acabou sendo reduzida (Bittencourt, 2005). Assim a ocupação no local foi se dando a partir da estrada principal, da qual surgiram novos caminhos costurando construções dispostas irregularmente sobre os lotes coloniais e, a partir destas, outras vias sem saída foram abertas para o deslocamento de pedestres e de carroças, que posteriormente tiveram que ser adaptadas para o uso de veículos. As casas foram construídas bastantes próximas umas às outras sendo possível ver seus interiores do espaço público (Bueno, 2006). Sob todo este processo de transformação, pode-se dizer que a dragagem e regularização do Canal da Barra (Figura 8) culminou numa drástica mudança nesta região da ilha, principalmente ao se considerar que este é única ligação entre a Lagoa da Conceição e o Mar. Este canal recebeu nos anos de 1954 e 1955 o seu primeiro processo de dragagem, em 1968 o segundo, e em 1982 foi construído o molhe quando também foi dragado toda a extensão do canal (Bittencourt, 2005).

Figura 8 - Lagoa da Conceição – Canal da Barra da Lagoa – Oceano Atlântico.



Fonte: Foto de satélite.

A partir desta intervenção, na Bacia da Lagoa “onde se pegava o peixe com a mão”, o declínio da pesca se intensificou (Barbosa, 2003). Antes de 1982 o canal periodicamente fechava e abria a cada seis meses e, nesta época, a salinidade da lagoa era bem menor, tainhas e camarões eram a base da pesca artesanal das comunidades que circundam a Lagoa. Neste ano, a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC) modificou o leito e a vazão do canal, com a abertura, drenagem e construção de um molhe na sua entrada (ver Figura 9) que interferiu na ecologia de todo o sistema lagunar.

Segundo Barbosa (2003) isto aconteceu a pedido dos pescadores que queriam aberto o acesso entre o mar e à lagoa permanentemente, no entanto, esta alteração ambiental repercutiu num impacto socioeconômico negativo para eles, visto que a média anual de pesca entre 1964-1984 era de 168 toneladas, e, de 1985 à 1997 a produção de pescados foi reduzida drasticamente para 40 toneladas ao ano. O impacto relacionado ao aumento da salinidade da água da Lagoa influenciou na modificação de espécies de fauna salobra para predominantemente fauna marinha e pode ter extinguido espécies dulcícolas e marinhas que nem chegaram a ser classificadas, considerando-se que a desova de peixes, crustáceos e moluscos na zona costeira se dá principalmente em desembocaduras de canais, rios e lagoas. A mesma autora aponta, além da abertura do canal, a pesca predatória, poluição e a ocupação das margens da Lagoa como contribuintes para o declínio da produção e conseqüentemente da atividade pesqueira no local.

Figura 9 - Molhe na entrada do Canal da Barra da Lagoa.



Fonte: Foto de satélite.

Por outro lado, essa regularização do canal, assim como a construção da SC-406 em 1975, possibilitou o crescimento do local, conforme apontam Leal, Horn, e Filho (2004). Desde então, nos bairros da Barra da Lagoa, Costa da Lagoa e Lagoa da Conceição (que circundam a Lagoa da Conceição e onde ainda hoje existem resquícios de populações tradicionais açorianas), a economia passou a se alternar

entre a atividade pesqueira, o turismo e a prestação de serviços. No período entre as décadas de 1970 e 1980, com a diminuição dos estoques de pesca e a introdução do turismo e das residências secundárias, muitos dos pescadores transferiram-se para o setor de serviços para atender ao grande contingente de turistas na temporada de verão, assim como ocorre em todo litoral catarinense (Diegues, Arruda, Ferreira da Silva, Figols, & Andrade, 2000).

Todavia, sob este processo Claramunt (2008) sugere que a intensificação do turismo como atividade principal poderia ter ocorrido de maneira mais positiva, sem que houvesse tanta degradação ambiental e desestruturação cultural, visto que o aumento do turismo como fonte de renda na Barra da Lagoa resultou num aumento na construção de unidades residenciais e edifícios multifamiliares, bem como na ampliação de residências existentes e no acréscimo de equipamentos de comércio e lazer, provocando mais adensamento com parcelamento dos lotes, impermeabilização do solo e aumento progressivo da poluição das águas por dejetos orgânicos e sintéticos.

Com efeito, além de todo este processo de transformação, no caso específico da comunidade onde esta tese se desenvolveu, ocorreu, adicionalmente, a restrição permanente do acesso terrestre dos moradores às casas da comunidade, separando-a de uma área plana aterrada (visada para loteamento Porto da Barra conhecido como “Campo da Portobello” pelos moradores locais - visualizável nas Figuras 9 e 10) surgida após a construção dos molhes e dragagem do canal, sendo que o material dragado foi depositado neste local. Esta área plana que antes era, conforme descrita pelos moradores mais antigos do morro, “um mangue com canais cheio de peixe e camarão”, consistia área de uso comunal utilizada para criação de animais e uso de fontes de água para lavar roupas e até para consumo em épocas de seca, “quando não vertia água do morro” e quando ainda não havia abastecimento de água via CASAN. Apesar desta distinção geográfica, este local é semelhante ao bairro vizinho (Lagoa da Conceição) no que concerne um crescimento visivelmente desordenado, com muitas deficiências nos tradicionais suprimentos urbanos como abastecimento de água, saneamento e coleta de lixo, até os dias atuais.

Figura 10 - Margens do Canal da Barra da Lagoa – Abaixo Morro do Jacinto e acima “Campo da Portobello”.



Fonte: Foto de satélite.

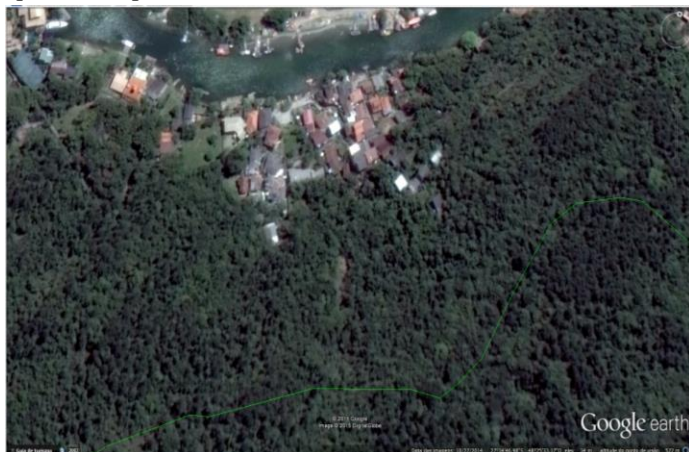
Não obstante ao impacto ambiental sofrido por esta comunidade em décadas passadas, atualmente o canal vem permitindo a continuidade da vida biológica da lagoa ao mesmo tempo em que é um recurso importante para os empreendedores navais, conforme aponta Kuhnen (2002). Entre as propostas de empreendimentos náuticos favorecidos pela abertura definitiva do canal, Lopez, Carioni, e Vaz (2014) apontam o empreendimento turístico náutico-habitacional planejado para a área plana localizada em frente a comunidade investigada. Eles o utilizaram como objeto de estudo para analisar a dinâmica instaurada no desenvolvimento dos grandes empreendimentos turísticos em Florianópolis, apresentando uma série de conflitos ligados a sua construção junto a uma antiga colônia de pescadores, que engloba a comunidade em estudo nesta pesquisa.

Esta comunidade, pertencente a colônia de pescadores Z11, que distribui suas casas pela encosta e ao longo do morro (lado oeste de frente para a área plana em questão), é povoada, na sua maioria, por indivíduos de uma mesma família. Dona Manú, neta dos primeiros ocupantes do morro, no auge de seus 85 anos, nascida no local (parto domiciliar), possui documento registrado em cartório no nome dela e do falecido esposo (escritura pública de direitos possessórios e declaração de posse), datado de nove de dezembro de mil novecentos e noventa e um (1991), onde declara que sua família ocupa o local há mais de 50

anos ininterruptamente, sem oposição ou contestações. Com uma área de trinta e três mil metros quadrados, contempla a área que vai da margem do canal até a praia da Galheta, localizada atrás do referido Morro. Nesta área encontra-se parte do Parque Municipal da Praia da Galheta (criado através da lei municipal n^o3455 da câmara municipal em de 16 de agosto de 1990), de 143,9 ha., que apresenta encostas rochosas já bem desprovidas de vegetação original – ou seja, Mata Atlântica³⁶ em estágios iniciais de regeneração, como pode ser observado a seguir (Figura 11):

³⁶ A Mata Atlântica é formada por um conjunto de formações florestais e ecossistemas associados como as restingas, manguezais e campos de altitude, que se estendem originalmente por aproximadamente 1.300.000 km² em 17 estados do território brasileiro. Hoje os remanescentes de vegetação nativa estão reduzidos a cerca de 22% de sua cobertura original e encontram-se em diferentes estágios de regeneração. Mesmo reduzida e muito fragmentada, estima-se que na Mata Atlântica existam cerca de 20.000 espécies vegetais (cerca de 35% das espécies existentes no Brasil), incluindo diversas espécies endêmicas e ameaçadas de extinção. Em relação à fauna, os levantamentos já realizados indicam que a Mata Atlântica abriga 849 espécies de aves, 370 espécies de anfíbios, 200 espécies de répteis, 270 de mamíferos e cerca de 350 espécies de peixes. Além de ser uma das regiões mais ricas do mundo em biodiversidade, tem importância vital para aproximadamente 120 milhões de brasileiros que vivem em seu domínio, onde são gerados aproximadamente 70% do PIB brasileiro, prestando importantíssimos serviços ambientais. Regula o fluxo dos mananciais hídricos, assegura a fertilidade do solo, suas paisagens oferecem belezas cênicas, controla o equilíbrio climático e protege encostas e encostas das serras, além de preservar um patrimônio histórico e cultural imenso. Fonte: <http://www.mma.gov.br/biomas/mata-atlantica> acessado em 01/06/2015.

Figura 11 - Tracejado em verde que delimita, a partir do topo do morro, a área do Parque Municipal da Galheta.



Fonte: Foto de satélite.

Conforme pode ser observado nas Figuras 12 e 13 a margem do canal é ocupada por casas que adentram a floresta atlântica. Com efeito, a paisagem que é vista hoje sofreu várias alterações sociofísicas, o número de casas, por exemplo, aumentou bastante considerando-se o índice estimado relatado pelos autóctones, com mais de 40 anos, que mencionaram lembrar de quando “o morro só tinha 4 ou 5 casas, sendo que hoje tem mais de 40”. Desta época (30 anos atrás aproximadamente) para o tempo atual, apontam que muita coisa mudou e que onde hoje se vê casas e floresta, antigamente era ocupado por plantações (roça de milho, aipim, chuchu e outros alimentos) e engenho, onde fabricavam vários gêneros alimentícios feitos da farinha de mandioca que era compartilhado entre todos que ajudavam neste processo, desde o plantio até a moagem do produto. De fato, de lá para cá muitas coisas mudaram, a paisagem, o entorno, as pessoas e toda a coesão comunitária sofreu forte golpe com o desaparecimento de toda uma estrutura social envolvida em práticas desaparecidas junto com os engenhos e plantações e com a queda da quantidade e qualidade da pesca.

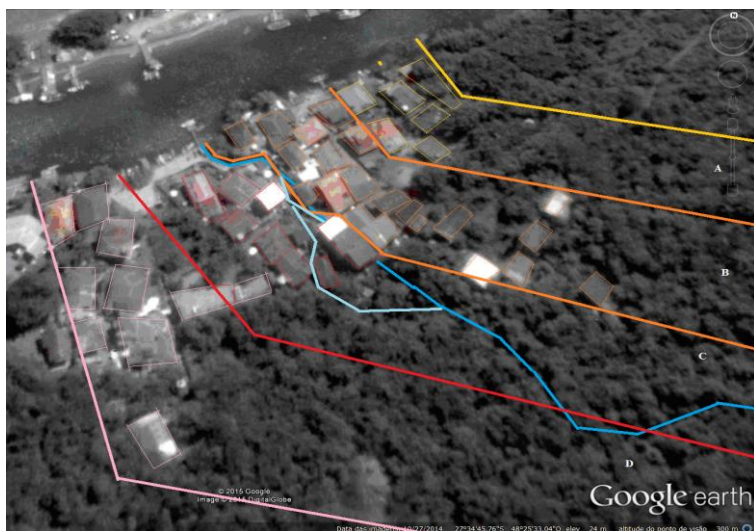
Figura 12 - Casas da comunidade do Morro do Jacinto.



Fonte: Foto de satélite.

Sendo assim, onde antigamente a terra era de uso comunal, ficando as plantações e animais de criação dispersos por lotes delimitados conforme seu uso que era compartilhado, atualmente é dividida em faixas de terras bem definidas e correntemente mencionadas pelos autóctones do local (representadas na Figura 14), principalmente pelas idosas. Coerente à estes relatos, pode-se dizer que, de forma parcialmente formalizada (nem todas idosas registraram suas posses em cartório), o território do morro é dividido entre os membros de família extensa, de forma que cada subfamília (A, B, C, D) possui uma determinada faixa de terra, conforme pode ser visualizado na Figura 13 e descrição a seguir:

Figura 13 - Faixas de terra que dividem o Morro do Jacinto entre quatro subfamílias.



Fonte: Foto de satélite.

Faixa subfamília A (entre a linha amarela e laranja tracejadas na Figura 13) – 6 edificações separadas, todas de alvenaria. Uma delas serve de *hostel*, pode hospedar até 20 pessoas simultaneamente somente na temporada de verão. Nas demais vivem DA e seus descendentes. Cinco das edificações são de autóctones, uma delas foi construída na década de 90 quando foi vendida para pessoas de fora da comunidade.

Faixa subfamília B (faixa de terra entre linhas laranjas tracejadas na Figura 13) – São vinte edificações separadas. Oito são mistas (madeira e alvenaria), as demais são só de alvenaria. Quatro casas são de pessoas de fora da comunidade, ou seja, os terrenos foram vendidos pelos autóctones. Dois destes terrenos já possuíam casa, uma delas foi reformada aumentando sua área. Um destes terrenos tem uma casa que foi construída após desmatamento da mata nativa em toda sua área ($10 \times 10 \text{m}^2$) recentemente (no ano de 2013). Entre as edificações desta faixa, 14 constituem-se de *quitinetes* ou casas anexadas umas às outras que são alugadas, algumas somente durante o verão (6), e outras anualmente (8). Algumas delas estão localizadas praticamente em cima do córrego (seu curso é representado pela linha azul), assim como algumas residências da faixa descrita a seguir.

Faixa subfamília C (entre as linhas laranja e vermelha tracejadas

na Figura 13) – 9 edificações separadas. Todas de alvenaria, destas, somente uma não dispõe de *quitinete* (cozinha,/quarto, banheiro – para duas ou três pessoas) ou casa anexa para alugar seja no verão ou anual, duas destas são de pessoas de fora da família, ou seja que compraram de autóctones. Uma delas foi reformada e ampliada, aumentando-se a capacidade para eventuais locações, e a outra foi construída em 2010, após o terreno ser vendido para pessoas de fora da comunidade.

Faixa subfamília D (entre as linhas vermelha e rosa tracejadas na Figura 13) – 9 edificações separadas. Duas delas são mistas e as demais de alvenaria. Uma mista e outra de alvenaria foram compradas dos autóctones pertencendo hoje a pessoas de fora da comunidade. Do total de casas, somente duas não possuem *quitinetes* ou casas anexas para eventuais alugueis.

Sob estes critérios são no total 44 edificações que compõe a comunidade, 9 foram vendidas e pertencem hoje a pessoas de fora da família. Trinta destas edificações são subdivididas em *quitinetes* ou casas anexas para serem alugadas no verão ou em regime anual, sendo vestígios da evidente importância deste tipo de renda para a maioria das pessoas que habitam este local.

Deste modo, reitera-se que este estudo se desenvolveu na costa leste da porção central da Ilha de Santa Catarina, em um lugar localizado no bairro e balneário da Barra da Lagoa, próximo ao bairro da Lagoa da Conceição, às margens de um canal que liga uma lagoa ao mar. Neste lugar se encontra a comunidade tradicional açoriana do “Morro do Jacinto”, povoado na sua maioria por moradores nascidos no local (autóctones), que já esteve envolvida em debates e conflitos em torno da ligação da lagoa com o mar (ocorrido na década de 80) e por planos de implantação de empreendimento de caráter náutico-habitacional, conforme discutido em estudo de caso apresentado na tese de Villasbôas (2003). Atrelado a isto, observa-se que a apropriação do local desempenhada por estes autóctones: dirigida aos outros na conquista do espaço, e a si mesmo quando procura adaptar o espaço às próprias necessidades (Kuhnen, 2002; Kuhnen & Silveira, 2008), tem desrespeitado várias leis de preservação ambiental visto que a maioria de suas casas se encontra em área de preservação permanente (APP).

Considerando-se tantas e tamanhas transformações ocorridas neste lugar, as quais algumas delas foram vivenciadas pelos autóctones mais velhos (sendo os mais jovens herdeiros de seus efeitos), podemos considerar ser este um dos inúmeros casos de áreas costeiras que pode ilustrar o crescimento e o padrão de desenvolvimento que vem implicando em perda da funcionalidade do ecossistema, aumentando a

carga econômica sobre comunidades e impactando na qualidade residencial humana, conforme aponta Slemp et al. (2012), sendo que, apesar de este estudo fornecer dados específicos deste local, considera-se que podem ser generalizados no que concerne as áreas costeiras do planeta.

4.2 ACESSOS AOS PARTICIPANTES DESTA PESQUISA

Este estudo abordou como unidade de pesquisa a comunidade do “Morro do Jacinto” composta por uma família extensa, dividida em 4 subfamílias de indivíduos autóctones que vivem às margens do canal da Barra da Lagoa localizado no município de Florianópolis. A pessoa mais idosa da amostra é uma viúva, nascida em 1931, neta dos primeiros ocupantes do local, que é informante-chave, visto que também é ou mãe, tia, cunhada, sogra, vó, tia avó ou bisavó dos moradores autóctones do local, assim como as outras três viúvas idosas residentes no morro há décadas. A infância, adolescência e idade adulta desta senhora mais idosa são recordadas e narradas por ela com muita frequência e nos seus relatos encontram-se engenhos de farinha e de cana, mantidos pelos seus avós e pais por boa parte de sua vida, dos quais hoje só sobraram algumas peças que estão espalhadas pelo morro, entre outros elementos, atualmente inacessíveis em sua concretude ao não ser através da sua fala. Por várias horas a pesquisadora teve a oportunidade de ouvi-la falar sobre seu passado neste lugar, enquanto fazia renda, cozinhava, descascava mariscos ou camarões.

Com efeito, os informantes para esse estudo foram recrutados por conveniência – por estarem disponíveis no local e no momento onde a coleta foi realizada – e intencionalmente, o que configura uma amostra não-probabilística. Além disso, para atingir aos objetivos desta pesquisa considerou-se necessário encontrar sujeitos que tivessem uma vinculação significativa com o problema da pesquisa sendo a representatividade promovida pela profundidade da análise e pelo rigor do detalhamento metodológico e não pela quantidade de sujeitos, compartilhando-se do ponto de vista de Minayo (1998) que enfatiza que nas ciências sociais o objeto de pesquisa é complexo, levando normalmente a uma amostragem menor.

Deste modo, a amostra foi composta doze indivíduos que habitam o local, sendo um de cada geração em cada subfamília, ou seja, uma avó, um(a) filho(a), um(a) neto(a), sendo o critério para a escolha dos sujeitos para compor esta amostra, pautado na necessidade de incluir pessoas de três fases geracionais subsequentes, ou seja, a mais idosa,

uma de meia idade e uma jovem de cada uma das quatro subfamílias que compõe a família extensa que habita o local há várias gerações. Esta condição foi considerada um critério necessário visto a pretensão de se realizar uma análise intergeracional no intuito de apreender o principal atributo da sustentabilidade, ou seja, satisfação de necessidades de gerações consecutivas que não comprometem a satisfação de necessidades de gerações descendentes.

Os doze voluntários para participar desta pesquisa foram abordados e convidados a participar quando estavam saindo ou entrando em suas bateras, à beira do canal. Na abordagem dos sujeitos, foi seguida uma ordem: primeiro as idosas, depois a(o)s filha(o)s e por último o neto(a). Desta forma as doze pessoas acessadas, foram divididas, para fins de análise dos dados, em três grupos de quatro indivíduos (**avós** – DA, DB, DC, DD), **filho(a)** – DescA, DescB, DescC., DescD e **neto(o)** – Desc2B, Desc2B2, Desc2C, Desc2D).

De todas as abordagens feitas, somente filhos de DD e DA que foram convidados a participar, não estavam presentes no dia e hora combinados por duas vezes, dando a entender que não desejavam, ou não teriam condição (de tempo, dentre outros fatores) para participar, além destes, dois netos sugeridos por suas avós (DC e DD) se recusaram a participar. Estes foram substituídos por outros, nas mesmas condições e critérios estabelecidos pela pesquisa, dois deles eram menores de 18 anos, ambos com 16 anos. Além disso, por falta de voluntários netos maiores de 16 anos residentes no local descendente de DC, dois netos são parentes diretos de DB, entretanto provenientes de pais diferentes.

A partir do aceite deste convite, feito de forma informal, era solicitado um segundo encontro onde se explicava os objetivos e procedimentos desta pesquisa e apresentava-se o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (**TCLE** - Apêndice A). Após elucidadas todas as dúvidas do participante, era marcado um terceiro encontro, este considerado como primeiro encontro formal (com data, hora e local previamente agendados), neste encontro era solicitado ao participante que fizesse um desenho e respondesse a algumas perguntas sendo, para tanto, necessário um tempo aproximado de 1 hora.

Além disso, foi informado que esta fase seria filmada, para posterior transcrição que possibilitaria a análise dos dados. Sendo assim, foi aplicado o instrumento gerador de Mapa Afetivo da QV (Apêndice B). Terminado este encontro o voluntário era convidado a participar de uma próxima etapa onde seria percorrido e filmado o caminho que o mesmo utiliza mais frequentemente no seu cotidiano. Neste se realizou o Mapeamento de Transecto, onde o percurso do trajeto escolhido pelo

voluntário foi filmado, na ida com o voluntário falando sobre aspectos relacionados a QV, como transformações ocorridas no entorno, o que fazem e porque percorrem este caminho atualmente, e na volta falando sobre como imaginavam este mesmo caminho daqui há 30 anos.

Ao findar esta atividade, retornando à entrada da casa do voluntário era marcado o terceiro e último encontro onde foi aplicado Questionário Estruturado com questões sociodemográficas e para investigação do padrão de consumo doméstico, práticas sociais e estilos de vida (Apêndice C). Com cada um dos participantes foram feitos cinco encontros (dois informais preliminares e três formais com data e hora previamente agendados) que duraram em torno de quatro a cinco horas no total.

4.3 INSTRUMENTOS UTILIZADOS E PROCESSO DE COLETA DOS DADOS

Foram utilizados 4 instrumentos de coleta de dados:

1. **Mapa afetivo da QV** (Apêndice B) - Adaptado de Bomfim (2003) – Ao voluntário foi solicitado que fizesse um desenho que representasse a sua QV no local e que respondessem questões abertas e fechadas relacionadas ao significado deste conceito para eles.
2. **Mapeamento de Transectos** (Thompson, Aspinall, & Bell, 2010; Vieira, Berkes, & Seixas, 2005) – O produto desta técnica é uma representação gráfica de uma linha que corta uma parte da área de estudo, contendo informações diversas. A partir da elaboração do transecto foi possível acessar a apropriação e uso do espaço, assim como perspectivas para o desenvolvimento no local. Para tanto, ao voluntário foi solicitado que falasse sobre elementos importantes do caminho percorrido para sua QV e sobre como foram obtidos/construídos. Na volta, pelo mesmo trajeto, foi solicitado que falasse como imaginava o mesmo percurso daqui há 30 anos.
3. **Questionário estruturado** (Apêndice C) – foram aplicadas questões sociodemográficas e para investigação do padrão de consumo doméstico, práticas sociais e estilos de vida.
4. **Diário de campo:** registros fotográficos, sonoros, escritos foram feitos a partir dos critérios da pesquisa que foram mencionados e registrados no ato da coleta e que envolveu a

integração e participação na vida da comunidade.

Todos os instrumentos foram aplicados individualmente primeiramente às quatro idosas, depois aos seus respectivos filhos (as) e por último aos netos(as), entre os meses de fevereiro e setembro de 2014 conforme demonstrado na Figura 16. Durante a aplicação de todos os instrumentos foi utilizada uma **Máquina Fotográfica/Filmadora Digital** - marca Olympus, modelo SP-810UZ, semiprofissional, com resolução de 14 megapixels e zoom óptico de 36x.

A aplicação destes instrumentos seguiu o cronograma especificado na figura a seguir (Quadro 2):

Quadro 2 - Informativo do cronograma executado na coleta de dados nesta pesquisa.

CRONOGRAMA DE COLETA EXECUTADO				
Meses	Voluntário	Mapa afet.	Transecto	Questionário
Fevereiro a Abril Idosas	DA ♀	28/03/2014	03/04/2014	04/04/2014
	DB ♀	21/02/2014	26/02/2014	01/04/2014
	DC ♀	01/04/2014	02/04/2014	03/04/2014
	DD ♀	26/03/2014	27/03/2014	31/03/2014
Maio a Julho Filhos	DescA♂	30/06/2014	08/07/2014	09/07/2014
	DescB♂	08/05/2014	12/05/2014	13/05/2014
	DescC♂	25/05/2014	29/05/2014	02/06/2014
	DescD♀	10/06/2014	19/06/2014	21/06/2014
Julho a Setembro Netos	Desc2B♀	30/07/2014	04/08/2014	05/08/2014
	Desc2B2♂	05/09/2014	08/09/2014	10/09/2014
	Desc2C♂	15/09/2014	22/09/2014	27/09/2014
	Desc2D♂	15/08/2014	18/08/2014	28/08/2014

Fonte: Elaborado pela autora.

4.3.1 Procedimentos Éticos para a Coleta de Dados

Os participantes foram esclarecidos sobre a pesquisa para a qual foram convidados a participar no momento da leitura e assinatura do documento TCLE (Apêndice A), com livre escolha em participarem ou não do processo. Eles foram informados, também, sobre a participação voluntária e a possibilidade de poder desistir em qualquer fase da pesquisa, garantindo a liberdade de participação. Após a conclusão dos trabalhos, foi informada a intenção da pesquisadora dar a devolutiva à comunidade junto a “Associação de moradores do morro do Jacinto”. Para tanto gravações de imagens e voz utilizadas estão sendo editadas (em formato de microdocumentário) em função de facilitar o entendimento da conclusão do trabalho para que haja facilidade de compreensão e para que e inicie uma proposta de planejamento mais participativo em prol da manutenção da QV no local.

Para assegurar que este trabalho tenha sido feito sob preceitos éticos confiáveis, esta pesquisa atende as exigências explicitadas na Resolução nº 466 do Conselho Nacional de Saúde e foi aprovada na análise do Comitê de Ética da UFSC (Parecer número 948.252) submetido a partir da Plataforma Brasil.

4.4 ORGANIZAÇÃO E MÉTODO DE ANÁLISE DOS DADOS

O contexto socioambiental deste estudo foi delimitado através de informações da literatura e diário de campo, os autóctones foram caracterizados socioeconomicamente através de dados provenientes de questionário (apêndice C). Já os dados advindos da elaboração do mapa afetivo sobre a QV no local (Apêndice B) e diário de campo foram utilizados para conhecer como se dá a relação entre pessoa e ambiente no local em termos de estima positiva (+) e negativa (-), e os critérios utilizados pelos autóctones para avaliar sua própria QV. Práticas sociais e estilos de vida dos habitantes nativos do local foram acessados através dos dados provenientes de questionário (questões fechadas do apêndice C) e diário de campo, que também foram utilizados, além do mapeamento de transectos, para conhecer como se dá a apropriação do espaço no local. Por fim, os dados provenientes do mapeamento de transectos também foram utilizados para conhecer expectativas quanto às possibilidades de desenvolvimento no local e sobre como isso afetará a QV de seus descendentes.

O conjunto de dados obtidos através dos diferentes instrumentos

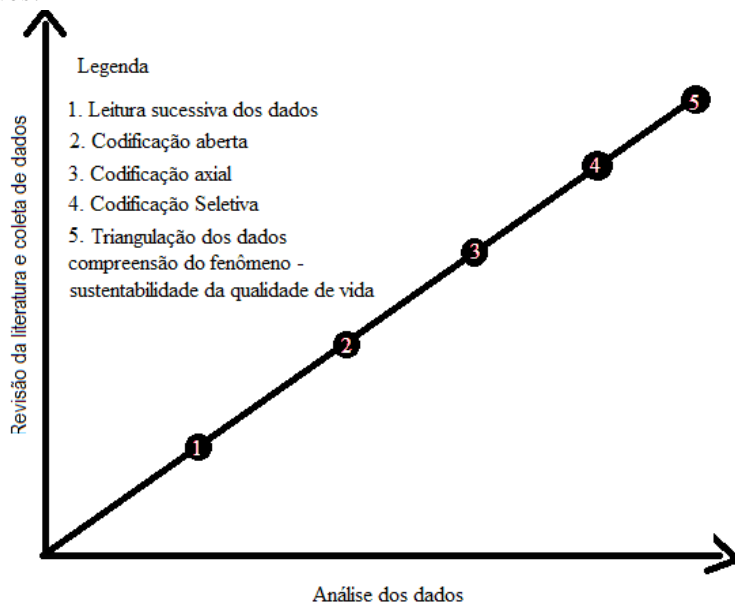
utilizados nesta pesquisa passou por de procedimentos sistemáticos de análise de dados organizados numa sequência que tendeu para uma maior complexidade e integração, e que, a partir do contexto real resultaram nas conclusões deste trabalho. O uso desta metodologia envolveu aproximação do assunto a ser investigado sem uma teoria a ser testada, mas, com o desejo de compreender uma determinada situação e como e porque seus participantes agem de determinada maneira, ou como pensam sobre determinado assunto, como e porque determinado fenômeno ou situação se desdobra deste ou daquele modo. Este método de análise é compatível com os princípios epistemológicos que foram referidos anteriormente na revisão de literatura.

Assim sendo, informações variadas sobre o fenômeno observado foram reunidas, comparadas, codificadas, extraindo-se as regularidades de onde se obteve os sentidos e significados das informações, que guiaram a elaboração das conclusões desta tese. Desta forma, os dados obtidos através dos instrumentos de coleta de dados provenientes do instrumento gerador de Mapa Afetivo sobre QV, Diário de Campo e do Mapeamento de Transectos, foram analisados por meio das unidades de registros dos informantes, transformadas em elementos temáticos, classificados em categorias que, em alguns casos, foram valoradas em positivas, negativas ou neutras.

Sinteticamente, as etapas da análise dos dados foram: 1ª. Leitura sucessiva do material textual proveniente da transcrição das entrevistas realizadas durante elaboração do mapa afetivo e mapeamento de transectos, assim como do conteúdo do diário de campo, a fim de obter uma maior aproximação dos dados. 2ª. Codificação aberta - desmembramento, exame, comparações e categorização dos dados. A partir destes dois primeiros passos, foram identificados aspectos em comum entre todos os dados obtidos por meio dos instrumentos de pesquisa. Assim, surgiram pontos nucleares que se mantiveram na diversidade e na complexidade dos dados coletados. 3ª. Codificação axial - a partir dos objetivos desta pesquisa organizaram-se os dados obtidos em diferentes dimensões. A análise das deferentes dimensões girou em torno da temática central desta tese, buscando-se responder sua pergunta guia. 4ª. Codificação Seletiva - integração e refinamento do conjunto de dados obtidos que proporcionou uma compreensão integrada do fenômeno da sustentabilidade da QV desta comunidade. 5ª. Os dados organizados e codificados nas etapas anteriores foram triangulados a fim de possibilitar a compreensão do fenômeno em estudo, ou seja, a sustentabilidade da qualidade de vida da comunidade tradicional açoriana, processo que corresponde ao passo 6 (Quadro 3) da

seqüência metodológica adotada nesta pesquisa e que está representado na Figura 14:

Figura 14 - Esquema representativo das etapas do processo de análise dos dados.



Fonte: Elaborado pela autora.

Para facilitar a organização dos dados foi utilizado o software NVivo. Este software é utilizado quando pesquisadores qualitativos estão interessados em avaliar, interpretar e explicar fenômenos sociais. Foi desenvolvido para facilitar técnicas qualitativas comuns como organizar, analisar e compartilhar dados, independentemente do método utilizado, bastando-se seguir o manual de instrução. Esta ferramenta da informática desenvolvida com o objetivo de facilitar a análise qualitativa de grandes volumes de dados textuais, arquivos sonoros, imagem ou vídeo e auxilia o interprete humano agilizando consideravelmente muitas das atividades implicadas na análise qualitativa e na interpretação, como, por exemplo, a segmentação do texto em paisagens.

Nesta pesquisa ele auxiliou na análise de dados não estruturados e semiestruturados como as respostas dadas durante elaboração de mapa afetivo da QV local e nas entrevistas durante mapeamento de transectos, das anotações de campo, páginas da internet e artigos em revistas

científicas. Desta forma, os dados provenientes de diferentes fontes, após serem organizados foram triangulados de forma que o objetivo desta pesquisa fosse alcançado.

Em síntese e de forma integral, a metodologia adotado seguiu uma sequência de passos, divididos em quatro fases, conforme demonstrada no quadro a seguir (Quadro 3):

Quadro 3 - Representativo da sequência metodológica adotada nesta pesquisa.

FASE		ATIVIDADE
Desenho de pesquisa		
Passo 1	Revisão da literatura	Definição da questão da pesquisa
Passo 2	Desenvolvimento de protocolo para coleta de dados	Múltiplos instrumentos para coleta de dados – mapa afetivo, mapeamento de transectos, questionário e diário de campo
Coleta de dados		
Passo 3	Seleção de casos Amostra teórica/ não aleatória	Aplicação dos instrumentos aos voluntários
Passo 4	Ida a campo	Sobreposição de coleta e análise de dados / método flexível
Ordenação de dados		
Passo 5	Ordenação dados	Organização dos dados coletados em sequência cronológica e de acordo com as perguntas a serem respondidas pelos objetivos específicos
Análise de dados		
Passo 6	Análise de dados	Codificação e memo ³⁷ a partir de temas emergentes em comum, obtidos através dos diferentes instrumentos aplicados aos diferentes sujeitos
Passo 7	Fechamento	Responder a pergunta que intitula a tese.

Fonte: Elaborado pela autora.

³⁷ *Insights* sobre a relação e definição de categorias e eventos observados.

5. RESULTADOS

Este capítulo destina-se a apresentação dos resultados e a sua divisão em subitens se deve a intenção de apresentar os dados obtidos, através dos diferentes instrumentos utilizados, enquanto se dirige ao alcance dos objetivos propostos. Desta forma inicia-se com a descrição do perfil socioeconômico dos doze voluntários participantes desta pesquisa (item 5.1), a partir dos dados provenientes de algumas questões sociodemográficas e direcionadas à investigação do padrão de consumo doméstico, práticas sociais e estilos de vida (ver Apêndice C). O item 5.2 dedica-se a apresentar e discutir dados sobre o significado da QV para os indivíduos desta comunidade provenientes da aplicação do Mapa Afetivo. O item seguinte (5.3) se propõe a descrever como se dá a relação entre as pessoas e ambiente no local, em termos de estima positiva (+) e negativa (-) atribuída ao local de moradia (acessados através de questões fechadas respondidas durante a elaboração do Mapa Afetivo) e também em termos de estilos de vida e práticas sociais dos habitantes nativos do local, com dados provenientes da aplicação de questionário estruturado (Apêndice C), referente às questões relacionadas à investigação do padrão de consumo doméstico, práticas sociais e estilos de vida, com questões abertas e fechadas. A relação entre a pessoa e o ambiente no local também foi analisada em termos de apropriação do espaço no local buscando responder perguntas como: “De onde vem a renda (recurso financeiro) para suprir necessidades da família?”, “O que consome que é retirado das redondezas, ou seja, que não é preciso dinheiro para comprar e aquilo que é comprado com maior frequência” no cotidiano dessas pessoas.

O subitem seguinte (5.4) apresenta as expectativas e possibilidades de desenvolvimento no local e como isso afetará a QV das gerações futuras segundo as perspectiva dos autóctones. Estes dados são provenientes principalmente do mapeamento de transectos na volta dos caminhos escolhidos pelos voluntários, ou seja, falando sobre as expectativas de QV no futuro. E por fim, o último subitem (5.5) deste capítulo apresenta a triangulação dos dados obtidos a partir de diferentes instrumentos buscando-se a resposta para a pergunta guia desta tese.

5.1. DESCRIÇÃO DO PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS PARTICIPANTES

A amostra foi composta por quatro idosas viúvas de pescadores, que são: DA tem 67 anos, reside no local há 30 anos, trabalha

esporadicamente de doméstica e faxineira (diarista). Ela estudou até o 1º ano do ensino fundamental e tem uma renda mensal de aproximadamente R\$ 1000,00. DB tem 83 anos nasceu e vive no local ao longo de toda sua vida, informou como profissão ser “do lar”, estudou até o 1º ano do ensino fundamental e tem uma renda mensal de aproximadamente R\$ 1400,00. DC tem 68 anos, vive no morro há 50 anos, informou como profissão ser “do lar”, estudou até o 4º ano do ensino fundamental e tem uma renda mensal de aproximadamente R\$ 1400,00. DD tem 77 anos, mora há 55 anos no morro, declarou como profissão ser doméstica e tem uma renda mensal de aproximadamente R\$ 1300,00. Dentre as idosas, apenas DA declarou não possuir casa para alugar nos meses de temporada de verão ou ao longo do ano, justamente aquela que declarou renda média mensal mais baixa. DA e DD afirmaram possuir dois televisores em suas casas, as demais somente um. Somente DA disse não possuir aparelho de som em sua casa. Nenhuma delas possui computador e todas afirmaram possuir geladeiras em casa (DA:3, DB e DD: 2, DC:1) e somente DD disse não haver micro-ondas em sua moradia, as demais possuem uma unidade deste eletrodoméstico. Somente DB possui freezer em sua casa.

Também compuseram a amostra os filhos destas viúvas, sendo que dentre os voluntários para participar desta pesquisa estavam: DescA homem, 35 anos, solteiro (recém separado), mora no local “a vida toda”, estudou até a segunda série do ensino fundamental (hoje corresponde ao terceiro ano do ensino fundamental) saiu da escola quando o pai morreu num naufrágio, tem renda mensal aproximada de R\$1200, que é obtida através do “(...) trabalho em obra, carregando brita, areia, tijolo, escora, pedra morro a cima” e da pesca. Disse que apesar de ganhar melhor na obra, “porque aí o dinheiro é garantido”, quase todos os dias sai para pescar, no dia da coleta tinha ido deixar rede de fundo (“rede de bacalhau que é abrótea”, segundo ele) perto da “ilha do Xavier”. Disse que passou o último mês (junho/2014) com R\$400 que ganhou pescando. No verão ganha dinheiro alugando a casa onde mora (R\$50/pessoa/dia), apesar deste ano não ter alugado porque estava casado e não quis “expulsar a mulher de casa”, também ganha dinheiro nesta estação trabalhando como barqueiro atravessando os turistas na canal com uma embarcação, que segundo ele é propriedade da “associação dos amigos da comunidade do morro do jacinto que foi comprado com um dinheiro dado pela prefeitura”. Ele recebe R\$ 1200/mês por este trabalho e gorjetas dos turistas por quatro meses (de dezembro a março).

DescB 50 anos, casado há 20 anos, pai de um adolescente de 16

anos. Nasceu (parto em casa) e morou a vida toda neste local, como profissão mencionou ser pescador e que sua esposa é auxiliar de cozinha em um “restaurante próximo a ponte da Barra”. Parou de estudar na 8ª série do ensino fundamental (hoje corresponde a nono ano do ensino fundamental) para pescar. Informou ter uma renda familiar média de R\$ 2000,00/mês, mas que este valor varia muito conforme a época do ano, pois no verão aluga suas casas e *quitinetes*, durante o ano também aluga, só que mais esporadicamente e por um valor bem menor que no verão (R\$ 600,00/mês). Além disso, informou que em relação à pesca, dependendo da safra, do defeso, da estação do ano e de outros fatores ambientais (climáticos, por exemplo) envolvidos no sucesso da pescaria, varia muito a renda da família, conforme ele diz: “A pesca é pra quem gosta, tem mês que o cara não ganha nada e tem mês que o cara ganha 4 ou 5 ou até 6 mil”. Disse que pescou 3ton de lula no verão (fevereiro, 2014) que ele vendeu a R\$6,00/kg. Informou que neste verão também ganhou R\$ 6000,00 de aluguel por diária.

DescC, 43 anos, casado há mais ou menos 20 anos, tem uma filha de 14 anos, disse também que nasceu (parto em hospital) e morou a vida toda neste local, como profissão informou ser “Auxiliar operacional da COMCAP” e que a esposa é “doméstica”. Quanto ao seu grau de instrução disse que estudou até a 6ª série do ensino fundamental (hoje corresponde ao sétimo ano do ensino fundamental) porque foi expulso da sala por uma professora e por conta disso não quis mais voltar para a escola. Informou também ter uma renda familiar média de R\$ 2500,00, mas que também varia devido a ele saber fazer e costurar tarrafa e que às vezes ele vende “uma ou outra”. Disse que também “remenda rede de pesca dos barcos”, mas que só faz isso em troca de tainha que ele consome ou dá de presente para os amigos. Sobre a pesca no Canal e na Lagoa ele diz que “lucra com camarão” (R\$ 15,00/Kg) e peixe (tanhota – R\$2,00/Kg, vende para uma senhora que faz filé e bolinho). A rede de camarão ele vende a R\$700,00/un e tarrafa para peixe a R\$ 300,00/un, com o conserto de tarrafas ele ganha R\$ 20, R\$ 50, R\$ 100 e até R\$ 250, dependendo do conserto.

DescD, 53 anos, única mulher participante neste grupo (filhos), casada há 35 anos, tem duas filhas, uma de 34 anos (casada, mãe de menina de 12 anos) e outra com 12 anos de idade (a mesma idade da neta), reside no local o tempo total de 26 anos, pois apesar de ser autóctone, morou também em outros lugares como em Santos/SP (por conta da profissão do marido que é pescador) e em outro lugar no mesmo bairro (perto da família de seu marido). Como profissão informou ser “do lar”, contudo, anexo à sua casa, há um mercadinho/bar

onde ela também trabalha fazendo salgados e atendendo as pessoas. Seu grau de instrução é ensino fundamental incompleto, visto que estudou até a 4ª série (hoje corresponde ao 5º ano) porque, segundo ela, “na época a escola só oferecia turmas até este grau”, para continuar ela teria que se deslocar até a “cidade”, no centro, e seu pai não permitiu. A renda familiar mensal média gira em torno de R\$ 6000,00/mês considerando-se uma variação conforme a estação do ano, pois no verão vende mais no mercadinho e no bar e também aluga casas por diária. Informou que de aluguel (verão e anual) ganha mais ou menos R\$ 20.000,00/ano, informou que também recebe renda proveniente do defeso da anchova e que o mercadinho “tem as vendas fracas no inverno”.

DescB, DescC e DescD moram todos em suas casas com somente três pessoas (pai, mãe, filho(a)) e cada um deles tem três bateras que usam para atravessar o canal (compartilhando-as somente com os familiares que habitam a mesma residência), dentre outras finalidades, como pescar. Desc. A é o único que mora sozinho. Quando questionados quanto à quantidade de casas que eles possuem no local, DescA informou ter 2 casas, Desc. B 5 casas, Desc. C somente uma, e Desc. D disse ter 3 casas no morro. Na casa em que eles residem Desc. A informou ter 4 cômodos, Desc. B e D informaram ter 5 cômodos e Desc. C informou ter 7. Somente Desc. D informou ter carro (somente 1), o mesmo também informou não possuir barco de pesca assim como DescA, os demais (C e B) disseram ter 1 barco de pesca cada um. DescB, C, D, informaram terem em suas casas, cada um deles, 2 computadores, 1 aparelho de som, 1 microondas. DescB informou ter somente 1 televisão em casa, DescC informou ter 3 e DescD 6. Em relação ao número de geladeiras, DescB informou ter 5, DescC 1 e DescD 4, quanto a possuírem freezers Desc. C e D informaram ter 2 cada um e Desc. B somente 1. Interessante observar que Desc. A informou possuir somente 1 geladeira e mais nenhum outro eletrodoméstico. Já Desc. D, além dos eletrodomésticos questionados pela pesquisadora, tinha exposto na sua cozinha (onde foram feitas as perguntas) vários outros como: cafeteira, fritadeira, panela de arroz, fogão *cooktop* elétrico, *mixer*, dentre outros não identificados pela pesquisadora.

Entre os voluntários participantes que fizeram parte do grupo dos netos somente um deles era mulher, DescB2 declarou ter tem 27 anos, que é moradora a vida toda no local, filha de pescador, casada com um vigilante, tem três filhos (1 ♀ de 8 anos e 2 ♂, um de 3 e outro de 5 anos), que trabalha como auxiliar de cozinha no verão e do lar no

inverno e que terminou o ensino fundamental. Com uma renda familiar de R\$ 1400,00, não possui computador, nem freezer, nem carro, nem barco de pesca, tendo um item de cada um eletrodoméstico sendo aparelho de som, microondas, televisão e geladeira. Possui uma batera e mora em casa de três cômodos, sob o mesmo teto, moram ela o marido e dois filhos meninos, visto que a menina, mais velha proveniente de uma relação anterior, reside com os avós em apartamento no mesmo prédio de dois andares, no piso superior. Quando questionada sobre quantas casas possui no morro, disse ter 4 casas que são de seus pais, mas por ser filha única as considera como suas, apesar de não usufruir financeiramente da renda dos aluguéis. Desc2B2 e DescC2 ambos tem 16 anos, solteiros, moram sua vida toda no local, possuem ensino fundamental incompleto. Informaram que estimam a renda mensal familiar em R\$4000 e R\$5500 respectivamente. DescD2, com 18 anos, estudante universitário, cursa a faculdade de História na UDESC (Universidade Estadual de Santa Catarina), é solteiro e estima a renda familiar mensal em torno de R\$ 3500. Somente Desc2B2 mora só com seus pais, os demais voluntários homens moram com seus pais e um irmão (também homens) mais novos. O mesmo indivíduo também é o único que informou não possuir carro na família, sendo que os demais mencionaram ter 1 carro para cada unidade familiar (pai/mãe/filhos moradores da mesma casa).

Todos eles disseram possuir barco de pesca, sendo seus pais pescadores. Desc2B2 mora em casa de 4 cômodos, DescC2 informou ter 8 e DescD2 7 cômodos em cada casa. Todos possuem um microondas em casa, Desc2B2 e DescC2 informaram ter 5 geladeiras em cada uma de suas casas e nenhum aparelho de som, DescD2 informou ter 2 geladeiras e 1 aparelho de som. Desc2B2 e DescD2 informaram ter 2 freezers em casa e DescC2 somente 1. Em relação ao número de computadores (foi incluído *notebooks* e computadores de mesa), Desc2B2 informou ter 2, DescC2 1, e DescD2 3. Em relação ao número de casas e bateras que disseram possuir (considerando a unidade familiar – moradores da mesma casa), Desc2B2 informou ter 5 e 3, DescC2 4 e 4, DescD2 6 e 6, respectivamente.

Os dados relacionados ao perfil socioeconômico demonstram que os participantes eram de ambos os sexos na mesma proporção (ver Tabela 1).

Tabela 1 - Quantidade de voluntários participantes de acordo com o sexo.

Gênero	Qtd	Indivíduos
Feminino	6	DA, DB, DC, DD, Desc.D, Desc2.B
Masculino	6	Desc.A, Desc.B, Desc.C, Desc2B2, Desc2C, Desc2D

Fonte: Elaborado pela autora.

A faixa etária dos voluntários contemplou autóctones de três gerações subsequentes da mesma família, sendo que aqueles da geração mais idosa tinham em média 74 anos, tendo a mais velha 83 anos e a mais nova 67 anos. O grupo dos filhos das idosas teve uma média de idade de 45 anos, tendo o mais novo 35 anos e o mais velho 53. Quanto aos netos voluntários, foi observada uma média de idade de 19 anos, tendo o mais jovem 16 e o mais velho 27 anos. Além disso, ressalta-se que alguns deles nasceram no local (parto em casa), e que todos moram ali, se não “a vida toda”, a maior parte de suas vidas.

Em relação ao grau de instrução (Tabela 2), oito deles declararam ter ensino fundamental incompleto (D.A; D.B; D.C; D.D; DescA; DescB; DescC; Desc. D), um deles possui ensino fundamental completo (Desc2A), dois declararam estar cursando o ensino médio (Desc2B; Desc2C) e um deles cursa graduação em história em universidade pública estadual (Desc2D).

Tabela 2 - Grau de instrução dos voluntários participantes.

Grau de instrução	Qtd	Indivíduos
Ens. Fund. inc.	8	D.A; D.B; D.C; D.D; Desc. A; Desc. B; Desc. C; Desc. D
Ens. Fund. comp	1	Desc2. B
Ens. médio inc.	2	Desc2. B2; Desc2. C
Ens. médio comp.	0	----
Ens. superior inc.	1	Desc2. D

Fonte: Elaborado pela autora.

Em relação à profissão informada pelos voluntários (Tabela 3) duas idosas informaram trabalhar como domésticas (DA e DD), três informaram ser “Do lar” (DB, DC, DescD), dois voluntários informaram ser pescadores (DescA, DescB), um informou ser auxiliar operacional da COMCAP (DescC) e uma informou ser auxiliar de cozinha no verão e “Do lar” no inverno (Desc2A). Os três indivíduos mais jovens da amostra declararam serem estudantes, dois de ensino médio e um da graduação.

Quanto a profissão de seus cônjuges, cinco informaram que o esposo (falecido ou vivo) é pescador (DA, DB, DC, DD, DescD), uma delas informou que o esposo é vigilante terceirizado (Desc2B), um deles que a esposa é auxiliar de cozinha (DescB) e outro que a esposa trabalha como doméstica (DescC), os demais são solteiros, dois deles informaram que seus pais tem a profissão de pescador (Desc2B2 e Desc2D) e outro informou que o pai é motorista de ônibus (Desc2C) e suas mães: auxiliar de cozinha (Desc2B2), doméstica (Desc2C) e professora de ensino fundamental municipal (Desc2D).

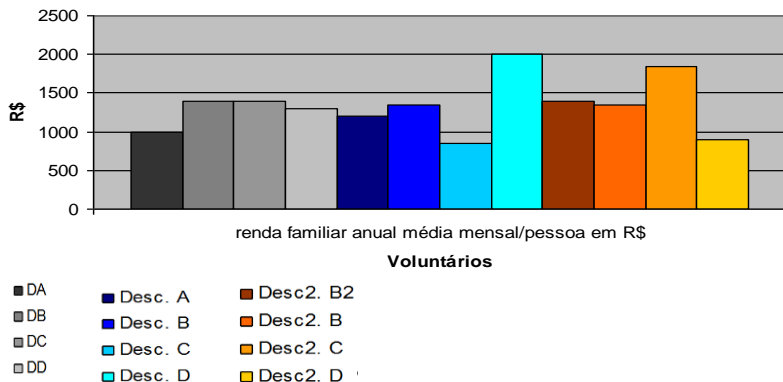
Tabela 3 - Profissões exercidas mencionadas pelos participantes.

Voluntário	Profissão	Profissão do (a) esposo (a)
DA	Doméstica	Pescador
DB	Do lar	Pescador
DC	Do lar	Pescador
DD	Doméstica	Pescador
Desc. A	Pescador	Solteiro (mãe doméstica, pai pescador)
Desc. B	Pescador	Auxiliar de cozinha
Desc. C	Aux. Operacional da COMCAP	Doméstica
Desc. D	Do lar	Pescador
Desc2. B2	Aux. de cozinha (verão), do lar (inverno)	Vigilante de empresa privada
Desc2.B	Estudante 2º ano ens. médio	Solteiro (mãe aux. de cozinha, pai pescador)
Desc2. C	Estudante 2º ano ens. médio	Solteiro (mãe doméstica, pai motorista da TRANSOL)
Desc2.D	Estudante de História na UDESC	Solteiro (mãe professora ensino fundamental municipal e pai pescador)

Fonte: Elaborado pela autora.

A renda familiar (Gráfico 1) informada pelos voluntários resultou numa média mensal de R\$1335 por pessoa ao longo do ano, sendo a renda média mensal individual mais baixa de R\$850 (DescC) e a mais alta informada foi de R\$2000 (DescD).

Gráfico 1 - Representativo da Renda média mensal/pessoa em reais.



Fonte: Elaborado pela autora.

De todos participantes, oito deles informaram obter fonte de renda familiar (complementar ou principal) proveniente do aluguel de casa (ver Tabela 4), por diária na temporada de verão e/ou mensal ao longo do ano (DB; DC; DD; DescB; DescD; Desc2B; Desc2C; Desc2D).

Tabela 4 - Participantes que alugam ou não alugam suas casas.

Aluga casa	Qtd	Indivíduos
sim	8	D.B; D.C; D.D; Desc. B; Desc. D; Desc2. B2; Desc2. C; Desc2. D
não	4	D.A; Desc. A; Desc. C; Desc2. B

Fonte: Elaborado pela autora.

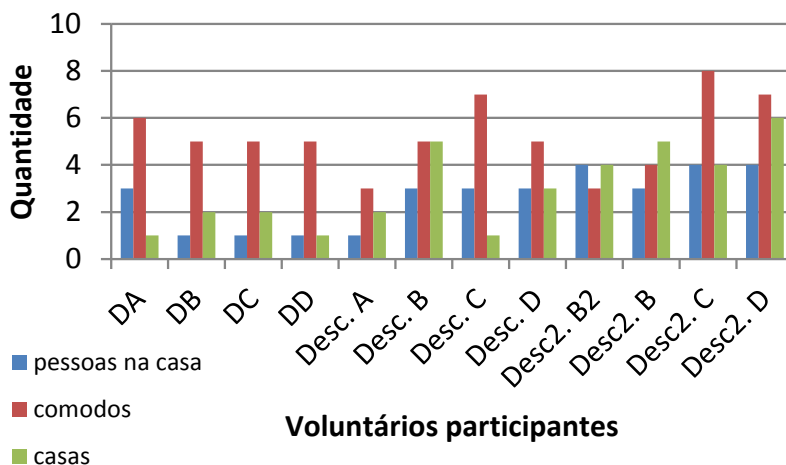
Ao serem questionados sobre quantas casas possuem no morro, quatro deles (DA, DD, DescC, DescA) disseram possuir somente uma casa no local e que portanto não dispõem de casa para alugar gerando fonte de renda. Outros dois (DB, DC) disseram possuir duas casas onde numa residem e a outra serve para ser alugada na temporada ou mesmo ao longo do ano, um deles (DescD) declarou possuir três casas no local, ficando duas para aluguel, dois deles (Desc2B2 e Desc2C) declararam ter quatro casas no morro (para o primeiro duas são ocupadas pela família e duas disponíveis para aluguel, para o segundo somente uma é ocupada pela família, as demais para aluguel), dois deles declararam ter cinco casas no morro (DescB e Desc2B) sendo que somente uma é ocupada pela família e finalmente, somente um deles declarou ter seis casas no local (Desc2D), cinco são para alugar.

No total, os indivíduos participantes mencionaram serem donos de 36 módulos residenciais no local, que implicam em casas, quitinetes e/ou apartamentos geminados, dispostos em prédios de até dois andares, resultando numa média de três residências por pessoa.

Dos doze voluntários participantes, quatro (DB, DC, DD (idosas) e DescA (recém separado da mulher)) informaram morar sozinhos em suas casas. Cinco deles: DA (mãe e dois filhos), DescB, DescC, DescD, Desc2B moram em três pessoas (pai, mãe, filho(a)) em suas casas e os três restantes (Desc2B2, Desc2C, Desc2D) informaram que moram em quatro pessoas (pai, mãe e dois filhos homens). Estes dados demonstram uma média de mais de duas pessoas morando na mesma residência.

Em relação ao número de cômodos de cada habitação visitada, pode-se observar que todas possuíam, ao menos, um banheiro. Dois respondentes (DescA e Desc2B2) informaram que suas casas têm três cômodos (quarto, cozinha, banheiro), um deles (Desc2B) informou ter quatro cômodos em sua casa (cozinha, dois quartos e banheiro), cinco deles (DB, DC, DD, DescB, DescD) informaram morar em casa de cinco cômodos (sala, cozinha, dois quartos e banheiro), um deles (DA) informou ter seis cômodos em sua casa (cozinha, três quartos, dois banheiros), dois (Desc.C, Desc2D) informaram ter sete cômodos em sua casa (sala, cozinha, banheiro, três quartos, área de serviço/churrasqueira) e um (Desc2C) que informou ter oito cômodos em sua casa (sala, cozinha, 2 banheiros, três quartos, área de serviço/churrasqueira). Sendo assim a densidade média de moradores nas casas do local pode ser admitida como tendo um pouco mais de dois cômodos por pessoa em cada casa. A quantidade de casas que cada indivíduo mencionou possuir, o número de pessoas que dividem a mesma residência e a quantidade de cômodos em cada uma são representadas na figura a seguir (Gráfico 2)

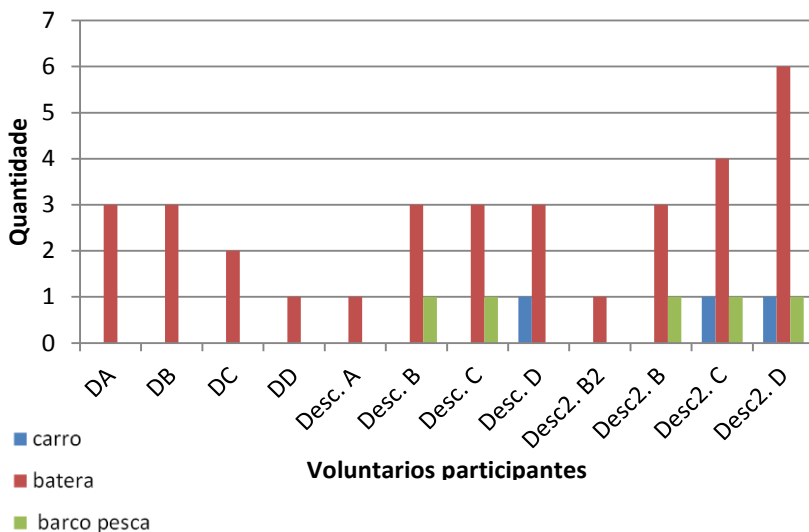
Gráfico 2 - Quantidade de casas que possui, número de pessoas que dividem a mesma casa e da quantidade de cômodos em cada casa.



Fonte: Elaborado pela autora.

Quanto aos diferentes modais (ver Gráfico 3) utilizados para deslocamento dos moradores do local foi observado que em relação ao número de carros que cada subfamília possui, nove participantes (DA, DB, DC, DD, Desc.A, Desc.B, Desc.C, Desc2B2, Desc2B) informaram não possuir carro na família e três (DescD, Desc2C, Desc2D) informaram possuir um carro na família. Entretanto, em relação ao número de bateras que cada subfamília (que reside na mesma casa) possui, todos relataram ter, ao menos, uma bateria. Somente um indivíduo (DC) indicou possuir duas bateras, assim como somente um indivíduo assumiu ter quatro (Desc2C) ou seis bateras (Desc2D). Quanto aos demais, três deles informaram ter somente uma bateria (DD, DescA, Desc2B2) e seis informaram ter três bateras (DA, DB, DescB, DescC, DescD, Desc2B) disponíveis aos moradores da mesma residência. Cinco participantes informaram possuir barco de pesca na família (DescB, DescC, Desc2B, Desc2C, Desc2D) os demais declararam não possuir o que, no entanto, não significa que não trabalhem como pescadores, visto que alguns trabalham para o dono do barco.

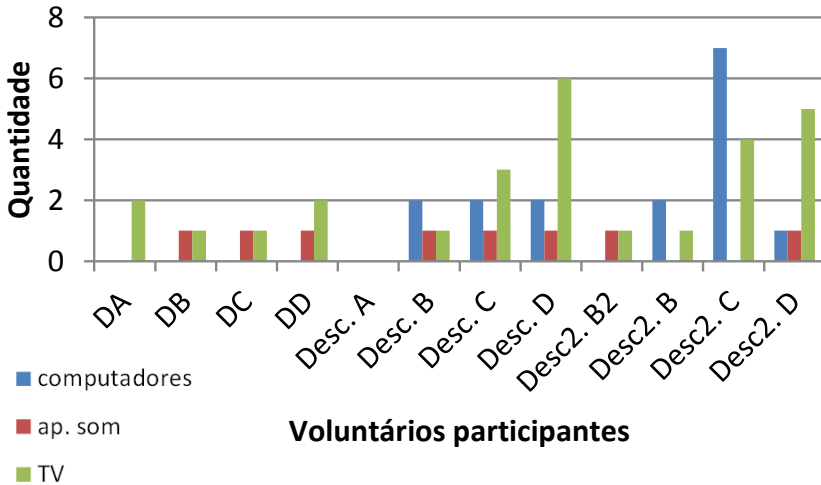
Gráfico 3 - Quantidade de diferentes modais que mencionaram possuírem os respondentes.



Fonte: Elaborado pela autora.

Quanto à quantidade de eletrodomésticos que possuem e utilizam (ver Gráficos 4 e 5), cada subfamília (considerando-se indivíduos que dividem a mesma casa), seis pessoas (DA, DB, DC, DD, DescA, Desc2B2) informaram não ter computadores em casa, uma pessoa (Desc2D) informou ter somente um computador em casa, quatro pessoas informaram ter dois computadores e/ou *smartphones* e/ou *notebook* em casa e uma pessoa (Desc2C) informou ter sete computadores (três) e/ou *smartphones*(quatro) em casa. Em relação a quantidade de aparelhos de som, quatro voluntários (DA, DescA, Desc2B, Desc2C) declararam não possuir este equipamento em casa, sendo que os demais participantes (DB, DC, DD, DescB, DescC, DescD, Desc2B2, Desc2D) informaram ter um aparelho em cada casa. Já em relação a possuir televisão em casa, somente um disse não ter em casa (DescA), cinco (DB, DC, DescB, Desc2B2, Desc2B) informaram ter somente uma televisão em casa, dois (DA, DD) duas, sendo que os demais informaram ter três (DescC), quatro (Desc2C), cinco (Desc2D) e seis (DescD) televisões em casa cada um.

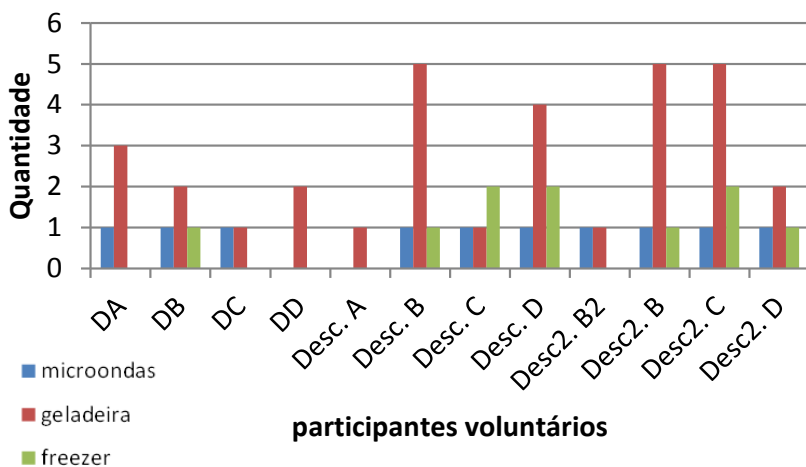
Gráfico 4 - Quantidade de eletrodoméstico relacionado a comunicação que declararam possuir os respondentes.



Fonte: Elaborado pela autora.

Em relação aos eletrodomésticos relacionados à produção e conservação de alimentos pode-se observar que somente dois indivíduos não possuíam microondas em casa (DD, DescA) sendo que os demais declararam possuir um aparelho deste tipo em sua residência. Todos participantes possuem geladeira, dentre os quais, quatro relataram possuir somente uma geladeira em casa (DC, DescA, DescC, Desc2B2), três disseram ter duas (DB, DD, Desc2D), uma pessoa disse ter quatro geladeiras em casa (DescD) e três voluntários informaram ter cinco geladeiras em casa (DescB, Desc2B, Desc2C). Em relação à posse de freezers em casa, cinco participantes disseram não ter este equipamento em casa (DA, DC, DD, DescA, Desc2B2), quatro (DB, DescB, Desc2B, Desc2D) mencionaram ter somente um freezer em casa e três (DescC, DescD, Desc2D) disseram ter 2 freezers nas suas moradias.

Gráfico 5 - Quantidade de eletrodoméstico relacionado à produção e armazenamento de alimentos.



Fonte: Elaborado pela autora.

Em síntese, o perfil socioeconômico traçado revela que alguns deles nasceram no local (parto em casa), e moram neste lugar, se não “a vida toda”, a maior parte de suas vidas. A renda familiar informada pelos voluntários resultou numa média mensal de R\$1335 por pessoa ao longo do ano, quase o dobro do valor do salário mínimo atual (R\$788 até final de 2015) sendo que a maioria dos autóctones declarou usufruir de renda proveniente de aluguéis de suas casas. No total, os indivíduos participantes mencionaram serem donos de 36 casas no morro, numa média de três casas por pessoa. Foi observado também que a densidade de moradores nas casas do local pode ser admitida como tendo um pouco mais de dois cômodos por pessoa de cada residência, em média.

Em relação ao número de carros que cada unidade familiar³⁸ possui somente três informaram dispor de um carro, os demais nenhum. Este é um dado que deixa evidente a diferenciação desta comunidade (tradicional) em relação às urbanas, visto que a minoria deles estarão em seus carros contribuindo com o congestionamento das vias de tráfego automotivo. Entretanto, em relação ao número de bateras de cada unidade familiar, todos relataram possuir, ao menos, uma bateria. Cinco deles informaram possuem barco de pesca. Evidencia-se assim que apesar do uso de carros ser reduzido, o uso de bateras é frequente e

³⁸ Indivíduos que compartilhammesma habitação, moram na mesma casa.

necessário, sendo uma prática que raramente faz parte do cotidiano de moradores de áreas urbanizadas. Metade deles tem computadores em casa, entre as idosas nenhuma delas possui este equipamento em casa, evidenciando que o uso deste equipamento é reservado às gerações mais recentes. Somente um deles não tem TV em casa, demonstrando que a maioria está conectada com notícias, assuntos e toda influência midiática dispersada por meio televisivo e também por meio de aparelhos de som, sendo que somente quatro não dispõem deste equipamento em suas casas. Somente dois declararam não ter microondas, todos têm geladeira (várias geladeiras inclusive), em quantidade proporcional ao número de casas que cada (sub)subfamília (moradores da mesma residência) dispõe no local para alugar, sete deles disseram possuir freezers em casa associado, em geral, à prática de armazenagem de peixes congelados para consumir ao longo do ano. Estes dados demonstram que há uma homogeneidade em relação ao acesso a estes tipos de eletrodomésticos que estão atrelados aos hábitos alimentares e de acesso à informação caracterizando-se poder aquisitivo homogêneo.

Estes dados coadunam com a constatação de Diegues, Arruda, Ferreira da Silva, Figols, e Andrade (2000) e Hanazaki (2002, 2003) de que, neste tipo de comunidade (tradicional), os integrantes apresentam uma relativa homogeneidade e igualdade social (associada ao consumo, acesso à educação, padrão/suporte financeiro) e também atrelado às suas práticas de apropriação de espaços que ainda se caracterizam pela utilização do entorno (a partir do extrativismo vegetal, animal (pesca) e pequena agricultura), do qual usufruem e que contribui para a manutenção de suas QV, principalmente ao que se refere a aspectos nutricionais e de subsistência.

Outro resultado interessante foi a constatação de que apesar de terem, em geral, baixo grau de instrução, os indivíduos da geração mais jovem apresentam um aumento deste grau em relação aos indivíduos das gerações anteriores, e que, além disso, apesar de a maioria ter no máximo o ensino fundamental completo e estarem empregados em profissões de baixa remuneração, a renda per capita média é superior ao salário mínimo. Vale ressaltar que isto está atrelado ao fato de que a maioria dos voluntários (oito deles) informarem dispor de casas para alugar, seja no verão ou mesmo durante o ano, aumentando e melhorando consideravelmente a renda familiar, o que interfere positivamente na QV dos autóctones em geral, como o relato de Desc2C exemplifica a seguir:

Minha avó aluga, minha avó é aposentada, vive com um salário mínimo que eu nem sei quanto é hoje. (Informei) R\$780 hoje, pensa! Ela aluga a casinha dela no verão e fica na casinha de trás, a primeira casinha dela. Esse último verão ela não quis alugar porque a gente tava morando com ela, a gente foi morar com ela, passamos 3 ou 4 meses ali, e aí o pai alugou todas as casas nossas.

Este contexto socioeconômico indica que o aluguel de casas tem o efeito de aumentar o poder aquisitivo e proporcionar padrões de consumo igualitários, visto que além deste fator, a maioria dispõe de casas para alugar e usufruem da extração de alimentos diretamente do entorno, indicando-se sustentabilidade econômica e social, visto que o modo de vida no local é acessível e (ainda) de certa forma viável a todos os que vivem neste lugar.

5.2. EM BUSCA DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA

Assim como para autora que elaborou o instrumento gerador de Mapa Afetivo (Bomfim, 2003), nesta pesquisa a análise dos dados teve um tratamento qualitativo a partir da análise de conteúdo dos desenhos, dos sentimentos e das palavras sínteses, como pode ser observado nos dois primeiros subitens a seguir (5.2.1 e 5.2.2). O subitem seguinte (5.2.3) apresenta o que os autóctones pensam sobre a QV no local, sucedido pelo subitem (5.2.4) que apresenta as metáforas utilizadas pelos voluntários para comparar suas qualidades de vida, sendo os dois últimos subitens destinados a descrição dos caminhos percorridos nos cotidianos dos autóctones (5.2.5) e da participação comunitária no local (5.2.6).

5.2.1 Os desenhos feitos por cada participante ao serem solicitados a desenharem algo que representasse a QV no local e os seus significados

O desenho foi o primeiro passo, para que ocorresse uma representação imagética antes da representação falada ou escrita, com o intuito de facilitar a expressão de emoções. A interpretação do desenho ficou a cargo do próprio sujeito e foi utilizado para se esclarecer o que a pessoa quis representar com o desenho, conforme apresentado a seguir:

Significado do desenho (Figura 15) elaborado por DA

Desenhou uma banana, uma laranjeira, e um pedaço da folha de maracujá. Usou uma banana e um pedaço da folha de maracujá como molde sobre o papel. Quando questionada sobre o significado do desenho, respondeu:

Ele, o morro, dá o fruto e a gente se desfruta dele. A banana leva um mês, um mês e pouco pra nós cumê ela, quando tá boa de cortá ela a gente corta. Ela amadurece e a gente se desfruta dela. O que significa alimentos, alimentos bons. A laranja também leva tempo pra madurecer, (...), a laranja se forma verde e aí ela amadurece e fica amarelinha, a laranja só dá em junho. Demora três meses pra madurecer. O maracujá também é um fruto que a gente faz suco, leva mais ou menos um mês pra amadurecer, ele dá verde pra depois a gente apanhá quando ele tá amarelinho, que é quando ele tá maduro. (Extrato retirado de gravação com DA)

Figura 15 - Desenho representativo da própria QV no local feito por DA.



Fonte: Acervo pessoal.

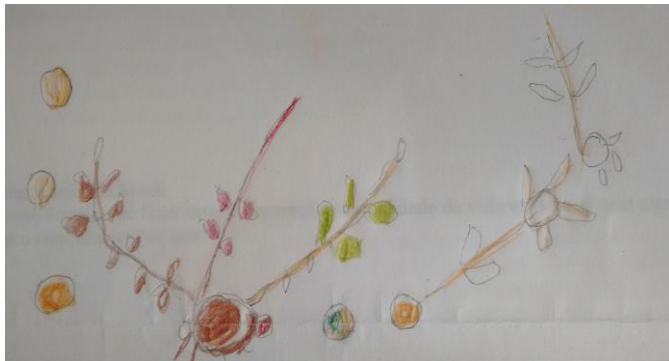
O significado do desenho (Figura 16) elaborado por DB

Desenhou pedra e um pé de batata. Quando questionada sobre o significado deste desenho, respondeu:

Não desenho flor porque só serve pra bonito e pra cheirar e o pé de batata serve de alimento. A pedra serve pra aguentar o terreno, se Deus não botou uma coisa no mundo pra não servir pra nada, serve pra segurar a casa, serve pra calçar uma casa, serve pra segurar alguma coisa. Se você for

fazer uma casa e não tiver uma pedra pra segurar, ela cai. (Extraído da transcrição da resposta dada por DB)

Figura 16 - Desenho representativo da própria QV no local feito por DB.



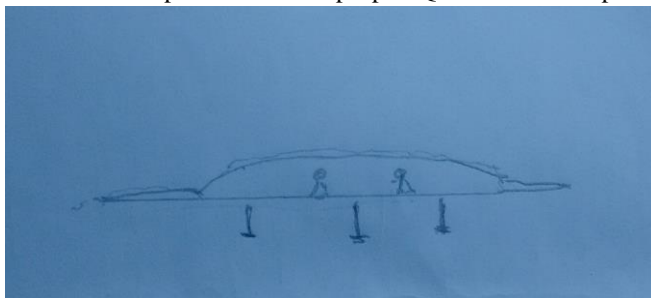
Fonte: Acervo pessoal.

O significado do desenho (Figura 17) elaborado por DC

Desenhou uma ponte, quando a questioneei sobre o significado deste desenho ela disse que tinha a ver com um meio de vida:

É um meio de vida, de a gente passar pra cá e pra lá sem se incomodar com nada, sem ter gastos, ..., é um meio de a gente ter mais liberdade de sair e voltar". É uma forma de viver melhor, sem depender de ninguém, no caso da batera, às vezes a gente chega, não tem batera, tem que esperar alguém dar carona. Com uma ponte eu posso ir e voltar sem depender de ninguém. (Extraído da transcrição da resposta dada por DC)

Figura 17 - Desenho representativo da própria QV no local feito por DC.



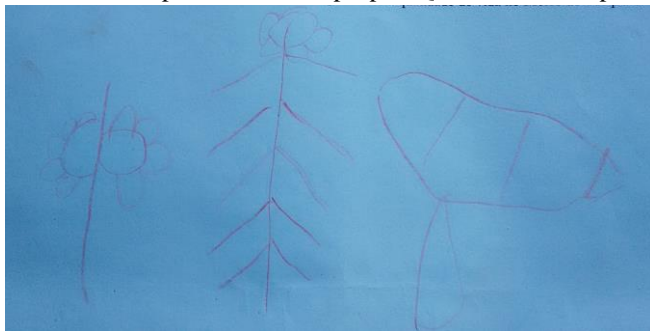
Fonte: Acervo da autora

O significado do desenho (Figura 18) elaborado por DD

Desenhou uma flor, uma árvore seca e uma batera. Quando questionada sobre o significado do desenho, respondeu:

A QV tem a ver com as minhas flôr, quando eu tô triste eu vou ali na rua e converso com as minhas flôr. Tem a ver também com a arvore seca, sendo ela seca ou verde eu não sou de ficá cortando. A batera também é importante porque se não for ela eu não atravesso pra lá, tenho ciúme da minha batera, ela também é tudo pra mim. QV é eu ter saúde, alegria, ter vontade de fazer as coisas, se a gente não tiver alegria a gente não tem nada e não é o dinheiro a riqueza que traz a saúde da gente e a alegria da gente. O que traz QV pra mim são as plantas, a batera, meus filhos, que são tudo pra mim e morar perto deles também é QV porque quando estou doente quem é que me carrega pro medico é eles. (Extraído da transcrição da resposta dada por DD)

Figura 18 - Desenho representativo da própria QV no local feito por DD.



Fonte: Acervo pessoal.

O significado do desenho (Figura 19) elaborado por DescA

Este desenho eu adorei, sou apaixonado por ele, este é o meu barco, é o que sempre eu gostei de fazer, minha tarefa, é o barco que eu sempre vou passar nele, uso pra atravessar, vou e volto, da Barra pro Morro, entendesse?”(...)

“Além da travessia ele vai lá pegá meu peixe, vai lá me levá no mar, entendesse? Traz a minha rede, pra mim é importante pegar o peixe, porque é dele

que eu me alimento né? (Extraído da transcrição da resposta dada por DescA)

Figura 19 - Desenho representativo da própria QV no local feito por DescA.



Fonte: Acervo pessoal.

O significado do desenho (Figura 20) elaborado por DescB

A gente foi criado com isto, uma tradição que a gente tem aqui é a pesca, toda vida foi a pescaria e é uma coisa que a gente gosta, não só eu, a comunidade, porque todo o pessoal desta comunidade gosta da pesca. Os homens daqui, todos gostam de pescar, porque a tradição nossa aqui é a pesca. Até as mulheres da nossa idade, da nossa época, as mulheres e os homens, todos eles gostam da pesca. E já essa juventude que tem agora..., ninguém gosta mais de pescar. Fomos tudo criado na pesca (cita o nome de seus irmão e primos) mas essa geração que vem agora (cita nomes dos seus sobrinhos), ninguém mais quer pescar. Quando pescam é por esporte ou porque não tem o que fazer, não é uma profissão, como é para nós, os mais velhos. Pra eles é esporte, já é diferente de nós, tá entendendo? (Extraído da transcrição da resposta dada por DescB)

Figura 20 - Desenho representativo da própria QV no local feito por DescB.



Fonte: Acervo pessoal.

O significado do desenho (Figura 21) elaborado DescC

Desenhou árvores, “dão o fruto e ar puro também, certo?”, o rio “serve tanto pra gente tomar banho como pra pescá o peixe” e a casa que “significa o conforto”. Complementou sua explicação sobre o significado deste desenho dizendo: “Antigamente tinha muito mais arvores do que tem agora, eu coloquei três no desenho, mas se fosse 20 anos atrás eu colocaria 50 ou 60 aqui nessa frente, no campo” (Extraído da transcrição da resposta dada por DescC).

Figura 21 - Desenho representativo da própria QV no local feito por DescC.



Fonte: Acervo pessoal.

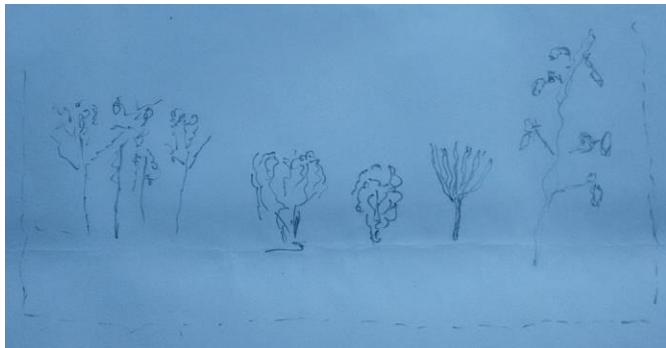
O significado do desenho (Figura 22) elaborado por DescD

Tu vai no teu quintale tu tá colhendo o que tu vai usar e que tu sabe que não tem agrotóxico, que vai fazer bem pra tua saúde, porque até então, hoje o que nós compramos fora, tu só compra verdura, legumes, fruta, só com agrotóxico, e se tu planta em casa, tu sabe que aquilo é uma coisa que tu tá plantando e que tu não tá colhendo assim uma coisa que tu ..., ah eu vou botar isso aqui na mesa mas é uma coisa que eu botei agrotóxico que tava cheio de *largata*, por causa do piolhinho, né?

Então pra mim o significado é isso, que eu tô colhendo uma coisa que eu plantei, que eu sei como eu plantei, como eu tô colhendo, né? Quando tem piolho ou largata, que eu vejo em alguma coisa, eu tiro aquelas folha fora e elimino aquele bichinho que já tá prejudicando, sim, tiro com a mão, tu não vai ter coragem de tá plantando uma coisa e tá botando veneno, porque tu sabe que aquilo dali vai te prejudicar. Se tu bota veneno tu sabe que aquilo ali que tu tá botando tu vai ter que comer junto depois, né? Então tu vai eliminar sem botar veneno, vai tirar com a mão e vai fazer o que, vai queimar, vai por no lixo, né? Então é isso que tu vai fazer. Pra ter uma coisa saudável na tua casa, na tua horta, que tu tá colhendo, se tu vai usar veneno, então não adianta tu plantá em casa, né? Eu pra mim, na minha ideia, é isso. Então esse desenho significa pra mim QV porque é eu que tô plantando, é eu que tô colhendo, não tô botando agrotóxico, né? Pra mim é QV porque eu tô mexendo na terra, eu tô sentido que é uma coisa saudável que eu vou colhe, que eu vou consumir, né? Eu me sinto bem em mexer com a terra, eu amo, eu adoro mexer com a terra, entendesse? Eu amo, se eu pudesse tá todo o dia fuçando na terra, eu tava, porque eu adoro mexer com a terra, eu adoro plantá, né? Eu não planto mais porque eu não tenho espaço, mas se eu tivesse...., eu planteia couve, inda pouco eu tava lá agachadinha vendo, será que não é minha couve que já tá nascendo? (...) E já tá tudo beeeem pequeninha. Meus Deus, e depois tu ir colhe aquilo ali, tu tá ali fazendo comida no teu fogão, e te falta uma salsinha, uma cebola, ah eu vou lá na minha hortinha pegar aquilo ali, isso pra mim, me dá prazer, entendesse? De ir ali na minha horta colhê, né? Como eu tenho aquelas pimenta ali, adoro, as vezes eu vou lá pra pegar uma e dar uma picada pra dar um gosto a mais na minha comida, porque ela é meio ardidinha e pra fazer salada fica muito bom, meu marido come até pura, eu sinto prazer de ir lá colher pra fazer comida com aquilo ali, entendesse, eu sinto prazer, de plantar e de colher pra mim fazer minha comida, entendesse? Se todo mundo soubesse o quanto faz de diferença

pra QV, plantar e colher seria muito bom.
(Extraído da transcrição da resposta dada por DescD)

Figura 22 - Desenho representativo da própria QV no local feito por DescD.



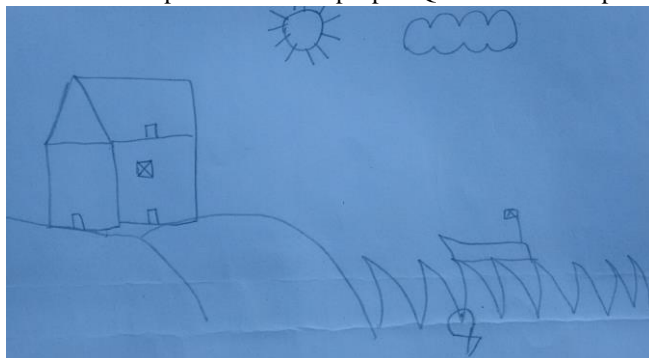
Fonte: Acervo pessoal.

O significado do desenho (Figura 23) elaborado por Desc2B

Fiz o desenho de uma casa que é o lugar que a gente mora, fiz o desenho de um barco, que no caso é aqui no canal, fiz os peixes e depois expliquei brevemente o significado deste desenho, meu pai pesca e isso é muito bom, moro num lugar que meus filhos podem correr, brincar, não tenho preocupação nenhuma de alguém mexer, ou ..., todo mundo é conhecido aqui. (Extraído da transcrição da resposta dada por Desc2B)

Perguntei à ela porque considerava a casa como importante para a QV dela e ela respondeu: “É um lugar pra morar, pra abrigar meus filhos, acho que é isso”. Perguntei por que desenhou o sol e a nuvem, ela respondeu: “O sol tem vitaminas e a gente precisa dele e da chuva também”. Perguntei pelo barco que estava desenhado e ela disse: “Ele é importante pra minha QV porque ele traz o alimento do mar” (Extraído da transcrição da resposta dada por Desc2B).

Figura 23 - Desenho representativo da própria QV no local feito por Desc2B.



Fonte: Acervo pessoal.

O significado do desenho (Figura 24) elaborado por Desc2B2

Eu desenhei as três coisas principais do meu lugar: o canto dos pássaros de manhã, que poucas pessoas têm, é melhor acordar com o canto de um passarinho que com o barulho de um carro, né? Eu desenhei a vegetação do nosso lugar, o verde, as árvores, plantas, grama e tudo mais, andar por um lugar com sombra, ar fresco, ar puro, entendeu? E aqui eu desenhei a nossa alimentação (apontando para o peixe que ele desenhou), a nossa alimentação saudável que é o peixe, que a gente come todo dia, a gente não come só carne, porque a mesma coisa todo dia é enjoativo, a gente come sempre uma coisa diferente e é sempre uma coisa saudável. A gente também come carne, mas o principal é o peixe, porque a gente pega aqui e não gasta muito dinheiro pra se sustentar. Essas três coisas são umas das principais coisas que representam minha QV aqui. (Extraído da transcrição da resposta dada por Desc2B2)

Figura 24 - Desenho representativo da própria QV no local feito por Desc2B2.



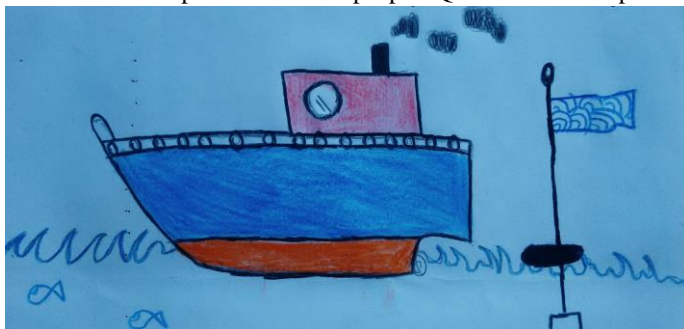
Fonte: Acervo pessoal.

O significado do desenho (Figura 25) elaborado por Desc2C

Terminou o desenho e comecei a filmar. Ele logo disse: “Falta peixe por causa da pesca industrial”. Filmei o desenho e disse que estava bonito e pedi que ele explicasse brevemente o significado deste desenho, ele respondeu:

O que representa a economia na Barra da Lagoa hoje, pra maioria das pessoas, influencia na QV das pessoas, porque falta especialização, as pessoas que não tem com que trabalhar vão trabalhar na pesca, quem pesca não teve muita opção, porque acho que não é um trabalho assim..., que qualquer um que vai querer assim., eu não escolheria, ficar vários dias fora, sem ver a família, sem saber se vai voltar um dia, é tenso, a maioria das pessoas que trabalham é porque não teve opção, aí tipo, trabalha na pesca e aluga as casas, é o que tem, ah eu podia ter desenhado uma casa, acho que é isso. O barco eu desenhei porque representa a economia, o barco vai influenciar em todo o bairro, se acabar a pesca, vai acabar a fonte de renda dos pescadores e eles vão ter que viver só com a renda do aluguel, vai diminuir a QV de todo mundo entendeu? (Extraído da transcrição da resposta dada por Desc2C)

Figura 25 - Desenho representativo da própria QV no local feito por Desc2C.



Fonte: Acervo pessoal.

O significado do desenho (Figura 26) elaborado por Desc2D

É que o morro em si, ele é bom pras pessoas morarem aqui pela junção de tudo o que ele é, o morro em si, inteiro é que ele é bom, acho que se separassem partes dele, não seria a mesma coisa e mudaria muito a vida das pessoas que vivem aqui. Por exemplo, se tu tirasse o rio, já mudaria completamente, se mudasse as pessoas que vivem, mudaria completamente, qualquer coisa que fosse mudado aqui já afetaria minha QV, mas daí tem que ver se mudaria para o bem ou para o mal, né? Afetaria, não sei se para o bem ou para o mal, mas que com certeza mudaria o que é agora, né? (Extraído da transcrição da resposta dada por Desc2D)

Pedi pra ele explicar o desenho:

Eu fiz o morro, o porque eu já falei, o rio, porque eu acho que é a parte mais marcante do morro, porque marca mesmo a diferença dele de qualquer outro lugar do mundo, é o rio, a gente também usa o rio pra tudo, né? Mesmo que seja pra comer um peixe, qualquer coisa assim, meu pai pesca, né? E esses pontinhos marrons são as casas que representa a família, que as pessoas que moram em um local que constrói ele, né? É o que marca um local, cada pessoa tem sua característica e cada local também tem a sua, e isto marca bem o local, o morro aqui. Morar perto da minha família me faz sentir seguro, não sei... Pra mim é

importante, não sei bem o motivo, mas pra mim é importante viver perto deles. E aqui tem uma arvore, ela representa todas as arvores, mas pra mim uma especial é aquela ali de baixo, onde eu passei a maior parte da minha vida em baixo. Onde eu me construí o que eu sou, bem dizê. É onde a gente cresce, né? Onde todo mundo aqui cresceu, não exatamente em baixo da árvore, mas naquele espaço onde ela está em específico. Fica ali em baixo na praça, aquele sombreiro ali em baixo, na beira do rio (olha pela janela e aponta pra mim onde está localizada a arvore). Esse sombreiro marca o local, não tem como imaginar este local sem ele. Não consigo imaginar o morro sem ele ali. Se um dia eu chegasse em casa e ele não estivesse mais ali, isto com certeza ia afetar minha QV, não sei como, mas ia afetar, sabe?. (Extraído da transcrição da resposta dada por Desc2D)

Figura 26 - Desenho representativo da própria QV no local feito por Desc2D.



Fonte: Acervo pessoal.

A análise intergeracional dos desenhos feitos para representar a QV demonstra que para as idosas seu significado está atrelado àquilo que alimenta e que tem um tempo certo pra amadurecer. Elas demonstram conhecer e valorizar a sazonalidade dos ciclos ecossistêmicos de forma que para elas a QV tem a ver com um tempo que deve ser esperado, “se não esperar amadurecer, a vida não tem gosto”. Para elas a QV está relacionada com a manutenção destes ciclos, pois eles alimentam e sustentam, além disso, proporciona um meio de vida com autonomia principalmente em relação à necessidade do uso do dinheiro (“sem ter gastos, com liberdade”) evidenciando-se a

importância do ambiente na subsistência através do uso de serviços ecossistêmicos. Todas elas mencionaram ter grande importância em suas QV o fato de conviverem com as plantas no entorno, possuem batera e morar perto dos filhos. A QV para elas também está atrelada a manutenção dos modos, costumes associados a tradição da pesca artesanal, reconhecendo a qualidade do entorno como tendo grande importância, considerando-se que o usufruto do mesmo está implicado na extração e produção de alimentos, assim como favorecedor de um contexto de interações sociais entre indivíduos familiarizados entre si.

Já em relação aos filhos, foi possível constatar que a QV para eles também envolve grande importância atribuída aos modos, costumes e tradições atrelados a pesca artesanal, a qualidade ambiental do entorno evidenciada pela menção de plantio de alimentos orgânicos, dos benefícios do contato com a terra, com a pesca, que denotam satisfação com o ambiente onde vivem. Para os netos a QV também se apresenta atrelada aos modos, costumes e tradições da pesca artesanal, com a qualidade ambiental do entorno. Ficou evidente que a QV está associada a junção de tudo o que compõe o entorno, principalmente no que concerne a qualidade ambiental e o usufruto de serviços ecossistêmicos independente da geração do participante desta pesquisa.

Com efeito, como já se esperava de uma população tradicional, plantas e animais, assim como o modo de vida atrelado a alimentação e hábitos frugais, difundidos em práticas sociais cotidianas, demonstram-se importantes no cotidiano dos autóctones, fato tornado evidente a partir da menção generalizada do envolvimento com a atividade da pesca, obtenção de alimentos retirados diretamente do entorno, assim como morar perto dos familiares como importantes atributos da QV para esta população.

Sendo assim, a partir dos desenhos feitos no instrumento gerador de mapa afetivo é possível afirmar que familiares, comunidade e lugar de nascimento influenciam pontos de vista sobre o significado de QV conforme defendem vários autores (Costanza et al, 2007; Forattini, 1991; Keles, 2012; Massan, 2002; Vlek, 2003), considerando-se que, em geral, os desenhos elaborados para representar a QV apresentaram um padrão relacionado a importância do entorno e de recursos naturais dos quais os autóctones usufruem de forma compartilhada, favorecendo-se a pressuposição de que estes sejam considerados critérios indispensáveis e insubstituíveis no que concerne a sustentabilidade da QV desta comunidade.

5.2.2 Sentimentos despertados e as palavras utilizadas para resumir este sentimento ao fazer o desenho

Os sentimentos despertados ao fazer o desenho que representou a QV no local, em geral foram positivos e atrelados à satisfação de viver neste lugar independente da geração a qual o indivíduo pertence. Somente os voluntários da geração mais nova, netos, mencionaram, além dos sentimentos bons, um sentimento de perda e preocupação com as mudanças que estão ocorrendo no local. Estes sentimentos ao serem expressos em palavras-sínteses possibilitaram sua categorização conforme descrito a seguir:

Negativos	Positivos
Ciúme, tristeza, fim, desespero (porque vai acabar), (pesca está ficando industrializada e tá acabando), irresponsabilidade, perda de identidade	Gostar, carinho, prazer, feliz, tranquilidade, coisa boa, liberdade, vontade, independência, alegria, paixão, sabedoria, saúde, alegria, prazer, contente, animado, conforto, união, felicidade, satisfação, sossego, amor, realização, afeto

Foi também observado que alguns sentimentos mencionados estavam associados à qualidade e manutenção ambiental do entorno, conforme disposto a seguir:

Qualidade ambiental do entorno	Manutenção: práticas envolvidas
Lugar bonito, crescimento, batatinha, barco de pesca, hoje era pra ter mais árvores, o rio, clima, família, felicidade (pelas coisas que ainda tem), desespero (porque vai acabar), pesca, segurança, lar, natureza.	Cuidado, colher, alimentar, sustentar, transporte, preservação, amor pelo que faz, refletir sobre o que está acontecendo, industrialização da pesca/diminuição dos cardumes de peixes, mudança

5.2.3 Sobre o que os autóctones pensam sobre a QV no local

Este item visou captar respostas que, por ventura, ainda não tinha sido emitidas em relação ao que os autóctones pensam sobre a QV no local. Sobre este aspecto é possível afirmar que todos participantes demonstram satisfação com suas qualidades de vida neste local. Apesar do recorrente relato de que a travessia do canal atrapalha um pouco a rotina cotidiana e do fato de estar aumentando a densidade populacional de pessoas externas à comunidade. Todavia os participantes consideram suas qualidades de vida “boa” e seus argumentos para esta consideração

se devem basicamente ao local ainda ser tranquilo e seguro, as pessoas morarem em casas próprias, melhoria ao acesso a serviços públicos como energia elétrica, abastecimento de água, em relação a antigamente quando não haviam estes serviços disponíveis no local.

Sendo assim, baseado nas respostas dadas a esta questão obteve-se duas categorias que foram classificadas (e organizadas em categorias com auxílio do software NVivo) conforme os critérios recorrentemente utilizados pelos próprios autóctones para avaliar a sua QV no local, descritos a seguir:

Categoria 1 - “O que proporciona e mantém a qualidade da vida” – Entre elementos do entorno que proporcionam QV foram citados serviços de ecossistemas (associado ao cultivo e colheita de plantas alimentícias, pesca, segurança e tranquilidade na vizinhança), possuir casa própria, preservação do ambiente, saneamento básico, limpeza do entorno, renda proveniente do turismo, juventude e práticas culturais tradicionais. Também foram feitas menções sobre aquilo que é feito ao longo da vida que mantém a sua qualidade, nove pessoas falaram sobre isso e mencionaram estas situações por treze vezes. A satisfação com a vizinhança, com a renda, segurança e tranquilidade, demonstram uma satisfação com o entorno relacionado às práticas tradicionais/culturais que, por sua vez, estão envolvidos por um sentimento de segurança e bem-estar estético e de microclima. Também demonstraram satisfação com a fonte de renda obtida no entorno.

Categoria 2 - “Aquilo que prejudica a qualidade da vida” – As idosas mencionaram a velhice como causadora de dificuldades relacionadas a mobilidade – travessia de batera e a caminhada em terreno irregular e inclinado. Em geral foi mencionada a perda de serviços de ecossistema (diminuição de áreas de plantio de alimentos comestíveis, quantidade e qualidade do pescado), degradação ambiental (falta de saneamento básico/tratamento de esgoto agravada pelo aumento da densidade populacional com a conseqüente construção de mais moradias, o impasse entre a pesca artesanal x pesca industrial, risco de inacessibilidade ao caminho que utilizam rotineiramente em seus cotidianos).

Os autóctones disseram, em geral, que consideram a QV no local boa, visto a tranquilidade, segurança e ao fato das pessoas morarem em casas próprias. Os voluntários do grupo das idosas e do grupo dos filhos, mencionaram que a QV melhorou devido ao acesso a serviços públicos (como energia elétrica, abastecimento de água, posto de saúde, mercado e escola) em relação à antigamente, quando não haviam estes serviços disponíveis no local.

5.2.4. Comparação da QV no local – uso de metáforas.

A metáfora é uma figura de linguagem que indica duas características semânticas comuns entre dois conceitos ou ideias. A metáfora é importantíssima na comunicação humana e equivale à designação de um objeto ou qualidade, mediante uma palavra que designa outro objeto ou qualidade, que tem com o primeiro uma relação de semelhança. Para Barbosa (1996) ela pode ser considerada como algo que tem destaque no pensamento científico, apesar de seu significado ser bastante complexo, não só em seu conteúdo explícito, mas no que traz de material implícito, podendo combinar vários elementos, e envolve a possibilidade de utilização de algo com outro significado semântico. Desta forma ela considera que compreender a metáfora é um esforço tão criativo e tão pouco dirigido por regras quanto o processo que constitui sua construção.

Na perspectiva da linguística cognitiva, uma sentença metafórica é um fenômeno que deriva de um mapeamento conceitual entre um domínio-fonte e um domínio alvo (como a “escuridão” associada a “insegurança”, por exemplo) (Siqueira, Lamprecht, 2007), sendo que o processamento de metáforas reside na necessidade de acessar e selecionar informações relevantes sobre os domínios fonte e alvo, além de encontrar elos de ligação que resolvam a incongruência entre eles. De qualquer forma, supõe-se que se uma pessoa entende uma expressão metafórica, ela acessa o mapa conceitual subjacente, o que não quer dizer que esta pessoa possa indicar tal mapeamento, pois tais processos são inconscientes.

Davidson (1992) apesar de considerar o uso da metáfora em âmbito científico mais uma contradição que uma explicitação, não abandona o pressuposto de que ela é um artifício legítimo, não apenas na literatura, mas também na ciência, assim como também consideram Baus, Seara, Caldas, Desidério, e Petry Filho (2002). Além disso, o primeiro autor também argumenta que o que distingue uma metáfora não é o seu significado, mas o uso que dela é feito, pois se dá dentro de um significado literal. Para ele, a metáfora sustenta algo que nenhuma fala coloquial simples pode realizar, transparecendo uma dificuldade em se expor o conteúdo cognitivo que está por trás do sentido literal.

Moser (2000) também defende o uso da metáfora nas análises científicas e propõe sua análise como um instrumento valioso na pesquisa psicológica, pois ela influencia o processamento da informação, envolve uma operacionalização confiável e acessível do conhecimento tácito e é representação holística de compreensão e

conhecimento, sendo exemplo de ação automatizada onde se pode identificar determinada teoria implícita, além disso, reflete processos de compreensão social e cultural e desempenha funções relevantes, tanto nos processos intrapessoais como interpessoais. Gibbs e Ferreira (2015) também argumentam a favor de seu uso em pesquisas ao afirmar que a metáfora implica em muitas facetas do discurso ordinário tendo importante função comunicativa e que, apesar de ser vista como ornamento da linguagem, é amplamente reconhecida como parte significativa do processo do pensamento humano. Além disso, considera que elas revelam aspectos culturais e influencias ideológicas do pensamento humano implícitas na forma de raciocinar e imaginar, sendo a base do reconhecimento de aspectos da experiência corporal.

Consistente e coerentemente, Lakoff e Johnson (2002) apontam que a metáfora é parte importante da nossa vida tendo importante influencia na vida das pessoas, sendo a linguagem cotidiana fundamentalmente metafórica. Estes autores também defendem que este recurso de linguagem tem importância vital para o funcionamento da mente humana e a considera infiltrado no tanto na vida cotidiana, como no pensamento e ação, tendo um papel central na definição de uma realidade cotidiana englobando valores fundamentais de uma cultura pois são coerentes com os seus conceitos. De uma maneira geral também concebem que alguns valores priorizados são parcialmente uma questão de subcultura na qual se vive e também devido aos valores pessoais. Alertam para o fato de que as várias subculturas de uma cultura dominante compartilham certos valores básicos, mas lhe dão prioridades diferentes, considerando que há também a condição onde há grupos cuja característica principal é o fato de compartilharem certos valores importantes que estão em conflito com os da cultura principal, sendo que preservam outros valores da cultura dominante.

Bomfim (2003) também defende seu uso e afirma que a metáfora significa falar de forma figurada, o que depende de crenças, conhecimento, intenções e atitudes. Além disso, esta mesma autora aponta que elas refletem a experiência da vida cotidiana e permitem o contato com a coletividade “as metáforas fogem da noção de conhecimento como racionalidade e da semântica como formalidade” (Bomfim, 2010, p. 138), desta forma sugere que não há categorias, mas que pode haver categorização.

Considerando-se os apontamentos precedentes e contrariando o que é sugerido pela a autora criadora do instrumento gerador de mapa afetivo (Bomfim, 2003, 2010), nesta pesquisa, como a amostra foi composta por somente doze voluntários, optou-se pela não

categorização destas metáforas, devido principalmente à especificidade daquilo que foi mencionado por cada sujeito. Esta postura resultou da constatação de que cada uma delas estava diretamente relacionada com a QV pessoal buscando-se assim, somente por um padrão, ou semelhanças entre elas, sendo que, como informação complementar foi solicitada a explicação da sua relação com a QV no local. Desta forma, considerando-se as especificidades e complexidade da formulação de critérios de avaliação da QV, optou-se por expor cada metáfora utilizada, deixando que a explicação de seus significados dada por seus idealizadores falassem por si neste item.

Sendo assim, ao utilizarem metáforas para representar a QV no local as idosas mencionaram: DA - travessia de batera (dificuldade cotidiana que exercita e mantém a saúde); DB - Uma colmeia de abelhas (relacionado ao sentimento de fazer parte de um grupo e à interação comunitária intensa); DC - Supermercado (relacionou ao fato de que para ela, no lugar em que vive, tem tudo que precisa); DD - Plantação (atrelada a importância da e na subsistência familiar, autonomia em relação ao uso de dinheiro para se alimentar). Já os filhos mencionaram: DescA - a pesca do marisco (também relacionado com a subsistência familiar, autonomia para acessar alimento direto da natureza); DescB - engenho de farinha (associado ao sustento da comunidade e a subsistência); DescC - Maçã “ (...) porque minha vida aqui é linda e gostosa como uma maçã”; DescD - batera (associado a independência e autonomia para ir e vir, modal acessível, mas que depende de cuidados para que sirva adequadamente ao seu fim). Os Netos fizeram menção a: Desc2B - praça com crianças brincando livres (relacionado ao sentimento de segurança na vizinhança e à possibilidade das crianças poderem crescer “livres”); Desc2B2 - água do rio que varia conforme a maré, associou com a sazonalidade verão/inverno das condições vividas no local - (“bom no inverno, ruim no verão”), pesca (“às vezes dá boa, às vezes não dá” - no inverno é pior devido maior insegurança no local: “(...) tem até filho de pescador roubando”; e, Desc2D - cidade numa cúpula de vidro que pode quebrar e perder a sua proteção - “Então a minha QV é uma cidade dentro de uma cúpula de vidro, que é linda, é tranquila, bela e segura, mas de tanto a gente querer mudar o que tem ali dentro, pode quebrar essa proteção”.

Em suma, apesar das especificidades de cada metáfora construída (e também dos desenhos elaborados e expostos no item anterior, que não deixam de ser metáforas, ainda que no âmbito pictórico), pode se dizer que, entre as semelhanças que as englobam, está a relação da vida cotidiana em contato direto com o entorno e com a coletividade, que

implicam e estão implicados na manutenção de suas QV atrelados as questões de acessibilidade, mobilidade, subsistência e alimentação, sentimento de “bem-estar” em relação ao entorno (questões estéticas, sentimento de segurança, sazonalidades, dentre outros) e necessidade de cuidados com o entorno para que permaneçam as condições que propiciam esta QV.

5.2.5. Caminhos percorridos no cotidiano dos autóctones

A descrição destes caminhos permitiu visualizar a trajetória dos autóctones em termos de suas atividades cotidianas, revelando-se assim que as práticas rotineiras mais comuns dos indivíduos de cada geração são:

Idosas – as senhoras viúvas e pertencentes a geração que mais tempo viveu no local, estão envolvidas em suas rotinas basicamente com afazeres domésticos (lavar roupa, limpar a casa, ir na padaria e no mercado) e na manutenção do quintal ou entorno da casa (porto/bateras), demonstram estar sempre em freqüente contato com plantas, com a terra e com animais, dos quais se beneficiam a partir do uso de importantes recursos provenientes dos serviços ambientais disponíveis no entorno, resultado da intervenção direta das mesmas sobre o local (cultivo de plantas ornamentais e alimentícias selecionadas há varias gerações – banana, mandioca, abóbora, dentre outros). A interação e convivência com os filhos, ao longo dos anos neste local, também pode ser apontado como importante atributo da QV destas mulheres a partir do relato das mesmas. Ao percorrer estes caminhos cotidianos durante o mapeamento de transectos, somente uma delas atravessou o canal (a única que participa de grupo de ginástica para idosos promovido pela Prefeitura Municipal de Florianópolis, que acontece todas terças e quintas pela manhã na sede do centro comunitário do bairro, que fica aproximadamente a 150m de sua casa ao se caminhar pelo “campo da Portobello”). As demais permaneceram em torno de suas casas, em seus quintais e nos caminhos traçados pelos moradores deste morro.

Filhos – os filhos destas senhoras em seus relatos sobre o que fazem nos caminhos percorridos em seu cotidiano, mencionaram nomes de plantas e de animais envolvidos na relação com o entorno, principalmente relacionados à pesca. Neste grupo a maioria dos voluntários foram homens (3). A única mulher participante mencionou seu hábito de plantar, mexer com a terra, interação com animais, cuidados com a filha adolescente, atividades domésticas, semelhante ao que relataram as idosas. A mesma, em seu relato, evidencia a

necessidade e os benefícios de se plantar e colher no local com argumentos que estão relacionados a segurança alimentar, benefícios da interação direta com a terra (“fuçar na terra”) e aproveitamento de nutrientes provenientes de resíduos orgânicos para adubo. Já os homens apresentaram um relato mais focado nas atividades relacionadas ou envolvidas com a pesca (puxar rede, ir ao estaleiro, conversar com os pescadores). Ao percorrer estes caminhos cotidianos, durante mapeamento de transectos, todos os filhos atravessaram o canal, mas só dois deles atravessaram o campo.

Netos – Os relatos dos netos apresentam como principal diferença em relação aos relatos dos indivíduos das gerações anteriores, a ausência de menção de práticas que envolvem o contato com plantas e/ou com a terra e animais e com a pesca. Sendo três adolescentes do sexo masculino (16-18 anos) e uma mulher de 26 anos mãe de três filhos, pode-se dizer que apresentam uma rotina mais focada em práticas institucionalizadas (levar filho na creche, fazer compras, pegar ônibus, ir para a escola ou faculdade) e menos localizadas nas proximidades do entorno de suas casas. Assim como no grupo dos filhos, ao percorrer os caminhos cotidianos deste grupo, durante mapeamento de transectos todos os indivíduos atravessaram o canal, sendo que três deles atravessaram também o campo.

5.2.6. Participação em grupo ou associação comunitária no local

As respostas obtidas ao questionar se faziam parte de grupo ou associação comunitária no local foram em maioria negativas, somente três idosas declararam participar de grupos atrelados à igrejas de religiões diversas, conforme pode ser observado na Tabela 5.

Tabela 5 - Respostas obtidas quanto a participação em grupo ou associação comunitária.

Participação em associação				
Voluntária Idosa	DA	DB	DC	DD
	“Não”	“Participo da igreja Assembléia de Deus, do grupo de diabéticos e do grupo de idosos na Lagoa”.	“Participo do postulado da oração (Igreja católica) e da ginástica promovida pela PMF”.	“Participo da ADRA (grupo adventista), arrecada alimento para cestas básicas doadas para pessoas carentes do Rio Vermelho, Ingleses e da Barra da Lagoa”.
Voluntário Filho (a)	DescA	DescB	DescC	DescD
	“Não, não”, balançando a cabeça negativamente. Obs.: vestia a camisa da associação	“Não”	“Não”	“Não”
Voluntário Neto (a)	Desc2A	Desc2B	Desc2C	Desc2D
	“Não, (...), de participar mesmo ali dentro, não”.	“Não, nenhuma”	“Aqui na comunidade, não, porque não tem muito que fazer aqui, eu parei de ir à escola do bairro, aí não tive mais contato com projetos sociais”.	“Não, não participo”

Fonte:Elaborado pela autora.

Interessante observar que apesar de haver uma associação de moradores instituída na comunidade, nenhum dos participantes desta pesquisa, mencionou seu nome ao serem questionados sobre se participavam de algum grupo ou associação comunitária no local. Constata-se assim um problema na coesão social evidenciada pelo fato de haver no local uma associação de moradores do morro, formalizada na prefeitura, porém não reconhecida entre seus pares.

Desta forma, considera-se que os critérios de avaliação da QV utilizados pelos autóctones envolvem uma visão retrospectiva que incide na consideração de que estes critérios foram sustentáveis até então, considerando-se que estão atrelados a um modo de vida que vinha sendo passado de geração a geração, sob a singularidade de uma paisagem natural que contempla vários serviços ambientais, vinculados à práticas de manejo pautadas no bom estado de conservação de atributos naturais, que promoveram e ainda promovem a manutenção do fluxo ecossistêmico dos quais se beneficiam e compartilham, todavia, os resultados também indicam ser necessária a recuperação da coesão social e organização comunitária para que se mantenha a satisfação com QV no local.

5.3. COMO SE DÁ A RELAÇÃO ENTRE PESSOA E AMBIENTE NO LOCAL

5.3.1. Como se dá a relação pessoa-ambiente em termos de estima positiva (+) e negativa (-) atribuída ao morro/local de moradia.

A avaliação da estima positiva atribuída ao lugar de moradia a partir de questões fechadas, feitas ao final da elaboração do mapa afetivo da QV, evidencia que os autóctones se sentem pertencentes ao local e o consideram um lugar agradável, reforçando a constatação de que eles estão satisfeitos com as suas QV no local conforme pode ser visualizado na Quadro 4.

Quadro 4 - Como se dá a relação pessoa-ambiente em termos de estima + e - atribuída ao morro/local de moradia.

Estima +	Pertencimento			
	Sinto-me identificada	Tenho amor ao morro	Sinto-me apegada	É um lugar que faz parte de mim
	Agradabilidade			
	Gosto do morro	Morro é um lugar confortável	Morro é um lugar tranquilo	Morro é um lugar agradável.
	Satisfação com a vida no morro			
	Sinto-me satisfeito com a QV no morro	O morro é um lugar limpo	O morro é um lugar organizado	As pessoas são unidas aqui no morro

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Discordo totalmente	Discordo		Discordo parcialmente		Concordo parcialmente		Concordo		Concordo totalmente

Estima -	Insegurança			
	O morro é um lugar tenso	O morro é um lugar sufocante	Sinto-me só aqui	O morro é inseguro
	Contrastes			
	O morro é um lugar de ordem e desordem	O morro é um lugar de medo e liberdade	Bonito e feio	O morro é um lugar de estresse e tranquilidade
	Insatisfação com a vida no morro			
	Sinto-me insatisfeito com a QV no morro	O morro é um lugar sujo	O morro é um lugar desorganizado	As pessoas são desunidas aqui no morro

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Discordo totalmente	Discordo		Discordo parcialmente		Concordo parcialmente		Concordo		Concordo totalmente

Fonte:

Já os dados provenientes destas questões referentes a estima negativa (também visualizáveis no Quadro 4) atribuída ao lugar de moradia, demonstram que os problemas que afetam a QV no local e estão implicados na desunião entre os moradores e em problemas na organização e limpeza do local. Desta forma, reforçando-se a constatação de que há um problema na coesão social entre os moradores do local, este contexto também é refletido na estima negativa atribuída ao morro, visto que os autóctones demonstraram concordar parcialmente com as afirmações de que é um lugar desorganizado, onde as pessoas estão desunidas.

5.3.2 Como se dá a relação pessoa-ambiente em termos de estilos de vida e práticas sociais

O estilo de vida e o sistema de provisão de recursos são elementos que influenciam as práticas sociais (Spaargaren, 2003) e sob esta concepção os dados foram coletados a partir da aplicação do questionário do Apêndice C (quando foi solicitado que o voluntário desse uma nota de 1 a 10 para o quanto concordavam com afirmações sobre seus estilos de vida, práticas sociais e qualidades do entorno – ver Quadro 5) e em diário de campo que proporcionaram as informações a seguir:

Quadro 5 -Síntese de como se dá a relação pessoa-ambiente em termos de estilos de vida e práticas sociais dos autóctones.

Média de concordância em relação às afirmações apresentadas			
Teve oportunidade de adquirir uma boa educação	Teve as mesmas oportunidades das pessoas da vizinhança para obter o que deseja	Tem um bom e prazeroso trabalho e desenvolve o trabalho tão bem quanto pode.	Tem um bom Relacionamento com os vizinhos e familiares.
Decide com os outros, o que é feito, onde e como.	Abastecimento de água no morro está bom	A qualidade do ar no morro é boa	Vegetação em torno/perto do Morro está boa
Tem um “dia a dia”/rotina/cotidiano fácil.	Decide pelos outros, o que é feito, onde e como	Pega sol suficiente em torno de sua casa	Tem a oportunidade de estar a sós, tem um lugar para ficar sozinho
Tem suficiente tempo para lazer	Se sente protegido contra crimes (assaltos, roubos)	Tem liberdade e controle no curso de sua vida, habilidade para decidir por si mesmo	É apreciado por outros por causa de sua estrutura, conhecimentos e posses
Se considera protegido de acidentes na rua ou em casa	Tem acesso a cuidados adequados com a saúde	Tem bons pensamentos em sua rotina.	Este lugar é belo
O Morro é silencioso	Este lugar é limpo	É seguro em torno do lar	Tem uma boa saúde
Quantidade de praças, plantas no morro é boa	Tem dinheiro para comprar coisas que são necessárias e prazerosas	A Qualidade do entorno da sua casa	Os animais estão saudáveis no morro

Legenda de cores:

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Discordo totalmente	Discordo		Discordo parcialmente		Concordo parcialmente		Concordo		Concordo totalmente

Fonte: Elaborado pela autora.

A única afirmação que obteve nota média que aponta para a discordância dos autóctones em relação à mesma foi a “de que decide pelos outros, o que é feito, onde e como”, sendo que a pessoa mais idosa foi a única a concordar parcialmente com esta afirmação, os demais discordaram ou discordaram parcialmente resultando nesta média. Em contrapartida, a única afirmação que todos concordaram totalmente é aquela que afirma que o lugar onde vivem é belo, sendo que também concordaram que tiveram a oportunidade de adquirir uma boa educação e de desenvolver seu conhecimento geral, apesar de a maioria não ter concluído o ensino fundamental.

Foram mencionados maus tratos sofridos na escola, que os pais achavam desnecessário que mulheres estudassem e que precisavam dos filhos homens para trabalhar na pesca, entretanto consideram que tiveram oportunidade de estudar. Eles também concordam com a afirmação de que tem um bom e prazeroso trabalho e o desenvolvem tão bem quanto podem e também consideram que tem as mesmas oportunidades das outras pessoas da vizinhança para obterem o que desejam.

Em relação ao ambiente físico, consideram que a qualidade do ar e a vegetação no morro estão boas, que pega sol suficiente em torno de suas casas, que tem oportunidades e lugar para ficar sozinho, que é seguro em torno do lar, que o morro é silencioso, que a quantidade de praças e plantas no local está boa, enfim, que estão satisfeitos com o entorno de suas casas. Com efeito, concordam com a afirmação de que se sentem livres e que controlam o curso de suas próprias vidas, tem habilidade para decidirem por si mesmos e se consideram apreciados por causa de sua estrutura, conhecimentos e posses. Também concordaram, em geral, com a afirmação de que tem bons pensamentos em suas rotinas e que tem acesso a cuidados adequados com a saúde considerando-a boa.

Os voluntários concordaram parcialmente com a afirmação de

que tem suficiente tempo para lazer, sendo que nenhum deles comentou espontaneamente sobre este assunto. Eles também concordaram parcialmente com a afirmação de que se sentem protegidos contra crimes (assaltos e roubos). Os motivos mencionados para a não completa concordância com esta afirmação, segundo eles, se devem a insegurança causada por alugueis de casas para pessoas que “não se sabe de onde vem”. Tal sentimento é justificado por alguns episódios como o mencionado por uma das idosas que informou que há algum tempo atrás a polícia prendeu, em uma das casas de seus filhos alugada a um casal com uma plantação de maconha em casa e “que saiu até na TV!”. É importante salientar que o policiamento no local é precário, pois não há postos policiais em atividade neste bairro, a não ser nos meses de verão em frente à praia. Conforme o comentário de um dos netos (Desc2C) sobre isso:

“Tem um posto policial lá na praia, mas está fechado, a gente podia ter ido lá”. Perguntei se no inverno não havia policiamento no local, ele respondeu: “Só tem na saída do colégio à noite, que tava dando bastante incidente com droga, toda noite tem uma viatura que fica na frente da escola, das 9:30h às 10:30h, pra evitar briga e outras coisas”. (Extraído da transcrição da entrevista feita durante mapeamento de transecto com Desc2C)

Atrelado a este déficit de policiamento no local, observa-se que há no local uma segurança comunitária informal, não institucionalizada, que pune física e impiedosamente os “transgressores da lei”, conforme pode descrito no relato de Desc2C:

“(…) depois daquele caso que tiveram com os mascarados, aí diminuiu a bandidagem um pouco”. Perguntei sobre qual caso ele estava falando, ele respondeu: “Tinha seis traficantes, eu acho, aí jogaram um cadeirante na água, aí os pescadores se revoltaram e se reuniram pra bater neles, aí fizeram um grupo, mais ou menos umas 100 pessoas, tinha até mais eu acho, mas ninguém parou pra contar, pegaram as mascaras e saíram, pegaram 6 pessoas, cento e pouco moradores, mascarados, à noite”. Perguntei se ele havia visto isso, ele respondeu: “Depois eu só vi algumas poças de sangue no chão, dos caras que foram

espancados, só vi o fluxo de pessoas correndo, mas não vi eles batendo (e riu), e não lembro de ter visto nenhum amigo meu também, mas tinha, bastante gente, correndo assim”. Perguntei se os caras tinham sobrevivido, ele riu e disse: “Três sobreviveram, três ou quatro”. Perguntei se tinha morrido alguém, ele respondeu: “teve um que ficou em coma e eu não sei mais como ele tá”. Perguntei o que ele achava sobre isso, ele respondeu: “Como a segurança não..., tipo o governo nosso aqui não deu jeito, os moradores deram, mataram”. (Extraído da transcrição da entrevista feita durante mapeamento de transecto com Desc2C)

Por outro lado, o canal no caso específico do Morro do Jacinto, serve como limitador de acesso para quem não mora no local e não possui bateras, sendo que isto proporciona a manutenção do sentimento de segurança e tranquilidade local, como demonstrado no relato de DC utilizado aqui para exemplificar o que vários participantes mencionaram em síntese:

"Hoje quando a gente deita a cabeça no travesseiro, já não tem aquele sono tranquilo como antes, antigamente a gente saía, deixava a casa aberta com as coisas dentro e sem preocupação nenhuma, hoje a gente ainda deixa aberto, mas fica pensando". (...) “Muitas noites já dormi com a porta e a janela aberta, e às vezes ainda durmo, com a janela aberta, mas a cortina cobre e o pensamento já não é tão tranquilo. Mas nós moramos num lugar muito bom, porque quem chega aqui pra roubar já cai na água" – dá uma gargalhada. (Extraído da transcrição da entrevista feita durante mapeamento de transecto com DC)

Apesar desta influencia benéfica do canal, sua presença também esta relacionada a uma média que aponta para concordância parcial em relação a se considerar protegido contra acidentes na rua ou em casa e que tem um “dia a dia/rotina/cotidiano” fácil. Uma das idosas (DA), por exemplo, que discordou parcialmente destas afirmações, relatou que há uns cinco meses (em relação ao dia da coleta) caiu na água ao fazer a travessia quando passou uma lancha rápido fazendo ondas que a desequilibrou, se salvou segurando na batera até um pescador vir tirá-la da água, visto que não sabe nadar.

DC também relata esta mesma dificuldade (durante mapeamento de transecto – neste dia ventava muito) se referindo ao cotidiano das crianças em fase escolar, que tem que atravessar o canal todos os dias no mesmo horário, independente das condições climáticas: “Agora de manhã a menina foi levar as criança pra aula, a batera afundou com as duas meninas dentro, aí voltaram não foram pra aula”. Além da necessidade de atravessar o canal de batera, os caminhos tortuosos construídos pelos integrantes da própria comunidade e o porto, que sob a influencia das marés “cria limo” e deixa o chão escorregadio, constituem exemplos de vários obstáculos para o deslocamento.

Já em relação a concordância em relação a afirmação de que o lugar é limpo, foi obtido uma nota média que também aponta que os voluntários concordam com a mesma de forma parcial. Os motivos relacionados para a não concordância completa se deve principalmente a situação em que se encontra o córrego deste morro e a fatores relacionados a gestão dos resíduos sólidos no local. Em relação ao córrego observa-se uma situação grave e que ocorre de forma generalizada e naturalizada. Às margens do córrego podem ser facilmente observados vários locais onde canos despejam o esgoto das casas sem qualquer tratamento, sendo que algumas vezes a pesquisadora presenciou fezes *in natura* boiando as margens do canal, enquanto crianças brincavam dentro dele. Alguns destes canos foram mencionados e mostrados pelos voluntários participantes desta pesquisa e registrados através de filmagens durante mapeamento de transecto, conforme transcrito a seguir:

“Esse ali é do banheiro da casa e tá direcionado pro córrego, porque é assim, a gente aqui no morro não tem saneamento de esgoto, ele cai lá embaixo, é assim gente não tem saneamento de esgoto entendeu? A única solução é botar dentro do rio, (...). Daí o jeito é jogar pro rio, porque não tem como, onde é que tu vai botar o esgoto da população toda do morro, se não tem um saneamento de esgoto é impossível, e o jeito é fazer isso aqui, é botar tudo pro córrego, é que eles acham que é córrego, mas não é córrego, pra mim isso aqui é uma cachoeira que tá poluída, entendeu? Pra mim um córrego é uma coisa cheia de nojeira e esse córrego aqui não tá tão sujo assim, ele tá mal cuidado, olha só como é que tá isso (começou a correr água vindo de um dos canos), sempre tem uma aguinha correndo. (...)as

casas próximas ao córrego põe o cano do esgoto em cima dele, já as casas que estão longe o cano vai direto pro rio, já tá direcionado direto pro rio. Os que põe no canal são aqueles que tem casa na beira, o meu pai, o vizinho aqui do lado, o vizinho de cima, é tudo direcionado ao córrego, não adianta falar que tem coisinha porque não tem”. (Extraído da transcrição da entrevista feita durante mapeamento de transecto com Desc2B2)

“O córrego? Também quase não noto mais, é raro eu olhar pra ele”. Perguntei porque, ele respondeu: “Porque tá feio, tá feio e eu não tenho tempo pra ficar olhando o córrego, eu passo aqui só..., só passo. (...) tá poluído né? Todo estragado, poluído com as fossas lá de cima, todas as fossas, não tem tratamento de esgoto, né? Todas as casas não tem, é tudo tratamento individual, né? Nem todas tem tratamento individual, tipo ali na casa do (menciona nome de seu primo), ó que agora não sei o que ele fez, ele fez uma fossa ali na casa da mãe dele eu acho, mas eu não ligo, (...). Todo mundo quer construir, vai jogando tudo que tem de ruim no córrego, todas as sobras de material vai pro córrego, o lixo, pedaço de telha (...). (...) antes tinha só mato, não era sujo, era bem limpo, não tinha essa ponte, era só uma madeira aqui (apontou ponte de concreto), não tinha a casa desse cara que comprou essa casa e terreno da vó, era uma casa bem simplesinha, não tinha nada disso daí (apontando para muro de pedra e deck feitos em cima do curso do córrego), botou um monte de pedra, construiu esse muro, não tinha nada disso”. (Extraído da transcrição da entrevista feita durante mapeamento de transecto com Desc2C)

Com efeito, o córrego deste morro, que inicia no topo e termina no canal, vem recebendo todo tipo de efluente doméstico a partir do início da área ocupada pelas casas, de forma que água da máquina de lavar roupa, da pia da cozinha e dos canos dos banheiros, desembocam neste córrego e recebem a contribuição de todas as casas localizadas a sua margem. Além disso, o seu leito também tem sido utilizado para comportar caixas de água de 5 mil litros, apoiadas em bases de concreto construídas sobre ele. Um dos participantes (Desc2B2), narra e mostra

(Figura 27) sua contribuição para este processo de degradação do córrego de forma espontânea:

“Esse aqui é o esgoto do morro pra cá, tem uma boca de cano solta ali ó, todos esses canos que vem pra cá são provenientes das casas do morro que ficam próximas ao canal, a FLORAM veio aqui e puxou o cano de algumas casas, a do..., e de mais 2 outras casas, pra uma caixa de esgoto que tem ali em baixo, é uma caixa minúscula que eu acho que pra cinco casa é pouco entendeu? Até deu uma melhorada, mas aí os cara já não ligaram mais, daí os cara abriram ali as boca e já tocaram os cano no córrego pra sujar de novo”. Como havia um cano por onde estava correndo uma água escura perguntei de onde era, ele respondeu: “Essa água aí é do tanque da minha casa”. (Extraído da transcrição da entrevista feita durante mapeamento de transecto com Desc2B2)

Figura 27 - Leito do córrego, capturada durante mapeamento de transecto com Desc2B2.



Fonte: Acervo pessoal.

Sobre este critério cabe ressaltar que o crescimento desordenado com construções irregulares incidem sobre este contexto a partir de lançamentos clandestinos de esgoto tanto no córrego, que proporciona a drenagem pluvial do morro, quanto às margens do canal, sendo que até

mesmo as poucas casas que possuem tratamento individual de esgoto, experimentam o saturamento e o seu afloramento, tanto em dias de chuva como no auge dos meses de verão, quando há aumento considerável na produção de fezes e rejeitos orgânicos por conta do turismo, que superam a sua capacidade de assimilação. Infelizmente, conforme já mencionado, esta condição não é exceção dentro da Ilha de Santa Catarina, sendo que a própria rede da CASAN promove desvio de dejetos para rede pluvial quando ocorre sobrecarga na coleta de fezes, segundo denuncia o CECCA já em 2001 (CECCA, 2001).

Ainda relacionado à concordância parcial em relação a afirmação de que este local é limpo, cabe ressaltar que a gestão de resíduos sólidos é promovida parcialmente pela mesma empresa que atende todo o município de Florianópolis. Com efeito, a destinação final dos resíduos sólidos em Florianópolis é um problema antigo e complexo. Para se ter uma ideia deste processo, em 1830, foi aprovada uma lei que determinava que o lixo urbano fosse lançado no mar, para que os detritos jogados pelos próprios moradores não se acumulassem nas ruas e terrenos baldios. Em 1877 o lixo era transportado para praias da Baía Norte onde faziam despejos. Em 1914 foi construído o forno do lixo próximo a Ponte Hercílio Luz. Com o aumento da população, em 1958 surgiu o lixão da cidade, os resíduos sólidos passaram a ser depositados no manguezal do Itacorubi, em uma área de aproximadamente 12 hectares³⁹.

Esta situação permaneceu por mais de 30 anos acarretando em problemas de saúde pública e degradação do mangue. Este lixão foi desativado em 1990 por pressão popular. Hoje uma parte desta área abriga o Centro de Transferência de resíduos sólidos (CTReS) com Estação de transbordo na COMCAP (Companhia Melhoramentos da Capital – empresa mista composta por aliança público/privada), onde há o centro de triagem gerenciado por associação de catadores, espaço de educação ambiental e o Museu do Lixo. Os resíduos domiciliares gerados no município são recolhidos por meio de dois sistemas públicos de coleta: convencional e seletiva.

A coleta é feita de porta em porta e também por lixeiras comunitárias em comunidades de difícil acesso aos caminhões coletores como é o caso do Morro do Jacinto. A coleta no morro é feita por indivíduos uniformizados identificados como funcionários da COMCAP, com um barco de pescador que passa coletando pela manhã (em torno das 6h) o resíduo sólido misturado das lixeiras dispostas à

³⁹ Ver site: comcap.org.br

beira do canal. As lixeiras, fornecidas pela mesma empresa, não são seletivas, o resíduo sólido é descartado misturado – seco e orgânico – a maioria dos moradores não faz esta separação.

O material coletado às margens do canal fica depositado à beira do canal (do lado acessível aos veículos terrestres) esperando que o caminhão da coleta venha buscá-lo, conforme flagrado durante percurso de transecto junto com Desc2B no caminho rotineiro de seu cotidiano (indo deixar o filho na creche), conforme pode ser observado na Figura 28.

Figura 28 - Resíduo sólido depositado à beira do canal pela COMCAP - foto capturada pela autora durante mapeamento de transecto com Desc2B2.



Fonte: Acervo pessoal.

Este local é inadequado para depósito de resíduos sólidos, mesmo que por poucas horas, devido ao fato de que a ação do vento ou mesmos de cachorros de rua que arrebatam sacolas, promovem o despejo de alguns destes resíduos no canal, conforme observado várias vezes pela pesquisadora e mencionado por Desc2B. Entretanto foi observado e registrado em diário de campo que as quintas feiras pela manhã, um caminhão da coleta seletiva passa para buscar o lixo seco (papel, vidro, plástico) e uma parte dos moradores do morro se organizou, a princípio, para recolher o material reciclável em suas próprias bateras e levavam até o local onde o caminhão da coleta seletiva passa do outro lado do canal. Geralmente eram as crianças quem faziam este transporte até o local, remando as bateras, sendo que às vezes duas, ou até três bateras eram utilizadas na quarta à noite para levar todo resíduo sólido separado

no morro. Entretanto, atualmente o material reciclável é depositado ao lado das lixeiras comuns de acordo com o que foi orientado por funcionário da COMCAP, que faz a coleta de no local utilizando o barco motorizado.

Em relação aos recicláveis, principalmente metais, foi observado e registrado em diário de campo que ocorre uma associação informal entre indivíduos autóctones e iniciativa pessoal/privada que participam desta prática através e/ou devido ao pagamento que se oferece em troca destes materiais. A quantidade de resíduos recicláveis que vem sendo recolhidos desta forma não faz parte das estatísticas, mas com certeza são evidências de que a associação informal é de fato um importante elo em um processo que necessita de vários atores em sincronia para que seja efetivo. De fato, duas das quatro idosas participantes que foram voluntárias nesta pesquisa, coletam e recebem latinhas em suas casas e vendem para senhores que tem pequeno caminhão próprio ou Kombi que vem buscar estes materiais quinzenalmente. Eles levam também geladeiras, fogões e tudo que o mais que seja feito de metal e estiver depositado no campo, pagam de R\$ 2,00/kg (nos meses de inverno) e R\$2,50 na temporada de verão para as pessoas que entregam a eles este tipo de material. Muitas pessoas, moradoras do local, ao saberem que as duas idosas fazem este trabalho, separam e dão as latinhas para elas e até mesmo orientam as pessoas que se aproximam das lixeiras não seletivas com latinhas para que façam o mesmo (observação registrada em diário de campo, no caso, a pesquisadora, em uma ocasião (19/11/2013) estava próximo as lixeiras segurando uma sacola com latinhas de cerveja e refrigerante vazios e outro morador disse para levá-las até a casa de DB).

Vale salientar também que a reciclagem e o reuso de outros materiais não orgânicos (roupas, sapatos, móveis, eletrodomésticos, dentre outros) é uma prática corriqueira no local, pois além dos moradores espontaneamente doarem suas roupas para brechós informais beneficentes promovidos pela escola municipal e igrejas próximas ao local, também há a passagem de roupas de crianças maiores para crianças menores entre os moradores da comunidade. De fato, esta é uma prática comum entre os moradores do Morro do Jacinto, sendo que a pesquisadora quem vos escreve também repassa as roupas de seu filho para os filhos menores de uma das netas de DB, ao mesmo tempo em que também ganha roupas de pessoas da comunidade que tem filhos mais velhos que o seu. Isto proporciona que os gastos com roupas para crianças cheguem a quase zero ao longo do ano.

Outra prática social, frequentemente observada relacionada à

gestão de resíduos sólidos no local, é a de que muito destes, produzidos pelos moradores do morro, são depositados no “campo da Portobello”, onde são queimados ou retirados do local por caminhões que buscam recicláveis e caminhões da COMCAP e trocam caçambas vazias por cheias para seguir até o Bairro Itacorubi. Além disso, também foi flagrado alguns entulhos sendo enterrados no campo (ver Figura 29), conforme relato de Desc2B2.

Perguntei pela máquina retro escavadeira que ele havia citado antes, sobre o que ela estava fazendo naquele local, ele respondeu:

“Porque esse terreno aqui, ele tem um dono, né? Acho que é de uma empresa que se chama Portobello, então o nome desse cara é (cita o nome), ele tem que sempre tá organizando esse terreno, ele deixa ele sempre limpo, o mais limpo possível, o (cita o nome) é um cara que mora naquela casa ali, ele não mora ali, ele mora no fundo do terreno, só que ele fica 12h do dia dele dentro daquela casa ali (aponta para casa branca que está na entrada do campo) que é ele que cuida desse terreno aqui, entendeu?” (Extraído da transcrição da entrevista feita durante mapeamento de transecto com Desc2B2)

Perguntei de onde era este sujeito, ele respondeu: “Ele é aqui da barra também, acho que ele é daqui da barra”. Perguntei então se era ele o responsável por ter trazido aquela máquina até o campo, ele respondeu:

“Porque ele vê que tá sujo... Deve ter sido ele, porque ontem ele é que tava perto da máquina, ele que tava pedindo pra limpar aqui, pra limpar ali, ele viu que o negócio tava feio, tinha muito lixo”. (Extrato retirado de entrevista com Desc2B2)

“Eles não jogam lixo, lixo, eles jogam pedaço de banana (caule de bananeiras que são cortados após a retirada do cacho de bananas), o (cita o nome), meu tio, joga pedaço de bananeira, pedaços de arvores, tronco de pau, caixa de papelão, sofá velho, geladeira velha, daí põe tudo aqui, vem um caminhão que recicla entendeu, mas ele vem 2 vezes no mês, faz tempo que ele não vem até, daí eles põe as coisas tudo ali, inclusive tem até um sofá velho ali ó, eles chegaram e jogam assim, eles

acham que vão por a coisa aqui desse lado e que uma pessoa vai chegar e recolher, eles acham que aquilo ali vai sumir”. (Extraído da transcrição da entrevista feita durante mapeamento de transecto com Desc2B2)

Comentei que já havia visto estes montes de entulhos pegando fogo, ele disse: “Então para queimar o lixo que eles botaram, aí quando põe um monte de coisa eles vão lá e queimam”. Perguntei se ele achava certo que as pessoas viessem ali jogar o lixo, ele respondeu:

“Não, não dá né? É sacanagem, eu acho que é assimó, o pessoal também não ajuda pô, devia ter um caminhão que passasse toda semana aqui, ou uma vez por mês, que recolhesse todo esse lixo, esses entulho, esses sofá velho, essas geladeira, mas ninguém recolhe, daí onde é que o pessoal vai botar, daí o único jeitinho deles é botar aqui, entendeu? Não tem opção entendeu? (Extraído da transcrição da entrevista feita durante mapeamento de transecto com Desc2B2)

Figura 29 - Fotos capturadas pela autora de vestígios de práticas de “eliminação” de resíduos sólidos empreendidas na comunidade e registradas em diário de campo.





Fonte: Acervo pessoal.

Desta forma, pode se dizer que de maneira espontânea, ou seja, de forma não planejada, e sob circunstâncias controvertidas, há uma prática social local, paralela à gestão institucionalizada de resíduos sólidos do município de Florianópolis, que contribui para a minimização dos impactos de acumulação de resíduos sólidos em grande escala que acontece ao se transportar o “problema” para outros lugares. Atualmente pode-se dizer que o que ocorre na comunidade do Morro do Jacinto, é que seus moradores tendem a resolver seus problemas básicos, na maioria das vezes por conta própria, em busca do equilíbrio quanto ao que se produz e o que se absorve no local.

Outro dado importante é que grande parte dos resíduos orgânicos de fonte animal, produzidos no local, é retirada do mar e retorna a ele, assim como o que se refere aos resíduos orgânicos de procedência vegetal, provenientes da limpeza dos quintais e podas, realimentando um ciclo de ciclagem de nutrientes e minimizando seu impacto na produção de resíduos sólidos do município de Florianópolis, que atualmente transfere este problema para outro município a um custo questionável.

Outra afirmação presente no questionário sobre padrão de práticas sociais e estilos de vida das famílias que obteve uma média que aponta para concordância parcial, foi a de que os autóctones têm dinheiro suficiente para comprar e para fazer coisas que são necessárias e prazerosas. Sob esta constatação vale ressaltar que todos voluntários afirmaram obter recursos naturais e financeiros extraídos do seu entorno. Além das questões fechadas, as respostas dadas nas questões abertas, relacionadas a obtenção de fonte de renda e de uso de recursos, proporcionaram o reconhecimento de que, principalmente para alimentação e vestuário infantil, grande parte e variedade dos recursos utilizados são obtidos sem a necessidade de utilizar o dinheiro em troca dos mesmos, sendo fornecido diretamente pelo entorno, evidenciando-se

a abundância de capital natural e social.

Por último, ainda em relação às afirmações que obtiveram concordância parcial, há aquela que diz que os animais do morro estão saudáveis. Um dos motivos para a não completa concordância para esta afirmação, que foi mencionada por vários voluntários, foi o fato de que no morro, em uma área à beira do córrego, um dos genros de DC (viúvo) cria animais domésticos, tanto de estimação como também para a produção de alimentos, como ovos, leite (cabra) e carne. Vários respondentes mencionaram que a área onde estes animais são mantidos é muito pequeno para a quantidade de animais concentrados neste local, mas que todos são muito bem alimentados porque o dono deles também trabalha na COMCAP (assim como um dos filhos de DC voluntário nesta pesquisa) e que por isso sempre traz restos de alimentos para tratar os animais. Outro problema é que alguns destes animais andam soltos pelo morro, alguns defecando em locais impróprios e danificando quintais alheios, como o caso da cabra flagrada durante transecto com DD, conforme pode ser vista na Figura 30.

Figura 30 - Cabra invadindo terreno do vizinho. Foto registrada em diário de campo.



Fonte: Acervo pessoal.

Já a afirmação de que “o abastecimento de água no morro está bom” foi a única que obteve uma média que apontou que os autóctones discordam parcialmente da mesma. No caso do Morro do Jacinto a água é captada (via CASAN) da Lagoa do Peri (que fica ao sul da ilha) e é deficiente nos meses de verão, principalmente na temporada de férias

escolares e nos feriados que a precedem (em dezembro, janeiro e fevereiro). De fato desde o verão de 2005, quando a pesquisadora começou a morar no local, o fornecimento falhou nos dias entre o natal e ano novo, justamente quando um maior contingente de pessoas estava hospedado no morro pagando diárias por conta das férias de final de ano.

Alguns afirmaram que a água só falta no verão, que no resto do ano não falta e por isso consideram o abastecimento bom. Também mencionaram que antigamente a água nem era encanada e que iam buscar "água de pote" (transportavam em potes de barro) no campo em época de estiagem quando secavam as fontes do morro e o córrego. Uma idosa, que foi a única pessoa que deu nota dez para concordância em relação a afirmação de que o abastecimento de água no morro está bom informou, ao longo da execução do transecto, que para ela e seus filhos e inquilinos não faltou água no verão porque usaram o motor que puxa água direto do cano. Ela disse que: "a bomba puxa direto da rede que vem aquele pouquinho e a gente vai juntando", ela disse também que "teve gente que passou aperto por causa da falta de água no verão".

Uma medida preventiva à falta de água nos meses de verão, que poderia estar sendo utilizada, são as fontes de água do morro que se encontram às margens do córrego. Durante o mapeamento de transectos, enquanto DC me levava para caminhar na escadaria que dava acesso a casa de seus filhos, ela informou que sempre teve e utilizou as fontes de água do morro, quando não havia abastecimento pela CASAN. Disse também que hoje em dia, da família dela só quem usa e cuida das fontes é seu genro (viúvo de uma de suas filhas) que utiliza a água para criar animais como marrecos, gansos, cabras, perus, dentre outros, às margens do córrego. Na faixa de terra da subfamília de DB existem também algumas fontes de água à beira do mesmo córrego, que apesar de não serem utilizadas a maior parte do ano, quando chega o verão e ocorre a costumeira falta de água, algumas casas são abastecidas por estas fontes, entretanto não há informações sobre a potabilidade e propriedades desta água.

Sobre este importante capital natural o CECCA (2001) aponta que mananciais geralmente não estão devidamente sinalizados e carecem de inspeção periódica quanto a preservação de sua capacidade e qualidade da água, sendo que muitos moradores, principalmente de áreas mais pobres, improvisam seu abastecimento com mangueiras ou com pondeiras, sem controle sanitário da qualidade da água e sem considerar que grande parte dos esgotos escoam clandestinamente para a rede pluvial, tanto em área de populações mais pobres, como também

em várias casas e prédios de áreas nobres.

5.3.3. Como se dá a relação pessoa-ambiente em termos de apropriação do espaço

A apropriação do espaço envolve intervenções ambientais que, quando dirigidas a si mesmos procuram adaptar o espaço às próprias necessidades e quando dirigida aos outros envolvem a sua conquista (Kuhnen, 2002; Kuhnen & Silveira, 2008), além disso, também está atrelada a identificação, pois “ao apropriar-se do espaço o sujeito deixa a sua marca e, ao transformá-lo, inicia um processo de reapropriação constante que vai desde o entorno, a casa e os objetos dentro dela” (Gonçalves, 2004, p. 19).

No processo de apropriação, o lugar transformado exprime um significado que indica a marca da subjetividade construída “em um complexo processo de ideias, sentimentos, valores, objetivos, preferências, habilidades e tendências” e assim os espaços também criam identidade (Gonçalves, 2004, p. 19). Gonçalves (2002) pontua que a apropriação do espaço é marcada por emoções expressas no enfeite da casa, no cuidado do jardim, no entorno por ele construído e que o sujeito se utiliza para trabalhar, construir seu lar e suas relações, revelando a subjetividade do sujeito e a sua afetividade ao lugar. É o ambiente no qual se sonha e se transforma, implicando no conjunto de lugares e objetos materiais e naturais com os quais as pessoas se relacionam, entram em sintonia e identificam-se.

A partir da apropriação do espaço demarca-se um território que, conforme argumenta Santos (2000), é mais que um simples conjunto de objetos com os quais se trabalha e constroem-se moradias e relacionamentos, envolve uma “territorialidade que não provém do simples fato de se viver num lugar, mas da comunhão que se mantém com ele” (pp. 61-62). Este mesmo autor percebe o lugar como sendo constituinte do valor dado ao sujeito, de forma que, cada pessoa, ao experimentá-los nos diversos papéis que desempenha no seu cotidiano, vai delineando também o seu valor social. Sob estas premissas foram encontrados várias formas de apropriação do espaço a partir das transcrições e análises das filmagens feitas durante mapeamento de transectos dos caminhos cotidianos percorridos pelos autóctones, tracejados na imagem por satélite do local (Figura 31).

Sob este processo, ficou evidente durante a análise dos dados, organizados a partir do uso do *software* Nvivo, que a área que hoje corresponde ao “campo da Portobello” apesar de não ser mais um local

de onde se extrai alimentos e água para o consumo, ainda é muito importante para moradores do local, pois é utilizado para acessar elementos urbanos essenciais (escola, mercado, ponto de ônibus, farmácia, dentre outros), conforme pode ser visualizado na Figura 46:

Figura 31 - Trajetos percorridos pelos voluntários durante mapeamento de transectos.

Caminhos Percorridos:



Legenda Transectos:

Idosas:	Filhos:	Netos:
..... D.A. Desc.A. Desc2.B.
— D.B.	— Desc.B.	— Desc2.B2.
- - - D.C.	- - - Desc.C.	- - - Desc2.C.
- - - D.D.	- - - Desc.D.	- - - Desc2.D.

Fonte: Foto de satélite.

Como pode ser observado neste mapa (Figura 31), as idosas ficaram em sua maioria no mesmo lado do canal onde localizam-se suas casas, somente uma delas (DC) atravessou o canal e percorreu o “campo da Portobello”. Em relação aos filhos e netos, a maioria atravessou o canal em suas bateras e percorreu o campo, senão na ida e na volta, ao menos em uma destas opções o campo foi percorrido.

Nestes trajetos o entorno dos participantes apresentou-se como importante fonte de alimentos, dentre eles foram citados espécimes vegetais (abóbora, acerola, aipim, alfavaca, bambu, banana, batata doce, cana, cebolinha verde, chuchu, erva-cidreira, goiaba, hortelã, jaca, jiló, laranja, limão, madeira pra fazer trapiche (camboatá), mamão, mandioca, manjeriço, maracujá, pimenta, pimentão, salsinha, tomate, tangerina) e animais (abrótea, anchova, arraia, badejo, cação, camarão, carapeva, carapicú, cocoroça, corvina, espada, garopeta, garoupa, lagosta, linguado, lula, marisco, peixe, robalo, sardinha, siri, tainha, tanhota). A partir destes dados, verificou-se que o entorno tem importante papel nutricional para os indivíduos desta comunidade tanto ao que se refere à obtenção de alimentos vegetais, assim como fonte de proteína animal, indicando que isto tem grande importância na manutenção da QV no local.

Quando questionados sobre aquilo que consomem com maior frequência e/ou quantidade, e onde /como gastam seu dinheiro, as respostas dos voluntários demonstraram que a maior parte dos recursos financeiros destes autóctones é aplicado em produtos alimentícios industrializados e também implicados ao modo de vida tradicional, como a farinha de mandioca (que não se produz mais no local), galinha caipira (que também eram criadas nos quintais, mas hoje a maioria não tem quintal para manter este tipo de criação), além de vários tipos de frutas e verduras que eram cultivados no entorno de suas casas e hoje não mais. Produtos de higiene e limpeza também foram mencionados, contudo em menor frequência que, todavia, ainda supera a frequência da menção de gasto relacionado à compra de produtos de vestuário, que

foram citados somente por duas pessoas (DescC, Desc2B2).

A retroalimentação entre o pertencimento do sujeito ao entorno e vice-versa ficou evidente no relato dos voluntários participantes durante mapeamento de transectos, revelando como se dá a apropriação do espaço neste local, a partir da descrição da relação entre as pessoas desta comunidade e seu entorno em comum, conforme descrito a seguir:

5.3.3.1 Relação com plantas e animais

Ficou evidente nos relatos que descreveram o entorno cotidiano que as idosas ainda mantêm forte relação direta com as plantas e a terra, demonstrada pela variedade de plantas que cultivam em seus quintais. Em relação aos filhos, a apropriação do espaço atrelado a relação dos autóctones com plantas e animais se revela ainda muito intensa. A única mulher participante neste grupo, assim como as idosas, relata dar grande importância a produção de alimentos saudáveis (“sem veneno”) no seu quintal. Já os homens relataram pouca afinidade com o plantio e interação com plantas e que preferem deixar isto mais para as mulheres.

Apesar dos dados exibirem que há uma relação bastante intensa e frequente com animais, principalmente com o peixe e demais animais marinhos (camarão, lagosta, marisco, lula) (relacionada a atividade pesqueira desenvolvida no local há várias gerações e ainda importante fonte de nutrientes no cardápio cotidiano dos autóctones), a apropriação do espaço desempenhada pelos netos demonstra que a relação com plantas e animais apresenta drástica alteração em sua frequência em relação aos indivíduos das gerações anteriores, sendo que há quase completa ausência de menção do nome de plantas ou de atividades ligadas a terra e ao plantio ou manutenção dos jardins, como acontece nas gerações anteriores. Contudo, é possível afirmar que existe sim uma relação intensa, porém indireta, visto a menção reiterada por todos eles sobre usufruírem destes elementos, seja na alimentação, seja através da apreciação visual da paisagem do entorno, de forma que é possível considerar que há uma relação um pouco mais afastada, mas que é valorizada mesmo que à distancia.

5.3.3.2 Construção de casas

Outra forma de apropriação do espaço, observada e reiterada através do relato dos autóctones, está relacionada à construção de casas no local ao longo dos anos, seja para servir de moradia ou para proporcionar renda proveniente de aluguéis, seja por integrantes da

família ou por pessoas de fora que compraram terreno no local. Duas idosas não comentaram espontaneamente sobre o assunto durante a aplicação do instrumento, as demais se referiram ao aumento de quantidade de casas no morro ao longo dos anos e que ultimamente são pessoas “de fora” que estão construindo no local em terrenos vendidos por elas.

Da mesma forma, dois dos voluntários do grupo dos filhos também não comentaram espontaneamente sobre o assunto durante a aplicação do instrumento, os demais, assim como as idosas, mencionaram também o aumento do número de casas ao longo dos anos e preocupação com o futuro no local principalmente em relação ao abastecimento de água que já falta no verão. Dentre os netos todos acreditam que haverá mais casas no morro no futuro, apesar da falta de espaço viável (áreas que não sejam consideradas APP's) para mais construções e demonstram preocupação com a degradação ambiental atrelada ao lançamento de esgotos de casas irregulares no local. Intergeracionalmente observa-se que há preocupação com o futuro devido a perspectiva de aumento da população, atrelada às construções irregulares e escassez de recursos básicos de sobrevivência.

5.3.3.3 Fonte de renda obtida na exploração do entorno

Durante o mapeamento de transectos ficou claro e evidente que a fonte de renda proveniente de aluguéis de casas no local, construídas de forma irregular por autóctones, tem fundamental importância na vida deles, principalmente ao se considerar que a pesca (que até então, ao longo das gerações passadas, foi principal fonte de renda no local) parece estar com seus dias contados, segundo relataram os voluntários.

Entre as idosas, somente uma não possui casas para alugar e também não teceu comentários a respeito. Entre as que alugam, uma não comentou nada sobre isso espontaneamente, outra evidenciou que benfeitorias no entorno (limpeza e organização dos quintais e reforma das casas) geralmente são feitas próximo a temporada de verão em função do aluguel das casas e a última ressaltou o sentimento de insegurança causado por estes aluguéis para pessoas de procedência e destino desconhecido. Entre os filhos, somente um afirmou não possuir casas para alugar no local, todos os demais usufruem de renda proveniente de aluguéis de casas. Um deles enfatizou a importância do turista devido à fonte de renda proporcionada por eles.

No grupo dos netos, todos declararam usufruir de renda proveniente de aluguéis de casas no local. Um deles comparou esta

renda com aquela fornecida pela pesca e concluiu que a primeira é melhor porque é um dinheiro certo e não se corre riscos (“todo verão tem turista”). Menciona diferença nos preços vantagens e desvantagens de alugueis anuais e de veraneio evidenciando que o ultimo é mais vantajosos em relação ao primeiro, “mais dinheiro em menos tempo de convivência com pessoas estranhas”. Evidenciam a importância destes alugueis na manutenção de suas QV, sendo observado intergeracionalmente a valorização da renda proveniente de alugueis em detrimento da renda proveniente da pesca.

Em relação à renda proveniente da pesca, entre as idosas, todas elas viúvas de pescadores, duas teceram comentários sobre isto e mencionaram acreditar que se fizerem uma marina no local, se referindo ao projeto de empreendimento náutico-habitacional da Portobello, a quantidade de pescado vai diminuir mais ainda e que, independente da efetivação deste projeto, seus netos não serão pescadores. Dentre os filhos, todos são pescadores (ou esposa de pescador) e usufruem de renda proveniente da pesca, também sustentam a afirmação de que o cardume de peixes está diminuindo e diminuirá ainda mais se construírem uma marina no local. Acreditam na substituição completa da renda da pesca pela renda proveniente de alugueis, e que seus filhos não serão pescadores, assim como prospectam as idosas. Mencionam a degradação ambiental do entorno como tendo grande impacto sobre a quantidade e qualidade do pescado e que está ocorrendo perda do território de pesca por parte dos pescadores artesanais em detrimento da pesca industrial. Entre os netos, todos usufruem de renda proveniente da pesca (são filhos de pescadores), sendo que os homens ajudam seus pais na pesca e seus relatos revelam um comércio informal de peixes, no qual o atravessador vem buscar e compra direto deles, além do conhecimento sobre tipos de redes e estratégias de pesca em alto mar.

Apesar de participarem desta prática, passada de geração em geração nesta família, não pensam em seguir a profissão de pescador e usam como justificativa a situação de inconstância devido a dependência de um ciclo ecossistêmico e mecanismos de mercado que oscilam (tamanho do cardume *versus* valor do peixe) fazendo com que a renda proveniente do aluguel seja mais valorizada: “o aluguel é dinheiro certo, a pesca não”. Apontam alterações na estratégia de pesca artesanal, aumento do numero de barcos de pesca industrial e diminuição de cardumes, como argumentos para afirmar que a pesca não terá futuro para eles daqui pra frente. Apesar disso, ainda reconhecem a importância desta atividade como fonte de renda para muitas pessoas da sua família: “Se acabar a pesca, vai acabar a fonte de renda dos

pescadores e eles vão ter que viver só com a renda do aluguel, vai diminuir a QV de todo mundo entendeu?”. As semelhanças entre os pontos de vistas no âmbito intergeracional deixa claro que os autóctones consideram que a pesca artesanal nesta família estará extinta nas próximas gerações e que a fonte de renda proveniente do aluguel de casas no local substituirá a renda proveniente da pesca.

Outras fontes de rendas obtidas a partir entorno imediato também foram citadas, porém por uma menor quantidade de pessoas, e geralmente estão associadas a trabalhos informais, de baixa remuneração e esporádicos ou provisórios, conforme explicita a Tabela 6.

Tabela 6- Procedência de recursos financeiros dos autóctones.

Identificação	De onde vem a renda (recurso financeiro) para suprir necessidades
D.A. ♀	No verão trabalha de doméstica (R\$ 740,00 dez-mar), faz faxina (diária R\$130,00) e vende renda. Também vende latinha R\$ 2/kg – R\$ 16,00 no mês de março.
D.B. ♀	Aluguel de casa anual (R\$ 700,00/abril – novembro e R\$ 900,00 dezembro-março), R\$ 720,00/mês de pensão do marido falecido. Também vende latinha R\$ 2/kg – (R\$ 26,00 no mês anterior - março).
D.C. ♀	R\$ 720,00/mês de pensão do marido falecido, benefício referente à defesa da anchova, Aluguel de casa no verão (R\$3000,00 neste ano).
D.D. ♀	Aluguel de casa no verão (R\$1600,00 neste ano), R\$ 720,00/mês de pensão do marido falecido, R\$ 120,00/mês por lavar roupa pra fora.
Desc. A ♂	Trabalhando em obras de construção de casas (“levo material de construção morro a cima”, “brita, areia, tijolo, escora, pedra”), diz que a pesca está dando menos dinheiro que este trabalho, no entanto, quase todos os dias sai para pescar, no dia da coleta foi deixar rede de fundo (“rede de bacalhau que é abrótea” perto da ilha do Xavier”). Disse que passou o último mês com R\$400 que ganhou pescando. No verão ganha dinheiro alugando a casa onde mora (R\$50/pessoa/dia) e também ganha dinheiro nesta estação trabalhando como barqueiro atravessando os turistas no canal com uma embarcação que é propriedade da “associação dos amigos da comunidade do morro do jacinto” que foi comprado com um dinheiro dado pela prefeitura, ele recebe R\$ 1200/mês por 4 meses (dezembro-janeiro-fevereiro-março).

Desc. B ♂	<u>Pesca e aluguel</u> (ganhou R\$ 6000,00 de aluguel diária neste verão, também pescou 3ton de lula no verão a R\$6,00/kg). Aluga uma das casas mensalmente ao longo ano R\$ 600,00/mês. A safra da tainha está para começar, mas disse que já chegou a pescar com seu bote 2 toneladas de tainha em uma só vez. No verão troca peixes por “vales” com algumas pescarias e restaurantes das redondezas, pescada, espada, linguado, etc.
Desc. C ♂	<u>Pesca no Canale na Lagoa</u> (camarão: R\$ 15,00/Kg e peixe – tanhota – R\$2,00/Kg para uma senhora que faz filé e bolinho), vende tarrafa de camarão (R\$700,00/un) e de peixe (R\$ 300,00/um), <u>conserta tarrafas</u> (ganha R\$ 20, R\$ 50, R\$ 100 e até R\$ 250, depende do conserto)e trabalha na <u>COMCAP</u> .
Desc. D ♀	Pesca, aluguel (verão/anoal – R\$ 20.000,00/ano), defeso da anchova, mercadinho (vendas fracas no inverno).
Desc. B2 ♀	Salário do marido, “bicos” em restaurantes, bolsa família (R\$294,00 – R\$ 73,00/pessoa isto inclui ela e os três filhos (♀ 7 anos, ♂ 5 anos, ♂ 2 anos).
Desc2.B2 ♂	Aluguel de quitinetes (diária e mensal), pesca, salário - auxiliar de cozinha.
Desc. C2 ♂	Perícia do INSS mãe (doméstica: LUPUS e problemas de coluna)e pai (motorista de ônibus TRANSOL – trombose). Aluguel verão e inverno (2 das 4 casas), pesca.
Desc. D2 ♂	Salário da mãe – professora ensino fundamental municipal na escola do bairro, pesca, aluguel mensal ao longo do ano e diária no verão (no momento havia dois apartamentos alugados, cada um por R\$ 500,00).

Fonte: Elaborado pela autora.

5.3.3.4 Intervenção ambiental comunitária

Outra forma recorrente de apropriação do espaço no Morro do Jacinto e várias vezes mencionadas por diferentes voluntários é a participação da comunidade nas “melhorias” do entorno. As idosas não se manifestaram espontaneamente sobre este assunto, apesar de serem citadas como motivadoras de muitas destas intervenções por seus filhos e netos. Os relatos de três filhos deixam evidente que, em nome do “bem comum” ou por falta de assistência de órgãos públicos (no caso do despejo indiscriminado e generalizado de esgoto *in natura* no córrego e canal), muita degradação ambiental tem sido justificada, dentre elas desmatamento, assoreamento e impermeabilização do solo, do córrego e da beira do canal, que ocorre sob o pretexto de deixar o entorno mais

limpo e organizado para todos.

Os netos também ressaltam a participação da comunidade na tentativa de “melhorias” e urbanização do entorno (“fazer o caminho, limpar e consertar o porto”, “limpar os mato”, “queimar o lixo”, “limpar o córrego”), que em alguns casos são consideradas mal planejadas e causadoras de problemas. Um dos netos resalta que a participação da comunidade nestas melhorias do entorno se deve às adequações necessárias à presença de pessoas “de fora” que passaram a morar no local e também para agradar e satisfazer as necessidades dos turistas que freqüentam o local no verão, por eles presumidas.

5.3.3.5 Venda de terra, migração

Sobre este tema recorrentemente mencionado pelos participantes, cabe aqui mencionar que os dados apontam para o fato de que está ocorrendo no local um processo inverso ao que se dá na apropriação do espaço, a desapropriação, ou seja, a descaracterização e o abandono do lugar onde estes autóctones viveram por ao menos cinco gerações consecutivas. Como evidência, as idosas mencionaram acreditar que a maioria dos filhos e netos permanecerá no local, mas que muitos vão vender terrenos e casas, assim como já vem vendendo e saindo do morro para morar em locais próximos.

Os filhos, ao contrário, não acreditam que seus filhos e netos permanecerão no local, todos mencionaram parentes que já saíram do morro para morar em outros bairros, pois venderam ou alugaram todas as suas casas. Dois deles disseram pretender alugar e até vender tudo e morar do outro lado do canal, mas não pretendem sair do bairro, os outros dois disseram pretender permanecer no local. Todos apresentaram preocupação com o aumento da construção de casas e com o processo de transformação do entorno que resulta em várias situações similares ao processo de gentrificação⁴⁰, apesar de não o nomearem

⁴⁰ Ações articuladas que interferem na materialidade do espaço, incentivam a criação de novos pólos de atração e potencializam o interesse das classes mais abastadas, provocando a exclusão da população local devido, principalmente, à especulação imobiliária. Assim, formas de intervenções urbanas que elegem certos espaços da cidade como centralidades e o transformam em áreas de investimento para consumo público e privado, tem como desdobramento a expulsão da população de baixa renda, praticamente relegada dos programas de benfeitorias de reabilitação para elitização das áreas e apropriação dos imóveis

desta forma, um deles disse que prevê que se sentirá um refugiado na própria terra, porque apesar da pressão que sofrerá no local, caso seja implementado o projeto náutico-habitacional, não pretende sair do lugar onde mora. Todos acreditam que no futuro haverá mais gente “de fora” que nativos habitando o morro.

Todos os netos mencionaram migração de parentes autóctones para outros bairros, assim como para o outro lado do canal e que acreditam que haverá mais pessoas “de fora” habitando o morro no futuro. Somente a única mulher deste grupo disse pretender permanecer no local, mas não acredita que seus filhos farão o mesmo, os demais pretendem ir morar em outros lugares. Todos mencionam desconforto em relação a pessoas “de fora” que passaram habitar o local após a venda de terrenos, desmatamento e construção de casas, desconforto tanto relacionado ao que se refere à invasão de privacidade⁴¹, quanto ao sentimento de insegurança e apinhamento⁴².

5.3.3.6 Conflito territorial associado ao “campo da Portobello”

Arelado a este processo está o impacto socioambiental associado ao aterramento do mangue na década de 1980, na ocasião do assoreamento do canal que o manteve, a partir de então, aberto permanentemente, e concomitante especulação em torno da construção de um empreendimento náutico-habitacional de alto padrão no local, sob o qual os autóctones estão submetidos ao longo de décadas. Com efeito, durante a análise das transcrições dos relatos dos autóctones realizados durante mapeamento de transectos, foi possível perceber a preocupação dos mesmos em relação ao risco de perda do acesso a área onde antigamente era de uso comunal e hoje serve de acesso a escola, mercado, posto de saúde, ônibus, onde se atracam as bateras e local onde se especula a construção do referido empreendimento. Alguns membros da comunidade relataram ter enfrentado e impedido, no início dos anos 90, que colocassem cercas à beira do canal que restringiriam o acesso de autóctones e demais moradores aos locais onde aportam suas

para fins comerciais ou para entretenimento das classes mais abastadas (Silva, Feretti & Sette, 2008; Mendes, 2008, 2013, 2014; Bataller, 2000).

⁴¹ Altman (1975) define privacidade como "controle seletivo do acesso a si mesmo ou ao seu grupo" (p. 18).

⁴² Apinhamento refere-se a um estado psicológico que inclui estresse e a motivação de sair de uma situação percebida subjetivamente como densa (Bell et al., 2001, p. 320).

bateras. DC, DescD e DescC comentaram espontaneamente sobre a ocorrência deste fato específico.

5.4 AS EXPECTATIVAS E POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO NO LOCAL

Durante a caminhada, na volta pelo mesmo trajeto onde os autóctones falaram sobre a importância do trajeto cotidiano em suas qualidades de vida, informações sobre as perspectivas de desenvolvimento foram obtidas através de falas espontâneas ou até mesmo através de perguntas feitas pela pesquisadora. Nesta ocasião o sujeito foi incentivado a falar sobre como imaginava a QV neste lugar daqui há 30 anos, vários fatores foram mencionados e categorizados para fins de análise, conforme exposto a seguir de acordo com a geração dos voluntários.

5.4.1 Perspectivas das idosas

Em relação às expectativas e possibilidades de desenvolvimento no local, mencionadas pelas idosas, salienta-se a opinião da maioria delas de que a QV no local vai piorar e os fatores relacionados a esta piora, se referem a: aumento da densidade demográfica no local, insegurança em relação à vizinhança, diminuição de cultivo e colheita de plantas no local, piora na qualidade da água do mar - relacionada aos dejetos humanos despejados na lagoa e ao longo do canal – que reflete na deterioração da qualidade e quantidade de frutos do mar coletados, consumidos e comercializados.

Há também uma evidente intenção (e preocupação) com a venda de seus terrenos e casas à beira do canal para pessoas “de fora”, ou seja, provenientes de outras regiões do estado e do país e até mesmo de outros bairros do município. Apesar de mencionarem esta possibilidade, todas manifestaram a preferência de que seus filhos, netos e bisnetos continuem vivendo no local, assim como elas viveram. Somente a senhora mais idosa, neta dos primeiros ocupantes do local, afirma que a QV vai melhorar e atribui esta melhora ao aumento do preço dos aluguéis das casas e especulação imobiliária (relacionado à venda de terrenos para “os de fora”).

Além disso, a atividade de pesca, que até então vinha sendo passada como profissão de pais para filhos e ainda importante fonte de cálcio e de proteína para as idosas, dá sinais de que estará extinta nas próximas gerações, pois, segundo elas, devido às mudanças ambientais e

econômicas, as atividades relacionadas à pesca não compensam mais para indivíduos autóctones que a praticam de forma quase que exclusivamente de forma artesanal.

Com efeito, a partir da coleta de dados com as idosas foi possível constatar que a queda na quantidade e qualidade do que é pescado e consumido e o aumento da demanda por aluguéis e venda de terrenos, está empurrando e sendo empurrado por processos sócio ecológicos insustentáveis que afetarão negativamente a QV dos indivíduos das próximas gerações, visto que terão que lidar com o aumento demográfico, alteração do modo de vida relacionado a uma quantidade de terra cada vez menor para a produção e obtenção de alimento, devido ao que já foi e ao que está sendo construído e vendido, ou então alugado.

5.4.2 Perspectivas dos filhos

Um dos filhos não deixou claro se acha que vai piorar ou melhorar a QV no local, outro acredita que vai melhorar devido a maior arrecadação de imposto, visto que acredita que terá cada vez mais turistas e mais inquilinos culminando, conseqüentemente, em maior renda média para os autóctones. Dois acreditam que vai piorar porque a marina será construída trazendo impactos negativos para a população local. Somente um deles afirmou acreditar que o projeto de marina no local não sairá do papel, os demais acreditam que o mesmo se efetivará restringindo a acessibilidade dos moradores locais e promovendo degradação ambiental, aumento da densidade populacional e promovendo um processo semelhante a gentrificação. Mencionaram unanimemente acreditar também no fim da pesca artesanal e que apesar de todas influencias negativas envolvidas em suas prospecções, pretendem permanecer no local, ou então “se não aguentarem a pressão” ainda pretendem permanecer morando, ao menos, no mesmo bairro. Apontam que acreditam que seus descendentes não permanecerão no local e que migrarão para bairros próximos.

5.4.3 Perspectivas dos netos

Todos voluntários desta geração afirmaram acreditar que o projeto náutico-habitacional vai se concretizar e que isso diminuirá a acessibilidade dos moradores do local a uma área, até então, de uso comunal, com grandes modificações do entorno e degradação ambiental com implicações negativas sobre a QV no local no futuro. Todos eles

também prospectam o fim da pesca artesanal, de práticas culturais com grande impacto no modo de vida característico deste lugar até então passado de geração a geração. Em vários momentos de seus relatos se apresenta a menção de expectativas relacionadas a gentrificação, assim como ocorreu nos relatos da geração anterior. Um deles mencionou acreditar que o morro virará uma “favela” e que eles e seus filhos não permanecerão no local, sendo que no futuro haverá mais moradores “de fora” do que nativos habitando o morro, assim como já acontece nos meses de verão dos últimos 10 anos.

5.4.4. Perspectiva intergeracional

Mais semelhanças que diferenças foram constatadas nas prospecções entre as gerações. Entre as semelhanças, a opinião de que a QV vai piorar e que os fatores relacionados a esta piora são: aumento da densidade demográfica no local, insegurança em relação à vizinhança, diminuição de plantio e colheita no local, piora na qualidade da água do mar - relacionados aos dejetos humanos despejados na lagoa e ao longo do canal – que refletem, por sua vez, na piora em relação a qualidade e quantidade de frutos do mar coletados, pescados e consumidos/comercializados no local. Preocupação com a venda dos terrenos e casas à beira do canal da família para pessoas “de fora”, ou seja, provenientes de outras regiões, estado e país.

Em todas as gerações quando se referiram às possíveis melhoras na QV estavam associadas ao aumento do preço dos aluguéis nas casas do local e especulação imobiliária (relacionadas ao vender terrenos para “os de fora”). Também há concordância intergeracional na prospecção de que o projeto náutico-habitacional se efetivará no local conforme planejado por seus idealizadores e que o mesmo afetará o entorno diminuindo a acessibilidade dos moradores locais, promovendo degradação ambiental e contribuindo com o aumento da densidade populacional e a promoção de processos similares a gentrificação, conforme relata DescA referindo-se ao contexto explicitado:

Eu acho que não vai ser bom, porque eu não vou ter dinheiro pra comprar um iate, um apartamento, que eles vão querer que o iate chegue tudo na porta deles, da casa deles, os iate vão chegar na entrada que nem chega um carro na garagem, entendeu?(...)Então esse campo aqui não vai ter futuro pra mim, né? O futuro aqui é praquele que tem dinheiro e eu não vou poder mais passar aqui,

né? Eu não vou ter mais chance de passar aqui, aqui só vai ter apartamento, hotel, os barco que são os iate, como é que a gente vai passar, se vai ter segurança, vai ter guia, aí não tem mais como nós passar, né? Vai ser particular, não tem mais como, já tão planejando pra isso aí.. (Extraído da transcrição da entrevista feita durante mapeamento de transecto com DescA).

Com efeito, embora se enfatize tanto os processos de desterritorialização, onde a ausência de uma identificação com o espaço vivido é um dos traços fundamentais, vários conflitos associados ao uso da terra demonstram que as referências espaciais para a definição ou fortalecimento das identidades necessitam de uma referencia territorial que se atualiza no espaço e no tempo (Ortiz, 1994), de forma que, conforme as transformações vão ocorrendo nas paisagens, altera-se também o modo de vida e a própria identidade dos sujeitos envolvidos.

Outro ponto de convergência entre as prospecção intergeracionais está relacionado a extinção da atividade pesqueira nas próximas gerações desta família, atreladas às mudanças ambientais e econômicas, visto que os nascidos no local, que se utilizam ainda de técnicas artesanais de pesca, mesmo que com adaptações (como o uso de motor para puxar a rede do mar) não alcançam a capacidade e eficiência da pesca industrial (barcos, redes, motores e tripulação muito maiores, por exemplo) e perdem na competição pela captura de cardumes cada vez menores e escassos.

Ainda a relação entre perspectivas dos participantes para o desenvolvimento futuro na região, a maioria dos participantes, que atravessaram, ou não, o canal e o “campo da Portobello”, afirmaram acreditar que o empreendimento será implementado e que já trouxe e trará ainda várias consequências sobre o modo de vida no local relacionado à restrição de acesso e mobilidade, degradação ambiental, diminuição da quantidade e qualidade da pesca e ao aumento do custo de vida no local, semelhante ao que ocorre nos locais sob o processo denominado gentrificação.

Motivos não faltam para acreditarem nisto, visto que o mapa ilustrativo do projeto está afixado em uma guarita/escritório na entrada principal do terreno (por onde passaram a maioria dos voluntários durante o mapeamento do transecto) à vista dos transeuntes (Figura 32), enquanto ocorre o aumento sucessivo e progressivo de uma área destinada à garagem de embarcações (lanchas e iates) no local, conforme pode ser observado na Figura 33, e da impermeabilização do

solo em APP, destinado, por exemplo, a construção de heliporto onde pousa helicóptero particular do “dono” do terreno que compreende a área denominada “campo da Portobello” pelos autóctones (Figura 34). Segundo Lopes, Vaz e Carioni (2014) como não houve acordos judiciais e não há prova concreta da desistência da pretensão do empreendedor, o Ministério Público Federal intimou o Grupo Portobello para esclarecer se ainda persiste seu interesse na pretensão do empreendimento, sendo que até então não obteve resposta definitiva.

Figura 32 - Vista interna de escritório localizado na entrada do “campo da Portobello”. Foto capturada durante mapeamento de transectos com DescA, registrada em diário de campo.



Fonte: Acervo pessoal.

Figura 33 - Área destinada à garagem de embarcações (lanchas e iates) à beira do canal. Foto registrada em diário de campo.



Fonte: Acervo pessoal.

Apesar desta ausência de resposta formal, é evidente que gradual e progressivamente a área destinada ao projeto vêm sofrendo alterações, que cada vez mais a aproximam dos ideais de ocupação pretendidas pelos idealizadores do tal projeto e indicam que passos estão sendo

dados na direção da implementação deste empreendimento. Com efeito, a análise intergeracional demonstra uma convergência nas prospecções dos voluntários autóctones de todas as faixas etárias.

Figura 34 - Heliporto sendo construído e pronto para pouso e decolagem.



Fonte: Acervo pessoal.

Entretanto, entre as poucas distinções, a principal diferença intergeracional nas prospecções se refere às idosas acreditarem que seus filhos, netos e bisnetos continuarão vivendo no local, assim como elas viveram, sendo que os filhos e netos não acreditam no mesmo e prospectam a migração de seus descendentes e concebem que no futuro haverá mais pessoas “de fora” morando no morro a nativos, prospectando uma migração autóctone em massa evidentemente atrelada às pressões socioambientais em vigor.

Em síntese, as prospecções dos autóctones para o desenvolvimento no local deixam evidente que eles acreditam que a

construção deste empreendimento afetará o acesso e a mobilidade e proporcionará degradação ambiental, diminuição da quantidade e qualidade da pesca e incidirá no aumento do custo de vida, promovendo uma situação semelhante ao processo denominado gentrificação.

6. DISCUSSÃO DOS DADOS: COMPREENDENDO O FENÔMENO DA SUSTENTABILIDADE DA QUALIDADE DE VIDA

A noção de sustentabilidade articula-se a efeitos sociais desejados e esta ideia se refere ao futuro, sendo que e não há indicador que revele simultaneamente o grau de sustentabilidade do processo socioeconômico e grau de qualidade de vida que dele decorre, ainda mais quando se está falando no caso específico de populações tradicionais, por conta disto, foram considerados como fundamentais os critérios e perspectivas próprias de indivíduos desta população em relação as suas QV's. A sustentabilidade é vista usualmente como algo bom, desejável, consensual, sendo que a definição que prevalece constrói autoridade para que se discriminem, em seu nome, as práticas boas das ruins. Para se afirmar, porém, que algo - uma coisa ou prática social - é sustentável, será preciso recorrer a uma comparação de atributos entre dois momentos situados no tempo: entre passado e presente, entre presente e futuro. Esta relação entre um presente conhecido e um futuro desconhecido e desejável coloca a noção de sustentabilidade num campo onde a causa é definida pelo fim: a ordem de sequencia dos acontecimentos está embutida na condição antecedente definida como causa, onde é sustentável hoje aquele conjunto de práticas portadoras de sustentabilidade no futuro (Acsehrad, 1999). Sob esta concepção e a partir das prospecções dos autóctones para a QV foi possível perceber que suas a perspectivas tendem mais para a constatação de insustentabilidade visto a dominância dos aspectos negativos apontados por eles, caracterizando-se uma crise em vigor.

Apesar disto, durante mapeamento de transectos os autóctones mencionaram, em geral, que consideram a QV no local boa, visto a tranquilidade, segurança e ao fato das pessoas morarem em casas próprias. Os voluntários do grupo das idosas e do grupo dos filhos, também relataram que a QV melhorou devido ao acesso a serviços públicos (como energia elétrica, abastecimento de água, posto de saúde, mercado e escola) em relação a antigamente, quando não haviam estes serviços disponíveis no local, indicando que a qualidade de vida atual é satisfatória.

Contudo esta satisfação atual não indica que esta QV seja sustentável, o que fica evidente a partir de dados obtidos através do instrumento gerador de mapa afetivo e do questionário para investigação do padrão de consumo doméstico, práticas sociais e estilos de vida, que retratam ser necessária a recuperação da coesão social e organização

comunitária para que se mantenha a satisfação com QV no local no futuro. Envolvido e envolvendo este contexto, o turismo associado à especulação imobiliária vem sendo um grande catalisador e mantenedor de um processo que, além de ter influenciado no desenvolvimento socioeconômico e cultural desta comunidade, tem contribuído para a degradação do ambiente natural, das organizações sociais tradicionais, bem como para a decadência da herança cultural destas populações, semelhante ao que foi observado por Pereira (2005) que estudou o turismo na perspectiva da preservação da cultura e do meio ambiente, em um distrito do estado do Rio Grande do Sul (RS). Com efeito, o impacto do turismo sobre a organização comunitária, que até a década de 70 era baseada quase que exclusivamente na agricultura e na pesca artesanal, proporcionou um declínio das atividades tradicionais que foram substituídas, através e a partir da urbanização acelerada, proporcionando o crescimento do setor do comércio e serviços, agregando um grande valor econômico para as regiões em detrimento de um prejuízo socioambiental aos moradores nativos.

A partir e além deste resultado, através da análise dos dados provenientes dos diferentes instrumentos utilizados nesta pesquisa, foi possível conceber que o olhar conduzido sobre o ambiente residencial e seu entorno pode servir como proposta de uma análise estruturada de condições de congruência a partir da avaliação objetiva e subjetiva de estressores ambientais na relação entre o indivíduo e ambiente e na expressão social de bem-estar, conforme sugere Moser (2009). Sob esta concepção, cabe ressaltar que, num passado não muito distante para as duas gerações mais velhas, um impacto ambiental no entorno de suas residências, de enorme proporção (que alterou o entorno que era fonte abundante de alimento - camarões, caranguejos, siris, peixes, dentre outros animais marinhos que viviam e reproduziam no mangue), que resultou na migração para outras áreas de trabalho, que não as tradicionais (como a pesca e a lavagem de roupas “para fora” realizada no córrego e no mangue), integrando-os a um sistema de desenvolvimento econômico pautado na obtenção do lucro imediato, que não se preocupa com as externalidades negativas deste feito.

Considerando-se que as externalidades ambientais podem ser definidas como consequências permanentes da extração, do tratamento, do consumo e da descarga de matéria e energia, foi possível constatar que, de fato, iniciativas privadas puderam usufruir de recursos naturais, deixando sobre a coletividade a carga dos custos sociais e ecológicos deste usufruto, sendo que uma parte destes custos possivelmente se tornarão desigualdades diacrônicas, ou seja, afetarão a qualidade dos

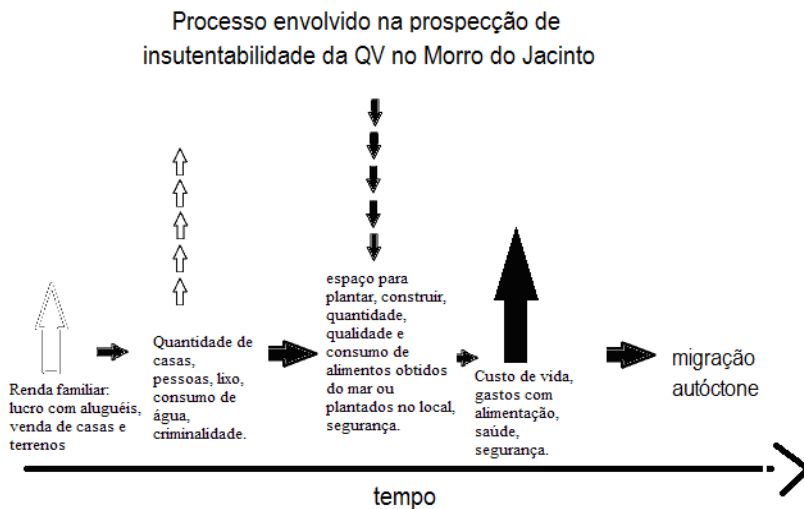
recursos e do meio que terão as gerações futuras, as condenando a enfrentar os custos da exploração insustentável dos recursos, conforme também argumentou Sachs (1980). Como evidência deste processo, foi possível perceber que a apropriação do local (Gonçalves, 2004; Kuhnen, 2002, Kuhnen & Silveira, 2008) acabou desrespeitando várias leis de preservação ambiental, visto aterramento de área de mangue ocorrida no passado, por conta da abertura do canal e do fato de que a maioria das casas se encontra em área de preservação permanente (APP) e não possuem tratamento de efluentes sanitários.

Sob a demanda da orientação de estratégias para o desenvolvimento sustentável, a análise da inter-relação entre o indivíduo e seu ambiente proporcionou uma análise estruturada de condições de congruência e de crise, a partir da avaliação objetiva e subjetiva de estressores ambientais envolvidos nesta relação. Pertinentemente, análise prospectiva da QV realizada neste estudo constatou como um estressor ambiental a possibilidade de implementação de empreendimento náutico-habitacional, que, além do impacto ambiental, também vem implicando em impacto social, visto que uma intervenção ambiental incongruente ocorrida no passado (leia-se assoreamento do canal e aterramento de mangue na década de 1980, anterior a proposta do empreendimento que ocorreu só na década seguinte) incidiu, e vem incidindo, no rompimento do respeito aos ciclos ecossistêmicos.

Com efeito, o aumento do número de casas para fins de obtenção de renda proveniente de aluguéis, tanto anuais como de temporada, construídas pelos indivíduos autóctones de forma irregular, sem preocupações com o saneamento ambiental e infringindo o Código Florestal Brasileiro, acaba realimentando este processo que também acaba contribuindo como estressor ambiental, incidindo assim a cadeia de degradação socioambiental que vem ocorrendo no local, culminando na migração de muitos autóctones da comunidade que estão deixando o morro para morar em bairros próximos, como Rio Vermelho e Ingleses, onde é mais cômodo devido ao acesso terrestres às casas e onde custo de vida é mais baixo, segundo eles.

Sendo assim, observa-se que a ocupação do solo e exploração de recursos naturais envoltos pela especulação imobiliária apresenta diversos impactos e efeitos, conforme pode representado Figura 35:

Figura 35 - Esquema representativo da prospecção dos autóctones para o desenvolvimento socioeconômico-ambiental no local.



Fonte: Elaborado pela autora.

Vale ressaltar que sob este controvertido contexto, a proposta de avaliação da sustentabilidade da QV no local envolveu a análise dos critérios utilizados pelos autóctones, sob as dimensões social, econômica e ambiental, conforme explicitado no quadro a seguir (Quadro 6), que apontou, entre outros processos, na mesma direção dos achados do estudo de caso de Lopes, Vaz e Carioni (2014), ao indicar que a concepção de turismo que envolve o projeto náutico-habitacional proposto para implantação no entorno desta comunidade implica na substituição gradativa da antiga população da Barra da Lagoa por outra, de uma camada mais rica, de classe alta ou pelo menos média alta, e também por um turista de consumo mais exigente, possuidor de embarcações de recreio, principal público-alvo do empreendimento “Porto da Barra”, sendo imprescindível a consideração dos efeitos e riscos do investimento privado sobre estas populações tradicionais locais.

Cabe ressaltar, que os autóctones, ao falarem sobre suas qualidades de vida, não deixaram claro que estivessem completamente satisfeitos ou insatisfeitos em relação à vários indicadores de sustentabilidade social, econômica e/ou ambiental. E de fato, ao vivenciar este entorno foi possível entender que apesar do esgoto ao céu

aberto, problemas na coleta de resíduos sólidos, abastecimento de água e com a falta de planejamento na construção das casas e utilização do solo, há neste lugar, ainda, muitos elementos que propiciam satisfação com o entorno, visto que, por exemplo, a água do canal se renova a cada maré alta, tornando-a límpida e translúcida, como se nunca houvesse experimentado o despejo de excretas humanas, e quando ainda é possível ver tartarugas, lontras, e ainda se pesca muitos peixes e há cultivo de plantas alimentícias no local, o que ainda provém fonte de renda e alimento seguro e de alto valor nutricional.

Quadro 6 - Critérios de avaliação da sustentabilidade da QV no local envolvendo as dimensões ambiental, econômica e social.

		Ambiental			
		Degradação		Conservação	
(In) Sustentabilidades	Ambiental	Aterro de mangue, diminuição na quantidade/qualidade da pesca, Impermeabilização do solo, desmatamento em APP		construção de moradias sem saneamento básico, contaminação hídrica	
	Social	baixo grau de instrução, trabalho informal e baixa remuneração, baseado na extração, predação e degradação de CN		Rica biodiversidade no entorno, mananciais de água e fontes alimento	
	Econômico	Diminuição da renda obtida na pesca artesanal, aumento do número de barcos de pesca industrial, gentrificação, desigualdades sociais entre autóctones e população de classes mais abastadas que estão se apropriando do local através da urbanização		Níveis de consumo e renda igualitária entre autóctones	
(In) Sustentabilidades		Econômica		Social	
		Prejuízo	Lucro	Insatisfação	Satisfação
		Externalidades negativas	Monopólio de uso de APP's e de patrimônio natural (bens comunais)	Quantidade de pescado, espaço para cultivo de plantas, limpeza e organização do entorno, abastecimento de água	Qualidade do ar, da vegetação, insolação, quantidade de praças e plantas no entorno
Importação de capital humano, social	Substituição da população autóctone por pessoas de outras regiões e classes sociais	coesão social, apinhamento	Moradia, alimentação, educação, saúde, trabalho, relações sociais, privacidade, liberdade e segurança no entorno		
Busca pela substituição de capital natural por construído com perdas irreversíveis	Especulação imobiliária e exploração do turismo	Prospecção de fim da renda proveniente da pesca artesanal	Estrutura e posses, distribuição de renda e níveis igualitários de consumo entre os autóctones		

Fonte: Corraliza (1997), Moser (2009) Pol (1993) e Pinheiro (1997)

Considerando a complexidade pertinente a percepção do entorno e a ambiência, como norteadores da análise da sustentabilidade da qualidade de vida dos autóctones desta comunidade tradicional açoriana

foi utilizado um modelo conceitual que envolve a consideração de congruência e de crise na relação pessoa-ambiente (inspirado em Corraliza (1997), Moser (2009) Pol (1993) e Pinheiro (1997) – ver figura 4). No caso específico desta comunidade, a relação entre pessoa e ambiente apresenta sinais de crise e congruência simultaneamente, explicitadas em condições de (in)viabilidade, (in)acessibilidade e (in)habitabilidade (ver figura 36).

Os indivíduos autóctones demonstraram congruência na sua relação com o ambiente a partir da manifestação de satisfação com a sua qualidade de vida e padrões objetivos de vivência, mas também demonstraram indícios de crise, quando padrões objetivos de vivência foram associados a expressão de insatisfação. Com efeito, a partir desta perspectiva, a análise da sustentabilidade da qualidade de vida desta população autóctone demonstrou que os indivíduos que a compõem encontram-se em uma relação congruente com seus entornos ao demonstrarem satisfação em relação a qualidade do ar, da vegetação e quantidade de praças e plantas, atrelada a rica biodiversidade do entorno, que engloba mananciais de água e fonte abundante de alimento, obtidos seja através de pesca ou mesmo através do cultivo de plantas. Eles também demonstram satisfação em relação aos níveis de consumo e renda, que se apresentaram iguais entre eles, e podem estar incidindo, por sua vez, na satisfação com suas estruturas e posses, atrelada a esta condição de igualdade.

Entretanto, a renda proveniente de aluguéis de casas para turistas, construídas sobre solo agricultável até então, resultado do uso monopolizado de áreas que antes eram utilizadas de modo compartilhado, consideradas pelo Código Florestal Brasileiro como APP devido suas condições biológicas e geográficas, e portanto patrimônio natural, demonstram um modo ilegal e impróprio do uso do entorno, que resulta e é resultado de uma especulação imobiliária e de um turismo predatório que não se preocupa com as externalidades negativas de seus feitos. Estes promovem, dentre outros resultados, a substituição de população autóctone por outras provenientes de regiões distintas, e de capital natural por capital construído e financeiro, causando perdas irreversíveis, considerando os efeitos deste tipo de troca e a superação da capacidade de resiliência dos ecossistemas, sob estes termos, causando uma perda irreparável e inestimável às próximas gerações.

Com efeito, as externalidades negativas deste processo promovem, por sua vez, uma crise na relação pessoa-ambiente expressa na insatisfação mencionada pelos autóctones em relação a quantidade e qualidade do que é pescado, falta de espaço para cultivo de plantas

alimentícias e com a limpeza e organização do entorno, assim como com o abastecimento de água, que incide e está atrelado ao apinhamento, problemas na coesão social comunitária e familiar e a prospecção do fim da renda proveniente da pesca artesanal e de todo um modo de vida envolvido por práticas sociais tradicionais.

Desta forma, além de todos os prejuízos econômicos e ambientais envolvidos, há também o social que se reflete na importação de capital humano e social, que alimenta o processo de gentrificação fazendo com que esta população autóctone, plenamente adaptada às condições ambientais locais há várias gerações, deixem este lugar para dar lugar a outra população que, além de não ter conhecimento suficiente para usufruir e (se) manter (sob) uma resiliência ecossistêmica neste ambiente, acabam por saturar o ecossistema local sem dar à ele a possibilidade de se regenerar, superando a sua capacidade de suporte e gerando processo degradante que, gradual e progressivamente, deteriora e inviabiliza a vida humana com qualidade, independente da classe social ou procedência.

Além disso, cabe aqui ressaltar que a precariedade desta situação somada à (des)regulação do uso do solo urbano, tende a valorizar um padrão de ocupação que é produto social processos especulativos de valorização e está associada a uma segregação residencial (Mendes, 2008) conforme pode ser constatado nestes resultados. Fica claro aqui que a gestão urbana orienta-se por um modelo onde o uso dos recursos públicos se faz para atrair investimento e funciona como mecanismo de legitimação do poder instituído e da mobilização de grande investimento através de parcerias público-privadas.

Com efeito, a gentrificação designa o processo de recomposição (e substituição) social que ocorre no espaço urbano, indicando um emburguesamento dos bairros. Este fenômeno de substituição social classista acaba implicando na expulsão de antigos residentes e na segregação residencial, aprofundando a divisão social do espaço urbano. Além disso, sob este processo, usualmente parcerias público-privadas, constituem verdadeiros subsídios aos mais ricos, à custa dos investimentos em serviços locais de consumo coletivo, onde ganham os corretores imobiliários e empresas de grande porte, perdem os residentes e as empresas locais (Bataller, 2000; Mendes, 2013, 2014).

Considerando os trâmites deste processo, concebe-se como importante catalisador a intervenção ambiental ocorrida há quase 30 anos no local que implicou no aterro do mangue, que incidiu por sua vez, na diminuição da quantidade/qualidade da pesca, e desencadeou na impermeabilização do solo, desmatamento de APP's para construção de

unidades residenciais sem saneamento básico adequado, causando contaminação hídrica, promovendo, contudo, a obtenção de renda a partir do aluguel de casas para pessoas de outras regiões através da exploração do turismo. Com efeito, todo este processo envolve e está envolvido pelo fato de que, sem outras possibilidades profissionais (atrelado ao baixo grau de instrução e ao fim de práticas tradicionais) prevalecerão práticas que garantem fonte de renda a partir da extração, predação e degradação ambiental que, em última análise, resultam em um processo de gentrificação promovido pelas desigualdades sociais entre autóctones e população de classes mais abastadas, que estão se apropriando do local a partir e através do processo de urbanização em vigor.

Desta forma, apesar da constatação de que os autóctones ainda têm uma forte relação de dependência de recursos naturais obtidos do entorno e estão satisfeitos com suas QV atuais, pode-se considerar que os mesmos ao vivenciarem as intervenções ambientais ocorridas no local no passado, que implicou em alteração no modo de vida, também assumiram um tipo de apropriação que não respeita mais os ciclos naturais e dividem com o coletivo somente externalidades ambientais negativas, enquanto tomam individualmente os benefícios (financeiros) relacionados ao uso de recursos naturais.

Como exemplo, se divide os efeitos negativos da contaminação das águas do canal e do córrego com dejetos humanos, enquanto se lucra com os aluguel de casas sem saneamento básico adequado, ocupando e impermeabilizando o solo que antes era usado de forma compartilhada para o cultivo de plantas alimentícias. Sob este processo, considera-se que neste caso não há culpados e nem vítimas e sim uma população tradicional tentando se manter e se adaptar, apesar da grande interferência no seu modo de vida, que até então esteve atrelado a manutenção do ciclo ecossistêmico do entorno, sendo que dependia dele a sobrevivência dos indivíduos que a compõe. Desta forma, sob o histórico do contexto socioambiental desta população, pode-se dizer que ocorreu uma quebra drástica do respeito aos ciclos ecossistêmicos, que até então tinha sido passado de geração a geração, e que o mesmo foi enterrado junto com o mangue que os alimentava e fazia parte da sua paisagem cotidiana há várias décadas.

Sob este processo de incongruência gradual e progressiva, que avança não só nesta localidade, ecossistemas costeiros situados na planície sedimentar próximo à orla (mangues, dunas, restingas) de todo o mundo, têm sofrido grandes perdas ambientais a partir das descontinuidades estabelecidas pelo sistema urbano, que promovem

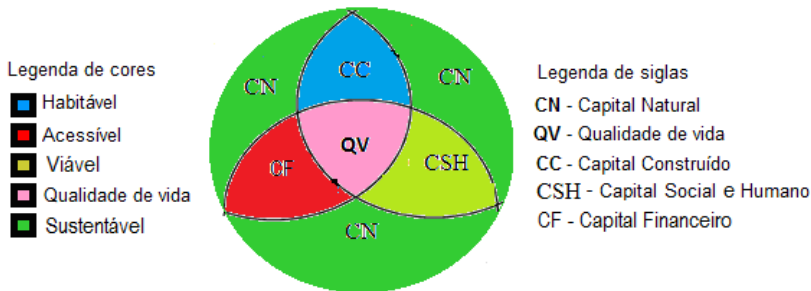
intervenções ambientais extremamente impactantes e incluem inúmeros aterros, cortes topográficos e interferências brutais em praticamente todos os ecossistemas insulares (Reis, 2010). Esta tipo de ocupação desordenada imprime na cidade de Florianópolis, e em outras cidades do Brasil e do planeta, um desprezo pela geração seguinte, visto que a atual devasta a beleza estética da paisagem, poluindo-a com construções em áreas de preservação permanente (APP), proporcionando um efeito devastador atrelado a urbanização, na qual políticas de urbanismo projetam a existência de condomínios muito ricos e sofisticados, superprotegidos com segurança estatal e privada, saneamento, água tratada, com áreas de lazer e cultura, que contrastam com a redondeza repleta de vizinhos pobres e desassistidos (sem segurança, sem saneamento, sem estrutura que viabilize a sociabilidade). Este tipo de injustiça vem se prolongando ao longo das gerações, prejudicando a formação e o desenvolvimento de pessoas livres, iguais, que cooperam entre si e mantêm compromissos com a geração seguinte (Sartor e Santos, 2005).

Em contrapartida, o conhecimento empírico autóctone ajudou a entender o uso dos recursos e revelou um conjunto de valores utilizados por estas pessoas que poderia/deveria ser utilizado para interpretar, avaliar e monitorar os impactos de intervenções futuras sobre esta comunidade e seu ambiente de entorno, considerando-se de antemão que o valor é a expressão da magnitude pela qual um determinado bem ou serviço contribui para um determinado objetivo pré-estabelecido (Romeiro, 2013). Reconhecendo-se a importância dos serviços ecossistêmicos na manutenção das condições que suportam a qualidade de vida, parte-se da compreensão de que não é adequado negligenciar seus valores e suas contribuições para o bem-estar humano.

Sob estes termos, o grande desafio de mensurar valores não econômicos relativos aos serviços ambientais, que torna a avaliação da QV mais ampla e abrangente, envolveu um esquema que trouxe, além das considerações sobre a complexidade dos processos ecossistêmicos, suas interações com as variáveis humanas. Desta forma, foi possível estabelecer, como premissa básica prevalente, que o desenvolvimento realmente sustentável apenas será alcançado a partir do momento em que se reconheça que a vida humana e as atividades econômicas são dependentes do capital natural, sendo que sob esta concepção é necessário considerar que não é possível viabilizar a congruência entre economia e comunidade e entre pessoa e ambiente fora de um sistema natural, ou seja, não há congruência na relação entre pessoa e ambiente sem a existência do capital natural. Desta forma, o modelo adaptado

que deveria reger a gestão da QV para os indivíduos desta comunidade autóctone é representado na Figura 36 a seguir:

Figura 36 - Modelo conceitual da QV adaptado pela autora inspirado em Shafer et al (2000), Perlaviciute e Steg (2012), Gatersleben (2001) e CECCA (2001) e Costanza et al. (2007).



Fonte: Shafer et al (2000), Perlaviciute e Steg (2012), Gatersleben (2001) e CECCA (2001) e Costanza et al. (2007).

Considerando-se este modelo, ao se planejar o desenvolvimento deveria ser levado em conta que não há como manter a sociedade e a economia sem capital natural, visto que sem o mesmo também não há convivência e de nada adiantam condições acessíveis, pois mesmo que mude a economia, ela não poderá se manter sob estes termos. Considera-se assim que somente em condições ambientalmente sustentáveis houve/há/haveria uma sociedade/comunidade de economia estável em longo prazo, sendo esta uma condição indispensável para que uma sociedade possa existir ao longo de sucessivas gerações. Assim, concebe-se que o desenvolvimento econômico só faz sentido em condições viáveis, habitáveis e acessíveis. Deste modo, devem prevalecer considerações do tipo que questionam a vantagem de se ter capital financeiro para comprar água potável se não existe mais este recurso disponível (nem mesmo para venda), por exemplo, no caso é obviamente considerado que de nada adianta haver condições habitáveis e acessíveis, se não há viabilidade.

7. CONCLUSÕES

A análise da QV da comunidade tradicional em estudo apontou para a insustentabilidade implicada em intervenções ambientais ocorridas no passado em área de uso comunal, com forte impacto social e econômico até os dias atuais. Sob este aspecto, o Mapeamento de Transectos mostrou-se uma ferramenta eficiente para acessar informações sobre o modo de vida, práticas sociais, relação entre autóctones e seus ambientes de entorno, assim como as perspectivas destas pessoas para o desenvolvimento no local, o que possibilitou abarcar as múltiplas dimensões envolvidas na constituição de critérios e na mensuração da QV, levando-se em conta aspectos objetivos (ambientais) e subjetivos (expectativas individuais e conhecimento prévio), que permitiram entender como estas pessoas avaliam seus entornos cotidianos.

Sob estes termos, foi possível também constatar que o instrumento gerador de Mapa afetivo de Bomfim (2003), adaptado nesta pesquisa para alcançar aos objetivos aspirados e torná-lo compatível a realidade contextual desta comunidade, demonstrou ser um excelente método alternativo ao conhecimento do ambiente sob processo de urbanização. A análise do mapa afetivo elaborado pelos autóctones incidiu na consideração de que os critérios de avaliação e o significado da QV no local foram sustentáveis até então, visto que estiveram atrelados a um modo de vida que vinha sendo passado de geração a geração, sob a singularidade de uma paisagem natural que contemplava vários serviços ambientais, vinculados à práticas de manejo pautadas no bom estado de conservação de atributos naturais, que promoveram e ainda promovem a manutenção do fluxo ecossistêmico dos quais se beneficiam.

Entretanto, estes dois instrumentos, assim como os dados provenientes do questionário para investigação do padrão de consumo doméstico, práticas sociais e estilos de vida e diário de campo, demonstraram que há insatisfação em relação à coesão e participação dos mesmos nas tomadas de decisões, principalmente no que concerne alterações ambientais de seus entornos. Estas pessoas também demonstraram reconhecer que, em sua condição social atrelada ao modo de vida tradicional, são os que experimentaram e experimentam o impacto ambiental de forma mais direta e imediata e que isto esteve e está associado ao crescimento urbano e econômico privado, que promoveu, e vem promovendo várias externalidades.

Dentre as externalidades negativas, as mais citadas foram

referentes ao aumento da área de espaços privados destinados a construção de habitações para serem alugadas, principalmente no verão, contudo estes aluguéis geram importante fonte de renda para a população local. Sob este processo o plantio de alimentos, dos quais os frutos todos podiam usufruir e compartilhar, desde que colaborando com o plantio, colheita e/ou beneficiamento de produtos (como mandioca, algodão, dentre outros), que regia, por sua vez, práticas sociais que alimentavam a coesão social neste local, vem desaparecendo e contribuindo para a perda de espaço e território, através da transformação do modo de vida local, extinguindo-se também toda uma estrutura social que foi mantida e manteve esta comunidade por várias gerações.

Esta restrição de acesso a locais que tradicionalmente representavam um bem comum, também foram mencionadas a partir de relatos de tentativas e prospecções de impedimento de acesso a área que corresponde ao “campo da Portobello”. As análises dos dados obtidos reforçam que a possibilidade do empreendimento náutico-habitacional ser levado a cabo nesta área, ameaça e influencia o modo de vida local, incidindo sobre o acesso a recursos e serviços ambientais, a mobilidade e o “ir e vir” de autóctones de todas as gerações, que vem sofrendo dos impactos cumulativos da intervenção ambiental ocorrida no passado e que sofrerá, ainda mais nas próximas gerações, se tiver seu acesso impedido à área que está destinada a comportar o empreendimento em questão. Este fator foi mencionado por diferentes pessoas, por diversas vezes, ao falarem de seu cotidiano neste entorno, denotando-se também a preocupação de que a implementação deste empreendimento poderá ter impacto ambiental negativo sobre o ecossistema lagunar, visto o consequente aumento da densidade demográfica e de todas as demandas atreladas a este processo (esgotamento sanitário, consumo de água, produção de resíduos, rodovias, etc.). Além disso, o aumento do custo de vida, atrelado a presença de pessoas de classes sociais mais abastadas, que passam a viver e consumir no entorno, segundo as prospecções e exemplos citados pelos autóctones, também colaboram com a migração em massa da população tradicional que, além de não poder arcar com o aumento das despesas de subsistência, também vem perdendo recursos ecossistêmicos apontados como essenciais elementos nutricionais e paisagísticos fornecidos pelo entorno, com grande influência nas suas QV.

Sendo assim, ao envolver o público autóctone na avaliação da QV foi possível identificar questões que especialistas não considerariam importantes ou até mesmo inviáveis, mas que podem ter um grau de

importância desproporcional na magnitude do impacto para os usuários que usufruem de um ecossistema específico há várias gerações. Uma delas envolve o fato de que, socioeconomicamente, estes indivíduos, como forma de adaptação, recorreram a exploração do turismo por via de aluguéis de casas construídas no local por eles próprios, todavia sem maiores preocupações com a sustentabilidade econômica e ambiental deste feito. Contudo, apesar dos efeitos negativos associados a esta prática, para os membros desta comunidade o aluguel de casas tem o efeito de complementar o poder aquisitivo e proporcionar padrões de consumo igualitários, visto que a maioria dispõe de casas para alugar, indicando-se sustentabilidade econômica e social, visto que este modo de vida no local é acessível e (ainda) viável aos que vivem neste lugar. Com efeito, os dados socioeconômicos apresentam uma relativa homogeneidade e igualdade social (associada ao consumo, acesso à educação, padrão/suporte financeiro) entre os autóctones, que, junto de suas práticas de apropriação de espaços, que ainda se caracterizam em parte pela utilização do entorno a partir do extrativismo vegetal, animal (pesca) e pequena agricultura, contribuem para a manutenção de suas QV, principalmente ao que se refere a aspectos nutricionais e de subsistência

Entretanto, a qualidade de vida nesta comunidade tradicional açoriana, apesar de ter sido sustentável até então, não permanecerá assim, visto que aquilo que a mantém hoje parece estar com seus dias contados e não será acessível às próximas gerações. Esta conclusão se refere principalmente a constatação de degradação ambiental exaurindo o capital natural, e conseqüentemente capital social e humano autóctone, estando fundamentada nos critérios e nas prospecções feitas por membros desta comunidade.

Ao constatar que este processo, as análises dos dados obtidos reforçam que, ao se planejar o desenvolvimento deveria ser levado em conta que não há como manter a sociedade e a economia sem capital natural, visto que sem o mesmo também não há convivência, e de nada adiantam condições acessíveis, pois mesmo que mude a economia, ela não poderá se manter sob estes termos. No caso da comunidade em estudo, o aumento de capital financeiro privado pressiona e diminui a congruência entre Capital Construído e Capital Social e Humano, afetando, contingentemente a QV, diminuindo-se a possibilidade de haver condições habitáveis e viáveis, visto que o aumento da congruência entre capital financeiro privado e capital natural (através da apropriação e monopólio do uso de áreas antes comunais) acaba implicando no aumento da desigualdade entre classes sociais, que neste

caso se manifesta contrapondo-se o estilo de vida dos autóctones ao daqueles de classes sociais mais abastadas que passam a usufruir (monopolizando) do entorno local.

O que se observa claramente a partir desta pesquisa, considerando a existência do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (lei nº. 7661/88), da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto Federal Nº 6.040/2007), e o do Código Florestal Brasileiro (lei Nº 12651/2012), é uma completa inconsistência entre o que se prevê e prescreve as políticas públicas e legislação ambiental envolvidas na manutenção da QV de populações tradicionais, costeiras e da população em geral, sendo que o quê se verifica na prática, é a ocupação do solo sem planejamento, envolto por uma especulação imobiliária e exploração de recursos naturais com diversos impactos como: contaminação hídrica, impermeabilização de solo fértil, perda de vegetação nativa e aumento de riscos costeiros devido às construções em áreas de risco, deterioração do patrimônio histórico-cultural, dentre outros fatores que apontam para a incongruência entre as dimensões ambiental, social e econômica que repercute numa crise que aponta para **insustentabilidade da QV** caso nada seja feito para mudar este contexto.

Sob estes termos, as análises dos dados, provenientes dos instrumentos utilizados nesta investigação, corroboram com o ponto de vista de Harvey (2012) ao se conceber a necessidade de repensar as cidades em termos mais voltados para as alternativas, em detrimento ao colapso socioeconômico atrelado à questões ambientais. Sob esta demanda percebe-se como imprescindível e urgente o resgate e/ou transformação de um processo participativo e dialógico, no qual haja apropriação e escolhas sobre o que deve ser feito para tornar o espaço urbano um espaço de vivência social e ativa de “opiniões ouvidas e necessidades atendidas” (p.162). Isto requer um grau maior de envolvimento das pessoas afetadas na tomada de decisão e é baseado no fluxo de informação que favorece a consideração de suas visões e valores, permitindo uma maior sensibilidade nas medidas mitigadoras e nas escolhas entre objetivos conflitantes.

Para esta comunidade tradicional, estudada quanto aos seus critérios de avaliação de suas próprias QV, ficou evidente que a relação que mantém com a terra em que nasceram e morreram seus antepassados, e em que nascem seus filhos, ainda possui padrões e critérios sustentáveis, visto que reconhecem a importância e dependência em relação ao capital natural e da manutenção de ciclos ecossistêmicos, o que pode justificar a necessidade tanto de indenizá-los

pela perda de acesso livre aos recursos naturais, como também orientá-los na obtenção de recursos através da exploração de turismo mais coerente com a manutenção dos ciclos ecossistêmicos e estoque de capital natural, visto a constatação de que é a partir de aluguéis de habitações, principalmente no verão, que se dá uma atividade predominantemente paliativa no que concerne os efeitos dos impactos ambientais de intervenções que restringiram o acesso e obtenção de vários serviços ecossistêmicos, principalmente os relacionados à produção de alimento e coesão social.

Sob estes termos, é recomendável que haja incentivos institucionais em proveito da conservação deste capital natural, seja através de pagamento aos autóctones por serviços ambientais que o território que ocupam produz há várias gerações (beneficiando a todos moradores da Bacia da Lagoa da Conceição), seja através do planejamento e recompensa pela destinação correta de resíduos sólidos e orgânicos produzidos no local. Todavia, atentando para o processo complexo e multidimensional que concerne a gestão da QV e sabendo que está envolvida por uma dinâmica urbanizatória predatória, concebe-se que o estilo e qualidade de vida autóctone, para serem mantidos, precisam estar distanciados da questão do crescimento econômico e do “bem-viver” - atrelado ao padrão de consumo globalizado. Além e mais que isso, constata-se que, se há uma esperança para o modo de vida urbano ela estará implicada em uma noção de qualidade de vida voltada para as relações comunitárias, novos padrões de consumo e construções de novos valores baseados no território e pautados no conhecimento acerca da resiliência ecossistêmica das populações tradicionais, que deverão impactar num novo tipo de turismo a ser desenvolvido e consumido nesta e em outras regiões costeiras do mundo.

Não obstante, ao concluir que a qualidade de vida da comunidade tradicional é insustentável, fica evidente não somente a necessidade de abertura para novas propostas (inspirando novas políticas ambientais e fazendo valer as já existentes), mas, além disso, para a necessidade urgente da retomada da coesão social daqueles que podem atuar e romper com um sistema socioambientalmente predatório de urbanização planetária inspirado num paradigma reducionista em decadência.

8. REFERÊNCIAS

Abdel-Galil, R. E. S. (2012). Desert reclamation, a management system for sustainable urban expansion. *Progress in Planning*, 78(4), 151-206.

Abreu, J. L. C. (1990). Controle dos resíduos sólidos com envolvimento de população de baixa renda. *Revista Saúde pública São Paulo*, 24(5), 308-406.

Afacan, Y., & Afacan, S. O. (2011). Rethinking social inclusivity: Design strategies for cities. *Proceedings of the Institution of Civil Engineers: Urban Design and Planning*, 164(2), 93-105.

Altman, I. (1975). *The environment and social behavior: privacy, personal space, territory, crowding*. Monterey, Califórnia: Brooks/Cole.

Amorim, S.; Neto, S. (2011). O que é um paradigma? *Revista de Ciências Humanas*, 45(2), 345-354.

Anand, S., & Sen, A. (2000). Human Development and Economic Sustainability. *World Development*, 28(12), 2029-2049.

Andrade, D. C., & Romeiro, A. R. (2009). Serviços ecossistêmicos e sua importância para o sistema econômico e bem-estar humano. *Texto para discussão: IE/UNICAMP Campinas*, 155.

Andrade, D. C., & Romeiro, A. R. (2013). Valoração de serviços ecossistêmicos: porque e como avançar? *Sustentabilidade em Debate. Brasília*, 4(1), 43-58.

Antrop, M. (2005). Why landscapes of the past are important for the future. *Landscape and Urban Planning*, 70, 21-34.

Arreaza, A. L. V. (2012). Epidemiologia crítica: por uma práxis teórica do saber agir. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(4), 1001-1013.

Barbosa, S. R. da Cal S. (1996). Qualidade de vida e suas metáforas: uma reflexão socioambiental - Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas.

Barbosa, T. C. P. (2003). *Ecologia: um breve documento sobre a Ecologia da Bacia Hidrográfica da Lagoa da Conceição*. Editora Gráfica Pallotti.

Barbosa, L., & Campbell, C. (2006). O estudo do consumo nas ciências sociais. In: *Cultura, consumo e identidade*. Rio de Janeiro: FGV.

- Barrella, W. (1990). Princípios Básicos da metodologia aplicada em estudos ambientais. In: Forghieri & Colaboradores. *A Terra Gasta: a questão do meio ambiente* (pp. 111-144). São Paulo: EDUC/ PUC.
- Bataller, M. A. S. (2000). El estudio de la gentrificación. *Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales* (ISSN 1130-9796), Universidad de Barcelona; no. 228.
- Baud, I., Grafakos, S., Hordijk, M., & Post, J. (2001). Quality of life and alliances in solid waste management: Contributions to urban sustainable development. *Cities*, 18(1), 3-12.
- Baus, J; Seara, A. C; Caldas, C. M. W., Desidério, L; Petry Filho, N. (2002). Metáforas e dependência química. *Rev. Estudos de Psicologia, PUC-Campinas*, v.19, n.3, p.5-13, setembro/dezembro.
- Beatley, T. (2011). *Biophilic cities: integrating nature into urban design and planning*. Island Press: Washington, Covelo, London.
- Bell, P. A., Greene, T. C., Fisher, J. D., & Baum, A. (2001). *Environmental Psychology* (5a ed.). Belmont, Califórnia: Wadsworth/Thomson.
- Bergman, M. M. (2011). The good, the bad, and the ugly in mixed methods research and design. *Journal of Mixed Methods Research*, 5, 271-275. doi: 10.1177/1558689811433236.
- Berkes, F. (1985). Fishermen and the tragedy of the commons. *Environment Conservation*, 12(3), 199-206.
- Bertalanffy, L. (1995). *Teoria Geral dos Sistemas* (10a. Ed). México: FCE.
- Bittencourt, N. L. R. (2005). *A problemática da conservação ambiental dos terrenos de marinha: o caso da orla do canal da Barra da Lagoa, Ilha de Santa Catarina, Brasil*. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.
- Boeira, S. L. (2005). Desenvolvimento Urbano e Crise de Paradigmas: o caso da Região de Florianópolis. *Percursos (UDESC)*, 6(2), 01-28.
- Bomfim, Z. Á. C. (2003). *Cidade e afetividade: estima e construção de mapas afetivos de barcelona e de São Paulo*. Tese de Doutorado em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), São Paulo, SP, Brasil.
- Bomfim, Z. Á. C. (2008). Afetividade e Ambiente Urbano: uma

proposta metodológica pelos mapas afetivos. In J. Q. Pinheiro & H. Günther (Eds.). *Métodos de pesquisa nos estudos pessoa-ambiente*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Bomfim, Z. Á. C. (2010). *Cidade e afetividade: estima e construção dos mapas afetivos de Barcelona e de São Paulo*. Fortaleza: Edições UFC.

Boppré, A. T. (2003). *Expansão Urbana Em Florianópolis: Conflito entre a cidade real e a cidade legal*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.

Boyden, S., Millar, S., Newcombe, K., & O'Neil, B. (1981). *The ecology of a city and its people*. Canberra, Australia: Australian National University Press.

Brasil, MS. (2012). *Glossário temático: promoção da saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria-Executiva, Secretaria de Vigilância em Saúde. ISBN 978-85-334-1860-8.

Brasil, MMA. (2012). *Integração de Serviços Ecológicos ao Planejamento do Desenvolvimento*. Em nome do Ministério Federal do Meio Ambiente de Proteção da Natureza e da Segurança Nuclear da República Federal da Alemanha.

Buchecker, M., Hunziker, M., & Kienast, F. (2003). Participatory landscape development: overcoming social barriers to public involvement. *Landscape and Urban Planning*, 64, 29-46.

Brundtland, G. H. (1987). *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: FGV.

Bueno, A. P. (2006). *Patrimônio paisagístico e turismo na Ilha de Santa Catarina: a premência da paisagem no desenvolvimento sustentável da atividade turística*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Campbell, C. (2001). *A ética romântica e o espírito do consumismo moderno*. Rio de Janeiro: Rocco.

Carter, J., Dyer, P., & Sharma, B. (2007). Dis-placed voices: sense of place and place-identity on the Sunshine Coast. *Social & Cultural Geography*, 8 (5). 755-773.

Cavalcanti, C. (2004). Uma tentativa de caracterização da economia ecológica. *Ambient. Soc.*, 7(1), 149-156.

CECCA (Centro de Estudos Cultura e Cidadania). (1996). *Uma cidade numa ilha: relatório sobre os problemas sócio-ambientais da Ilha de*

Santa Catarina. Florianópolis: Insular.

CECCA (Centro de estudos Cultura e Cidadania). (2001). *QV e cidadania: a construção de indicadores socioambientais da QV em Florianópolis*. FNMA, Florianópolis: Cidade Futura.

Chang, S., Tu, C., & Chen, H. (2010). Ecological corridor in the urban area: Case study in kaohsiung city, taiwan. *Practice Periodical of Hazardous, Toxic, and Radioactive Waste Management*, 14(1), 76-88.

Claramunt, M. C. (2008). *Configuração urbana e identidade espacial: estudo de localidades praianas na Ilha de Santa Catarina*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.

Collados, C., & Duane, T. P. (1999). Natural capital and quality of life: a model for evaluating the sustainability of alternative regional development paths. *Ecological Economics*, 30, 441-460.

Corraliza, J. A. (1997). la Psicología Ambiental y los problemas medioambientales. *Papeles del psicólogo*, 67, 26-30.

Corral-Verdugo, V. (2005). Psicologia Ambiental: objeto, "realidades" sócio-físicas e visões culturais de interações ambiente-comportamento. *Psicologia USP*, 16(1/2), 71-87.

Corral-Verdugo, V. (2010). The psychological dimensions of sustainability. In: J. Valentín & L. Gamez (Ed.). *Environmental Psychology: New Developments*. Nova Science Publishers, Inc. Chapter.

Corral-Verdugo, V., & Pinheiro, J. Q. (2009). Environmental Psychology with a Latin American Taste. *Journal of Environmental Psychology*, 29, 366-374.

Costanza, R. (2001). Visions, values, valuation, and the need for an ecological economics. *BioScience*, 51, 459-468.

Costanza, R., D'Arge, R., Groot, R. de., Farber, S., Grasso, M., Hannon, B., Limburg, K., Naeem, S., O'Neill, R. V., Paruelo, J., Raskin, R. G., Sutton, P., & van de Belt, M. (1997). The value of the world's ecosystem services and natural capital. *Nature*, 387, 253-260.

Costanza, R., Fisher, B., Ali, S., Beer, C., Bond, L., Boumans, R., Danigelis, N. L., Dickinson, J., Elliott, C., Farley, J., Gayer, D. E., Glenn, L. M., Hudspeth, T., Mahoney, D., McCahill, L., McIntosh, B., Reed, B., Rizv, S. A. T., Rizzo, D. M., Simpático, T., & Snapp, R.

(2007). Quality of life: An approach integrating opportunities, human needs, and subjective well-being. *Ecological Economics*, (61), 267-276.

Creswell, J. W. (2007). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto* (2 Ed.) Porto Alegre: Artmed.

Creswell, J. W., Klassen, A. C., Plano Clark, V. L., & Smith, K. C. (2001). Best practices for mixed methods research in the health sciences. *Office of Behavioral and Social Sciences Research*. National Institutes of Health. Recuperado em 15 de abril, 2015, de http://obssr.od.nih.gov/mixed_methods_research

Davidson, D. (1992). O que as metáforas significam. In: Sacks, S. **Da metáfora**. São Paulo: EDUC/PONTES.

Debord, G. (2004). *A Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora.

Decreto nº 6.040/2007 de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF. Recuperado em 02 de fevereiro, 2014, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm

Dias, G. F. (1989). *Populações marginais em ecossistemas urbanos*. Brasília: IBMARNR.

Diederichsen, S. D., Gemael, M. K., Hernadez, A. de O., Oliveira, A. de O., Paquette, M., Schmidt, A. D., Silva, P. G., Silva, M. S., & Scherer, M. E. G. (2013). Gestão Costeira no município de Florianópolis, SC, Brasil: Um diagnóstico. *Revista de Gestão Costeira integrada*, 13(4), 499-512.

Diegues, A. C. (1992). Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis – da crítica dos modelos aos novos paradigmas. *São Paulo em perspectiva*, 6 (1-2), 22-29.

Diegues, A. C. (2001). *O mito moderno da natureza intocada* (3a. Ed). São Paulo: Hucitec.

Diegues, A. C. (Org), Arruda, R. S. V. A., Ferreira da Silva, V. C., Figols, F. A. B., & Andrade, D. (2000). *Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil*. MMA, COBIO, NUPAUB.

Ditaso, A. (2007). Well-being and/or quality of life in EU countries through a multidimensional index of sustainability. *Ecological*

Economics; 65, 163-180.

Dovers, S. R., & Handmer, J. W. (1992). Uncertainty, sustainability and change. *Global Environment Change*, 2(4), 262-276.

Elvas, S., & Moniz, M. J. V. (2010) Sentimento de comunidade, qualidade e satisfação de vida. *Análise Psicológica*; 3(XXVIII), 451-464.

Farreny, R., Gabarrell, X., & Rieradevall, J. (2011). Cost-efficiency of rainwater harvesting strategies in dense mediterranean neighbourhoods. *Resources, Conservation and Recycling*, 55(7), 686-694.

Flick, U. (2012) *Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes*. Porto Alegre: Penso.

Forattini, O. P. (1991). QV e meio urbano. A cidade de São Paulo, Brasil. *Revista Saúde pública*, 25, 75-86.

Freitas, L., Morin, E., & Nicolescu, B. (1994). *Carta da Transdisciplinaridade*. Convento da Arrábida, Portugal.

García, R. (1994). Interdisciplinariedad y sistemas complejos. In E. Leff. (Org). *Ciências sociais y formación ambiental*. Barcelona: Gedisa.

Gatersleben, B. (2001). Sustainable household consumption and quality of life: the acceptability of sustainable consumption patterns and consumer policy strategies. *Int. J. Environment and Pollution*, 15(2), 200-216.

Gibbs, Raymond W. Jr.; Ferreira, Luciane, C. (2015). Introduction: Why should applied linguists care about metaphor and metonymy in social practices?. *RBLA, Belo Horizonte*, v.15, p.303-309.

Giraldi, M., & Hanazaki, N. (2010). Uso e conhecimento tradicional de plantas medicinais no Sertão do ribeirão. *Acta bot. bras.*, 24(2), 395-406.

Gómez-Baggethun, E., & Barton, D. N. (2013). Classifying and valuing ecosystem services for urban planning. *Ecological Economics*, 86, 235-245.

Gonçalves, C. W. P. (1989). *Os (des)caminhos do meio ambiente*. São Paulo, Contexto.

Gonçalves, T. M. (2002). *O processo de apropriação do espaço através dos modos de morar e habitar o lugar (uma abordagem psico-socio-ambiental do bairro Renascer/Mina Quatro de Criciúma - SC)*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil.

Gonçalves, T. M. (2004). Psicologia Ambiental. *Revista Pesquisa e Extensão em Saúde. UNESC*, 1(1), 18-21.

Gray, D. E. (2012). *Pesquisa no mundo real*. Porto Alegre: Penso.

Green, R. (2005). Community perceptions of environmental and social change and tourism development on the island of Koh Samui, Thailand. *Journal of environmental psychology*, 25, 37-56.

Gronstein, M. D. (2001). Metr pole e Expansão Urbana: a persistência de processos “insustentáveis”. *São Paulo em Perspectiva*, 15(1), 13-19.

Günther, I. (2003). Espaços de vida. *Aspectos da rela o homem-ambiente*, 8(2), 341-343.

Günther, H., Elali, G. A., & Pinheiro, J. Q. (2008). A abordagem multimétodos em estudos pessoa-ambiente: características, defini es e implica es. In J. Q. Pinheiro & H. Günther (Eds.). *Métodos de pesquisa nos estudos pessoa-ambiente* (pp. 369-396). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Gullone, E. (2000). The Biophilia Hypothesis And Life In The 21st Century: Increasing Mental Health Or Increasing Pathology? *Journal of Happiness Studies*, 1, 293-321.

Hanazaki, N. (2001). *Ecologia de ca aras: uso de recursos e dieta*. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil.

Hanazaki, N. (2002). Conhecimento caçara para o manejo dos recursos naturais. In U. P. Albuquerque, A. G. C. Alves, A. C. B. L. Silva & V. A. Silva (Eds). *Atualidades em Etnobiologia e Etnoecologia* (pp. 17-25). Recife: SBEE.

Hanazaki, N. (2003). Comunidades conserva o e manejo: o papel do conhecimento ecológico local. *Biotemas*, 16(1), 23-47.

Hanazaki, N., Tamashiro, J. Y., Leitão-Filho, H. F., & Begossi, A. (2000). Diversity of plant uses in two Ca ara communities from Atlantic Forest coast, Brazil. *Biodiversity and Conservation*, 9, 597-615.

Hardin, G. (1968). The tragedy of the commons. *Science*, 162(3859),

1243-1248.

Harvey, D. (2001). *A condição pós-moderna* (10ed). São Paulo: Edições Loyola.

Higgins, P., & Campanera, J. M. (2011). (Sustainable) quality of life in English city locations. *Cities*, 28, 290-299.

Hirsch, F. (1979). *Limites sociais do crescimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Hobbes, T. (1993). *De Cive: elementos filosóficos a respeito do cidadão*. Petrópolis: Vozes. (Clássicos do pensamento político)

Holmes, W. R., & Joseph, J. (2011). Social participation and healthy ageing: A neglected, significant protective factor for chronic non communicable conditions. *Globalization and Health*, 7.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2010). *Censo de 2010 – Total da população de Santa Catarina*. Recuperado em 29 de março, 2014, de http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_santa_catarina.pdf

Iñiguez, L. (2004). *Manual de análise do discurso em ciências sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Interorganizational Committee on Guidelines and principles for Social Impact Assessment – ICGPSIA. (1995). Guidelines and principle for social impact assessment. *Environment Impact Assessment Review*, 15, 11-43.

Ittelson, W. H., Proshansky, H. M., Rivlin, L. G., & Winkel, G. H. (2005). Homem ambiental. *Série: Textos de Psicologia Ambiental*, N° 14. Brasília, DF: UnB, Laboratório de Psicologia Ambiental.

Jacob, J., Jovic, E., & Brinkerhoff, M. B. (2009). Personal and planetary well-being: mindfulness meditation, pro-environmental behavior and personal quality of life in a survey from the social justice and ecological sustainability movement. *Soc Indic Res.*, 93, 275-294.

Jollivet, M., & Pave, A. (2000). O meio ambiente: questões e perspectivas para a pesquisa. In P. F. Vieira & J. Weber (Orgs.). *Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento. Novos desafios para a pesquisa ambiental* (pp. 53-112). São Paulo: Cortez.

Kamalipour, H., Yeganeh, A. J., & Alalhesabi, M. (2012). Predictors of

Place Attachment in Urban Residential Environments: A Residential Complex Case Study. *Procedia - Social and Behavioral Sciences* 35, 459-467

Kapp, K.W. (1979). A natureza da economia como um sistema aberto e suas implicações. In K. Dopfer (Org.). *A economia do futuro. Em busca de um novo paradigma* (pp. 91-104). Rio de Janeiro: Zahar.

Keles, R. (2012). The Quality of Life and the Environment. *Procedia: Social and Behavioral Sciences*, 35, 23-32.

Kuhn, T. (1992). *A estrutura das revoluções científicas* (3ª Ed). São Paulo: Editora Perspectiva.

Kuhnen, A. (2002). *Lagoa da conceição: meio ambiente e modos de vida em transformação*. Florianópolis: Cidade Futura.

Kuhnen, A., & Silveira, S. M. da (2008). Como crianças percebem, idealizam e realizam o lugar onde moram. *Psicol. USP*, 19(3), 295-316.

Lakoff, G. & Johnson, M. (2002). *Metáforas da vida cotidiana*. Coordenação de tradução: Mara Sophia Zanotto. São Paulo: Mercado das Letras.

Layrargues, P. P. (1997). Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: Evolução de um conceito? *Proposta*, 71, 5-10.

Lawrence, R. J. (2004). Ecologia Humana. In E. T. O. Tassara, E. P. Rabinovich & M. C. Guedes (Eds.). *Psicologia e ambiente* (pp. 363-388). São Paulo: EDU.

Leal, P. C., & Horn, N. O., Filho (2004). Evolução urbana na Barra da Lagoa. *Rev. Gravel. Porto Alegre*, 2, 86-92.

Leff, E. (2002). *Epistemologia ambiental* (2ª Ed.). São Paulo: Cortez.

Lei n.º. 7661, de 16 de maio, 1988 (1988). Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências. Brasília, DF. Recuperado em 16 de março, 2015, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7661.htm

Lei Municipal n.º 7975, de 02 de outubro, 2009 (2009). *Institui o plano municipal de gerenciamento costeiro*. Florianópolis, SC. Recuperado em 16 de março, 2015, de <http://cm.jusbrasil.com.br/legislacao/980836/lei-7975-09>

Lei Nº 12651, de 25 de maio, 2012 (2012). Dispõe sobre a proteção da

vegetação nativa; altera as Leis n^{os} 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis n^{os} 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória n^o 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília, DF. Recuperado em 16 de março, 2015, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/L12651c.html

Lohn, R. L. (2007). Limites da utopia: cidade e modernização no Brasil desenvolvimentista (Florianópolis, década de 1950). *Rev. Bras. Hist.*, 27(53), 297-322.

Lopes, G. B. D. B., Carioni, J. C., & Vaz, N. P. (2014). Legislação ambiental e urbanística no Brasil: O caso Porto da Barra em Florianópolis. *Oculum ens. Campinas*, 11(1), 81-96.

Lorenz, K. (1974). *Civilização e pecado: os oito erros capitais do homem civilizado* (Tradução de Marina Colasanti). Rio de Janeiro: Artenova.

Machado, P. de A. (1985). *Ecologia Humana*. São Paulo: Cortez Editora.

Maricato, E. (2001). *Brasil, cidades, alternativas para a crise urbana*. Petrópolis: Vozes.

Maricato, E. (2006). Posfácio. In M. Davis. *Planeta favela*. São Paulo: Boitempo.

Marans, R. W. (2012). Quality of Urban Life Studies: An Overview and Implications for Environment-Behaviour Research. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 35, 9-22.

Massam, B. H. (2002). Quality of life: public planning and private living. *Progress in Planning*, 58, 141-227.

Martini, L. C. P., Mattos, D. S., Barbosa, D. F.P., & Rech, A. I. B. (2006). Uso de sensoriamento remoto orbital para avaliação da distribuição espacial de Clorofila_a na Lagoa da Conceição - Florianópolis, SC. *Eng. Sanit. Ambient.*, 11(4), 318-324.

Mendes, L. (2008). Gentrificação e cidade revanchista: que lugar para os movimentos sociais urbanos de resistência? Forum Sociológico (Online), 18, posto online no dia 03 de Dezembro 2012, consultado 05 Agosto 2015. URL: <http://sociologico.revues.org/226>; DOI:10.4000/sociologico.226

Mendes, L. (2014). Gentrificação e políticas de reabilitação urbana em Portugal: uma análise crítica à luz da tese rent gap de Neil Smith. *Cad. Metrop.*, São Paulo, v.16, pp.487-511.

Mendes, L. (2013). A regeneração urbana na política de cidades: inflexão entre o fordismo e o pós-fordismo. *Urbe. revista Brasileira de Gestão Urbana*, v.5, n.1, pp 33-45.

Minayo, M. C. (1998). *Pesquisa social: teoria, método, criatividade*. Rio de Janeiro: Vozes.

Minayo, M. C. (1998). Saúde e ambiente no processo de desenvolvimento. *Ciência e saúde coletiva*, 3(2), 4-5.

Minayo, M. C., Hartz, Z. M. A., & Buss, P. M. (2000). QV e saúde: um debate necessário. *Cien. Saúde Colet.* 5(1), 7-18.

Montibeller-Filho, G. (1993). Ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável: conceitos e princípios. *Textos de Economia*, 4(1), 131-142.

Montibeller-Filho, G. (2007). Crescimento econômico e sustentabilidade. *Sociedade & Natureza*, 19(1), 81-89.

Morin, E. (1995). *Introdução ao pensamento complexo* (pp. 9-16). Lisboa: Instituto Piaget.

Morin, E., & Kern, A. B. (1995). *Terra Pátria*. Porto Alegre: Sulina.

Moser, G. (1998). Psicologia Ambiental. *Estudos de Psicologia*, 3(1), 121-130.

Moser, G. (2004). La psicología ambiental: del análisis a la intervención dentro de la perspectiva del desarrollo sustentable. In E. Tassara, E. Rabinovich y M. Guedes (Eds.). *Psicologia e Ambiente* (pp. 169-196). São Paulo: EDUC.

Moser, G. (2009). Quality of life and sustainability: Toward person–environment congruity. *Journal of Environmental Psychology*, 29, 351–357.

Moser, K.S. (2000). Metaphor Analysis in Psychology - Method, Theory, and Fieldes of Application. *Forum Qualitative Sozialforschung/Forum: Qualitative Social Research*. Available at: <http://qualitative-research.net/fqs/fqs-e/2-00inhalt-e.htm>

Newton, P., & Meyer, D. (2010). The Determinants of Urban Resource Consumption. *Environment and Behavior*, 44(1), 107-135.

Ng, S. H., Kam, P. K., & Pong, R. W. M. (2005). People living in ageing buildings: Their quality of life and sense of belonging. *Journal of Environmental Psychology*, 25, 347-360.

Nicolescu, B. (2001). *O Manifesto da Transdisciplinaridade*. São Paulo: Triom.

Nunes, B. F. (2007). Consumo e identidade no meio juvenil: considerações a partir de uma área popular do Distrito Federal. *Sociedade e Estado*, 22(3), 647-678.

Odum, E. P. (1985). *Ecologia*. Rio de Janeiro: Interamericana.

Olivier, G. (1979). *Ecologia Humana*. Lisboa: Interciência.

Oskamp, S. (2000). A sustainable future for humanity? How can psychology help? *American Psychologist*, 55, 496-508.

Oskamp, S. (2002). Summarizing sustainability issues and ressearch approaches. In P Schmuck & W. P. Schultz. *Psychology of Sustainable Development* (pp. 301-324). Kluwer Academic Publishers.

Ortiz, R. (1994). *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense.

Ost, F. (1995). O patrimônio: um estatuto jurídico para o meio. In F. Ost. *A natureza à margem da lei. A ecologia à prova do direito* (pp.351-387). Lisboa: Instituto Piaget.

Pelicioni, M. C. F. (1998). Educação Ambiental, QV e sustentabilidade. *Saúde e Sociedade*, 7(2), 19-31.

Perlaviciute, G., & Steg, L. (2012). Environment and quality of life. In L. Steg, A. E. van den Berg, & J. I. M. de Groot (Eds.). *Environmental psychology: An introduction* (pp. 107-118). Oxford, UK: Wiley-Blackwell.

Pereira, R. M. F. A. (2007). A particularidade do quadro urbano do litoral catarinense no processo de urbanização do sul do Brasil (pp. 1-17). *Anais do Simpósio Nacional De Geografia Urbana*, Florianópolis, SC, Brasil.

Pereira, V. A. (2005). *O turismo na perspectiva da preservação da cultura e do meio ambiente: unidade de análise no Distrito do Morro Azul, Três Cachoeiras*. - RS. Dissertação de Mestrado, UNESC, Criciúma, SC, Brasil.

Pilon, A. F. (2006). Construindo um mundo melhor: abordagem

ecossistêmica da QV. *RBPS*, 19(2), 100-112.

Pinheiro, J. Q. (1997). Psicologia Ambiental: a busca de um ambiente melhor. *Estudos de Psicologia*, 2(2), 377-398.

Pinheiro, J. Q. (2003). Psicologia Ambiental brasileira no início do século XXI: sustentável? In O. H. Yamamoto & V. V. Gouveia (Orgs.). *Construindo a Psicologia Brasileira: desafios da ciência e prática psicológica* (pp. 279-313). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Pinheiro, J. Q., Elali, G. A., Azevedo, A. V. M., Farias, B. C. G., Costa, M. C., & Andrade, S. S. (2008). Diário Pessoal como técnica de coleta de dados em estudos sobre as relações Pessoa-Ambiente. In J. Q. Pinheiro & H. Günther (Eds.). *Métodos de pesquisa nos estudos pessoa-ambiente* (pp. 281-311). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Poderoso, R. A., Hanazaki, N., & Dunaiski, A., Jr. (2012). How is local knowledge about plants distributed among residents near a protected area? *Ethnobiology and Conservation*, 1(8), 1-26.

Pol, E. (1993). *Environmental Psychology in Europe: from Architectural Psychology to Green Psychology* (pp. 163-188). Aldershot: Avebury.

Pol, E. (2001). *Impacte social, comunicació ambiental i participació*. Monografies Universitàries, Generalitat de Catalunya, Barcelona, Espanha.

Pol, E. (2003). A gestão ambiental, novo desafio para a psicologia do desenvolvimento sustentável (Universidade de Barcelona). *Estudos de Psicologia*, 8(2), 235-243.

Pol, E., Moreno, E., Guàrdia, J., & Iñiguez, L. (2002). Identity, Quality of Life, and Sustainability in an Urban Suburb of Barcelona: Adjustment to the City-Identity-Sustainability Network Structural Model. *Environment and Behavior*, 34(1), 67-80.

Puglisi, V. P. (2006). *Meio ambiente urbano: desenvolvimento sustentável e QV*. Dissertação de Mestrado, PUC/São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Radford, K. G., & James, P. (2013). Changes in the value of ecosystem services along a rural-urban gradient: A case study of greater manchester, UK. *Landscape and Urban Planning*, 109(1), 117-127.

Ramires, M., Molina, S. M. G., & Hanazaki, N. (2007). Etnoecologia

caçara: o conhecimento dos pescadores artesanais sobre aspectos ecológicos da pesca. *Biotemas*, 20 (1), 101-113.

Raven, P. H., Evert, R. F., & Eichhorn, S. E. (1996). *Biologia Vegetal*. Rio de Janeiro: Guanaba Koogan S.A.

Raymundo, L. do S., & Kuhnen, A. (2009). Ambiente e Desenvolvimento Psicológico: A importância dos espaços físicos abertos nas escolas infantis. In A. Kuhnen, R. M. Cruz & E. Takase (Orgs.). *Interações: pessoa-ambiente e saúde* (pp. 137-166). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Reis, A. F. (2010). Preservação Ambiental no contexto urbano. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 12(1), 45-61.

Ricklefs, R. E. (1996). *A Economia da Natureza: um livro texto em Ecologia Básica* (3ª Ed.). Guanabara Koogan: Rio de Janeiro.

Rogan, R., O'Connor, M., & Horwitz, P. (2005). Nowhere to hide: Awareness and perceptions of environmental change, and their influence on relationships with place. *Journal of Environmental psychology*, 25, 147-158.

Romeiro, A. R. (1999). Desenvolvimento sustentável e mudança institucional: notas preliminares. *Texto para discussão, IE/UNICAMP*, 68, 1-26.

Romeiro, A. R. (2013). Economia Ecológica e valoração da natureza. *Leituras de Economia Política, Campinas*, (20), 149-161.

Romeiro, A. R., & Andrade, D. C. (2009). Valoração econômico-ecológica dos recursos naturais. *Gestión y Ambiente*, 12(3), 21-36.

Romeiro, A. R., & Maia, A. G. (2011). *Avaliação de custos e benefícios ambientais*. Brasília: ENAP.

Romice, O. (2000). New developments in and reflections on, the use of visual literacy and environmental evaluation for the participation of community groups in design. *GeoJournal*, 51, 311-319.

Rossetto, A. M., Orth, D. M., & Rossetto, C. R. (2006). Gestão ambiental integrada ao desenvolvimento sustentável: um estudo de caso em Passo Fundo (RS). *Rev. Adm. Pública*, 40(5), 809-840.

Roy, R. (1979). Alternative life-styles: a third world perspective. *Alternatives (IV)*, 2, 221-232.

- Sachs, I. (1980). Ecodesarrollo: concepto, aplicación, implicaciones. *Comércio Exterior*, 30(7), 718-725.
- Sachs, I. (2007). *Rumo à ecossocioeconomia. Teoria e prática do desenvolvimento*. São Paulo: Cortez. (Obra organizada por Paulo Freire Vieira)
- Santana, P., Nogueira, H., & Santos, R. (2006). O papel do ambiente físico e social na construção de comunidades saudáveis. Ensaio metodológico aplicado à amadora. *Revista de Engenharia Civil*, 17-28.
- Santos, B. S. (1988). Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. *Estudos avançados*, 2(2), 46-71.
- Santos, B. S. (2003). *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez.
- Santos, B. S. (2010). *Um Discurso sobre as Ciências* (7ª Ed.). Brasil, São Paulo: Editora Cortez.
- Santos, M. H. de C. (1997). Governabilidade, Governança e Democracia: Criação da Capacidade Governativa e Relações Executivo-Legislativo no Brasil Pós-Constituinte. *Dados – revista de Ciências Sociais*, 40(3), 335-376.
- Santos, M. (2000). *O espaço do cidadão* (5ª Ed.) São Paulo: Studio Nobel.
- Sartor, V. V. de B., & Santos, C. R. (2005). *Preservação Ambiental: dilema e complexidade na ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: Secco.
- Schalock, R. L. (2004). The concept of quality of life: what we know and do not know. *Journal of Intellectual Disability Research*, 48(3), 203-216.
- Schalock, R. L., Bonham, G. S. & Marchand, C. B. (2000). Consumer based quality of life assesmente: a path model of perceived satisfaction. *Evaluation and Program Planning*, 23, 77-88.
- Schmuck, P., & Vlek, C. (2003). Psychologists. Can Do Much to Support Sustainable Development. *European Psychologist*, 8(2), 66-76.
- Sebastiany, G. D. (2012). Meio ambiente e saúde: indicadores de QV e desenvolvimento humano. *Revista Capital Científico – Eletrônica*, 10(2).
- Secretariat of the Convention on Biological Diversity – SCBD. (2012).

Panorama da Biodiversidade nas Cidades - Ações e Políticas. Cities and Biodiversity Outlook, Montreal. Retirado em 21 de julho, 2014, de www.cbd.int/authorities/cbo1.shtml

Seixas, C. S., & Berkes, F. (2005). Mudanças socioecológicas na pesca da lagoa de Ibraquera, Brasil, p.113-146. In P. F. Vieira, F. Berkes, C. S. Seixas (Orgs.). *Gestão integrada e participativa de recursos naturais - conceitos, métodos e experiências*. Secco/APED.

Sennett, R. (1997). *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Record.

Serva, M., Dias, T., & Alperstedt, G. D. (2010). Paradigma da complexidade e teoria das organizações: uma reflexão epistemológica. *RAE – Revista de Administração de Empresas*, 50(3).

Shafer, C. S., Koo Lee, B., & Turner, S. (2000). A tale of three greenway trails: user perceptions related to quality of life. *Landscape Urban Plann.*, 49, 163-178.

Shen, L., Ochoa, J., Shah, M. N., & Zhang, X. (2011). The application of urban sustainability indicators - A comparison between various practices. *Habitat International*, 35(1), 17-29.

Silva, G. P. da, Feretti, S. F., & Sette, E. (2008). Gentrificação e políticas de revitalização nos centros históricos do Brasil: processos que levam ao déficit habitacional. *Revista de Políticas Públicas*, 12, 83-91.

Silva, M. O. (2007). Saindo da invisibilidade – a política nacional de povos e comunidades tradicionais. *Inclusão Social*, 2(2), 7-9.

Siqueira, Maity; Lamprecht, Regina Ritter (2007). As metáforas primárias na aquisição da linguagem: um estudo interlinguístico. *D.E.L.T.A.*, 23:2, (245-272).

Slemp, C., Davenport, M. A., Seekamp, E., Brehm, J. M., Schoonover, J. E., & Williard, K. W. J. (2012). “Growing too fast:” Local stakeholders speak out about growth and its consequences for community well-being in the urban–rural interface. *Landscape and Urban Planning*, 106, 139-148.

Smith, C., & Levermore, G. (2008). Designing urban spaces and buildings to improve sustainability and quality of life in a warmer world. *Energy Policy*, 36(12), 4558-4562.

Souza, M. L. de (2003). *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao*

planejamento e à gestão urbanos (2ª Ed). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Spaargaren, G. (2003). Sustainable Consumption: A Theoretical and Environmental Policy Perspective. *Society & Natural Resources: An International Journal*, 16(8), 687-701.

Story, P. A., & Forsyth, D. R. (2008). Watershed conservation and preservation: Environmental engagement as helping behavior. *Journal of environmental Psychology*, 28, 305-317.

Tassara, E. T., Rabinovich, E. P., & Goubert, J. P. (2004). O lugar da poética nas relações pessoa-ambiente. O caso da Barra Funda: uma arqueologia de um elo social em vias de desaparecimento. In E. T. O. Tassara, E. P. Rabinovich & M. C. Guedes (Eds.). *Psicologia e ambiente* (pp. 331-345). São Paulo: EDU.

Thibaud, J. P. (2004). O ambiente sensorial das cidades: para uma bordagem das ambiências urbanas. In E. T. O. Tassara, E. P. Rabinovich & M. C. Guedes (Eds.). *Psicologia e ambiente* (pp. 347-353). São Paulo: EDU.

Thompson, C W., Aspinall, P., & Bell, S. (2010). *Innovative approaches to research landscape and health. Open Space: People Space 2*. New York: Routledge.

Trevizan, S. dal P. (2000). Ciência, meio ambiente e QV: uma proposta de pesquisa para uma universidade comprometida com sua comunidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, 5(1), 179-186.

Tréz, T. A. (2012). Caracterizando o método misto de pesquisa na educação: um continuum entre a abordagem qualitativa e quantitativa. *Atos de Pesquisa em Educação*, 7(4), 1132-1157.

Tonneau, J. P., & Vieira, P. F. (2006). Que diretrizes de pesquisa para o desenvolvimento territorial sustentável no Brasil? *Eisforia*, 4(4), 311-334.

Tuan, Y .F. (1983). *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel.

Ulysséa, M. A., Hanazaki, N., & Lopes, B. C. (2010). Percepção e uso dos insetos pelos moradores da comunidade do Ribeirão da Ilha, Santa Catarina, Brasil. *Biotemas*, 23(3), 191-202.

Uzzell, D. (2004). A psicologia ambiental como uma chave para mudar

atitudes e ações para com a sustentabilidade. In E. T. O. Tassara, E. P. Rabinovich & M. C. Guedes (Eds.). *Psicologia e ambiente* (pp. 363-388). São Paulo: EDU.

Valera, S. (1996). Psicologia Ambiental: bases teóricas y epistemológicas. In L. Iñiguez & E. Pol (Eds.). *Cognición, representación y apropiación del espacio* (pp. 1-14). Barcelona: Universidad de Barcelona Publicacions.

Vasconcellos, M. J. E. (2002). *Pensamento Sistêmico: O novo paradigma da ciência*. Campinas, SP: Papirus.

Veiga, J. E. (2010). Indicadores de sustentabilidade. *Estudos Avançados*, 24(68), 39-52.

Vieira, P. F. (2009). Políticas ambientais no Brasil: do preservacionismo ao desenvolvimento territorial sustentável. *Política & Sociedade*, 8(14), 27-75.

Vieira, P. F., Berkes, F., & Seixas, C. S. (2005). *Gestão integrada e participativa de recursos naturais: conceitos, métodos e experiências*. Florianópolis: APED & SECCO.

Villasbôas, P. de P. (2003). *A importância da participação pública no processo de avaliação de impacto ambiental. Estudo de Caso do Porto da barra Ltda., Florianópolis, Santa Catarina*. Tese de Doutorado, Universidade Federa de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.

Vlek, C. (2003). Globalização, dilemas dos comuns e QV sustentável: do que precisamos, o que podemos fazer, o que podemos conseguir? *Estudos de Psicologia (Natal)*, 8(2), 221-234.

Young, H. P. (2004). *Risco de Ecossistema: uma proposta de avaliação da sustentabilidade ambiental da indústria farmacêutica*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federa de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.

APÊNDICES

APÊNDICE A - TERMOS DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA –
DOUTORADO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O sr (sr^a) está sendo convidado (a) a participar desta pesquisa que tem como finalidade: Fazer uma análise prospectiva da QV de uma comunidade tradicional da Barra da Lagoa (Florianópolis/SC). Participarõ desta pesquisa indivíduos nascidos e residentes no Morro do “Jacinto” na Barra da Lagoa. Ao participar deste estudo o sr (sr^a) permitirá que a pesquisadora Gilvana colete informações a respeito do que você percebe sobre a QV e o processo de transformação da paisagem que está acontecendo no seu entorno, através de gravação de voz, filmagens, entrevistas e questionários que serão previamente agendados. O sr (sr^a) tem liberdade de se recusar a participar e ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para o sr (sr^a). Sua identidade e privacidade serão mantidas em sigilo em todas as fases da pesquisa. Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos⁴³ conforme Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Esta pesquisa não oferece riscos previstos, entretanto se você apresentar algum desconforto e sofrimento pelo fato de falar sobre aspectos de sua vida, existe a possibilidade de encaminhá-lo para serviços de atendimento psicológico. Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone da pesquisadora. A aplicação dos instrumentos será remarcada ou

⁴³ Avaliado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFSC – e-mail: cep.propesq@contato.ufsc.br

cancelada, de acordo com seu consentimento. Ao participar desta pesquisa o sr (sr^a) não terá nenhum benefício direto, ou seja, não haverá remuneração pela participação nesta pesquisa. Todavia, esperamos que este estudo proporcione informações importantes sobre o produto e a produção de ambiente adequado à satisfação das necessidades atuais e futuras dos membros da comunidade local para possibilitar o planejamento de um futuro com QV.

Após a finalização dos trabalhos, é intenção da pesquisadora dar a devolutiva à comunidade junto a associação de moradores instituída no local. Gravações de imagens e voz serão editadas na forma de um microdocumentário para que haja facilidade de compreensão sobre a conclusão desta pesquisa. Considerando-se estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Para tanto preencha, por favor, os itens que se seguem e não assinie este termo se ainda tiver dúvida a respeito.

Assinatura da Pesquisadora
 Gilvana da Silva Machado
 (48) 9163-7676

Assinatura da Orientadora
 Ariane Kuhnen
 (48) 3721-8574

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____,
 RG _____ após a leitura e compreensão das informações referentes a pesquisa intitulada “**A QV é sustentável? - Um estudo de caso em Florianópolis/SC**”, entendo que a minha participação é voluntária, e que posso sair a qualquer momento do estudo, sem prejuízo algum. Confiro que recebi cópia deste termo de consentimento, e autorizo a execução do trabalho de pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

Florianópolis, ___/___/___ Assinatura do voluntário: _____



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA –
DOUTORADO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
Pais ou Responsáveis Legais

Senhores pais ou responsáveis:

O seu filho(a) está sendo convidado(a) para participar de uma pesquisa intitulada: “A QV é sustentável? - Um estudo de caso em Florianópolis/SC”, cujo objetivo é fazer uma análise prospectiva da QV de uma comunidade tradicional da Barra da Lagoa (Florianópolis/SC). Participarão desta pesquisa indivíduos nascidos e residentes no Morro do “Jacinto” na Barra da Lagoa. Ao participar deste estudo o sr (sr^a) permitirá que a pesquisadora Gilvana colete informações a respeito do que você percebe sobre a QV e o processo de transformação da paisagem que está acontecendo no seu entorno, através de gravação de voz, filmagens, entrevistas e questionários que serão previamente agendados.

A participação é voluntária e ao participar deste estudo a sr^a (sr) permitirá que a pesquisadora Gilvana da Silva Machado colete informações a respeito do que seu filho (a) percebe sobre a QV e o processo de transformação da paisagem que está acontecendo no seu entorno, através de gravação de voz, filmagens, entrevistas e questionários que serão previamente agendados. A princípio responder aos questionários e participar dos procedimentos não envolverá riscos uma vez que ele(a) responderá de forma individual e que os dados de identificação de seu filho(a) serão mantidos em sigilo, sendo conservado seu anonimato para possíveis divulgações dos resultados da pesquisa em revistas científicas. Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos⁴⁴

⁴⁴ Avaliado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFSC – e-mail: cep.propesq@contato.ufsc.br

conforme Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Esta pesquisa não oferece riscos previstos, entretanto se seu filho (a) apresentar algum desconforto e sofrimento pelo fato de falar sobre aspectos de sua vida, existe a possibilidade de encaminhá-lo para serviços de atendimento psicológico. Não haverá remuneração para os participantes e a participação de seu filho(a) nesta pesquisa é muito importante, pois possibilitará o acesso a informações importantes sobre o produto e a produção de ambiente adequado à satisfação das necessidades atuais e futuras dos membros da comunidade local para possibilitar o planejamento de um futuro com QV. Não há problema nenhum caso, em qualquer momento da pesquisa, ele(a) queira desistir de participar da pesquisa.

Se você concorda que seu filho(a) faça parte do estudo, solicitamos que assine ao final deste documento, que está em duas vias, declarando sua permissão. Uma das declarações é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não será penalizado(a) de forma alguma.

.....

Eu, Sr(a) _____, considero-me informado (a) sobre a pesquisa “A QV é sustentável? - Um estudo de caso em Florianópolis/SC”, e aceito que meu filho(a) participe da mesma, consentindo que sejam feitas gravação de voz, filmagens, entrevistas e questionários para fins de coleta de dados. Expresso minha concordância com a divulgação pública dos resultados, uma vez que recebi garantias sobre o anonimato e sigilo de minha identidade e das informações prestadas.

_____, ____ de _____ de 2014.
Local data

Assinatura do Responsável

Assinatura da Pesquisadora

APÊNDICE B – INSTRUMENTO GERADOR DE MAPA AFETIVO SOBRE A QV NO MORRO DO JACINTO (ADAPTADO DE BOMFIM, 2003)

DATA:

Hora início:

Hora fim:

Idade:

sexo:

Descende de: A () B () C () D ()

O desenho

Por favor, faça um desenho que represente para você a QV no Morro do Jacinto.

O significado do desenho.

Explique brevemente o significado deste desenho para você.

Os sentimentos

Descreva que sentimentos este desenho lhe desperta.

As Palavras sínteses

Escreva seis palavras que resumam seu sentimento em relação ao que você desenhou.

O que pensa do local:

Caso alguém lhe perguntasse o que pensa sobre a QV no Morro, o que você diria?

Comparação do local:

Se você tivesse que fazer uma comparação da QV no Morro com algo, com o que você o compararia? Por que?

Caminhos percorridos:

Descreva os caminhos que você percorre com mais frequência e indique a finalidade do uso destes caminhos.

Participação em associação (ou movimento social):

Você participa de algum projeto social, associação, grupo ou atividade comunitária em seu bairro? Qual?

Favor dar uma nota de 1 a 10 sobre o quanto concordam com a afirmação que será lida.

Estima +**Pertencimento**

- Sinto-me muito identificado
- Tenho amor a este morro
- Sinto-me muito apegado
- É um lugar que faz parte de mim

Agradabilidade

- Eu gosto do morro
- É um lugar confortável
- É um lugar tranquilo
- É um lugar agradável

Satisfação com a vida no morro

- Estou satisfeito com a QV no Morro do Jacinto
- É um lugar limpo
- É um lugar organizado
- As pessoas são unidas aqui no morro

Estima -**Insegurança**

- O Morro é um lugar tenso
- É um lugar sufocante
- Sinto-me só aqui
- O Morro é inseguro

Contrastes

- É um lugar em que há ordem e desordem
- É um lugar em que há medo e liberdade
- É um lugar bonito e feio
- É um lugar em que há estresse e tranquilidade

Insatisfação com a vida no morro

- Estou insatisfeito com a QV no Morro do Jacinto
- É um lugar sujo
- É um lugar desorganizado
- As pessoas são desunidas aqui no morro, é cada um por si.

APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO PARA INVESTIGAÇÃO DO PADRÃO DE CONSUMO DOMÉSTICO, PRÁTICAS SOCIAIS E ESTILOS DE VIDA DAS FAMÍLIAS DO MORRO DO JACINTO.

DATA:

Hora início:

Hora fim:

Pesquisador:

Tem filhos?

Se sim, informar quantos e suas idades:

Descende ou aparentado de: DA () DB () DC () DD()

Utilizar nota de 1 a 10 pontos para os itens a seguir:

- | | |
|---|--|
| 1) Oportunidade de adquirir uma boa educação e de desenvolver seu conhecimento geral. | 15) Liberdade e controle no curso de sua própria vida, habilidade para decidir por si mesmo. |
| 2) Tem as mesmas oportunidade das outras pessoas da vizinhança para obter o que deseja. | 16) É apreciado por outros por causa de sua estrutura, conhecimentos e posses. |
| 3) Tem um bom e prazeroso trabalho e desenvolve o trabalho tão bem quanto pode. | 17) Se considera protegida de acidentes na rua ou em casa. |
| 4) Relacionamento com os vizinhos e familiares. | 18) Tem acesso a cuidados adequados com a saúde. |
| 5) Decide com os outros, o que é feito, onde e como. | 19) Você tem bons pensamentos em sua rotina. |
| 6) Abastecimento de água no morro está bom. | 20) Este lugar é belo. |
| 7) A qualidade do ar no morro é boa. | 21) O Morro é silencioso. |
| 8) Vegetação em torno/perto do Morro. | 22) Este lugar é limpo. |
| 9) Facilidade no “Dia a dia”/rotina/cotidiano. | 23) É seguro em torno do lar. |
| 10) Decide pelos outros, o que é feito, onde e como. | 24) Tem uma boa saúde. |

- 11) Pega sol suficiente em torno de sua casa.
- 12) Tem a oportunidade de estar a sós, tem um lugar para ficar sozinho.
- 13) Tem suficiente tempo para lazer.
- 14) Proteção contra crimes (assaltos, roubos).
- 25) Quantidade de praças, plantas no morro.
- 26) Tem dinheiro suficiente para comprar e para fazer coisas que são necessárias e prazerosas.
- 27) Qualidade do entorno da sua casa.
- 28) Os animais estão saudáveis no morro.

Continuação. Questionário socioeconômico. Código de identificação:

Descende ou aparentado de: A () B () C () D ()

1. Sexo

() Feminino () Masculino

2. Grau de instrução

() Ensino fundamental incompleto

() Ensino fundamental completo

() Ensino médio incompleto

() Ensino médio completo

() Superior incompleto

() Superior completo

Há quanto tempo reside no morro?

Qual a sua Profissão?

Qual a profissão do seu marido (esposa)?

3. Idade em anos (faixa etária):

() 18-23

() 24-29

() 30-35

() 36-41

() 42-47

() 48-53

() 54 -59

() 60 anos ou mais

4. Renda familiar

() Até 750,00 reais

() de 750,00 a 1.500,00 reais

() De 1500, 01 a 2.500,00 reais

() De 2.500,01 a 3.500,00 reais

() De 3.500,01 a 4.500,00 reais

() De 4.500,01 a 5.500,00 reais

() Mais de 5.500,01 reais

5. Quantas pessoas residem em sua casa?

- 1 3 5
 2 4 6 ou mais

6. Quantos cômodos tem sua casa?

- 1 3 5
 2 4 6 ou mais

7. Quantas casas você tem no morro?

- 1 3 5
 2 4 6 ou mais

8. Aponte quantos de cada eletrodoméstico você tem em casa

- geladeira televisão Aparelho de som
 freezer microondas computador

9. Sua família possui carro?

- sim quantos
 não

10. Sua família possui bateria

- sim quantas
 não

11. Sua família possui barco de pesca

- sim quantas
 não

12. Sua família usa ou consome algo que não precisa ser comprado, ou seja, que é retirado do ambiente das redondezas de sua residência?

- sim o quê?
 não

13. Quais mercadorias sua família usa ou consome que precisa ser comprado, com mais frequência e/ou maior quantidade?**14. De onde obtém recurso financeiro (renda) para manter/suprir as necessidades da família, ao longo do ano?**

Outras observações: